OR STADO OF

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

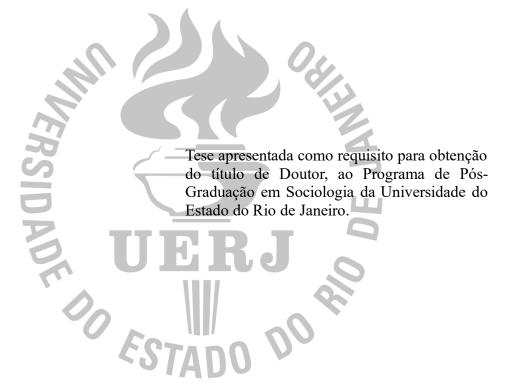
Centro de Ciências Sociais Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Gabriela de Brito Caruso

A institucionalização dos estudos de mulheres, de gênero e feministas na sociologia brasileira

Gabriela de Brito Caruso

A institucionalização dos estudos de mulheres, de gênero e feministas na sociologia brasileira



Orientador: Prof. Dr. José Maurício Domingues

CATALOGAÇÃO NA FONTE UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA IESP

Caruso, Gabriela de Brito.

C329

Assinatura

	A institucionalização dos estudos de mulheres, de gênero e feministas na sociologia brasileira / Gabriela de Brito Caruso. – 2021. 258f.: il.	
	Orientador: José Maurício Domingues Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.	
	1. Mulheres – Brasil - Teses. 2. Relações de gênero – Brasil - Teses. 3.Feminismo – Teses. 4.Sociologia – Brasil – Teses. I. Domingues, José Maurício. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.	
	CDU 396(81)	
	Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.	
A	utorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial dest	a
dissertaçã	o, desde que citada a fonte.	

Data

Gabriela de Brito Caruso

A institucionalização do estudos de mulheres, de gênero e feministas na sociologia brasileira

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 31 de março de 2021 Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Maurício Domingues (Orientador)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - IESP

Prof. Dr. Luiz Augusto Campos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Prof.ª Dra. Clara Maria de Oliveira Araújo
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Prof.ª Dra. Bila Sorj
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.ª Dra. Verônica Toste Daflon

Rio de Janeiro

Universidade Federal Fluminense

AGRADECIMENTOS

Esses agradecimentos são minha última adição a esta tese, e foram escritos meses após sua defesa. Confesso que adiei a tarefa o máximo possível, mas somente porquê os agradecimentos são, para mim, parte do rito doutoral que exige intensa dedicação e atenção aos detalhes. Agradecer é reconhecer. Os mistérios sobre quem reconhecemos e quem não reconhecemos nesses momentos é uma das grandes questões que guiaram esta tese e assim, habita em mim um sentimento paralisante de que preciso reconhecer e agradecer a todas as pessoas que fizeram essa tese possível. Sinto que não posso deixar ninguém de fora, mas talvez seja inevitável dada a hercúlia tarefa de lembrar de cada indivíduo que me apareceram em diferentes momentos da tese e assim ajudaram-me a terminá-la.

Institucionalmente é preciso agradecer a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de doutorado, que possibilitou que eu pudesse me manter enquanto desenvolvia essa pesquisa. À CAPES também devo agradecer pela bolsa sanduiche de doutorado, que me permitiu um breve semestre que alterou significativamente o resto da minha vida. Esse agradecimento não é mera formalidade, dado que o investimento público na produção científica foi sendo reduzido drasticamente ao longo dos anos de pesquisa, tendo o órgão mantido seus compromissos com os bolsistas. Lamento que as oportunidades que tive por meio da CAPES já não existam mais. Torço para que o futuro seja mais generoso, como foi comigo. Aproveito para agradecer à Profa. Dra. Chandra Talpade Mohanty, responsável pela minha recepção e coorientação no meu período na Universidade de Syracuse, na cidade de mesmo nome, no centro do estado de Nova York. Sua generosidade e acessibilidade são atributos raros na academia e são valores que levarei comigo na minha carreira. Obrigada pelas inesquecíveis aulas de teoria feminista pós-colonial, pelo almoço em Ithaca e pela foto antiga de Neuma Aguiar, fruto de seu acervo pessoal. Agradeço à Profa. Dra. Robin Riley pela forma como ministrou as aulas em teoria feminista e pelo conteúdo selecionado, esse exemplo também espero carregar comigo por muitos anos. Por fim agradeço a doutore PJ DiPietro pelas conversas, aos Bread and Roses Collective, que me recebeu de braços abertos e em especial à Maxx, Kazmira, Kannat, Tina, Reesa, Jordan, Julie, Zay e Kayla. Agradeço Melina pela irmãdade latinoamericana, Makda, Fatehme, Anemonie e Montinique pela cumplicidade discente. Por fim, agradeço ao núcleo brasileiro em Syracuse, a URSAL Syracuse, Hugo, Patrícia, Fernando, Rafael e especialmente a Mayra, por todo amor, amizade e acolhimento na gringa.

É preciso agradecer também ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) pela minha formação acadêmica, e em especial ao meu orientador José Maurício Domingues, que sugeriu que eu me debruçasse sobre o feminismo no Brasil e que, muito pacientemente, acreditou e confiou na minha capacidade de terminar a escrita da tese quando duvidei de mim mesma, meio ao caos mental pandêmico. Agradeço também ao melhor grupo de pesquisa, o Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina, o NETSAL, pelas discussões intensas e pelo compartilhado senso de humor. Agradeço também ao professor Luiz Augusto Campos, a quem recorri em momentos chave, apossando-me por um par de anos do seu exemplar físico de "Uma história do feminismo no Brasil" de Céli Pinto. Seu convite para que eu participasse da entrevista que sua equipe faria à Neuma Aguiar foi providencial e muito generoso.

À Leonardo, Louise e Gisele, incansáveis e pacientes responsáveis pela secretaria acadêmica, meus mais sinceros agradecimentos por toda disponibilidade e atenção. Aos funcionários da casa da Rua da Matriz número 82, em especial ao Romário, responsável por registrar eventos históricos e deixar a mesa de som pronta para as confraternizações e pagodes pós-eventos organizados pelos discente. Às terceirizadas da limpeza, que por muito tempo sofreram com o descaso dos governadores do Rio, tendo seus direitos trabalhistas violados. Em especial à Alessandra e Maricleide, que além dos serviços essenciais que provinham a casa, agraciavam-nos com seus afetos, tão necessários para nós.

Devo ainda, em relação ao IESP, agradecer ao Coletivo Feminista Virgínia Leone Bicudo. Obrigada por me ensinar a força do trabalho coletivo, me mostrar a potência de mulheres reunidas e me ensinar um bocado e na prática, sobre o quão difícil e desigual é a busca das mulheres por legitimação epistêmica no espaço acadêmico. Agradeço a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pela minha formação e pela grande instituição que é, com seu belo histórico de democratização do acesso ao Ensino Superior.

Agradeço muito enfaticamente à Maria Lygia Quartim de Moraes e Neuma Aguiar, por permitirem-se ser entrevistadas e por, muito generosamente, falarem de si e de suas trajetórias para uma jovem e desconhecida pesquisadora como eu. Sou grata a Luna Campos, que gentilmente me cedeu o contato da profa. Maria Lygia, e a Taissa Sterim por ter me deixado ocupar seu apartamento na Fradique Coutinho para realizar a entrevista. Agradeço também a gentileza de Cynthia Sarti, cuja entrevista cedida pela internet, já no auge da pandemia, não pode entrar na tese devido ao tempo hábil, mas que nem por isso deixou de contribuir enormemente para a pesquisa. Sou grata também a Verônica Toste Daflon, que me ajudou a localizar em linhas iniciais meu projeto de pesquisa e por ter gentilmente me convidado a reunião no Museu Nacional que reuniu boa parte das mulheres que eu buscava estudar.

Devo agradecer também a uma série de amigos que me deram estrutura emocional para seguir a escrita, por me enviarem flores e café da manhã quando eu precisava saber que não estava sozinha durante infortúnios familiares. Agradeço ao subgrupo de teoria do NETSAL por ter lido os esboços e incontáveis versões da tese. À Simone Gomes, que leu e comentou diversas partes, à Vitória Gonzales pela leitura atenda e cuidadosa e Aline Cotrim e Felipe Macedo, pelas leituras finais de trechos importantes. Um agradecimento especial ao Victor Piaia, sempre salvando o dia, por coordenar o ambiente on-line onde realizou-se minha defesa, e à Mariane Reghim por todo apoio na reta final. Agradeço também ao Thiago Brandão, por rapidamente ter disponibilizado seu microfone quando meu equipamento de transmissão se quebrou, um dia antes da defesa. Não posso deixar de agradecer também a minha mãe e meu companheiro por terem realizado parte essencial do serviço doméstico enquanto eu escrevia. Agradeço a Marilu pela amistosa recepção no mês que passei em Teresópolis.

Certamente faltam pessoas aqui e por mais que eu tentasse seria impossível nomear todas que contribuíram para este resultado. A ciência é feita coletivamente e, portanto, eu agradeço a todos aqueles que contribuíram, nos mais pequenos detalhes, direta ou indiretamente, para esse resultado final. Por fim, obrigada a você, que lê essas frases neste momento, você também é parte disso.

RESUMO

CARUSO, G. B. *A institucionalização dos estudos de mulheres, de gênero e feministas na sociologia brasileira*. Orientador: José Maurício Domingues. 2021. 258f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

A tese investiga o processo de institucionalização dos Estudos de Mulheres, de Gênero e Feministas na sociologia brasileira nos anos 1970. O objetivo é identificar os fatores contextuais e as vivências acadêmicas que informaram as principais estratégias lançadas pelas acadêmicas para legitimar o novo campo de estudos. A hipótese é que estes fatores favoreceram estratégias de integração pouco conflituosas com o campo acadêmico, fortemente articuladas por uma concepção de pesquisa científica voltada para a intervenção social. A partir de uma análise bibliográfica, é realizado um estudo de caso-textos, que constituem o discurso mais consolidado acerca da área no Brasil, para observar como foi tratado o surgimento do campo. A partir destes textos, identificam-se os fatores contextuais mais mencionados, os nomes e as autoras mais referenciados nas narrativas dessa área de estudos. A narrativa do campo é cotejada com relatos das trajetórias pessoais dessas autoras, buscando articular suas vivencias mais subjetivas com o contexto apresentado. Os relatos são fruto de duas entrevistas em profundidade realizadas para a tese, somados aos conteúdos disponíveis em relatos, palestras e outras entrevistas já publicadas. Remontando o contexto político, intelectual e social, tanto nacional quanto internacional, e as trajetórias pessoais das acadêmicas, ressaltam-se os elementos que informam a opção por uma estratégia que utiliza as credenciais científicas das Ciências Sociais para legitimar os Estudos de Mulheres, de Gênero e Feministas na universidade.

Palavras-chave: institucionalização; estudos de mulheres; estudos de gênero; feminismo; sociologia; Brasil.

ABSTRACT

CARUSO, G. B. *The institutionalization of women, gender and feminist studies in brazilian sociology.* Orientador: José Maurício Domingues. 2020. 258f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

The thesis investigates the institutionalization process of Women, Gender and Feminist Studies in Brazilian Sociology in the 1970s. The objective is to identify the contextual factors and the academic experiences that informed the main strategies launched by academics to legitimize the new field of studies. The hypothesis is that these factors favored integration strategies that do not conflict with the academic field, strongly articulated by a conception of scientific research aimed at social intervention. Based on a bibliographic analysis and a casetext study approach of what constitutes the most consolidated discourse about the area in Brazil, the thesis observes how the emergence of the field was handled. From these texts, the most mentioned contextual factors, the names and the authors most referenced in the narratives of this area of study are identified. The field narrative is compared with reports of the personal trajectories of these authors, seeking to articulate their more subjective experiences with the context presented. The reports are the result of two in-depth interviews conducted for the thesis, added to the content available in reports, lectures and other interviews already published. In order to highlight the elements that inform the option for a strategy that uses the scientific credentials of Social Sciences to legitimize the Women, Gender and Feminist Studies at the university, it is necessary to go back to the political, intellectual and social context, both national and international, and the personal trajectories of the academics,

Keywords: Institutionalization; women's studies; gender studies; feminism; sociology; Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Matéria do Jornal O Globo de 18 out. 1972	149
Figura 2 –	Matéria do Jornal O Globo sobre o Ano Internacional da Mulher, de 09	
	jul. 1975	153
Figura 3 –	Matéria do Jornal O Globo, de 09 de março de 1980, sobre as	
	feministas	155
Figura 4 –	Capa bibliografia anotada Mulher Brasileira	200
Figura 5 –	Capa Bibliografia anotada Mulher Brasileira Vol. 2, 1989	201
Figura 6 –	Última página, divulgação de livros da editora, na Bibliografia anotada	
	Mulher Brasileira Vol. 2, 1981	202
Figura 7 –	Matéria da Folha de São Paulo, de 29 de janeiro de 1978, sobre o	
	trabalho feminino	204
Figura 8 –	Foto do roteiro da apresentação de Neuma Aguiar no Seminário de 50	
	anos da pós-graduação do IESP-UERJ com anotação à caneta	208
Figura 9 –	Foto do roteiro da apresentação de Neuma Aguiar no Seminário de 50	
	anos da pós-graduação do IESP-UERJ com anotação à caneta	29
Figura 10 –	Foto do roteiro da apresentação de Neuma Aguiar no Seminário de 50	
	anos da pós-graduação do IESP-UERJ com anotação à caneta	210
Figura 11 –	Foto da conferência "Common Differences: Third World Women and	
	Feminist Perspectives" em 1983 na Universidade de Illnois, EUA	215
Figura 12 –	Matéria no jornal O Globo, publicada no caderno de economia, em 24	
	nov. 1978, sobre o seminário	227
Figura 13 –	Matéria do jornal O Globo, em 24 de Dezembro de 1978, sobre censo e	
	trabalho feminino, baseado nos resultados do seminário A mulher na	
	força de trabalho, com comentários de Neuma Aguiar e Carmen Barroso	
		228
Figura 14 –	Matéria do jornal O Globo sobre o seminário Mulher Força de Trabalho	
	publicada em 21 de novembro de 1978	229

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI Associação Brasileira de Imprensa

AI-5 Ato Institucional Número 5

ANPOCS Associação Nacional de Pós-graduados em Ciências Sociais

ALN Ação Libertadora Nacional

CAMDE Campanha da Mulher pela Democracia

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCC Comando de Caça aos Comunistas

CNDM Conselho Nacional dos Direitos Das Mulheres

CNPQ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CMB Centro da Mulher Brasileira

DOI-CODI Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de

Defesa Interna

DOPS Departamento de Ordem Política e Social

EMGF Estudos de Mulheres, de Gênero e Feministas

EUA Estados Unidos da América

IESP Instituto de Estudos Sociais e Políticos

IUPERJ Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

ISEB Instituto Superior de Estudos Brasileiros

FAPESP Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FCC Fundação Carlos Chagas

NEIM Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher

MEC Ministério da Educação

MNU Movimento Negro Unificado

PTB Partido Trabalhista Brasileiro

PC Partido Comunista

PCB Partido Comunista do Brasil
PSD Partido Social Democrata

UDN União Democrática Nacional

UERJ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFBA Universidade Federal da Bahia
UNE União Nacional dos Estudantes

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USP Universidade de São Paulo

ONU Organização das Nações Unidas

SIMs Social Intelectual Movements

VPR Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

	INTRODUÇAO	14
1	FUNDAMENTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS: NOTAS SOBRE A TESE	19
1.1	Notas sobre o Pessoal	19
1.2	Notas sobre o Político	19
1.3	Fundamentos metodológicos	28
1.4	Metodologia	30
1.5	Notas sobre o teórico	35
1.6	O pessoal é teórico	58
2	PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E A NEGOCIAÇÃO DE LEGITIMIDADE EPISTÊMICA	64
2.1	O que é institucionalização?	64
2.2	Institucionalização das Ciências Sociais	65
2.3	Institucionalização dos EMGF	82
2.4	O conceito de status epistêmico	92
2.5	Status epistêmico na literatura do EMGF	96
2.6	Textos como posicionamentos, os mapas dos EMGF	98
3	O CONTEXTO DE SURGIMENTO DOS EMGF NO BRASIL	107
3.1	Introdução	107
3.2	Antecedentes e Mudanças Culturais	115
3.3	Cenário Político e as consequências do golpe	123
3.4	A Reforma Universitária e a Repressão	127
3.5	Dois caminhos para fora	133
3.6	Duas narrativas	146
3.7	A narrativa de origem dos EMGF	159
4	OS EMGF NA ACADEMIA	162
4 1	Marcadores	169

4.2	O Programa de Pesquisas sobre o Trabalho e Educação da Mulher da Fundação Carlos Chagas e a Bibliografia anotada da Mulher Brasileira	
4.3	Seminário A mulher na força de trabalho	205
4.4	A expansão e novas formas de legitimação	230
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	237
	REFERÊNCIAS	242
	ANEXO A - Tabelas	256

INTRODUÇÃO

Esta tese trata do processo de institucionalização dos Estudos de Mulheres, de Gênero e Feministas nas Ciências Sociais brasileiras em suas primeiras manifestações acadêmicas em meados dos anos 1970. Seu principal foco é compreender as estratégias utilizadas nas negociações em torno da legitimidade acadêmica da área em formação. De maneira geral, viso entender os mecanismos pelos quais uma nova área de estudos se legitima perante seus pares acadêmicos, como ela se organiza e onde se localiza dentro da hierarquia dos saberes científicos.

O caso dos Estudos de Mulheres, de Gênero e Feministas é particularmente interessante para observamos essas questões, pois, além da sua natureza interdisciplinar e de seu projeto de institucionalização pelas beiradas, é uma área que se forma também por meio dos movimentos sociais e de reivindicações políticas. Portanto, mais do que impulsionada por movimentos de fora da academia, talvez seja possível afirmar que ela surja no que seria seu polo oposto, a política, o que acarreta obstáculos para esse projeto de legitimação como saber acadêmico.

Como um assunto se torna um campo de estudos? Como um punhado de trabalhos dispersos inaugura uma nova área de pesquisa? Mais ainda, como algo gestado nos movimentos sociais torna-se suficientemente legítimo para ser pesquisado academicamente. Que estratégias foram empreendidas? Quais foram os condicionantes contextuais? Como as acadêmicas colocaram esse projeto em prática? São essas perguntas que norteiam as análises aqui elaboradas.

Buscando respondê-las, concentrei-me nas narrativas que o campo produziu sobre si. Olhar para essas narrativas me permitiu compreender como seus agentes pensam sua história, quem localiza como suas pioneiras, quais questões estavam em voga naquele momento e qual era a dinâmica proposta para o campo. Assim, departo de um conjunto de textos sobre os Estudos de Mulheres, de Gênero e Feministas produzido por acadêmicas consideradas referências no campo para entender como este foi pensado e quais desafios se apresentaram. Reconstituímos as principais narrativas, cruzando-as com depoimentos das acadêmicas sobre sua trajetória profissional, colhidas por meio de entrevistas e análise de trajetória acadêmica/currículo. Assim, espero jogar luz na complexa relação entre condicionantes estruturais e ações individuais na construção da legitimidade acadêmica.

A tese trabalha com dois recortes temporais distintos. Um macro, que observa as mudanças contextuais de maneira mais ampla, de 1960 à virada dos 1990. E um micro, que se concentra no primeiro *boom* de trabalhos acadêmicos na área, de 1975 a 1985. O recorte macro nos situa em relação a processos de maior duração e transcorrência mais lenta, como reformas educacionais e universitárias, modernização da sociedade brasileira, disputas políticas em curso e influências internacionais. O recorte micro repousa sobre a análise de alguns eventos específicos e está mais atento às trajetórias e interações pessoais e à realização de ações pontuais.

A legitimidade para produzir conhecimento acadêmico é algo em constante disputa e, portanto, não repousa em uma base estática, mas é constantemente refeito e rearticulado, em face tanto a alterações na dinâmica interna do campo quanto dos contextos mais gerais referentes à política, à economia e ao social. Minha hipótese é que, no nascimento deste campo de estudos, uma série de condicionantes de ordem macro e micro informaram sua autopercepção e o levaram para uma construção da legitimidade acadêmica pautada na sua capacidade de intervenção social. Esta estratégia mostra resultados significativos até meados da década de 1980, quando o cenário macro começa a se alterar e novas necessidades informam novas estratégias.

Justificando escolhas

Talvez não seja evidente a escolha do longo e pouco didático termo "Estudos de Mulheres, de Gênero e Feministas" e sua contração na sigla EMGF, mas eu me explico. Primeiro que esta é uma nomenclatura relativamente comum, utilizada em literaturas anglófonas como women's, gender and feminist studies (WGFS). Essas nomenclaturas estão agrupadas pois constituem um campo, ainda que não haja um consenso sobre qual o melhor termo para defini-lo. Qual nome a ser adotado foi uma questão de intensos debates em diferentes contextos do mundo. Ainda que as expressões "de mulheres", "gênero" e "feminista" evoquem algumas diferenças sobre o que caracteriza este campo, o uso das três opções juntas indica uma concepção mais aberta e maleável desta área, ao mesmo tempo que denota a efetiva conexão e interlocução histórica destas temáticas.

No Brasil dos anos 1970, provavelmente o nome "estudos da mulher" ou "estudo de mulheres" fizesse mais sentido, mas à medida que entramos nos anos 1980 o termo "gênero" passa a fazer-se mais presente no campo. Os dois termos também sempre conviveram/competiram com "estudos feministas". Com objetivo de olhar a formação do

campo como um todo, investir na escolha de um só dentre estes termos me obrigaria a definir previamente limites arbitrários para os diferenciar, de maneira que essa escolha mais prejudicaria do que facilitaria meu trabalho nesta tese.

Outro termo que talvez mereça justificação são meus usos de "ciência", "científico" e "acadêmico". Opto por não defini-los rigidamente, uma vez que é a construção e a variação dessas próprias definições na formação do campo dos EMGF que nos importam. Apesar disso, todos podem ser entendidos como se referindo de maneira geral a formas de produção de conhecimento acadêmico, no nosso caso específico, no âmbito das Ciências Sociais. O que constitui as formas de produção de conhecimento acadêmico e, portanto, o que é considerado científico, é justamente um dos problemas que investigo nesta tese.

Estrutura

A estrutura da tese é dívida em duas partes com dois capítulos cada. A primeira concentra uma abordagem teórica sobre os temas fundamentais da tese e situa os problemas de pesquisa na literatura mais geral da Sociologia e dos estudos de gênero. A segunda parte é voltada para análise e articulação do material empírico, focada no estudo de caso da institucionalização dos Estudos de Mulheres, de Gênero e Feministas na sociologia brasileira.

O primeiro capítulo introduz as bases teóricas e metodológicas da tese, que situo em relação às minhas vivências pessoais e ao momento político de sua escrita. Assim, justifico minhas escolhas analíticas e ressalto a importância desse tipo de abordagem sobre o tema no Brasil. O capítulo também constrói teoricamente o problema de tese, em relação à legitimidade científica, discutindo a produção de conhecimento científico como uma construção social marcada por relações de poder. Discuto as relações entre ciência e feminismo, especialmente na crítica do segundo às noções de verdade, objetividade e neutralidade do primeiro. Essa abordagem localiza teoricamente as discussões travadas nos capítulos seguintes sobre as estratégias que usamos, conscientemente ou não, para falar de um lugar autorizado e sobre as narrativas que construímos sobre o que estamos fazendo quando fazemos pesquisa acadêmica. Apresento também as principais abordagens teóricas sobre a sociologia dos intelectuais, situando a tese na miríade de questões levantadas pelas diferentes perspectivas.

O capítulo dois discute o significado de "institucionalização" de um campo de estudos e as diferentes maneiras pelas quais esse processo foi estudado. Trago três exemplos de referência em estudos sobre a institucionalização da sociologia, apontando os ganhos e os limites de cada abordagem. Os estudos sobre institucionalização da sociologia são úteis pois os

Estudos de Mulheres, de Gênero e Feministas, no Brasil, começaram a se desenvolver como subcampos em disciplinas tradicionais, sendo a sociologia uma das principais. Mostro também como os EMGF se depararam com outros dilemas ao constituir-se como um campo. Apresento como a bibliografía destinada à sua institucionalização costumou analisar o problema, delineando as tendências e localizando minhas preocupações específicas na construção desta tese. Aponto, ainda, o conceito de status epistêmico e as principais estratégias narrativas utilizadas em sua constante negociação.

A segunda parte da tese começa com o capítulo três, destinado, a partir de uma lente macro, a traçar os contextos mais gerais que informaram o processo de institucionalização. Seu objetivo é contextualizar o surgimento dos EMGF nos anos 1970 e observar como foi construída a narrativa do campo sobre sua gênese. Meu foco é observar a formação de uma área de estudos a partir da relação dos intelectuais com o contexto político e social da época, as visões de mundo que conservavam, e a leitura que faziam dos acontecimentos e da sociedade brasileira. Assim, busco identificar os fatores contextuais e as vivências acadêmicas que informaram as principais estratégias lançadas pelas acadêmicas para legitimar o novo campo de estudos. A hipótese é que estes fatores favoreceram estratégias de integração pouco conflituosas com o campo acadêmico, fortemente articuladas por uma concepção de pesquisa científica voltada para a intervenção social.

O quarto e último capítulo adota uma lente micro de análise e foca em dois processos considerados fundantes dos EMGF no Brasil no final da década de 1970: o lançamento da *Bibliografia anotada Mulher Brasileira* pela Fundação Carlos Chagas (1979) em São Paulo e a realização do seminário *A mulher na força de trabalho* no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro em 1978. Meu olhar sobre esses eventos específicos busca destacar o trabalho e as estratégias das acadêmicas para erigir um campo de estudos. Assim destaco as motivações e o trabalho por elas empreendido em suas tentativas organizar os EMGF, criando, não só uma rede de intelectuais e espaços institucionais, mas também um léxico compartilhado de problemáticas e referências.

Na conclusão, remonto sinteticamente os argumentos desenvolvidos nos capítulos para reforçar as ideias sustentadas em relação à construção de legitimidade epistêmica, principalmente em relação ao seu constante estado de construção e reconstrução, e sua relação com os contextos políticos, econômicos e sociais mais amplos. Por fim, enfatizo como este trabalho constante de construção e reconstrução de legitimidade é feito a todo momento em nossas relações profissionais, por meio textos que produzimos e nas redes que formamos.

Assim, espero contribuir de maneira geral para como entendemos a formação e sobrevivência de campos de estudo. De maneira específica, busco não só aprofundar a compreensão de eventos da história dos EMGF, mas também para uma discussão mais profunda e sistemática sobre o campo no Brasil, sobre as bases que fundamentam nossa legitimidade perante nossos pares e perante a sociedade, sobre as estratégias que podemos adotar para resistir às investidas contra o status epistêmico do campo. Enfim, sobre qual tipo de EMGF queremos construir e como vamos fazê-lo.

1. FUNDAMENTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS: NOTAS SOBRE A TESE

O pessoal é político – Slogan do Movimento de Libertação das Mulheres (WLM) americano no final dos anos 60.

O pessoal é teórico (AHMED, 2015)

1.1 Notas sobre o Pessoal

Quando, no meio do doutorado, me vi abandonando meu projeto inicial de trabalhar a influência das agências internacionais de pesquisa na construção das Ciências Sociais brasileiras para estudar alguma coisa (qualquer coisa) sobre feminismo no Brasil, eu não fazia ideia da coerência *a posteriori* desta decisão. À época, esta mudança de tema me parecia estar relacionada apenas com as minhas dificuldades pessoais e, na minha relação com a instituição da qual fazia parte, aparentava ser uma virada de 180 graus no que até então havia sido meu interesse de pesquisa.

Eu entendia de maneira privada minha autoidentificação como feminista e, até então, o espaço das experiências privadas e dos interesses acadêmicos me pareciam muito mais separados do que realmente são. Minha familiaridade com a produção acadêmica feminista era muito rasteira e eu mal poderia nomear de cabeça um exemplo ou nome do que seria o feminismo no Brasil. Quando comecei a ler sobre a história do feminismo no Brasil, tive sentimentos muito conflitantes. Ficava, certamente, maravilhada com a descoberta das ideias e ações de mulheres históricas em contextos impensáveis; ficava perplexa com como estas histórias não circulavam entre as mulheres mais jovens que, como eu, se pensavam feministas. Mas, acima de tudo, ficava surpresa de como o feminismo no Brasil era muito diferente do que eu, com a cabeça de uma jovem feminista dos novos anos 10, pensava que seria.

São disputas, tensões, debates e ambiguidades que a princípio me pareciam muito distantes do período em que vivemos hoje. Só depois de me debruçar sobre algumas dezenas de textos sobre feminismo no Brasil é que comecei a entender de onde vinham e o que informava essas disputas, tensões, debates e ambiguidades. Foi localizando a posição social das autoras, justaposta ao contexto político, econômico, social e intelectual daquela época que o conteúdo de suas produções começou a fazer sentido para mim. Foi também localizando a minha posição social e meu contexto político, econômico e intelectual que comecei a entender porque a tese vinha tomando este caminho. Por vezes, o tom pessoal que adoto em algumas passagens pode parecer estranho ou até inapropriado, mas a experiência pessoal e o relato são

importantes sustentáculos metodológicos e teóricos para os Estudos de Mulheres, Gênero e Feminismo (ver, a título de exemplo, SMITH, 1988; HARAWAY, 2009 [1988]; HARDING, 1995; COLLINS, 2016 [1990]¹).

A pesquisa acadêmica e científica tradicional hegemônica subentende um processo de alienação na produção de conhecimento. Há mais de 30 anos, os Estudos de Mulheres, Gênero e Feminismo desenvolvem complexos estudos e análises sobre os ideais de neutralidade, objetividade e universalidade da ciência e como eles refletem uma postura antropocêntrica característica dos sujeitos de produção do conhecimento científico tradicional hegemônico. O conhecimento científico tradicional hegemônico é entendido aqui como o entendimento padrão do que consiste o fazer científico, de raízes positivistas que refletem a cosmovisão particular de um grupo pouco diverso de pessoas que naturalizam seu modo de estar no mundo a partir da generalização de suas experiências pessoais como homens brancos ocidentais. Uma discussão dessa natureza pode se alongar indefinidamente, portanto, vou me ater à importância da experiência pessoal em relação ao método e à teoria feminista.

Quando se declara que a objetividade do conhecimento científico, caracterizada pelo distanciamento do objeto em relação ao sujeito de produção do conhecimento, é uma generalização da cosmovisão de uma subjetividade masculina branca ocidental, implica-se que este posicionamento teórico é reflexo de uma experiência pessoal implícita. Nesse sentido, o uso da experiência pessoal de maneira explícita, na teoria feminista, tem por objetivo mobilizar teoricamente um sujeito, até então ausente na produção científica, e acessar outros espaços teóricos que deem conta de responder perguntas não pautadas por este sujeito da teoria hegemônica. Trata-se também de um movimento de honestidade em relação à produção científica, que não escamoteia as origens sociais que informam sua visão de mundo e que influenciam a maneira como pensamos nossa pesquisa.

É nesse sentido que Sara Ahmed (2015), afirma que o pessoal é teórico. Para a autora, trazer a experiência pessoal para o texto não requer suposições de verdade ou autenticidade. O pessoal traz a teoria de volta à vida (AHMED, 2015, p. 10), ou seja, força outros questionamentos baseados em experiências de outros sujeitos usualmente marginalizados na produção de conhecimento científico. Escancara as origens materiais que embasam um movimento de abstração teórico, evidencia seu lugar de partida e não esconde suas origens por trás de uma simulação de abstração completa capaz emular a neutralidade (diga-se, o

¹ Existe uma infinidade de trabalhos acadêmicos feministas que discutem a importância da experiência pessoal no fazer teórico e metodológico feminista. Seria uma tarefa ingrata tentar reunir todas as produções exemplares neste sentido, por isso, optei por mobilizar apenas algumas das mais conhecidas.

afastamento do sujeito e suas paixões em relação ao objeto) e, portanto, a objetividade, segundo a tradição hegemônica, que o conhecimento científico exige. Isto vai para além de trazer estes outros sujeitos marginalizados como objetos de pesquisa; trata-se de incorporar suas experiências como sujeitos do conhecimento para gerar novas e mais satisfatórias abordagens teóricas.

Com isso, não tenho a menor intenção de menosprezar o material aqui apresentado como algo puramente pessoal com resultado individual. Pelo contrário, o objetivo é justamente contribuir para o entendimento de que a separação artificial entre sujeito e objeto não agrega nenhum elemento de neutralidade, objetividade e universalidade *a priori* à produção científica. É mostrar que, quando se reconhece a importância das múltiplas subjetividades envolvidas nas construções teóricas, temos respostas mais completas a oferecer e novas perguntas a serem feitas.

Sandra Harding e Donna Harraway são duas autoras que podem nos ajudar a navegar essa tortuosa discussão sobre objetividade e neutralidade no fazer científico. No artigo *Strong objectivity* (1995), Harding defende a tese de que as críticas à noção moderna de objetividade não devem necessariamente levar a ciência ao seu contrário, o relativismo total. Isso pois, se toda ciência não é senão narrativa, discurso e poder, então, que diferença existe entre o discurso científico e qualquer outro discurso? Para Harding (1995), a objetividade pode e deve ser repensada, de preferência afastando-se da ideia de neutralidade.

A preocupação feminista com a objetividade advém do fato de que mulheres e, em geral, qualquer grupo marginalizado foram sempre corpos marcados para a ciência, no sentido de que o homem branco ocidental molda a empresa científica à sua imagem e semelhança, sendo ele mesmo um modelo de objetividade, neutralidade e capacidade de abstração. Por esse mesmo motivo, mulheres em geral, pessoas negras e qualquer outra minoria, marcadas pela sua corporeidade, foram constantemente acusadas de serem incapazes ou, no mínimo, terem mais dificuldade de serem cientificamente objetivos, principalmente quando fizeram denúncias críticas à maneira normal do fazer científico. De acordo com Harraway (2009), este é o olhar que inscreve todos os corpos marcados, e que possibilita à categoria não marcada alegar ter o poder de ver sem ser vista, de representar, escapando à representação. A objetividade, entendida como neutralidade, é a posição não marcada de homem branco.

A objetividade, da maneira como é tradicionalmente pensada, tende a reforçar preconceitos compartilhados da comunidade científica. A demanda por objetividade, como a separação da observação dos desejos dos pesquisadores, torna-se a demanda por separação do pensar e do sentir. Isso promove o desapego moral dos cientistas, o que pode significar o avanço

de uma ciência que se dedica muito pouco a pensar suas consequências para a realidade humana. O igualitarismo idealizado de uma comunidade de estudiosos mostrou-se uma hierarquia rígida de autoridades científicas, integrado à estrutura geral de classes da sociedade e modulado pelas corporações (HARDING, 1995). Segundo a autora, revela-se uma contradição crescente entre a sofisticação da ciência nos pequenos detalhes e a irracionalidade da empresa científica como um todo.

De acordo com Harding (1995), a política atravessa a ciência de duas maneiras essenciais. A mais comum e antiga é a política como as ações e políticas destinadas a promover as agendas dos grupos de interesse. É um tipo de política "externa" à ciência, que penetra e contamina a "ciência pura" por meio de ações conscientemente escolhidas, claramente articuladas com agendas que moldam a produção científica e, portanto, imagens científicas e populares da natureza e relações sociais. Esse é o tipo relação entre política e ciência contra a qual o ideal de objetividade como neutralidade – objetivismo – funciona melhor, embora não perfeitamente.

Harding (1995) também identifica uma outra maneira pela qual a política se faz presente na ciência; uma política menos visível, menos consciente, por meio da prática e da cultura que constitui um episódio científico particular. Paradoxalmente, esse tipo de política funciona através da despolitização da ciência – através da criação de ciência "normal" ou autoritária (HARDING, 1995). A política institucionalizada e normalizada da supremacia masculina – a exploração de classe, o racismo e o eurocentrismo –, despolitiza as instituições e práticas científicas ocidentais, de maneira que nossas imagens dos mundos natural e social são legitimadoras de políticas públicas exploradoras. Assim, as críticas feministas se concentraram em como os conceitos de "cientista", "objetividade" e "racionalidade" são codificados com base em noções de gênero e tornaram-se responsáveis por constituir as instituições e práticas científicas que chancelam a neutralidade dos procedimentos (HARDING, 1995). Em contraste com a política que vem de fora, esse tipo de política institucional é parte constitutiva da sua natureza:

O objetivismo defende e legitima as instituições e práticas por meio das quais as distorções e suas consequências frequentemente exploradoras são geradas. Certifica como valor neutro, normal, natural e, portanto, nada político, as políticas e práticas por meio das quais grupos poderosos podem obter as informações e explicações de que precisam para promover suas prioridades². (HARDING, 1995, p. 337, tradução nossa).

.

² Tradução livre do original em inglês: "Objectivism defends and legitimates the institutions and practices through which the distortions and their often exploitative consequences are generated. It certifies as value-neutral, normal,

Estudos recentes sobre ciência e tecnologia tornaram disponível um argumento muito forte sobre a construção social de todas as formas de conhecimento, mais especialmente, das formas científicas. Assim, de alguma maneira, pode-se ter a impressão de que nenhuma perspectiva é privilegiada, já que todas as fronteiras internas-externas do conhecimento são teorizadas como movimentos de poder e não movimentos em direção à verdade (HARRAWAY, 2009). Deste ponto de vista, a ciência pode ser entendida como puramente retórica. Mas o pensamento feminista tem mais a oferecer do que a iconoclastia, pois não só de críticas destitutivas se faz um corpus teórico. De acordo com Harraway (2009), as feministas deveriam insistir em uma explicação melhor do mundo; não bastava mostrar a contingência histórica radical e os modos de construção de tudo. Elas têm interesse em um projeto de sucessor de ciência que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica e melhor do mundo, de modo a viver bem nele. E isso envolve ter uma posição crítica, reflexiva, em relação às nossas próprias práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm (HARRAWAY, 2009).

Assim, coloca-se um desafio que é como ter, simultaneamente, uma explicação da contingência histórica sobre todo o conhecimento postulado e todos os sujeitos cognoscentes, e um compromisso a sério com explicações fiéis de um mundo (HARRAWAY, 2009). Algo que nos permitisse tecer algumas explicações confiáveis, aplicáveis, que não fossem redutíveis a lances de poder e a jogos de retórica agonísticos, ou à arrogância cientificista, positivista.

Harraway e Harding, cada qual em suas diferenças, vão propor uma alternativa a este modelo de ciência, cuja solução não é o relativismo total mas uma outra objetividade. Para Harding (1995), é uma "objetividade forte³" proposta em um modelo de *standpoint theory* (teoria do ponto de vista). A *standpoint theory* busca responder como uma pesquisa feminista em ciências biológicas e sociais poderia produzir empírica e teoricamente respostas mais adequadas sobre a natureza e as relações sociais. Para Harraway (2009), são saberes localizados, uma doutrina de objetividade corporificada. Embora as duas propostas apresentem algumas diferenças, elas guardam entre si muito mais semelhanças.

A teoria do ponto de vista parte do princípio de que o que fazemos em nossas relações sociais permite e também limita (não determina) o que podemos saber (HARDING, 1995). Parte-se do reconhecimento da desigualdade social. De acordo com a autora, e em concordância

-

natural, and therefore not political at all the policies and practices through which powerful groups can gain the information and explanations that they need to advance their priorities."

³ Strong objectivity, no original em inglês.

com o que pontuei acima, todo pensamento humano necessariamente pode ser apenas parcial, sempre limitado pelo fato de ter apenas uma localização histórica específica — de não poder estar em toda parte e ver tudo. Para ter uma visão crítica dos interesses e valores que constituem os projetos conceituais dominantes, é preciso começar a pensar a partir das experiências de vida de grupos marginalizados. Isso não quer dizer que basta partir das experiências das mulheres para construir análises feministas; o conhecimento feminista não é uma elaboração "neutra" das experiências das mulheres, mas uma política coletiva (HARDING, 1995). Fazer ciência a partir da experiência de vida de grupos não-dominantes nos leva a novas perguntas que podemos fazer sobre natureza, ciências e relações sociais. Essas repostas não precisam dizer respeito apenas a este grupo em particular; elas são potenciais para uma vantagem crítica para gerar empiricamente mais precisão teórica.

A produção acadêmica feminista desafiou os corpos de conhecimento tradicionais e forçou o reexame de suposições empiristas sobre a organização das comunidades científicas, sobre o conhecedor, o conhecido e como o conhecimento deve ser produzido, e o método em nome da melhora do conhecimento científico. O objetivo não é formular um conhecimento que nos leve à verdade, mas ao menos a um processo rigoroso, meticuloso, que nos leve a um conhecimento menos falso (HARDING, 1995).

De modo parecido, para Harraway (2009), apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva. Uma visão objetiva, uma perspectiva parcial que se responsabiliza tanto por suas promessas quanto por seus equívocos. A objetividade feminista trataria da localização limitada, do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto (HARRAWAY, 2009). Apenas assim os intelectuais podem se tornar responsáveis pelo que aprendem a ver. O conhecimento, uma vez situado, localizado, corporificado, vai contra a objetividade em seu entendimento tradicional, produtora, por sua vez, de conhecimentos não localizáveis e, portanto, irresponsável, incapaz de ser chamada a prestar contas.

Não se trata de considerar as perspectivas dos subjugados como simplesmente melhores, mas de compreender que têm ampla experiência que se distingue daquela produzida pelas perspectivas hegemônicas. Para Harraway (2009), a alternativa ao relativismo são saberes parciais, localizáveis, críticos, que possibilitam a criação de redes de conexão, solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia. É precisamente na política e na epistemologia das perspectivas parciais que está a possibilidade de uma avaliação crítica objetiva, firme e racional.

maneira de "estar" simultaneamente em todas, ou inteiramente em uma, das posições privilegiadas (subjugadas) estruturadas por gênero [...]). Sujeição não é base para uma ontologia; pode ser uma pista visual. Identidade, incluindo auto-identidade, não produz ciência; posicionamento crítico produz, isto é, objetividade, conhecimento racional. (HARRAWAY, 2009, p. 26-27).

Voltar-se ao conhecimento científico procurando uma verdade, uma posição inteira, capaz de acessar e transmitir exatamente aquilo que corresponde à realidade mais crua dos fatos é uma tarefa fadada ao fracasso; é, como diz Harraway, a procura pelo objeto perfeito, fetichizado, como nos alerta Mohanty (1984). Um saber localizado requer que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente. A corporificação feminista, nossa confiança na parcialidade, objetividade e conhecimentos localizados possibilitam que tenhamos conversas e estabeleçamos códigos neste potente nódulo nos campos de corpos e significados possíveis.

Eu quis trazer a discussão de Harding e de Harraway sobre objetividade por vários motivos. Em primeiro lugar, porque esta tese, da forma como é construída, só poderia ser escrita por mim. Ela carrega consigo meus marcadores. Uma tese sobre os Estudos de Gênero no Brasil poderia tomar infinitos caminhos; este caminho é o meu. Aqui, a preocupação central não é o conteúdo produzido neste campo, nem a vida das mulheres que o compuseram. Não é nem, quiçá, o campo dos Estudo de Gênero, mas a maneira pela qual construímos legitimidade científica, as estratégias que usamos, conscientemente ou não, para falar de um lugar autorizado, para ser ouvido, para ser levado a sério, para ter impacto no mundo. É sobre a narrativa que construímos sobre nós mesmos, sobre o que pensamos que estamos fazendo e o que se logra nessa barganha.

Trouxe Harding e Harraway, e sua discussão sobre objetividade, para assegurar que ser transparente e consciente em relação às escolhas que fiz na tese não diminui em nada sua capacidade explicativa, apenas torna visível aquilo que muitos cientistas sequer se questionaram em relação ao porquê de suas opções profissionais/intelectuais. Acredito que, nesta tese, a clareza relacionada às minhas relações pessoais com minhas escolhas é o que a torna melhor, sem a pretensão de estabelecer verdades absolutas sobre os EMGF, mas capaz de produzir interpretações relevantes para o campo no Brasil e para a sociologia dos intelectuais em geral.

1.2 Notas sobre o Político

Se, quando comecei, minhas questões individuais e institucionais pareciam determinar os rumos da minha pesquisa, aos poucos fui me dando conta do quanto o meu contexto e a minha posição social ressoavam nas minhas opções acadêmicas. Quando qualifiquei meu projeto, em meados de 2017, estávamos no rescaldo do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, que havia sido reeleita por voto popular e em seguida retirada do seu posto de presidenta num processo que soou como um golpe parlamentar. Além da já tradicional cobertura jornalística às políticas mulheres (ver BIROLI, 2009 e SARMENTO, 2013) muitas das narrativas construídas para fundamentar o *impeachment* e desqualificar a então presidenta relacionavam a conjuntura política com sua condição de mulher, evocando ideias de feminilidade (ou sua falta), sexualidade e família.

O governo vinha sendo atacado havia algum tempo por propor a discussão sobre educação sexual e respeito às diferentes sexualidades nas escolas, o que ficou conhecido em sua versão alardeada e mentirosa sob a alcunha de "kit gay". Uma série de políticas de inclusão, como o direito ao nome social ou alteração da definição de família (antes restrita à configuração "homem" e "mulher) foi mobilizada no processo de *impeachment*, onde o governo passou a ser acusado de querer implementar uma ideologia de gênero e de promover a destruição da chamada "família tradicional".

Com a queda da presidenta Dilma Rousseff⁴, o então vice-presidente Michel Temer assumiu em seu lugar, com uma agenda impopular de reformas para flexibilizar as leis trabalhistas e o sistema previdenciário, dando início a uma sequência de cortes violentos nos investimentos em educação e ciência, a fim de reduzir as contas do Estado. Como socióloga que sempre flertou muito mais com a Antropologia do que com a Ciência Política, não me atrevo e nem tenho a intenção de fazer uma análise política sobre estes fatos. Acontece que, muito provavelmente, como resultado inesperado do estratagema responsável pelo *impeachment*, quem se elegeu após o impopular mandato de Temer, O Breve, não foram os atores políticos tradicionais da centro-direita anti-petista, mas o capitão reformado Jair Messias Bolsonaro.

Bolsonaro se apresentava como *outsider* da política tradicional (apesar de atuar na política desde o final dos anos 1980) e como político de extrema-direita, ausentando-se de debates oficiais enquanto mobilizava de maneira informal a população em torno de suas

⁴ Também chamada de "golpe parlamentar", visto que, apesar da motivação torpe, ocorreu por mecanismos legítimos da constituição.

opiniões pessoais machistas, homofóbicas e racistas. Com seu estilo irreverente e seu discurso marcado pelo "politicamente incorreto", o capitão foi eleito e, contrariando expectativas de moderação do seu discurso, iniciou uma campanha anti-intelectual de governo, culminando em mais cortes nas universidades e na pesquisa científica, assim como na produção publica de dados, e em ataques verbais públicos, demissões de autoridades científicas e negação e censura de resultados de pesquisas científicas e de dados oficiais. Nesta soma de fatores, um dos discursos mobilizados para sua eleição e durante seu governo foram as alegações de que a esquerda, ocupando a política institucional e as universidades, implantava uma doutrinação comunista e da ideologia de gênero, com o então ministro da educação Abraham Weintraub posicionando-se enfaticamente contra áreas das humanidades, chegando a declarar que não queria sociólogos, antropólogos e filósofos estudando com o seu dinheiro (REZENDE, 2020). O fenômeno mundial da pandemia acirrou ainda mais as tensões entre política e ciência.

A descrição desses fatos pode parecer desnecessária ao leitor que, como eu, viveu e está vivendo exaustivamente esta conjuntura, mas existe um ponto para além da dramatização da vida. Esta tese é sobre as diversas variáveis que atravessam o fazer acadêmico. Sobre como pesquisadores produzem ciência e como o cenário político, econômico e intelectual contribui para legitimar ou deslegitimar determinados saberes que se propõem científicos ou acadêmicos. Sobre como a legitimidade acadêmica é algo em constante disputa por uma diversa gama de atores, internos e externos ao campo científico; e sobre quais estratégias são empreendidas, levando-se em conta as possibilidades e limitações do seu contexto e dos seus atores para garanti-la. Sobre como estas disputas são informadas por e como elas também influem em nossas vidas, direcionando nossas trajetórias pessoais e acadêmicas, refletindo-se em nossa produção intelectual. Sobre como contamos nossas histórias. Sobre como vivemos nossas vidas.

Ao longo destas páginas, espero ser capaz de mostrar, através do estudo das estratégias e das negociações em torno da legitimidade acadêmica no caso da institucionalização dos Estudos de Mulheres, Gênero e Feminismo (EMGF) nas Ciências Sociais brasileiras, que a produção acadêmica é permeada por diversas disputas, tensões, debates e ambiguidades, presentes tanto na dimensão individual dos atores (atrizes, no nosso caso) quanto nos contextos político, econômico, social e intelectual.

Este período político – marcado pelo contingenciamento da pesquisa científica, pela ameaça de controle ideológico sobre a produção acadêmica e pelo ataque histérico a todas as instancias, significados e usos da palavra *gênero* –, desenhou-se logo após um novo "boom" feminista no Brasil e no mundo. Na última década, temos observado, junto com um movimento de reação, um novo momento de expansão e aceitação do feminismo no Brasil e no mundo. O

feminismo e os discursos que reivindicam uma maior autonomia das mulheres e práticas sociais mais igualitárias em termos de gênero e sexualidade vêm sendo incorporados às produções culturais, às mídias tradicionais e até a peças publicitárias. No Brasil, verificou-se uma rápida profusão de "coletivos feministas" nas universidades e em escolas secundárias, caracterizando uma ampliação deste debate, principalmente entre as camadas mais jovens. Além disso, no Brasil e no mundo, os movimentos de mulheres voltam a aparecer e exercer grande pressão política. Aqui, o "Fora Cunha" e o "Ele não" vieram a ser um pouco simbólicos desta nova "primavera feminista".

Em um momento de nova ebulição das ideias ligadas ao feminismo, é importante investir na reconstrução, sistematização e preservação de sua memória acadêmica, de maneira que as novas gerações de pesquisadores e pessoas interessadas tenham acesso a um material condensado sobre a história e as estratégias de institucionalização dos EMGF no país. Isto é essencial para que não se percam de vista a história e o acúmulo de conhecimento e experiências das gerações anteriores, como aprendizado e para que se abram caminhos de diálogo mais intensos entre essas gerações. Isso contribui para o reconhecimento e a valorização da produção de pensamento local, principalmente em um campo marcado pela influência dos centros de conhecimento e produção teórica do Norte-global. Abre ainda a possibilidade de um diálogo franco sobre o que há de político no fazer acadêmico e como esta relação é essencial para as opções estratégicas de um campo de estudos.

1.3 Fundamentos metodológicos

Esta tese combina uma abordagem teórica sustentada por três investidas metodológicas. O primeiro material utilizado para análise das estratégias e projetos de institucionalização cumprem função tanto de fonte primária como de fonte bibliográfica. Artigos científicos, relatos, análises bibliográficas e conferências produzidas pelas próprias acadêmicas, que são as atrizes desse processo de institucionalização neste período de tempo, serão pensados como fontes primárias, no sentido em que são usados como evidências de um momento em que se realiza a organização de uma narrativa sobre o campo por parte das próprias atrizes que nele atuam e o constroem, inclusive — e, aqui, principalmente — por meio da produção destes textos. A análise desse material vai nos permitir reconstruir as principais narrativas que a área produziu sobre si mesma, como as atrizes fundamentais no processo de institucionalização pensam a si mesmas e suas estratégias narrativas para construir a área, tanto real, quanto discursivamente.

O segundo tipo de material utilizado tem como base a trajetória acadêmica e o perfil dessas atrizes. Por meio de uma prosopografia, realizo um levantamento dos principais nomes da área, procurando identificar similaridades e diferenças em suas trajetórias que teriam contribuído para influenciar suas tomadas de posição na área. Apesar das controvérsias e multiplicidade de definições, a prosopografia pode ser entendida como:

[...] a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes [...]. Os vários tipos de informações sobre os indivíduos no universo são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas. Eles são testados com o objetivo de encontrar tanto correlações internas quanto correlações com outras formas de comportamento ou ação. (STONE, 2011, p. 115).

Aspectos levados em conta serão, por exemplo, aqueles relativos às disciplinas tradicionais originais nas quais se formaram; que faculdade cursaram e onde trabalharam; se estudaram ou se exilaram no exterior; e se eram ligadas a partidos políticos ou a instituições religiosas.

O que fiz foi montar uma planilha (disponível no Anexo) com os principais nomes dentre as acadêmicas que produziram sobre os EMGF no Brasil, mas não qualquer mulher que produziu sobre o tema. Como meu foco é a narrativa dos EMGF, selecionei os nomes de mulheres que apareceram citadas em textos de balanço da área, textos que buscaram organizar essa narrativa do campo, que pensavam a própria constituição desta temática no Brasil. Esse método me permitiu selecionar as mulheres que foram lembradas e responsabilizadas pelo desenvolvimento do campo e, claro, também identificar as ausências.

Explorar as citações dos artigos permite que tracemos uma rede de mulheres e trabalhos em diálogo, mas também uma rede de referências, acompanhando o processo pelo quais algumas personalidades e alguns textos são alçados à importância de "definidores" de um meio. Por meio de uma planilha, essas informações são categorizadas e atribuídas a cada pesquisadora listada e permitem um olhar médio para um grupo, que não se restringe aos atributos e trajetórias individuais, mas que também é um pouco mais específico do que o panorama geral das condições sociais, políticas e econômicas da época.

O último tipo de material a ser analisado são entrevistas já publicadas ou realizadas por mim com algumas peças-chave do processo de institucionalização. As entrevistas têm o objetivo de preencher algumas lacunas e captar, depois de transcorrido um longo espaço de tempo, quais eram as intenções individuais das atrizes e como elas reformulam ou não seu discurso sobre a época tendo em vista a mudança no cenário posto na atualidade. As entrevistas

também nos dão dados da vida e da trajetória individual dessas autoras, que nos ajudam a entender, a partir da vivência de cada uma, o caldeirão de influências e circunstâncias que conduziu suas ações e escolhas.

A escolha de um enquadramento teórico para tratar de estudos de intelectuais não é uma tarefa fácil. Existem incontáveis abordagens advindas das mais distintas escolas e tradições de pensamento. Estudar intelectuais é pensar as pessoas que constroem conhecimento. Alguns o fazem dando mais destaque ao contexto, à estrutura; outros, à obra, ao indivíduo; e há ainda aqueles que pensam em redes, interações e posições no campo. Meu objetivo é fazer um sobrevoo por nosso objeto a partir destas três matrizes. Apesar dos sacrifícios e riscos que assumo, acredito que esse misto de abordagens cumpre bem um dos meus objetivos teóricos a respeito da sociologia dos intelectuais, qual seja, a de que a produção intelectual é o resultado de uma amálgama de contextos estruturais, experiências e disposições individuais, influenciado e realizado por meio de redes de relações sociais, que, por sua vez, são reflexo deste encontro entre contexto/estrutura e experiências/disposições individuais. Nesta tese, dedico-me a pesquisar um tipo muito específico de intelectual e talvez um dos tipos mais evidentes.

1.4 Metodologia

N: Você quer tomar café?
G: Eu aceito. Não vou dizer que não. Quer ajuda com alguma coisa aí? Qual a sua xícara, professora?
N: A minha é essa aqui..
G: Deixa eu segurar aqui pra você.
Outra pessoa: Toma com açúcar ou adoçante?
G: Nada, gosto de purinho também. Obrigada.
N: Tem bolo também.
G: Opa, muito obrigada. (...)
N: Então o que você tinha perguntado? (AGUIAR,

G: Em termos de institucionalização isso é um dos caminhos, né, fica à vontade... porque eu fico pensando...
M: Você me dá um copinho de café?
G: Claro! Se... açúcar ou adoçante ou sem nada?
M: Nada. (MORAES, 2020)

Meu objetivo é analisar um determinado corpo de textos para entender como são apresentados os EMGF, observando a narrativa que esta área de estudos produz sobre si mesma. O que faço é um estudo de caso-textos. Os textos foram selecionados de maneira exploratória, orgânica, analisando aqueles que emergem com mais frequência nos mais diferentes buscadores acadêmicos quando se pesquisa por "institucionalização dos estudos de

mulheres/gênero/feminismo no Brasil" e combinações de palavras similares. Consultando os textos que aparecem nas primeiras tentativas de pesquisa no tema, isto me deu acesso a um conjunto que forma uma "visão inicial" e, de certa maneira, integra uma narrativa abrangente mais oficial e genérica sobre o assunto. Como este tipo de reflexão mais específica sobre os EMGF no Brasil não é um campo com grande produção bibliográfica, a maior parte dos textos que emergiram era de autoras solidamente consagradas na área. Isso nos garantiu uma amostra mais representativa e mais segura do que se aproximaria de um discurso mais consolidado acerca dos EMGF no Brasil.

A busca resultou em uma série de artigos que diziam respeito não somente ao campo de estudos, mas também ao movimento feminista brasileiro. Alguns tratavam do desenvolvimento da crítica feminista em suas respectivas áreas disciplinares, como a literatura, a antropologia, a sociologia e assim por diante. Outros estavam mais preocupados com os movimentos sociais de mulheres e movimentos feministas. Alguns se ocupavam de revistas acadêmicas, análises de trabalhos apresentados em congressos e alguns poucos tratavam mais sistematicamente da institucionalização ou da história dos EMGF no Brasil.

Com objetivos muito diferentes entre si, foi difícil encontrar uma linha que colocasse em diálogo toda esta literatura. Eu procurava prestar atenção na maneira como era construída a narrativa sobre a área de estudos. Assim, procurava identificar nos textos o que as autoras consideravam ser seus primórdios, como incorporavam o contexto de surgimento, onde localizavam suas atividades, quais nomes eram mencionados, quais experiências foram consideradas essenciais, as disputas internas mencionadas e como se colocavam em relação ao universo acadêmico/universitário em geral. Foquei, portanto, em como, quais e por quais motivos se construíam as narrativas acerca dos EMGF.

Observei então o profundo entrelace nos textos recolhidos entre a produção acadêmica dos EMGF e o movimento feminista/movimento de mulheres. Da maneira complementar, busquei então por "feminismo no Brasil" e similares, o que resultou em um número maior de arquivos, mas ainda assim uma quantidade considerável reservava ao menos parte do texto para tratar da produção científica. Recolhi todos aqueles que, em algum momento, referiam-se à produção acadêmica na área.

A partir da leitura destes textos, comecei a observar a bibliografia que eles citavam, o que expandia meu horizonte de busca, aumentando o volume geral de textos. Passei então a incluir na lista alguns textos pioneiros dos EMGF que apareciam citados com frequência. São textos sobre "mulheres brasileiras", característicos desse primeiro *boom* de produção científica escrito por autoras que fizeram carreira no campo. Selecionei estes textos pensando em como

apresentavam e justificavam seu tema, reconhecendo que isto seria relevante para entender as maneiras que os EMGF se anunciavam. Seguindo os rastros das citações e procurando mais detalhes sobre as autoras, encontrei textos sobre elas, alguns dedicados a entender a produção e a trajetória de intelectuais feministas e, outros, em homenagem ao então falecimento das mesmas.

Comecei a selecionar as autoras mais referenciadas nos textos e a construir uma tabela com seus nomes. Se eu via o nome de uma autora citado em mais de um artigo, ela entrava para a lista. Meu objetivo foi conseguir um agrupamento das mulheres que ocuparam lugar central nas narrativas de formação dos EMGF: as mulheres consideradas pioneiras/essenciais ou que tinham feito carreira no campo. O livro organizado por Heloisa Buarque de Hollanda, *Pensamento feminista brasileiro* (2019), veio confirmar *a posteriori* algumas das minhas escolhas.

Essa tabela se iniciou como um mapeamento que me ajudaria a verificar uma lista de potenciais entrevistadas. Fui pesquisando, uma a uma, as informações disponíveis sobre sua trajetória e filiação acadêmica. As categorias iniciais que pretendia preencher eram NOME, ESTADO, UNIVERSIDADE, DEPARTAMENTO, NÚCLEO DE ESTUDOS, GERAÇÃO (pioneiras, segunda geração ou contemporâneas), GRADUAÇÃO (disciplina que cursou), EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL e se estavam vivas ou haviam falecido. Por razões diversas, apenas algumas dessas categorias foram preenchidas. Não foi fácil construir tal tabela. A maioria das informações podia ser recolhida no Currículo Lattes, mas, devido às diversas trajetórias e/ou à inexistência dessa plataforma na época das pioneiras, algumas mulheres, ainda que reconhecidamente centrais nos EMGF, tinham pouquíssimos registros de sua trajetória acadêmica na internet.

Mais à frente na pesquisa, deparei-me com um trabalho de Marilia Moschkovich (2018) em que ela havia produzido uma tabela semelhante. A maior parte dos nomes das nossas tabelas batiam; na de Moschkovich, havia autoras que não estavam na minha e vice-versa. Adicionei mais linhas para incorporar alguns nomes que Moschkovich havia selecionado, e a coluna disciplina principal de vinculação, segundo sua classificação. Notei algumas pequenas diferenças entre as nossas classificações, por exemplo, a tabela de Moscovick colocava a UFMG como instituição vinculada à pesquisadora Neuma Aguiar. Aguiar de fato encerrou sua carreira na UFMG depois de muitos anos de dedicação à instituição e ficou bastante conhecida pelos projetos grandiosos de pesquisa que coordenou na federal de Minas. Eu, no entanto, talvez por conta dos nossos diferentes recortes temporais, a vinculei ao IUPERJ, onde atuou por muitos anos e onde começou a trabalhar no tema dos EMGF.

Ao selecionar uma potencial lista de candidatas a entrevista, conferindo suas filiações e procurando sobre suas trajetórias, comecei a encontrar uma escassa bibliografia sobre algumas autoras, mas uma boa quantidade de entrevistas já publicadas e inclusive homenagens a respeito do falecimento de algumas dessas figuras. Dividi então os textos, baseados nos seus títulos e resumos, entre aqueles que tratavam "Institucionalização dos EMGF no Brasil", "Feminismo no Brasil", "Mulheres brasileiras", "Textos sobre as intelectuais" e "Entrevistas".

Durante a pesquisa e análise dos textos acerca da institucionalização da área no Brasil, constatei raras menções às intelectuais feministas negras, sua produção e suas críticas à produção intelectual. De maneira geral, quando o texto mencionava o debate em torno das questões raciais, fazia-o de maneira passageira, sem dar centralidade a esta discussão. Nos textos mais antigos, a maior parte das menções não passa de uma linha, com exemplo de um estudo realizado, ou um breve comentário sobre os mais recentes estudos de mulheres em condições particulares. Nos textos mais recentes, com frequência as menções se encontravam em ganchos argumentativos que apontavam para um processo de amadurecimento do pensamento feminista que, aos poucos, se desvencilhava de um entendimento universal de mulher para entendê-la em seus diferentes recortes. Este processo, neste corpo de textos, é descrito como resultante do conhecimento feminista produzido a partir dos anos 80 e dá destaque à produção intelectual das feministas negras norte-americanas. Na construção da lista, constatei a ausência de feministas negras brasileiras pioneiras que ainda sabemos o nome, como Lélia Gonzáles e Sueli Carneiro, para mencionar apenas duas das mais conhecidas. Uma série de explicações pode ser pensada para este fenômeno, nas quais não poderei me aprofundar nesta tese, mas talvez consiga ajudar oferecer algumas hipóteses.

Sobre as entrevistas que fiz, optei por adotar uma técnica oportunista, inclusive motivada pela falta de informações *on-line*. Por isso, comecei enviando convites para aquelas que eu tinha conseguido contato. Consegui o telefone de Neuma Aguiar na ocasião dos 50 anos do IESP-UERJ, onde ela esteve presente no seminário 50 anos da Pós-Graduação do IESP-UERJ, relatando justamente o evento do qual iremos tratar mais à frente. Este seminário foi um projeto de memória institucional coordenado pelo Prof. Luiz Augusto Campos, com grande equipe e diversos colaboradores⁵.

_

⁵ Equipe: Coordenação - Luiz Augusto Campos; Comissão - Paulo Cassimiro, Breno Bringel e Christian Lynch; Site - Raul Nunes; Marca e identidade visual - Gerome Ibri; Equipe de audiovisual (Programa Caminhos) - João Pedro Pacheco, Mariani Ferri e Hélio Canonne; Pesquisa documental - Leandro Guedes, Weslley Dias, Blanche Marie Evin da Costa, Kaio Felipe Mendes Santos, Matheus VItal de Oliveira Mendes, Marcia Rangel Cândido, Pedro Marreca e Theicy Ferreira; Apoio - Edson Luís, José Szwako, Palloma Menezes, Marcella Araújo, Letícia Pinheiro, Poema Portela e Izabele Peterson.

Os 50 anos do IESP-UERJ tinha como um dos seus braços o Programa Caminhos, que realizava entrevistas com antigos e célebres professores da casa. Quando a equipe do Programa Caminhos – Luiz Augusto Campos, João Pedro Pacheco, Mariani Ferri e Hélio Canonne – foi gravar um episódio de memórias do instituto com Neuma Aguiar, Luiz educadamente sugeriu que eu fizesse a ponte e participasse da entrevista. Gesto pelo qual sou muito grata. Em um calor de fevereiro, na sala de aula do instituto, onde realizávamos a entrevista, marquei de fazer outra rodada de perguntas com ela. No dia dois de março, um dia de chuva ininterrupta, saí de casa com bastante antecedência e peguei o transporte público até a residência da Prof. Neuma, não sem antes me perder e rodar muito tempo por ruas vazias e alagadas, segurando pasta e guarda-chuva, procurando pelo número do prédio. Chegando lá, ela me recebeu e sentamos no seu quarto para uma longa conversa.

Consegui o contato de Maria Lygia Quartim de Moraes através de uma amiga, Luna Campos, que gentilmente me passou. Eu mandei mensagem, a professora concordou e marcamos para uma quinta-feira, pós quarta de cinzas, o que tornava a circulação no Rio de Janeiro uma aventura. Marcamos de nos encontrar na cidade de São Paulo, onde ela reside e tenho parentes e amigos. Minha amiga de infância Taissa Sterim, que normalmente me recebe, me deixou ficar em seu apartamento, porque, por uma incrível coincidência, ela vinha passar esses dias no Rio. No dia 27 de fevereiro, recebi Maria Moraes no apartamento de dois quartos na esquina da Fradique Coutinho com a Cardeal Arcoverde, onde preparei uma mesa com bolo, café, água e pão de queijo, numa tentativa de fazer a professora (e talvez eu mesma) mais confortável. Maria chegou na hora combinada e tocou a campainha. Cumprimentou-me com um aperto de mão. Era final de fevereiro e ela me disse que, dali para frente, deveríamos nos acostumar assim, posto que o coronavirus já tinha tido seu primeiro caso no Brasil. Então, sentamos à mesa e eu liguei o gravador.

No ano anterior, em outra visita a São Paulo, tive a oportunidade de abordar Eva Blay e pedir-lhe seu contato para requisitar uma entrevista, após sua fala na abertura do *I Congresso de Interseccionalidade*, realizado na USP. Blay me deu seu e-mail mas perguntou-me se eu já havia lido todas as entrevistas que ela havia concedido. Em 2020, no Rio, tive a chance de fazer um curso sobre feminismo que tinha, entre as professoras acadêmicas famosas, Mary Garcia Castro, com quem fiz contato e quase marcamos, mas a pandemia já havia se instalado e tive mais uma vez que adaptar meus planos. Com o avanço da pandemia, tive de focar nas entrevistas que eu tinha e me esforçar para complementá-las *on-line*. Afinal, eu já teria que fazer desta forma, visto que muitas das mulheres com as quais eu gostaria de conversar já não estão mais entre nós.

Sobre este assunto, gostaria de ressaltar a importância particular que algumas homenagens póstumas serviram nesta tese. Parte do material que foi fundamental para que eu compreendesse as teias de relações entre as pesquisadoras e tivesse um pouco mais de acesso a fragmentos de sua subjetividade foi coletado a partir de depoimentos publicados após o falecimento de figuras centrais do campo. Desconheço o que seja a morte para quem morre, mas para quem fica a morte é com frequência um momento de incontrolável reflexão, que revolve memórias e nos obriga a pensar no conjunto da vida.

Aprendi a ver a hora da morte como um momento importante para o desvelamento de histórias com meu irmão Felipe de Brito Caruso. Quando ele foi realocado em seu trabalho na Folha de São Paulo para tratar da sessão de obituários, aqui em casa ficamos um tanto ressabiados, me soava funesto demais. No entanto, as vezes ele vinha em casa empolgado e acabávamos conversando por bastante tempo sobre as histórias que ele havia descoberto sobre o morto, conversando ao telefone com amigos e parentes do mesmo. Depois que saiu da Folha, um dia me contou que esta havia sido a função que ele mais havia gostado de participar.

A morte traz consigo a urgência de uma história a ser contada, a morte mobiliza a memória. Como se precisássemos que os outros soubessem, que os outros lembrassem, que os outros sentissem aqueles sentimentos que quem se foi deixou em nós. O tom pessoal e sentimental inevitável quando remontamos histórias de alguém que se vai é um precioso material de pesquisa. Ao contrário de atas, datas, artigos e até das entrevistas, que tentam acessar camadas mais profundas, tentando burlar o discurso mais oficial, as homenagens póstumas contam histórias de afetos. Afetos que são essenciais na produção cotidiana dos nossos trabalhos, das nossas relações. As relações pessoais, permeadas de afetos, são importante fonte de material empírico para pensar o estabelecimento das redes intelectuais. Afetos que nos permitem acessar mais uma camada, normalmente escamoteada, de como fazemos pesquisa: também com nossos sentimentos.

1.5 Notas sobre o teórico

Como a preocupação dessa pesquisa gira em torno da produção de conhecimento científico acadêmico legitimado e institucionalizado, trabalho somente um grupo particular que se distingue pela instrução científica, que detém os títulos e ocupa profissionalmente o lugar de pesquisador junto às universidades ou instituições de pesquisa. Apesar disso, alguns trabalhos que mobilizam concepções mais abrangentes a respeito dos intelectuais serão para nós de grande serventia, principalmente pelo fato de que todo campo científico, mas em especial o dos

EMGF, tem sua legitimidade garantida não só pelos pesquisadores de dentro da academia, mas por intelectuais das mais diferenciadas esferas sociais. Nos próximos parágrafos, vou selecionar alguns elementos da longa produção acerca de estudos de intelectuais que eu gostaria de reter e sinalizar alguns que gostaria de abjugar nesta análise.

A sociologia do conhecimento, a sociologia das ideias e a sociologia dos intelectuais se interseccionam abundantemente e é quase impossível chegar a uma sem pisar no terreno na outra. Apesar disso, essas se diferenciam em seus pontos focais. Obviamente, a primeira se dedica a como conhecemos e como se organiza o conhecimento; a segunda, a como surgem e se propagam novas ideias; e a última, ao que são e como se organizam os intelectuais. Foram leituras nesses campos que constituíram grande parte da minha formação como intelectual.

As abordagens que descrevo a seguir aparecem aqui, não porque vão necessariamente fundamentar as análises desta tese, mas por terem a função de reconstruir os interesses acadêmicos que guiaram minhas escolhas de pesquisa. Assim, espero conduzir o leitor pelos caminhos que trilhei na minha trajetória intelectual, familiarizando-o lentamente com as fronteiras entre teoria sociológica e teoria feminista, de maneira a deixar claro desde o princípio quais interesses mobilizaram as abordagens empregadas nesta tese. O objetivo é também selecionar quais ideias de cada autor jogam luz no caso específico aqui trabalhado, destacando os elementos que considero mais relevantes e aqueles que não se revelaram profícuos e poderiam ser limitadores para o estudo dos EMGF no Brasil.

Mais acima, os gramscianos devem ter notado que utilizei a palavra "hegemônico". Desta forma, para aproveitar o gancho e respeitar a cronologia, começo por apresentar alguns *insights* que a produção do autor italiano jogou sobre esta tese. Em Gramsci, o intelectual (1968) é indissociável de sua classe, sendo o trabalho intelectual também um espaço onde se desenvolve a disputa pela hegemonia; são eles que desempenham o papel da disputa pela hegemonia entre as classes de uma determinada formação econômica e social (MARTINS, 2011). Uma das grandes contribuições de Gramsci para o estudo dos intelectuais é justamente a relação entre a atividade intelectual e a disputa pelo poder, sendo este o aspecto do conceito de "hegemonia" e de "ideologia" que considero relevante para este trabalho.

O conhecimento científico tradicional hegemônico é, neste aspecto, a construção ideológica burguesa da ciência, e seus intelectuais desempenham o papel de reforçar esta ideologia como hegemônica, fazendo a conexão entre a infraestrutura e superestrutura. Esta reflexão é útil na tese, pois ajuda a pensar dois tipos de discursos que representam duas diferentes estratégias quando mobilizados pelas intelectuais dos EMGF. Em diferentes momentos, para diferentes públicos ou para diferentes autoras, os EMGF podem tentar

legitimar-se como um tipo de saber acadêmico que desafia esta hegemonia científica burguesa, apresentando-se como ideologia alternativa em disputa pelo poder, ou mobilizando a hegemonia burguesa a seu favor, afirmando-se ciência tal qual a ideologia dominante assim a concebe. Esses discursos representam estratégias distintas, às vezes empregadas pelas mesmas pessoas em circunstâncias e momentos diferentes para conferir legitimidade aos EMGF enquanto saber científico.

O que os estudos sobre intelectuais de Gramsci também trazem à tona é que a produção intelectual não é o produto de um sujeito epistêmico abstrato, mas reflete sua posição material no mundo. Esta discussão, por sua vez, é muito bem trabalhada por um de seus contemporâneos e não raro suas ideias são discutidas em justaposição. Karl Mannheim, cuja obra *Ideologia e utopia* (1972) é reconhecida como uma das produções pioneiras a respeito da sociologia do conhecimento, foi um dos primeiros a elaborar a crítica epistemológica sobre o sujeito abstrato como única possibilidade de produção de conhecimento, crítica que tangenciamos acima ao discutir o valor das experiências pessoais nas teorias feministas. Textos e ideias são elaborações altamente coletivas e não desdobramentos mentais puramente individuais. O pensador italiano ligou o intelectual às instituições e às classes, e Mannheim, como diz Gusmão (2011), ao grupo social.

Mannheim não acreditava que o sujeito abstrato, desvinculado da sua existência material, era a condição *sine qua non* para a produção de um conhecimento confiável. Contra os epistemólogos de seu tempo e contra a teoria da ideologia em Marx, que concebia a influência das situações existenciais como erro intelectual, uma cegueira ideológica (GUSMÃO, 2011), Mannheim afirma a possibilidade de conhecimento objetivo mesmo partindo de raízes existenciais.

Em *Ideologia e utopia* (1972), o autor defende que a sociologia do conhecimento deve levar em conta a origem social e histórica tanto do autor quanto das ideias mobilizadas, sendo o indivíduo um epifenômeno do grupo social a que se vincula com certo grau, ainda que limitado, de autonomia intelectual. O indivíduo seria, pois, o ser pensante que mobiliza de maneira original os determinantes dos grupos sociais aos quais está vinculado histórica e socialmente.

Para esta tese em particular, o que há de mais valioso em Mannheim é a possibilidade de pensar a pessoa produtora de conhecimento como aquela que, a partir de suas experiências individuais (indivíduo), elabora mentalmente um conhecimento, mediada pelos vários grupos sociais aos quais se vincula (suas relações), que por sua vez representam múltiplos pontos de vista, com suas visões de mundo (contextuais) e perspectivas.

Como disse Robert K. Merton, com frequência os intelectuais das Ciências Sociais estiveram tão ocupados examinando o comportamento de outros grupos sociais que, por muitos anos, negligenciaram o estudo dos seus próprios problemas, situações e comportamentos (MERTON, 1945). O ponto que me interessa em Merton é semelhante ao que interessa a Kropf e Lima (1999), quando comparam as diferentes concepções de Kuhn e Merton a respeito dos valores e da prática institucional da ciência, qual seja, a relevância de se considerar as crenças e os valores compartilhados e institucionalizados. Aqui, vale a pena me alongar rapidamente para que se entenda em que nó desta trama, formada pelos entrelaces da sociologia dos intelectuais com a sociologia do conhecimento, repousam os interesses dessa tese.

Mesmo em Kuhn (1989), a contestada noção de paradigma tem como cerne do conceito uma ideia do compartilhamento de crenças, valores e técnicas por membros de uma determinada comunidade. Daí advém o sentido institucional (KROPF; LIMA, 1999), diretamente referido à noção de uma comunidade que pratica a ciência organizada em certos moldes. Em Merton, a análise da ciência é feita pensando-a também como conjunto de crenças, princípios e normas compartilhados por uma determinada coletividade. O autor fornece alguns instrumentos para pensarmos os processos pelos quais certas condições de uma dada estrutura social permitem a constituição da ciência como instituição específica e dotada de legitimidade na sociedade.

O que nos ajuda em Merton é sua atenção sobre as negociações e mediações necessárias quando nos inserimos nas regras e valores do empreendimento científico. É nessa junção na qual o discurso é essencial na construção da realidade em que nos situamos, observando as negociações e estratégias discursivas empreendidas para a construção da legitimidade acadêmica de um campo de estudos. Merton mostra que a maneira como organizamos o conhecimento científico compele e incentiva cientistas a fazerem diversas adaptações entre os objetivos institucionais e os meios para realizá-los. É uma abordagem que destaca "a relação dinâmica entre os constrangimentos e metas impostos e as condições sociais particulares, a partir das quais os indivíduos agem no interior da estrutura institucional da ciência" (KROPF; LIMA, 1999).

É desse fio da discussão que surgem estudos célebres sobre o "Efeito Mateus" ou "Matthew Effect" de Merton (1968; 1988; 1995), voltado à interação entre cientistas, aos diferentes papéis sociais dos produtores do conhecimento, ao sistema de recompensas (materiais e simbólicas), à competitividade, aos meios de divulgação do conhecimento e, por fim, ao funcionamento do sistema de normas institucionais pelo qual se guiam as ações dos cientistas (KROPF; LIMA, 1999). São os acordos entre a comunidade que criam os critérios e

mecanismos de legitimação do trabalho científico e um controle mais rígido e homogêneo, que vai procurar garantir a estabilidade dessa legitimidade através de um sistema institucionalizado.

Assim, abrem-se algumas portas para que possamos pensar os EMGF como um campo emergente nas Ciências Sociais, da segunda metade dos anos 60 até a virada dos 90. O social tem especial valor na teoria de Merton nos momentos iniciais de institucionalização do novo campo, que é o momento em que se dá o processo de formação da crença social no seu valor⁶. Temos então a importância de um contexto cultural na formação de um sistema de crenças que ocorre por meio da interação, entre aqueles que serão os pares de uma comunidade, em um sistema organizado de concepção de pesquisa científica. É justamente às negociações e estratégias que os indivíduos vão empreender (entre si e com o sistema organizado de ciência) para construir a legitimidade epistêmica necessária para serem reconhecidos como produtores de conhecimento acadêmico/científico, que me dedico nas elucubrações desta tese.

Patrícia Hill Collins, em sua obra dedicada ao pensamento feminista negro (2000), e, depois, ao falar da perspectiva sociológica das mulheres negras como *outsider whithin* (2016), usa algumas formulações de Robert Merton e Thomas Kuhn para mostrar como o conhecimento produzido academicamente é afetado por e afeta aqueles que o produzem. Collins (2016) referese ao processo pelo qual ideias específicas foram produzidas por um grupo singular de indivíduos, assumindo que é impossível separar a estrutura e o conteúdo temático do pensamento.

Para Collins, a disciplina da sociologia é em si mesma um paradigma, pois é um sistema de conhecimento compartilhado por uma comunidade; no caso, os sociólogos. A sociologia, por sua vez, se constituiria em uma pluralidade de paradigmas (por exemplo, funcionalismo, sociologia marxista, sociologia feminista, sociologia existencialista etc.), cada um produzido por seus próprios praticantes (COLLINS, 2016). Essa comunidade baseada em um conhecimento compartilhado seriam os *insiders* que, portanto, têm visões de mundo similares, adquiridas por uma educação e um treinamento profissional similares, fato que os separam de todas as demais pessoas. A visão de mundo dos *insiders* pode ser mais homogênea se os membros do grupo compartilharem padrões raciais, de classe social, e gênero similares, e, por terem experiências similares, dividirem uma história em comum e compartilharem conhecimentos tomados como certos.

A autora recorre a Merton (1972) e Schutz (1944) para pensar o processo pelo qual um *outsider* torna-se um *insider*. Um indivíduo se torna um *insider* ao traduzir uma teoria ou visão

_

⁶ Aqui já começa outra seara dessa discussão, que é o grau de autonomização que a ciência adquire em relação a outras esferas, principalmente as cultural, política, econômica e religiosa. Não entraremos nela agora.

de mundo em sua própria linguagem, até que um dia o indivíduo se converte ao pensar e agir de acordo com aquela visão de mundo. Como Collins aponta, para o caso das mulheres negras, este processo envolve assimilar um ponto de vista que é bastante diferente do seu próprio. O pensar sociológico é parcialmente organizado, parcialmente claro e contraditório, e os *insiders* podem questionar essas receitas existentes.

O ponto de vista da sociologia é marcado pela experiência compartilhada daqueles que a produzem, ou seja, em geral, o ponto de vista de homens brancos (COLLINS, 2016) (eu acrescentaria: ocidentais) que, por muito tempo, têm sido o grupo dominante na sociologia. Assim, as observações e interpretações sobre a sociedade humana são influenciadas pelas visões de mundo do homem branco *insider*, tendo esta subjetividade informado o cerne da análise sociológica, como um sujeito implícito, escondido por trás de camadas de abstração que pressupunham o sujeito como racional, afastado das paixões, como um sujeito neutro, objetivo e universal.

Nesse sentido, outros tipos de vivência que caracterizam outros tipos de sujeito, podem suscitar novas questões e apontar incongruências que a subjetividade masculina e branca subjetivizada não foi capaz de desnaturalizar. Esse ponto de vista sociológico, marcado por um sujeito masculino e branco implícito, carrega consigo algumas suposições fundamentais que são autodepreciativas para uma gama de sujeitos marginalizados, que implicam na aceitação da elaboração teórica por trás de sua própria subordinação (COLLINS, 2016). A falta de encaixe entre suas experiências e os paradigmas da própria sociologia, segundo Collins, mobilizam criativamente esses sujeitos a cobrir novos questionamentos em relação à teoria sociológica, forçando pressuposições inquestionadas à revisão.

Essa elaboração de Collins nos ajuda a pensar a articulação de algumas ideias e demandas por parte das pioneiras dos EMGF, que questionavam o lugar que ocupava a mulher na pesquisa sociológica. Isto nos ajuda a entender também as próprias limitações dessas mulheres, uma vez que, em sua maioria, eram mulheres brancas, de classe média ou alta, com uma cultura compartilhada de um Brasil em desenvolvimento, mais urbano.

No caso do Brasil, fica claro o empenho das pioneiras dos EMGF em reivindicar um olhar voltado às mulheres em estudos sobre Trabalho, que eram feitos majoritariamente com homens e por homens, e, de maneira inquestionada, generalizados para a "classe trabalhadora". Essencial para este tese é retermos como, no caso teoria feminista, as vivências pessoais das mulheres têm um uso sociológico importante, porque a discrepância desta vivência em relação aos pressupostos sociológicos normais estala dentro dessas mulheres e possibilita que voltem sua atenção para grandes omissões e distorções presentes nas próprias teorias sociológicas, o

que nos chama atenção para os perigos da omissão e da distorção que podem ocorrer se conceitos sociológicos forem estudados às custas da subjetividade humana (COLLINS, 2016).

No caso das teorias feministas, um exemplo clássico são os conceitos de trabalho e família, concepções fundamentais da sociologia que se alteram dramaticamente quando pensados a partir das vivências das mais diferentes mulheres. Como exemplifica a autora norteamericana, quando se coloca a experiência de mulheres negras no centro da análise, são alteradas todas as generalizações sobre os mecanismos de funcionamento tido como padrão dos mercados de trabalho, estrutura organizacional, mobilidade ocupacional e diferença salarial. Ou, no caso das generalizações sociológicas sobre famílias que, sem considerar as experiências das mulheres negras, podem não perceber que as diferenças entre o público e o privado variam de acordo com os agrupamentos sociais e de classe. Como a raça ou etnia dos membros da família define suas relações com trabalho assalariado, e como as famílias moldam as estruturas do lar em resposta à economia política (por exemplo, formação de famílias agregadas, fragmentação da família e chefia feminina, migração em busca de melhores oportunidades) (COLLINS, 2016).

O grande problema nesse caso se relaciona a algo que mencionamos rapidamente, que repousa justamente em quais sujeitos detêm a legitimidade para construir conhecimento entendido como científico. Já sabemos que o conhecimento científico, a princípio, em sua concepção tradicional hegemônica, entende o sujeito do conhecimento científico como um sujeito abstrato ou, no mínimo, capaz de realizar a abstração, o que requer um distanciamento necessário para compreender o fenômeno que observa, buscando afastar-se das paixões (e, portanto, de si mesmo) que contaminariam a apreensão razoável da verdade. Assim mesmo, justamente o que capacita os *outsiders* a detectar anomalias nas teorias sociológicas (sua vivência marginal desnaturalizante) é também o motivo que vai descreditar sua hipótese. Se a contestação da teoria vem a partir de vivências entendidas como pessoais (ainda que toda vivência pessoal seja também coletiva), essa contestação é relegada a uma contaminação emocional individual do meio que influencia (sempre negativamente) sua apreensão teórica abstrata.

Ou seja, ao mobilizar sua vivência pessoal, "como *outsiders* da sociologia, falta-lhes autoridade profissional legítima para desafiar as anomalias sociológicas" (COLLINS, 2016). Collins usa as mulheres negras como um exemplo extremo de *outsiders* que estão adentrando uma comunidade que historicamente as excluía, destacando a tensão vivenciada por qualquer grupo de *outsiders* menos poderoso que se defronta com o pensamento paradigmático de uma comunidade mais poderosa de *insiders*.

Em defesa de uma sociologia melhor e mais diversa, a autora mostra o potencial desta tensão criativa que deve ser encorajada e ter suas perspectivas institucionalizadas. As *outsiders* within reintroduzem essas formas de conhecimento no procedimento de pesquisa. É de grande contribuição sociológica essa perspectiva, que propõe um equilíbrio entre os pontos fortes de seu treinamento sociológico e as contribuições de suas experiências pessoais e culturais, sem que uns sejam subordinados aos outros. Desta maneira, colocar-se enquanto sujeito explícito em uma pesquisa acadêmica não é contaminar a análise de paixões pessoais, mas ser honesto com o leitor, enquanto falsear um distanciamento analítico pretendendo-se mais objetivo nada mais é que ilusão.

A contribuição das abordagens das *outsiders within* não é apenas uma chamada para que intelectuais aprendam a confiar em suas próprias biografías pessoais e culturais como fontes significativas de conhecimento. As abordagens que exigem a supressão dessas dimensões para formação de um cientista social objetivo, supostamente não enviesado, são ilusões megalomaníacas que escondem uma subjetividade ocidental branca e masculina muito específica. Esta subjetividade só se pode pretender universal, pois se imagina mais qualificada que outras subjetividades para atingir um nível de abstração capaz de transcender sua corporeidade imbuída de atributos sociais. E esta subjetividade que se pensa capaz de total abstração da sua corporeidade só pode ser concebida tendo em vista os processos de colonização/imperialismo pelos quais parte da Europa e depois os Estados Unidos puderam transitar livres de impedimentos pelo globo, olhando territórios e pessoas como paisagens de seu próprio descobrimento subjetivo épico.

Mary Louise Pratt dedica seu livro *Os olhos do império* (1999) a compreender a construção dessa subjetividade, que forjou uma consciência planetária a partir da ideia de um outro colonial, intimamente ligada ao expansionismo capitalista e suas conquistas dos territórios do mundo colonial. No argumento de Pratt (1999), esse sujeito do conhecimento hegemônico tradicional é resultado da constituição de um repertório semântico cognitivo imperialista. Esse sujeito examina o território colonial como uma paisagem, de uma posição panorâmica, não como um lugar onde outras pessoas habitam e trabalham. Pratt (1999) mostra como o papel dos viajantes europeus na produção de conhecimento da história natural tornavaos os principais interessados em legitimar a autoridade científica e seu projeto global. No argumento de Sarah Mills (1996), são as condições materiais e as relações de poder que determinam as posições de visualização e, portanto, as relações espaciais.

Como se pode ver, existem muitas vias analíticas de acesso para o estudo da vida acadêmica. Ora a biografia do autor, suas vivências pessoais e sua formação psicológica

ganham frente; ora os contextos social, político e econômico e o pertencimento do autor a estes são tratados como o maior definidor; ora, a produção de conhecimento acadêmico é tratada dentro do seu próprio jogo, pelas regras do próprio campo em que se insere e que a constitui, entre pares e redes. Não há uma melhor abordagem. A princípio, cada perspectiva irá ressaltar a importância de alguns fenômenos e secundarizar, ou até mesmo ignorar, outras abordagens. A escolha por uma abordagem analítica deve atender às demandas daquele que realiza a pesquisa, e é a perspectiva que mais soa adequada para sanar suas inquietações para com o objeto. A limitação das formas de se conhecer é própria da condição humana. Toda abordagem, seja teórica ou empírica, implica sempre em uma escolha (consciente ou inconsciente) que permite um aprofundamento, por um lado, e uma limitação, por outro. Nesta tese, minha escolha por perpassar diferentes abordagens, sem me ater exaustivamente a uma determinada perspectiva, provavelmente reflete traços onipotentes da minha constituição psíquica, mas não é limitada a isto.

Acredito piamente que a questão da institucionalização dos EMGF no mundo, quiçá mais definitivamente no Brasil, tem muito a ganhar com uma abordagem multilateral. A começar por, em se tratando de um campo de estudos que surge em torno de um objeto ("a mulher", mais tarde "gênero" e também "feminismo"), este ser um campo *a priori* interdisciplinar, de saída borrando as fronteiras disciplinares do conhecimento acadêmico. Em segundo lugar, é um campo constituído e alimentado por um movimento social e político, com uma gênese externa ao restrito mundo acadêmico. Por último, e não menos importante, o surgimento do campo relaciona-se com uma premissa de extrema importância, que é a de que a vivência no mundo enquanto ser mulher é diferente da vivência masculina entendida como padrão, por isso, não é levada em conta ou é secundarizada nas análises acadêmicas e não está devidamente representada pela insígnia do sujeito abstrato produtor do conhecimento científico. São essas características dos EMGF que justificam um acesso plural às suas entranhas, pois assim não só lhe damos a complexidade que lhes cabe como também evitamos retilinearizar o processo escalafobético que gerou sua constituição.

Um dos autores que procurou observar o mundo intelectual em uma chave intermediaria entre a pura análise dos textos, a biografia dos autores e a lente da estrutura econômico-social, foi Pierre Bourdieu. No trabalho do autor, a ideia de "campo acadêmico" traduz esse lugar intermediário organizado por códigos compartilhados, onde estão inseridos os agentes, e por meio do qual produzem, reproduzem e propagam ideias científicas. Em *Homo Academicus* (1988), Bourdieu trata o campo acadêmico francês como um local de disputas entre agentes influenciados basicamente pela sua posição no próprio campo. O autor elenca uma série de

dicotomias que representam essas posições, como: detentores de poder social/poder científico, administradores/pesquisadores, professores antigos/recém chegados, disciplinas estabelecidas/disciplinas marginais e assim em diante.

O que há de interessante na análise de Bourdieu é justamente a ideia de que existem campos dentro de campos e que, dentro destes, ocorre uma disputa por legitimação que se traduz hierarquicamente:

O campo universitário é, como qualquer outro campo, o locus de luta para determinar as condições e critérios de filiação legítima e hierarquia legítima, ou seja, para determinar quais propriedades são pertinentes, eficazes e passíveis de funcionar como capital para gerar os lucros específicos garantidos pelo campo⁷. (BOURDIEU, 1988, p. 11, tradução nossa).

Na visão do francês, cada campo intelectual é relativamente autônomo em relação aos outros campos da vida social, embora seja influenciado pelas preocupações e conflitos da sociedade em geral. Bourdieu argumenta que o funcionamento de cada campo dá origem a conteúdos intelectuais específicos ou a cada campo associado o que ele chama de "habitus", de percepção, pensamento e ação (BOURDIEU, 1980, p. 54).

A ideia é que o posicionamento dos intelectuais nessa estrutura determina, em grande medida, as estratégias adotadas na luta para impor seus próprios princípios de hierarquização nesse universo (WACQUANT, 1990). O que consideramos interessante é a ideia de que o aumento do corpo estudantil e de professores, uma mudança nas formas de recrutamento e o aumento das credenciais intelectuais afetam esse posicionamento dos atores e, consequentemente, suas estratégias. Apesar de achar que a localização e a trajetória de um intelectual no espaço academico é demasiado determinística na análise de Bourdieu, interessame as diferentes maneiras como ele pensa a construção da legitimidade intelectual.

A ideia de campo em Bourdieu (1988) é uma das alternativas dar alguma amarra às visões que pensam o sujeito e o contexto para, então, pensar a obra. Nessa seara, existem estudos que buscaram delimitar de maneira geral o surgimento de correntes de pensamento no mundo acadêmico, como a teoria da mudança intelectual (Randall Collins), a teoria dos movimentos intelectuais/científicos (Neil Gross *et al.*) e a teoria do posicionamento intelectual (Patrick Baert). Essas abordagens são influenciadas por uma tendência nas Ciências Sociais de se pensar a mudança social em termos de redes, diminuindo assim o problema de escala entre

-

⁷ Tradução livre do inglês: "The university field is, like any other field, the locus of struggle to determine the conditions and criteria of legitimate membership and legitimate hierarchy, that is, to determine which properties are pertinent, effective and liable to function as capital so as to generate the specific profits guaranteed by the field".

as dimensões individuais e estruturais. As redes permitem que se pense a mudança social não por uma particularidade do indivíduo, nem por conta de um rearranjo estrutural, mas por meio de uma série de indivíduos conectados e mais ou menos articulados entre si.

Desde então, a rede é uma das metáforas mais utilizadas para tratar de mudanças no mundo intelectual. Randall Collins faz uso da noção de redes (tanto sociais quanto conceituais) para construir o que chama de uma *teoria global da mudança intelectual* (COLLINS, 1988). O autor entende que o pensamento intelectual é resultado de cadeias de influência intergeracionais que não são nem aleatórias nem determinísticas, e a criatividade intelectual seria produzida na interseção de choques externos e configurações da rede.

Collins conecta teorias micro e macro para pensar como intelectuais formam redes e criam uma espécie de arena autônoma de discurso, ou uma comunidade argumentativa. Por meio da ideia de cadeias rituais de interações intelectuais, o autor constitui um espaço macro, onde os rituais (palestras, textos etc.) são especializados e têm significância apenas para alguns intelectuais (TALMUD, 1999). Muito embora eu entenda a relativa autonomia das comunidades discursivas intelectuais, tendo a achá-la muito mais frágil do que Bourdieu e Collins parecem considerar, mas veremos o porquê mais à frente.

O trabalho recente de Collins elabora essa posição em uma teoria completa da produção intelectual, e sustenta que o fato fundamental sobre intelectuais é o conflito pelo espaço de atenção. Esse conflito é um fato implicado pela própria estrutura do mundo intelectual, que permite que apenas um número limitado de posições receba muita atenção de uma só vez (COLLINS, 1998).

Para nosso caso, o mais importante na obra de Collins é a manipulação do discurso intelectual como um símbolo, por meio do qual o intelectual reivindica continuidades e rupturas com seus precedentes e contemporâneos. A referência a outros intelectuais e suas tradições de pensamento, seja para aproximar-se ou afastar-se, funciona como símbolo de pertencimento às redes intelectuais. Outro aspecto interessante da teoria global da mudança intelectual é que essas redes dependem em certa medida de uma base institucional, alguma organização que seja, como igreja, Estado, agentes privados etc. O que o livro de Collins busca é mostrar como as oportunidades e restrições estruturadas pelas redes sociais influenciam as escolhas estratégicas e intelectuais na luta pelo espaço de atenção (TALMUD, 1999). Essa abordagem guarda algumas semelhanças com a aplicação da *positioning theory*, a sociologia dos intelectuais de Patrick Baert (2012). Mas, antes, eu gostaria de tratar de outra abordagem que se tornou muito comum na sociologia dos intelectuais.

Eu me refiro genericamente ao chamado new sociology of ideas que, por assim dizer, é

um nome guarda-chuva criado para abrigar uma variedade de abordagens. Apesar de existir atualmente toda uma gama de autores que reivindica seu trabalho como parte da "nova sociologia das ideias", como parece ser o destino ingrato da intelectualidade, neste espaço me refiro apenas ao ensaio *The New Sociology of Ideas* de Charles Camic e Neil Gross (2004), onde os autores fazem uma clara demarcação discursiva entre uma "velha" e uma "nova" sociologia das ideias. Eles selecionam uma gama de pesquisadores muito diferentes entre si, mas que supostamente compartilhariam suposições e princípios teóricos-metodológicos.

A nova sociologia das ideias, como concebida por Camic e Gross, contrasta com a maneira clássica como a sociologia do conhecimento, associada a Karl Mannheim e estudiosos marxistas, olhou para os intelectuais e a produção intelectual. Para os autores, a "velha" sociologia tenderia a usar de generalizações sem fundamento de pesquisa empírica, ao passo que a nova sociologia das ideias estuda empiricamente o contexto específico no qual intelectuais operam, permitindo que se acesse os fenômenos diretos que moldam e restringem a produção intelectual (BAERT, 2012).

Enquanto a sociologia das ideias à moda antiga tende a reduzir suas explicações por meio de enfoques macrossociológicos, como classe social ou geração, a nova explora de maneira mais modesta o papel dos fatores institucionais e das trajetórias profissionais na produção intelectual. Dessa forma, as lutas pelo poder sobre o reconhecimento simbólico e institucional em contextos acadêmicos e disciplinares locais ganham muito mais centralidade.

A "velha" sociologia das ideias incluiria Mannheim e Merton, por exemplo. Seriam cinco suposições: (i) que a sociologia das ideias não era um fim em si próprio, mas um meio para compreensão de outros fenômenos, como a disputa política, por exemplo; (ii) que há uma distinção, principalmente nas ciências duras, entre o conteúdo das ideias, sua substância interna e os fatores sociais e externos que condicionam esse conteúdo; (iii) que as ideias eram transparentes, no sentido de que se podia obter uma boa compreensão das ideias do autor por uma leitura aprofundada de sua obra; (iv) que a explicação acerca de conceitos, crenças e argumentos dos intelectuais dar-se-ia por fatores macrossociais da economia e política; e (v) que intelectuais seriam uma categoria social objetiva, e isto ignora que diferentes definições de intelectuais têm atributos diferentes e podem variar sistematicamente entre grupos de produtores de conhecimento.

A "nova" sociologia das ideias, surgida no final dos anos 60, seria influenciada pelo crescente interesse do discurso intelectual, como na obra de Michel Foucault, e pelos novos expoentes da teoria sociológica, como Bourdieu e o próprio Collins (CAMIC; GROSS, 2004). Essa nova sociologia reuniria alguns princípios básicos que, embora não necessariamente

compartilhados por todos os autores, seriam característicos dessa nova abordagem: (1) a sociologia das ideias é um fim em si mesma, que a pergunta sobre "como os intelectuais chegam às ideias que desenvolvem" é, em si, extremamente pertinente; (2) a rejeição da distinção interna/externa; (3) a importância do contexto; (4) a importância do local; e (5) reconhecimento da importância dos campos e da lutas pela posição intelectual.

O ponto (1) importa especialmente para a discussão que fizemos no início do capítulo, porque traz elementos para questionar a ingenuidade positivista que almeja e crê na possibilidade de uma ciência livre de valores e que ignora as intrínsecas relações entre poder e conhecimento. Ao discutir esse princípio, não à toa, Camic e Gross (2004, p. 243) mencionam brevemente como exemplo a filósofa⁸ e feminista Sandra Harding, conhecida pelo desenvolvimento da *standpoint theory* e da elaboração do conceito de *strong objectivity* como proposições a serem adotadas no combate às políticas de ciência e tecnologia eurocêntricas, androcêntricas e seus efeitos.

O segundo ponto (2) tem uma boa influência da historiografia intelectual centrada no discurso de Foucault (1972 [1969]). Segundo esse princípio, o próprio processo científico racional de formação, teste de hipóteses, comunicação de resultados experimentais aos pares e aceitação dos resultados pela comunidade científica é um fenômeno social, situado dentro de uma estrutura historicamente específica de convenção e entendimento científicos. Deste ponto de vista, o social é tão interno à ciência quanto externo (CAMIC; GROSS, 2004). Esta discussão mais uma vez contribui para a discussão inicial do capítulo, uma vez que tanto os fatores institucionais quanto os racionais são profundamente fatores sociais.

O ponto (3) trata do fato de que as ideias presentes em um texto são mais do que simplesmente as ideias do texto; elas demonstram uma interação com o contexto sócio-intelectual. Citando Skinner (1969, p. 4 *apud* CAMIC; GROSS, 2004), os autores argumentam que um texto histórico passa a ser entendido como um produto histórico, no qual as intenções do autor informam de maneira central o motivo pelo qual o texto assumiu a forma específica que possui. Esse contexto sociolinguístico poderia ser reconstruído a partir de um exame cuidadoso da escrita dos seus pares contemporâneos. O objetivo seria identificar o que os autores estão fazendo quando escrevem o texto, a quais tradições estão reagindo, quais linhas

a outras áreas do conhecimento).

_

⁸ Interessante que nessa passagem os autores referem-se a Harding como Sociológa, muito embora essa não seja a sua formação. Essa incongruência pode ser um mero erro, mas mais provavelmente é uma manobra discursiva intencional que busca incorporar uma série de trabalhos desenvolvidos em outros campos sob a rubrica da nova sociologia das ideias, de maneira a fortalecer seu argumento a partir de exemplos ilustres (ainda que pertencentes

de argumentação escolhem adotar e que mudanças são propostas no debate existente (SKINNER, 1996, p. 7-8 *apud* CAMIC; GROSS, 2004).

Esse ponto é metodologicamente importante para a pesquisa que realizo, uma vez que, para entender o campo, recorro a uma gama de textos de análise, apresentação e balanço do próprio campo, além de referências citadas nesses próprios textos, para mapear as redes intelectuais dos EMGF no Brasil. Assim, a partir dos diálogos entre os textos, revivo o contexto sociolinguístico que me permite entender melhor porque tais autoras mobilizam certos argumentos em favor de outros e por que tipo de mudanças estão advogando.

O localismo destacado no ponto (4) funciona justamente nesta tentativa de reconstruir o cenário no qual as ideias foram produzidas. Assim, para os autores da nova sociologia das ideias, o contexto normalmente mais fundamental para analisar o desenvolvimento de ideias não é mais o meio econômico, político e cultural geral (macrossocial), mas o ambiente institucional local em que os intelectuais se encontram ao formular suas ideias. Nessa perspectiva, o contorno social desses contextos institucionais locais torna-se elemento central no entendimento das ideias geradas dentro deles.

Muito embora eu concorde com a importância dos contextos institucionais na sociologia das ideias, temos que nos precaver contra essa simplificação que tende a ignorar a importância dos fluxos globais de pensamento, a desigualdade destes fluxos e como eles influenciam o contexto local. No nosso caso, a ONU, a Fundação Ford, a Fundação MacArthur, os movimentos feministas nos EUA e na França e a circulação de intelectuais na América Latina foram fatores de grande influência, ainda que tenham sido todos adaptados e modificados para responder aos contextos institucionais particulares do Brasil. E que os países centrais também não se enganem: os fluxos de intelectuais dos países periféricos nas antigas metrópoles para os polos de formação intelectual na Europa e Estados Unidos, assim como as guerras de independência na África e as disputas por influência da Guerra Fria em longínquos países, determinou muito mais a concepção de novas ideias e debates do que eles gostariam de reconhecer. O que permite que a obra de um autor circule o mundo vai muito além das disputas internas e locais de um departamento do norte-global, muito embora muitos queiram crer que sim.

O reconhecimento da importância dos campos e das lutas pela posição intelectual (5), de forma complementar, vê os intelectuais como engajados em lutas historicamente específicas entre si e com vários públicos para estabelecer sua legitimidade e respeitabilidade como intelectuais de tipos particulares. A ideia de que o prestígio e a legitimidade são desigualmente distribuídos é parte fundamental de como se estruturam as disputas intelectuais e, assim, o

conteúdo e a forma das ideias produzidas são influenciados por este jogo e pela posição no jogo que ocupam os atores. Estas disputas ocorrem dentro de "campos" distintos de produção intelectual e a credibilidade dos intelectuais é avaliada em relação a seus pares. O próprio campo estabelece o leque de táticas consideradas aceitáveis para se obter legitimidade (CAMIC; GROSS, 2004).

Aqui, retoma-se principalmente a ideia de campo de Bourdieu (1975), que é mais do que um agregado de elementos isolados: seria uma configuração de relacionamentos e interações em rede. Nessa rede, cada qual tem um "peso" de autoridade específico, com uma distribuição de poder de modo que os agentes que estão em conflito entre si competem pelo direito de definir ou codificar o que deve ser considerado intelectualmente estabelecido e culturalmente legítimo.

A disputa entre os agentes é importante, mas, nesta tese, prefiro dar destaque às estratégias discursivas mobilizadas nesta busca pela produção legítima de conhecimento científico, uma legitimidade epistêmica (PEREIRA, 2010). Isso envolve, claro, a dimensão da disputa, mas evita reduzir as ideias e ações dos agentes a puramente reflexos de sua posição no campo. Também ajuda a entender os processos de produção e circulação das ideias, os quais passam por matrizes que vão além do individualismo agonístico das disputas intelectuais. Por falar em posição, acho importante visitarmos algumas críticas de Patrick Baert (2012) ao programa da nova sociologia das ideias de Camic e Gross.

Em seu artigo *Positioning theory and intellectual interventions* (2012), Baert baseia-se na ideia de que a recepção, sobrevivência e difusão de produtos intelectuais (programas de pesquisa, teorias, conceitos, proposições etc.) não depende apenas da qualidade dos argumentos ou da força das evidências fornecidas, mas também da variedade de dispositivos retóricos que os autores empregam para localizar a si mesmos (e posicionar outras pessoas) nos campos intelectual e político⁹.

O autor usa da teoria do posicionamento para elaborar algumas alternativas a determinadas suposições na sociologia dos intelectuais. Para Baert, o maior problema é que o trabalho de Camic e Gross sustenta-se por explicações causais à base de suposições sem embasamento empírico que tente explicar as causas que levaram os intelectuais a fazer a intervenções que fizeram. No pensamento de Baert, é mais importante a compreensão dos efeitos destas escolhas. Portanto, ao invés de especular sobre as motivações por trás das escolhas intelectuais, mais frutífero seria compreender os efeitos práticos e discursivos dessas

_

⁹ É interessante como podemos observar a teoria de Baert sendo aplicada no seu próprio artigo, por meio do qual ele se posiciona próximo à abordagem de Randall Collins e distancia-se de Camic e Gross.

escolhas. Assim como para Baert, Bourdieu leva erroneamente uma explicação sociológica dos fatos sociais para um relato sociológico da ação individual (BAERT, 2012):

Seja dentro ou fora da academia, os intelectuais atuam em arenas competitivas, lutando por reconhecimento simbólico e institucional e por escassos recursos financeiros. Faz muito sentido, portanto, reconhecer até que ponto suas intervenções – seja por meio de livros, artigos ou discursos – são parte integrante dessa luta pelo poder, em vez de uma expressão de um eu mais profundo. 10 (BAERT, 2012, p. 6).

A teoria do posicionamento serve para flexibilizar o modelo mais estanque de *habitus* bourdieusiano mas, principalmente, o de autoimagem do intelectual de Gross. Contrariamente às explicações do comportamento social em termos de regras ou papéis, essa abordagem reconhece a capacidade das pessoas de se envolverem ativamente, sua capacidade de se adaptar e mudar de posição nas conversas intelectuais em andamento. As noções de regras e papéis denotam estabilidade, enquanto o conceito de posicionamento é mais aberto a mudanças na maneira como as pessoas se percebem, como percebem os outros e como os outros as percebem.

O discurso e as falas são pensados como atos e ações, que são usados para realizar coisas. Aplicados à seara dos estudos de intelectuais, favorecem uma perspectiva performativa, onde o que importa é o que essas intervenções fazem e alcançam, e não o que elas representam. Nesse sentido, o posicionamento é um gesto que almeja atribuir características a um indivíduo, grupo ou outra entidade. É desta maneira que o intelectual se localiza dentro do campo, seja este de natureza intelectual, política ou artística. Ao posicionar-se, posiciona também outros intelectuais, alguns próximos a si, como aliados. ou como seus opostos. Nesse sentido, a maneira como o intelectual se posiciona performaticamente no campo pode ajudar a difundir suas ideias, auxiliando-o em sua carreira ou agindo no sentido contrário, dificultando sua reivindicação por legitimidade. Este agente que se posiciona pode ser um indivíduo, mas também um grupo, uma associação, uma disciplina.

Algo interessante que em Baert chama nossa atenção toca em duas características essenciais do nosso objeto: (1) os EMGF e (2) estes na América Latina. Segundo o autor, na América Latina, é mais comum que intelectuais celebrem e vinculem sua produção intelectual com seu posicionamento político. Além disso, algumas áreas têm maior probabilidade de gerar uma fusão de posicionamento intelectual e político-ético – os campos da raça e das relações

.

¹⁰ Tradução livre. No original em inglês: "Whether within the academy or outside it, intellectuals operate within competitive arenas, struggling over symbolic and institutional recognition and scarce financial resources. It makes a lot of sense, therefore, to recognise the extent to which their interventions— whether through books, articles or speeches—are an integral part of this power struggle rather than an expression of some deeper self."

étnicas ou de gênero –, nas quais o posicionamento intelectual geralmente envolve um forte componente político-ético (BAERT, 2012).

Apesar disso, um posicionamento só produz efeitos na medida em que é feito e recebido por agentes que operam dentro de um contexto específico, pois dependem dos indivíduos que o realizam, de seu status e posicionamento já estabelecidos no campo intelectual. Uma mesma intervenção feita por diferentes intelectuais pode gerar efeitos muito dispares. Um exemplo clássico, dado inclusive por muitos autores do campo, é justamente a diferença entre um estudioso mais jovem e um acadêmico sênior já reconhecido. Se o recém chegado adotar uma postura iconoclasta ou desafiante às regras da boa ciência estabelecida, ele será descredibilizado ou ignorado, ao passo que, se um acadêmico sênior faz o mesmo movimento, ele pode ser alçado a um posicionamento revolucionário. Os efeitos das intervenções intelectuais dependem dos de outros indivíduos em jogo no mesmo campo, uma vez que não só basta que sancionem, ignorem ou ridicularizem o posicionamento de um agente, mas também ocorre que mudanças no posicionamento de outras pessoas afetem a maneira como nosso posicionamento é percebido, influindo inclusive no nosso próprio posicionamento.

Outra colocação importante de Baert é a constatação de que os efeitos reais em termos de posicionamento dependem em grande medida do contexto intelectual ou sócio-político específico no qual a intervenção intelectual ocorre e das sensibilidades historicamente enraizadas. Isso é crucial para pensarmos as diferenças das estratégias da primeira geração de intelectuais dos EMGF no Brasil em comparação àquelas adotadas nos EUA e na França, cenários que influenciaram muito o desenvolvimento da área no Brasil, mas que, não obstante, tomaram rumos bem diferentes e que constantemente aparecem em textos da área para assombrar o campo brasileiro com comparações hierarquicamente descabidas.

O mesmo é verdade quando consideradas a produção e a circulação de conhecimento de forma global, de modo que uma intervenção intelectual pode gerar um posicionamento diferente quando transposta para contextos diferentes. Um posicionamento que faz sentido no campo local pode adquirir significados e conotações diferentes em outros contextos. Assim, ainda que os intelectuais posicionem-se a si e aos outros de maneira consciente, cuidadosa e calculada, eles não detêm o controle sobre seus efeitos.

O posicionamento depende de redes intelectuais mais amplas, compreendendo um grande número de agentes, que podem confirmar seu posicionamento, mesmo que discordem ou sendo abertamente hostis. Segundo o autor, o status e o reconhecimento dos intelectuais dependem parcialmente de onde são reconhecidos (em quais periódicos, livros, campos) e de quem os reconhece (qual é o seu posicionamento e status). Baert também aponta para o fato de

que o posicionamento tende a ser mais efetivo quando feito em equipes (grupos), centrando-se em torno de uma escola ou programa de pesquisa, geralmente usando um rótulo que torna seu trabalho e agenda imediatamente reconhecíveis. Embora efetivos, os times projetam os líderes ao reconhecimento, ao passo que os outros membros têm dificuldade de se posicionar como vozes independentes ou inovadoras. E, como que inevitavelmente, mesmo nos campos que questionam ativamente as relações entre poder, conhecimento e intelectuais, os líderes serão lembrados, citados e destacados, enquanto outros trabalhos desaparecem gradualmente, a menos que outros membros da equipe se separem e se reposicionem ativamente como dissidentes do líder da equipe (BAERT, 2012).

A vantagem de posicionar-se em equipe é que se dilui os efeitos daqueles que contestam seu posicionamento. Um dos aspectos importantes da teoria do posicionamento intelectual de Baert, que retomaremos mais à frente, é que posicionar-se é uma tarefa contínua, exigindo atenção e manutenção: intelectuais têm que engajar ativamente o posicionamento de outros autores ao posicionarem a si mesmos, retratando-os como desatualizados, insignificantes, errôneos ou deturpando sua posição autoproclamada.

A maior contribuição do trabalho de Baert é a proposta de que essa natureza performativa das intervenções intelectuais, que tem que ser constantemente mantida e adaptada, dá uma certa fluidez para a maneira como os intelectuais se projetam e como localizam os outros. Obviamente, existem limites para essa flexibilidade e é raro intelectuais se reinventarem dramaticamente de forma regular, posto que isso minaria sua credibilidade. Para Baert, os custos e os riscos reputacionais explicam porque o reposicionamento tende a ser realizado por autores já sedimentados ou recém-chegados.

Outro ganho da ótica de Baert é que os agentes adquirem algum nível de consciência intencional dos seus posicionamentos, ao invés de pensá-los como intelectuais iludidos que não percebem a origem macrossocial das suas ideias. Os intelectuais estão frequentemente envolvidos em posicionamentos de maneira intencional; são frequentemente conscientes de alguns dos efeitos produzidos e podemos esperar que eles criem suas intervenções com esses efeitos em mente. Naturalmente, isso não quer dizer que os intelectuais estejam cientes de todos os efeitos produzidos, tampouco que as intervenções dos intelectuais necessariamente cumpram os vários requisitos da ação racional e de interesse próprio.

A versão de Baert (2012) da teoria do posicionamento chama a atenção para o significado da dimensão performativa dos textos e discursos para explicar os mecanismos sutis de reconhecimento simbólico e institucional, bem como a seleção e difusão na esfera intelectual. Isso nos importa pois trata justamente do porquê de algumas intervenções

intelectuais e ideias relacionadas se disseminarem e se tornarem influentes dentro de um círculo especializado, enquanto outras têm pouco impacto, e porque alguns textos alcançam status canônico e outros desaparecem. Por fim, mostra-se útil para estabelecer porque alguns intelectuais e suas ideias conseguem alcançar e inspirar um público mais amplo, enquanto outros permanecem confinados a um círculo limitado de especialistas.

Por fim, gostaria que olhássemos rapidamente a teoria dos movimentos intelectuais (FRICKEL, GROSS, 2005), porque, embora pareça uma receita de bolo, organiza circunstancialmente uma série de elementos que construí ao longo desse capítulo e vai ajudar a organizar a exposição da pesquisa, ainda que eu considere não estar tratando de um movimento intelectual. Essa teoria é um apanhado geral das principais questões colocadas pela sociologia das ideias, baseada em paralelo com a teorias dos movimentos sociais para tratar o que os autores chamam de *scientific/intellectual movements* (SIMs). Nesse sentido, organiza-se pensando em termos de queixas, estruturas de oportunidades, contexto de micro mobilização e enquadramento da ação coletiva. O texto objetiva oferecer uma explicação para as condições sociais sob as quais os SIMs provavelmente surgirão, ganharão prestígio e alcançarão algum nível de estabilidade institucional.

Segundo os autores (FRICKEL, GROSS, 2005) a história de quase todos os campos de estudo é a de um movimento científico ou intelectual que desafiou os padrões de investigação estabelecidos, tornou-se objeto de controvérsia e/ou conseguiu conquistar um grande número de adeptos e se institucionalizou ou perdurou por um tempo até que aparecesse outro movimento que o fizesse desaparecer no esquecimento. Alguns movimentos sociais, como o feminismo de segunda onda, ocorrem simultaneamente, fora e dentro da arena intelectual.

Os movimentos científicos intelectuais são esforços coletivos para buscar programas ou projetos de pesquisa para o pensamento diante da resistência de outros na comunidade científica ou intelectual (FRICKEL, GROSS, 2005). Algumas suposições sobre os *SIMs* são que:

- (i) Os SIMs são um programa mais ou menos coerente de mudança ou avanço científico/intelectual que envolve a transformação de pensamentos ou descobertas de pesquisa em ideias e conhecimentos que circulam amplamente na comunidade intelectual, sujeitos a escrutínio e contestação. Neles, a produção e a difusão de ideias e conhecimentos é o objetivo central;
- (ii) SIMs envolvem rupturas dramáticas com as práticas estabelecidas;
- (iii) SIMs são inerentemente políticos. O objetivo explícito do SIM é dar uma contribuição intelectual que possa ter o efeito de alterar a distribuição de poder ou o reconhecimento na sociedade como um todo. Mas é político no sentido de se

- relacionar com o interesse na distribuição, manutenção, transferência de poder, na medida que todo programa de mudança intelectual envolve um desejo de alterar a configuração de posições sociais dentro ou através do campo intelectual em que a atenção do poder e outros recursos escassos são distribuídos de maneira desigual;
- (iv) Os movimentos científicos/intelectuais são constituídos por ação coletiva organizada. O surgimento de novas formas sociais na ciência e na academia invariavelmente exige algum nível de coordenação social e temporal espacial. Para se tornar influente, existe uma coordenação de publicações, que exigem a cooperação de editores e revisores. Novas edições de livros vinculados ao *SIM* precisam ser refinadas, produzidas, tornadas comercialmente viáveis e distribuídas aos pesquisadores. Os trabalhos dos participantes do *SIM* precisam ser encontrados, conferências organizadas, edições especiais de revistas editadas, concessão de apoio obtida. Toda essa atividade social mais ou menos coordenada que, no nível mais geral, pode ser entendida como envolvendo processos de inscrição. Sem ela, o *SIM* não existiria;
- (v) Os movimentos científicos/intelectuais são fenômenos semelhantes a episódios. Eles existem como entidades históricas por um período finito. O nascimento de um *SIM* geralmente é marcado pelo anúncio de um novo programa intelectual ousado, e sua morte, pelo desaparecimento efetivo do movimento da cena intelectual ou por sua transformação em uma forma institucionalizada mais estável, como uma escola de pensamento, subcampo ou disciplina;
- (vi) Eles podem variar em objetivo e escopo intelectuais. Alguns se destacaram por novos métodos e procedimentos de criação de regras. Outros visam alterar os limites da existência de campos científicos ou intelectuais. Outros obscurecem a fronteira entre ciência e não ciência. Eles podem ser progressivos, empurrando o campo em direção a um novo caminho, ou reacionários, incentivando o renascimento de ideias passadas.

A teoria dos SIMs tem 4 proposições básicas:

- É mais provável que um SIM surja quando intelectuais de alto status mobilizam queixas contra o que eles entendem serem as tendências intelectuais centrais do momento;
- 2. É mais provável que um *SIM* seja bem-sucedido quando condições estruturais fornecem acesso a recursos-chave;

- 3. Quanto maior o acesso de um *SIM* a vários contextos de micromobilização, maior a probabilidade de ser bem-sucedido;
- 4. O sucesso de um *SIM* depende do trabalho realizado pelos participantes do movimento para estruturar as ideias de maneira que ressonem com as preocupações daqueles que habitam um campo ou campos intelectuais.

A primeira proposição é praticamente autoexplicativa e em consonância com as teorias dos movimentos sociais: a ideia de que a insatisfação é uma condição necessária de mobilização. As insatisfações podem ser reflexo de uma distância geracional ou da entrada de indivíduos com diferentes antecedentes sociais e preocupações na academia, como é o caso das mulheres no início dos anos 60 (FRICKEL, GROSS, 2005). A entrada em massa das mulheres na universidade faz com que se notasse o descompasso das suas experiências pessoais em relação aos conteúdos produzidos na academia e, em grupos, elas se esforçam e mobilizam para criar novos campos. A insatisfação ainda pode ocorrer quando intelectuais notam mudanças teóricas em outros campos e desejam incorporar essas mudanças em seu próprio trabalho. De qualquer maneira, os movimentos científicos intelectuais (*SIMs*) são sempre uma proposição corretiva das práticas e pressuposições estabelecidas do campo; um esforço de diferenciação das práticas intelectuais predominantes (FRICKEL, GROSS, 2005).

A segunda proposição se refere aos recursos disponíveis. Como os movimentos sociais, as ideias principais são formuladas, devem ser orquestradas, coordenadas e produzidas coletivamente e, para tal, recursos são necessários. Cada participante está situado em um contexto local de ação (geralmente em uma posição de pesquisa e/ou ensino em uma faculdade ou universidade), onde tem que tomar decisões muito materiais, como decidir suas linhas de pesquisa, requisitar financiamentos, publicar artigos e livros, acumular credibilidade, superar as dificuldades do ensino, participar de discussões e correspondência com colegas, de conferências etc. Para os autores, o sucesso dos *SIMs* depende do quanto sua proposta ajuda os intelectuais a realizar essas tarefas. Além disso, deve haver alguma coordenação para que o movimento seja coerente, volumes editados sejam publicados, conferências organizadas, atenção coletiva trazida a problemas intelectuais específicos e assim por diante. Essa coordenação requer recursos.

Aqui, entra novamente um termo da teoria dos movimentos sociais: a estrutura de oportunidades. As estruturas de oportunidades, que concedem aos participantes do *SIM* ampla licença para usar os recursos disponíveis com relativa impunidade, são melhores para emergência desses movimentos do que as que colocam condições no uso dos recursos

disponíveis. Mais à frente, vamos ver como a Fundação Ford e a própria ONU foram fontes de financiamento importantes para a emergência dos EMGF no Brasil.

Financiamento, cargos, empregos e publicações são resultado de uma amálgama de expectativas e interesses econômicos, institucionais e culturais. Os *SIMs* que se inserem mais adequadamente nessas lógicas sociais têm maior probabilidade de garantir a cooperação de editores e revisores, e os membros do movimento devem ocupar posições acadêmicas suficientemente relevantes para obter sucesso no longo prazo.

Prestígio intelectual é outro recurso vital para o sucesso. Segundo Scott Frickel e Neil Gross (2005), o SIM deve oferecer a seus participantes maneiras de garantir prestígio adicional acima do que eles possuem atualmente para ter uma probabilidade maior de sucesso do que aqueles que não possuíam. Finalmente, para ter sucesso, um movimento científico intelectual precisa ter acesso aos recursos organizacionais, ou o que os estudiosos dos movimentos sociais chamam de estruturas mobilizadoras. Em áreas científicas e intelectuais, são departamentos da universidade, onde a presença de membros do SIM pode aumentar os níveis de produtividade, permitindo o compartilhamento de informações localizadas, e onde pessoal administrativo pode ser usado no serviço do SIM. Outros recursos organizacionais importantes são canais institucionalizados de fluxo de informações entre os membros do movimento (a ver a importância destes mais à frente), como ocorre em publicações, redes pessoais e institucionais informais e organizações acadêmicas. É uma maneira de vincular pesquisadores que trabalham em problemas semelhantes: sociedades e conferências profissionais vinculam pessoas que trabalham no mesmo campo ou campos aliados, academias nacionais vinculam cientistas de elite entre si e a formuladores de políticas do governo. Os recursos da organização não apenas facilitam a comunicação e a coordenação entre pessoas de posição e interesse semelhantes no campo, mas também aumentam a capacidade do SIM de formar vínculo com as principais instituições além da ciência.

Como organizações, encarnam e perpetuam as disciplinas. Os departamentos das universidades são frequentemente considerados por historiadores da ciência como centrais para o trabalho especializado em reprodução e como portadores institucionais da autoridade disciplinar, identidade e cultura (FRICKEL, GROSS, 2005). Apesar de concordar com a importância dos contextos departamentais, não sei se concordo com a ênfase dada as micro interações departamentais. Parece-me uma abordagem muito micro que talvez só faça sentido em departamentos e campos autocentrados do Norte-global e não numa ciência extrovertida (ver BRINGEL, DOMINGUES, 2015).

À medida que os *SIMs* desenvolvem os recursos da organização para mobilizar a ação coletiva, eles são auxiliados ou dificultados pelas "culturas epistêmicas", ou repertórios de pensamento e técnica que moldam a organização da investigação científica e intelectual em um determinado campo (FRICKEL, GROSS, 2005). Isso é particularmente importante para esta tese em específico, porque justamente me preocupo em como se dá a construção de uma "cultura epistêmica", e que reportórios são construídos e mobilizados.

A terceira proposição é que quanto maior o acesso de um *SIM* a contextos de micromobilização, maior a probabilidade de ele ser bem-sucedido. Micromobilização tem a ver com a capacidade de recrutar novos membros, o que presume a existência de locais nos quais os representantes do movimento e potenciais recrutas possam entrar em contato contínuo. Também é um movimento estratégico discursivo de convencer novos praticantes de que a recusa às estruturas disciplinares dominantes é intelectualmente e profissionalmente o caminho certo a seguir.

Nesse sentido, interações no ambiente local são extremamente valiosas, pois é mais provável que sejam emocionalmente carregadas. Conferências e simpósios oferecem espaço para a incubação de novas ideias, descobertas ou problemas entre pensadores com ideias semelhantes, mas geograficamente separados. Mas o principal contexto de micromobilização para os *SIMs* são os departamentos acadêmicos em que ocorre o treinamento de graduação e pós-graduação e a formação de laços aluno-mentor (FRICKEL; GROSS, 2005). Nesse sentido, estar localizado em um departamento central, renomado, reconhecido, oferece maior chance do que se o mesmo ocorresse em departamento na periferia do campo.

Proposição 4: o sucesso de um *SIM* depende do trabalho realizado pelos participantes do movimento para estruturar suas ideias de maneira que ressoem com a preocupação daqueles que habitam um campo intelectual. Os movimentos sociais são gerados a partir de ideias e sua realidade depende muito da embalagem e disseminação dos enquadramentos de ação coletiva. Enquadramentos são conjuntos de ideias articuladas para dar significados aos atores, tanto em sua experiência individual quanto social. Aqui, nos preocupamos precisamente com as táticas retóricas utilizadas para estabelecer limites e fronteiras em relação ao tipo de conhecimento produzido. Essas táticas são maneiras de separar argumentativamente o que pode ser considerado ciência legitima e o que é charlatanismo. É assim também que se estabelece, retomando a discussão que fizemos com Hill Collins, quem são os *insiders* e os *outsiders*.

Na questão relativa ao enquadramento, Frickel e Gross tentam vincular a esta noção a importância de uma "identidade intelectual". De acordo com os autores, intelectuais também são agentes portadores de identidade. Eles experimentaram a si mesmos e a outros intelectuais

como formas tipificadas, ou seja, consideram a si mesmos e aos outros pensadores que encontram como cientista de tal e tal tipo, com base em estilos disposicionais, teóricos, políticos, religiosos ou estilísticos, e assim por diante (FRICKEL, GROSS, 2005). Para os autores, isso tem um efeito importante nas ideias que produzem, uma vez que os pensadores são motivados a fazer o trabalho intelectual que lhes parece estar de acordo com o sentido do tipo de intelectuais que imaginam serem. Essa identidade intelectual moldaria outras dimensões adicionais do enquadramento: construções retóricas do movimento, identidade coletiva, origens históricas e sua relação com os movimentos de vários concorrentes. As tentativas de definir um movimento geralmente têm uma dimensão política crítica.

É então que os autores tocam em uma questão especialmente importante para a abordagem desta tese. Ainda relacionado à questão do enquadramento, os participantes de um *SIM* devem construir narrativas históricas dele. Quem são os fundadores legítimos do movimento? Quem eram seus ancestrais intelectuais e predecessores? Narrativas históricas que respondem a essas perguntas são rotineiramente invocadas em toda a ciência e humanidades para legitimar um trabalho feito sob a bandeira de algum *SIM* em particular (FRICKEL, GROSS, 2005). Essa tese tem seu foco justamente na construção dessa narrativa histórica, em quais as estratégias empregadas nessa construção, que autodefinições sobrevivem na história dos EMGF.

1.6 O pessoal é teórico

Como colocado na seção anterior, as abordagens intelectuais que esmiucei acima têm por propósito prover-me de *insights*, chamar a atenção para armadilhas, lembrar a importância de algumas variáveis, mas não de atuar como receita, como modelo a ser aplicado.

Toda produção intelectual não é mera produção de conhecimento. É, como alerta Mohanty (1988), uma prática diretamente política e discursiva, pois é proposital e ideológica. A produção intelectual feminista é um modo de intervenção em discursos hegemônicos particulares, é uma práxis política que contraria e resiste ao imperativo totalizante dos antigos corpos de conhecimento "legítimos" e "científicos" (MOHANTY, 1988). A prática acadêmica feminista – seja ela a leitura, a escrita ou a crítica – está inscrita em relações de poder que contrariam, resistem ou até mesmo apoiam implicitamente. Fato é que não pode haver produção feminista apolítica.

Ao longo desta tese, espero cumprir minha missão de esquivar-me de abordagens que colonizem discursivamente as heterogeneidades materiais e históricas da vida das mulheres no

Brasil como mulheres representantes da periferia do capitalismo, do Sul-global, evitando produzir uma imagem singular, arbitrariamente construída. Preciso estar o tempo todo atenta para não contribuir para a construção de uma noção redutiva e homogênea das mulheres a partir do que Mohanty (1988) chama de "diferença do Terceiro Mundo". É da produção dessa diferença do Terceiro Mundo que o feminismo ocidental se apropria e coloniza as complexidades constitutivas que caracterizam a vida das mulheres nos países periféricos ou do assim chamado Sul-global.

Devo manter-me alerta para que, ainda que de forma inconsciente, não estabeleça comparações hierárquicas entre a experiência dos EMGF nos Estados Unidos e outros países com o desenvolvimento dos EMGF no Brasil. Para não olhar minha pesquisa a partir "do que não se realizou aqui", onde o referencial implícito é "o que se realizou lá", lá (onde se produzem narrativas globalmente hegemônicas) onde as coisas teriam se realizado da maneira que deveriam, aqui, onde as coisas encontraram *outro* jeito. É preciso estar atenta ao processo de "outremização" da nossa própria experiência, isto é, olhar a si mesmo com os olhos daqueles que se consideram o "eu" normativo a partir do qual tudo que não é "eu" é outro. Como diz Mohanty (1988), as representações dominantes do feminismo ocidental são sua fusão com o imperialismo aos olhos de mulheres do mundo em particular. Daí a necessidade de examinar as implicações políticas de nossas estratégias e princípios analíticos.

É preciso evitar ainda duas armadilhas. A primeira é não ser tentada a atribuir as ideias totalmente ao seu contexto social, atentando sempre para as mediações. Por outro lado, devo evitar enfoques altamente institucionalistas e hiperobjetivistas. Se não dá para derivar as ideias diretamente do contexto social (dos pertencimentos de classe, gênero, raça etc.), tampouco dá para considerar que a vida intelectual se resume ao que se faz nas microinterações departamentais de uma academia hiperinstitucionalizada e burocrática.

O título dessa última seção remete à frase de Sarah Ahmed em seu livro *Living a Feminist Life* (2017), sobre seu percurso como acadêmica e feminista. Como ela (AHMED, 2017), acredito que o movimento feminista (também como um movimento intelectual) é político e coletivo, e muitos feminismos significam muitos movimentos. Como movimento, remete obviamente a algo que não fica parado; algo coletivo cria e é criado pelo movimento. Ahmed (2017) pensa a ação feminista como uma onda na água, possivelmente criada por uma agitação feita ora aqui, ora ali, onde cada movimento possibilita outro, gera uma ondulação, reverbera. Feminismo é "o dinamismo de fazer conexões" (AHMED, 2017, p. 3) e, por isso mesmo, é um movimento que precisa ser construído. Mas ainda que movimento evoque uma ideia de trânsito, deslocamento, ainda é preciso encontrar lugares onde podemos nos reunir, nos

encontrar, nos abrigar, convergir. Um movimento surge para transformar o que existe e precisa ocorrer em algum lugar. Há no movimento algo que precisa ser mantido parado, dado um lugar, se somos movidos a transformar o que é (AHMED, 2017).

Podemos nos perguntar: quando começaram os estudos de mulheres, gênero e feminismo no Brasil? Uma história sempre começa antes que possa ser contada (AHMED, 2017). Poderíamos acreditar que o feminismo no Brasil foi um presente franco-americano, uma reação ao segundo sexo de Beauvoir ou à mística feminina de Friedan, ou, ainda, aos dois. Que fora um reflexo do movimento feminista americano ou francês, do famoso maio de 68. Mas essa é apenas uma das maneiras de se contar a história feminista, exaustivamente repetida. Não é estranho que temos mais especialistas na produção de Angela Davis, Patrícia Hill Collins e Bell Hooks do que em Lelia Gonzales e Sueli Carneiro? Digo isso não para desmerecer o trabalho indubitavelmente precioso das primeiras autoras, mas para mostrar que existe uma urgente importância de se contar outras histórias feministas: as nossas histórias feministas. Isso tampouco implica negar que o movimento feminista brasileiro foi influenciado pelo que ocorria nestes outros contextos; significa, apenas, usar a si mesmo como referência, como diz Guerreiro Ramos na Redução sociológica, ser sujeito de um destino próprio (RAMOS, 1965 [1958], p. 49).

Para retomar a discussão que fizemos na primeira parte do capítulo, quero, nesta tese, olhar como foi feita, de onde surge, uma teoria feminista brasileira. Mas já disse que não tenho ambição alguma de analisar profundamente o conteúdo produzido pelas pioneiras, pois teoria feminista é mais do que as coisas que feministas fazem na academia. Teoria feminista é, como diz Ahmed (2017), algo que fazemos em casa. Tornar-se feminista é um trabalho intelectual e emocional. Aprendemos sobre gênero primeiro por nossa vivência no mundo, aprendemos por meio das restrições de possibilidade que nos são impostas, algo que chega a nós antes dos livros feministas pelos desconfortos na mesa de domingo nos almoços de família, nas salas de reunião. É uma maneira de codificar o mundo. É a essa dimensão que quero trazer a tese: a teoria feminista não começa nas salas de aula, nos livros, nos congressos, nas revistas científicas, a teoria feminista pode até ser o que nos leva até lá (AHMED, 2017).

Vimos que, dentro do conhecimento científico, diferentes especialidades ocupam diferentes legitimidades hierarquicamente organizadas. Divido com Ahmed essa preocupação: como alguns materiais são entendidos como teoria e não outros; teoria é algo que marca um corpo de trabalho bastante restrito. Na maioria das vezes, entende-se que aquilo que não é teórico é empírico, ou, ainda, como categoria acusativa: algo não é teórico porque é político. E, frequentemente, alguns assuntos — e, especialmente, as questões da mulher, de gênero e a

feminista – são considerados não pertinentes no âmbito da teoria, pois seriam, de certa maneira, questões políticas e, como tal, não pertencentes ao restrito campo da teoria.

Da mesma forma que ciência e política são frequentemente entendidas como ocupando espaços diferentes, e, de certa maneira, quase que opostos, existe uma divisão que muitos cientistas sociais ainda parecem acreditar entre teoria e empiria. Então, não só teoria e empiria são entendidas como campos diferentes, mas também existe uma valoração hierárquica entre elas.

Conectando as diferentes seções deste capítulo, retomo o argumento de que diferentes vivências de diferentes pessoas, que chegam a uma academia que não foi moldada por ou para elas, trazem consigo novos conhecimentos e novos mundos que de outra forma não estariam aqui. Nas palavras de Ahmed (2017, p. 10, tradução nossa), "como aprendemos sobre mundos quando eles não nos acomodam. Pense nos tipos de experiências que você tem quando não é esperado que você esteja aqui? Que essas experiências sejam um recurso para gerar conhecimento." E é isto que significa trazer a teoria feminista para casa: é fazer o feminismo funcionar nos lugares em que vivemos, nos lugares em que trabalhamos, na universidade; é usar nossos dados, nossos corpos, para desafiar o universal (AHMED, 2017). Quando trabalhamos para transformar instituições, geramos conhecimento sobre elas. Nossas vivências corporificadas podem fornecer uma base para o conhecimento, um conhecimento animado pelo cotidiano.

É assim que vejo as autoras com que trabalho ao longo desta tese: suas vivências como fundamentais na construção dos seus objetos de pesquisa, suas pesquisas empíricas como construtoras de teoria feminista. A teoria é normalmente entendida como abstrata: quanto mais abstrato, mais teórico; abstrair é separar, afastar da vida cotidiana. É preciso então arrastar a teoria de volta, para trazer a teoria de volta à vida. É isso que Ahmed (2017) quer dizer quando afirma que *o pessoal é teórico*.

Usar a vivência cotidiana não implica, como elaborei anteriormente, renegar as tradições intelectuais hegemônicas ou renomadas. Na verdade, elas são fundamentais para elaboração de alguns argumentos, mas, porque justamente jogam luz às nossas vivências e nossas vivências interagem com eles de maneira criativa, criam conexões específicas na teia singular de cada formação psíquica pode tecer. De acordo com Ahmed (2017), as ideias não seriam algo gerado à distância, uma simples maneira de abstrair, mas advêm do nosso

-

¹¹ Original: "how we learn about worlds when they do not accommodate us. Think of the kinds of experiences you have when you are not expected to be here. These experiences are a resource to generate knowledge." (AHMED, 2017, p.10)

envolvimento em um mundo, de desencontros que nos deixam confusos. São, segundo a autora, uma forma de trabalhar sobre algo que nos parece estar errado, em desconformidade, não exatamente certo, que não encaixa perfeitamente. Isto é um dado da vida comum e pode ser um ponto de partida para o trabalho crítico, para construir uma teoria a partir do mundo, para construir uma teoria a partir da descrição do que não é acomodado por um mundo (AHMED, 2017).

Os conceitos teóricos que criamos e usamos não vêm de fora, de cima, do nada. Eles vêm do nosso processo de pensar o mundo em que estamos. Isso deve ao fato de que, usualmente, na produção textual acadêmica, somos ensinados a tirar do texto os andaimes que ajudam a construir nosso pensamento, a limpar as evidências do trabalho árduo, a poeira da obra. Essa elaboração teórica que advém da luta mental para fazer sentido das coisas observadas e descritas é o que Ahmed (2017) chama de *sweaty concepts*¹². Os "conceitos suados" também são gerados pela experiência prática de enfrentar um mundo, ou pela experiência prática de tentar transformar um mundo (AHMED, 2017, p. 13).

O sexismo, tanto quanto o feminismo, é frequentemente experimentado antes de ser nomeado. Ou, como diz Ahmed (2017), trazer o pessoal para o teórico não transforma a experiência em fundamento; pelo contrário, escrever a partir da própria experiência é destruir o fundamento. É isso também que vamos ver nesta tese: como os EMGF ganham um nome só depois que eles já existem, como as mulheres que os produziram entenderam-se como produtoras de conhecimento nos EMGF apenas depois de os terem produzido. Esta tese é o prólogo dos EMGF.

O pessoal é institucional (AHMED, 2015). As coisas que nos atingem em âmbitos pessoais também estão no mundo, reproduzidas por instituições, hábitos, estrutura, matéria. Aquilo que é institucional normalmente é entendido como o que é estabelecido através do uso, de modo que possa ser reproduzido de forma quase independente da vontade individual. Os textos, os autores, as escolas, as teorias que se solidificam com o tempo são uma função dos contextos e dos discursos que favorecem e fomentam interesses que se têm por eles (BLANCO, 2006). Existe uma gama de mediações entre a individualidade de um intelectual, o contexto social mais amplo e a maneira como sua obra se difunde, é lida e interpretada. A sociologia é, de certa maneira, um processo de objetificação que tem como fundamento questões individuais (vivências) e sociais, mas há muitas passagens entre nossa experiência e a forma que lhe emprestamos intelectualmente. O que quero, nesta tese, é descrever como as mediações entre

_

^{12 &}quot;Conceitos suados", em tradução livre do original em inglês.

as vivências individuais e o contexto social mais amplo informam a emergência dos EMGF no Brasil.

No próximo capítulo, trato de instituições, do que significa institucionalizar-se, o que normalmente entende-se por tal e porquê isto parece ter tanta importância para um campo de estudos.

2. PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E A NEGOCIAÇÃO DE LEGITIMIDADE EPISTÊMICA

2.1 O que é institucionalização?

Institucionalização é um termo muito utilizado, especialmente nos estudos dos movimentos sociais e dos movimentos acadêmicos. Apesar disso, a palavra costuma ser tratada quase como autoevidente. Normalmente, algumas frases e um parágrafo são suficientes para caracterizar seu significado. Institucionalização seria, obviamente, o ato ou efeito de institucionalizar-se, de transformar-se em instituição. Essa atribuição de caráter institucional relaciona-se, portanto, com uma noção de oficialização.

A institucionalização refere-se, assim, a um processo que envolve a elaboração e estabilização de um conjunto de normas mais ou menos explícitas que orientam uma atividade social. É o processo a partir do qual são estabelecidos procedimentos-padrão (sejam normas, significados, valores ou conhecimentos). De certa maneira, o nome serve como guarda-chuva para a transmutação de movimentos e atitudes espontâneas e relativamente desorganizadas em torno de um objetivo comum, em formas de organização formalmente constituídas, estabelecidas. Institucionalizar-se é também organizar formalmente, no sentido estrito da palavra, estabelecer funções pré-definidas, determinar planejamento, o que aumenta a capacidade de captação e de ação. Com maior capacidade de captação e ação, e com reconhecimento de pertencimento formalizado, há um maior ganho de legitimação. Uma maior legitimação e capacidade de ação (traduzida em poder) é justamente o atrativo que motiva as pessoas a centrarem seus objetivos formalmente por meio da institucionalização de uma organização.

A sociologia, em particular, discute com alguma frequência suas origens e seus fundadores globais e nacionais; história normalmente ligada a processos histórico-políticos relacionados à transição para a modernidade e o importante papel da disciplina nesta passagem, usualmente vinculado à sua pretensa cientificidade. Não à toa, os frequentemente tidos como pais da sociologia costumam ter textos voltados à definição de uma sociologia como uma ciência de tal e tal característica, voltada para tal e tal fim, caracterizada por tal e tal método. Isto é também o próprio trabalho de institucionalização. Usualmente, os autores célebres e suas obras são discutidos nestes campos dedicados a pensar a própria sociologia, onde suas interpretações são esmiuçadas e contextualizadas. Tendo como fim a reconstrução do presente da disciplina ou de uma determinada concepção desta, essa literatura com frequência toma a

forma de uma busca pelo momento do corte epistemológico a partir do qual se estabelece a divisão entre ciência e ideologia, tratando de identificar o momento em que a ciência se havia emancipado finalmente da ideologia (BLANCO, 2006). Esse tipo de produção tem menos a intenção de explicar o processo pelo qual as ideias emergem, se alteram, permanecem ou se extinguem e mais de legitimar uma determinada concepção e prática da disciplina.

Por isto, estamos menos preocupadas com o tripé autor, texto e contexto para falar da sociologia, e mais sobre a reconstrução e entendimento desse processo de institucionalização. Daí se remontam alguns dos tópicos debatidos no capítulo anterior, como a importância de atores e redes intelectuais por eles estabelecidas para a formação de um campo, as estratégias argumentativas de posicionamento e o prestígio como incentivo.

2.2 Institucionalização das Ciências Sociais

Alguns exemplos específicos de estudos sobre a institucionalização da sociologia trazem elementos importantes que devemos considerar sobre esse gênero na produção sociológica. São eles: o estudo de Johan Heilbron sobre a sociologia francesa, o de Alejandro Blanco, na Argentina, e o de Sérgio Miceli, no Brasil. Os três autores foram selecionados, em princípio pela qualidade dos seus trabalhos, mas também pelo reconhecimento que suas obras têm no campo. Heilbron é uma referência internacional quando se trata da história de institucionalização da disciplina, tendo extensa obra dedicada ao tema. Alejandro Blanco é uma referência regional sobre a sociologia, não só na Argentina como na América Latina, e, por fim, Sérgio Miceli é indiscutivelmente a maior referência nacional. Seleciono grandes referências no debate justamente pelo seu grande alcance e influência nos trabalhos sobre a disciplina, buscando ver como os processos de institucionalização das Ciências Sociais são tratados nas interpretações dominantes. Assim, podemos ver como este processo normalmente é estudado, quais elementos são avaliados como importantes e que indicadores são considerados. Por si só, isso é de grande importância para qualquer um que queira estudar processos de institucionalização; mas ainda há outro motivo. Ao observar o "normal" nos estudos sobre institucionalização da sociologia, também consigo identificar o que, por exemplo, faz dos EMGF um caso "anormal", que demanda outras ferramentas complementares no estudo de seus processos de institucionalização.

Para além da justificativa sobre o caráter exemplar das obras, ainda há outro motivo para que França, Argentina e Brasil sejam casos relevantes para nós. Brasil é óbvio, uma vez que meu estudo segue o mesmo recorte e pelo fato de que EMGF se desenvolveu em grande parte

dentro das Ciências Sociais, sendo, portanto, fundamental um referencial sobre o processo de institucionalização destas aqui. O sistema universitário francês e o processo de institucionalização da sociologia no país nos dizem respeito, pois são eles os referenciais empíricos sobre os quais se debruçam as teorias de Bourdieu, que majoritariamente informam os estudos sobre o campo intelectual e os processos de institucionalização. A França tem ainda outra importância fundamental no caso brasileiro, uma vez que é um referente essencial do fazer acadêmico nacional, seja pelo modelo francês universitário no Rio, pela Missão Francesa na USP ou, ainda, pela tradição da elite intelectual brasileira de graduar-se ou pós graduar-se na França, principalmente nas Ciências Humanas (MEZZA, 2009), sem mencionar o referencial cultural exercido pela França no Brasil. No caso do EMGF, isto se torna ainda mais evidente, uma vez que o exílio durante a ditadura militar brasileira levou muitos intelectuais a se radicarem em Paris (GARCIA, 2004), o que aparece como experiência fundamental na literatura sobre o feminismo no Brasil, visto a experiência das intelectuais brasileiras em maio de 68 e o movimento feminista francês. O feminismo francês e as experiências das mulheres brasileiras na França são influencias definidoras do caso brasileiro, sendo O segundo sexo, de Beauvoir, referência basilar às intelectuais feministas no Brasil (MEDÉZ, 2017).

A Argentina, por sua vez, deve-se a uma escolha epistêmico-geográfica, que envolve a rede regional latino-americana de intelectuais das Ciências Sociais, fundamentais nos processos de institucionalização nacionais, por meio de intercâmbios, associações profissionais, temáticas comuns e construção de redes (TRINDADE, 2004; OLIVEIRA, 2005). Olhar uma experiência institucional latino-americana é olhar a importância das redes intelectuais e dos debates a nível regional e compreender a dinâmica desses processos a partir das problemáticas e padrões de institucionalização mais comuns na realidade da região. A Argentina é um bom exemplo, tanto por suas similaridades (em temas, autores e concepções da sociologia) (BRASIL, 2010) quanto por suas diferenças em relação aos processos de institucionalização (BLOIS, 2015). A Argentina, em particular, também compartilha com o Brasil processos políticos mais ou menos comparáveis, como os regimes autoritários e sua intervenção nas universidades, o que funciona para nosso debate tanto em suas diferenças quanto nas similitudes.

Como os EMGF, no Brasil, apesar de já contar com espaços próprios de discussão e treinamento, são majoritariamente feitos dentro de grandes áreas disciplinares, como as Ciências Sociais, começo este capítulo percorrendo três estudos interessantes sobre a institucionalização da sociologia em diferentes cenários. Assim, espero trazer aspectos fundamentais dos estudos voltados para o processo de institucionalização da sociologia, buscando com isso traçar alguns padrões de análise importantes de se ter em mente. Em seguida,

utilizo Maria do Mar Pereira (2010) e sua concepção de institucionalização e status epistêmico, para então tratar da discussão da institucionalização dos EMGF no mundo, trazendo algumas preocupações particulares que emergiram no processo nesse campo. A partir destes pilares, construo teórica e metodologicamente uma abordagem que define como me aproprio dos materiais de pesquisa para analisar a institucionalização dos EMGF nas Ciências Sociais brasileiras.

Dois trabalhos internacionalmente celebrados sobre a formação disciplinar da sociologia são as obras de Johan Heilbron, especialmente *The rise of social theory* (1995) e *French sociology* (2015). Nos dois livros, Heilbron busca cobrir séculos de desenvolvimento intelectual. Em *French sociology* (2015), o autor traça um arco narrativo do início do século XIX ao final do século XX, a partir de autores e suas disposições, mobilizando recursos e buscando estratégias, em contextos locais, acadêmicos e políticos, relacionando-o a mudanças no cenário nacional e a influências e comparações transnacionais.

Johan faz um trabalho meticuloso que documenta o estabelecimento de uma ciência social organizada, primeiramente como uma ciência moral e do governo, e a fundação da primeira academia, monopolizando por um tempo a produção legítima de conhecimento sustentada pela elite política liberal. A figura de Auguste Comte aparece em sua fundamental concepção da sociologia enquanto ciência, com seu próprio método distinto. O interessante na pesquisa de Heilbron é que observamos um processo de institucionalização descontínuo e fragmentado, cuja lacuna é complementada com a migração e desenvolvimento da sociologia na Grã-Bretanha, sinalizando a importância de uma perspectiva transnacional de circulação do conhecimento, apesar da circunscrição nacional do seu objeto.

Depois, Heilbron trata do retorno da sociologia à França e das disputas entre as emergentes disciplinas de Ciências Sociais, além do desmantelamento do monopólio da academia e dos movimentos de reforma extra-acadêmicos (positivistas, socialistas e católicos). A disputa entre René Worms e os durkheimianos, por meio de instituições e conferências internacionais, é um dado interessante. O grupo de Émile Durkheim teria triunfado parcialmente por conta da sua integração coesa, baseada em uma luta compartilhada pela excelência acadêmica, um acordo doutrinário sobre a especificidade dos fatos sociais (em oposição a outras disciplinas emergentes, como a psicologia) e a conjuntura política. Apesar de seu sucesso acadêmico, é interessante notar que o grupo de Durkheim não garantiu uma boa sedimentação institucional.

Heilbron (2015) destaca, por exemplo, que a escola durkheimiana do pós-guerra dividiu-se entre os professores universitários e pesquisadores. Essa divisão profissional é

característica do contexto francês, mas é interessante para nos ajudar a pensar os diferentes tipos de narrativa mobilizados para legitimar sua atuação e como essa atuação legítima está interligada à percepção do que é o fazer sociológico. O primeiro grupo estava vinculado ao estudo filosófico da moralidade e ao republicanismo, que instalou a sociologia nas escolas de formação de professores primários, promovendo uma imagem da disciplina como uma justificativa das instituições, ligada à moral e aos modos de vida, o que dificultou que esta fosse considerada relevante para jovens em cursos de formação de professores. Essa narrativa posterior ajudou a construir uma visão da sociologia de Durkheim e sua escola como antiquada e conservadora, dada sua abordagem positivista da ciência e visão secular da moralidade. Já podemos ver como as narrativas sobre o propósito da disciplina (pesquisa científica para intervir na realidade vs. guia moral justificadora da ordem social) são aspectos fundamentais de suas estratégias de legitimação.

O autor também sinaliza o lugar da sociologia no contexto intelectual mais geral do pósguerra, entre a filosofia existencialista e a pesquisa política em institutos estatais, entre intelectuais politicamente comprometidos e profissionais especialistas em pesquisa. Essa cisão tem maior ressonância com o caso brasileiro, tanto na sociologia quanto em relação aos EMGF, como veremos à frente. O segundo grupo, apesar de deter certo grau de legitimidade, parecia estar abaixo dos professores universitários. Outro destaque de Heilbron (2015), na década de 1960 e no início da década de 1970, são as oportunidades de realização de trabalho científico social e maior aclamação das ciências humanas. No âmbito intelectual, predominavam as críticas de grandes teorias e uma maior especialização, o que favoreceu instituições ligadas ao setor de pesquisa.

A desaceleração econômica e a chegada do neoliberalismo na França nos anos 1970, também deixaram suas marcas no campo, levando a uma década de crise e estagnação, seguida de novo ciclo de expansão centrado na ampliação do acesso às universidades. O lugar das Ciências Sociais na universidade é também outro aspecto definidor de sua trajetória enquanto campo de estudos e, neste quesito, a aproximação ou distância da pesquisa científica do contexto universitário é fundamental. Outro aspecto que Heilbron aborda, principalmente no que se refere à temporalidade mais recente, são os estilos intelectuais e os grupos de pesquisa, imprimindo cada qual uma visão específica da sociologia e sua contribuição.

Em French sociology (2015), Johan adota desde o início a matriz bourdieusiana do campo acadêmico. Professores e pesquisadores são atores que, individual e coletivamente, competem por participações específicas dentro do campo acadêmico francês. Isso permite ao autor combinar trajetórias e trabalhos de diferentes sociólogos com detalhes históricos de

mudanças no campo intelectual e no campo social, de maneira a destacar alguns fatores por trás das várias tendências e correntes da disciplina. Curioso é o argumento do pesquisador sobre o recorte nacional de sua pesquisa. Embora trate com relativo cuidado contextos e influências de sociologias de outras terras, a organização e as regras do campo compõem um *habitus* nacional, centralizado em Paris, que, por consequência, produz um resultado estilístico particular da sociologia francesa.

Essa perspectiva do campo acadêmico, relativamente autocentrada e autorreferente, torna a sua análise um pouco opaca quanto às bases pelas quais a disciplina buscou se distinguir daqueles gêneros alegadamente menos "científicos". Focando em poucos atores centralmente posicionados e sustentando a relativa autonomização do campo, Heilbron não toca nos impactos causados por atores e campos periféricos, como a emergência das questões de gênero, sexualidade, colonialismo e raça, que mais recentemente tiveram um papel importante na redefinição de alguns dos parâmetros da disciplina.

Um exemplo mais perto de casa é o livro de Alejandro Blanco (2006) sobre Gino Germani e a sociologia argentina. De cara, um ganho da análise do autor é seu reconhecimento da arbitrariedade dos cânones das narrativas da gênese na ciência social. O autor começa seu livro com uma discussão aparentemente alheia à sociologia latino-americana, demostrando *a posteriori* a construção de Marx, Weber e Durkheim como pais fundadores da disciplina. Blanco reconstrói a fragmentada e nem sempre evidente importância destes autores em seus locais de origem e o indispensável e bem mais recente trabalho de Talcott Parsons, nos anos 1940, para firmar a narrativa mitológica da santa trindade sociológica.

O próprio Durkheim, argumenta Blanco, o único entre os cânones que de fato fez carreira acadêmica como sociólogo, só passou a ser considerado fundador da disciplina nos anos 1960 (BLANCO, 2006). Se Heilbron (2015) credita a invenção da sociologia à França, Blanco argumenta que foi nos Estados Unidos que a primeira cadeira de sociologia se estabeleceu como disciplina no sistema universitário. As guerras no continente europeu acabaram com as primeiras experiências institucionais da sociologia, que foi transferida quase integralmente para os Estados Unidos, onde tomou uma forma própria.

Blanco opta por olhar o processo de institucionalização da Argentina partindo da trajetória e obra de Gino Germani, considerado o pai fundador da sociologia no país. Até então, não parece uma grande novidade, pois não são poucos (como Marsal [1963], Verón [1974] e Delich [1977] e outros) os estudos sobre Gino Germani e sua importância no processo de institucionalização da sociologia como disciplina universitária. Segundo Blanco (2006), seu trabalho busca se diferenciar destas reconstruções da história da disciplina, caracterizadas por

uma perspectiva historiográfica normativa organizada e presidida pela pressuposição de uma norma ou ideal do que deve ser a disciplina.

O diferencial da abordagem de Blanco é seu cuidado na reconstrução da história cultural e intelectual da sociologia na Argentina, que conta a trajetória de Gino Germani e da disciplina a partir do exame dos seus materiais culturais. Daí se faz importante, por exemplo, a atividade editorial que Germani empreendeu. Para Blanco (2006), algumas perguntas são fundamentais para entender o processo de institucionalização: que preocupações estiveram conectadas com esse processo? Quais ações e orientações intelectuais marcaram esta primeira experiência? Quais as representações mais correntes da disciplina? Essas perguntas são fundamentais também para entender o projeto de institucionalização dos EMGF, posto a cabo pelas intelectuais brasileiras.

Uma das perspectivas que se ressalta na obra do autor é a de que a sociologia se desenvolve com tempo e adquire significados distintos de acordo com o contexto em que este desenvolvimento tem lugar. Isto é fruto do entendimento de que a institucionalização de um determinado empreendimento intelectual é um processo complexo e multidimensional, um cruzamento contingente de ordem social, cultural, econômica, intelectual e institucional. Daí o esforço de Blanco (2006) de reconstruir diferentes visões da disciplina prevalecentes em cada período, mas, principalmente, o modo pelo qual cada uma articulou uma determinada definição do seu domínio temático das suas tarefas e dos seus métodos.

Ou seja, a própria concepção do que era aquele campo disciplinar e de seu papel histórico se torna persuasiva ou não, somente em relação com fatores internos e externos e de ordem intelectual, econômica, política, institucional e social. Estes, por sua vez, criaram as condições favoráveis para instalação deste empreendimento, que depende de contextos locais, regionais e internacionais. Esses são fatores decisivos para se levar em conta nas estratégias de legitimação do empreendimento intelectual frente a outros projetos concorrentes, com maior ou menor proximidade com as instituições universitárias.

Como salienta Blanco (2006), compreender o passado em seus próprios termos significa compreender o fenômeno em termos do sistema de ação e de pensamento do qual ele é parte. Os feitos relevantes do dito contexto serão aqueles que puderam ser colocados com hipóteses potencialmente explicativas do texto em questão. Selecionar o que é relevante para compreensão do que vamos examinar. Então, não é algo dado, mas sim selecionado mediante abstração e construído como uma função da explicação. O que conta como contexto depende do que se deseja explicar com a teoria escolhida. Tentar compreender as intenções do autor nos oferece uma chave para compreender a formação e a trajetória dos textos dos autores que

decidimos abordar, com cuidado para não cair em uma interpretação de caráter teleológico, como se uma ação ficasse a esperar que o futuro lhe confira seu significado (BLANCO, 2006).

Blanco oferece a princípio uma concepção bem fechada do significado de "institucionalização", retirada do trabalho de Edward Shills:

Uma disciplina se institucionaliza [...] uma vez que pode ser estudada como um assunto principal ao invés de um assunto anexado; quando é ministrado por professores especializados na matéria e não por professores que fazem dela uma tarefa subsidiária de sua profissão principal; quando há oportunidades de publicação em revistas especializadas em vez de revistas dedicadas a outros temas; quando há financiamento e provisão logística e administrativa para a pesquisa sociológica por meio de instituições estabelecidas ao invés dos recursos provenientes do próprio pesquisador; e quando existem oportunidades estabelecidas e remuneradas para a sua prática, bem como uma exigência quanto aos resultados da pesquisa. (SHILLS *apud* BLANCO 2006, p. 51, tradução nossa¹³).

A criação de sociedades científicas é igualmente outro elemento que dá indícios do processo de institucionalização de uma disciplina, na medida que possibilita o desenvolvimento de ferramentas e problemas comuns. Se esses são os parâmetros da institucionalização de uma disciplina, tanto a sociologia na Argentina, quanto no Brasil só estarão oficialmente institucionalizadas muito depois do que costumamos concordar. O mesmo acontece com os EMGF, os quais, segundo estes parâmetros, não estariam plenamente institucionalizados no Brasil.

O que Blanco faz é salientar alguns dos indicadores da existência de uma disciplina que já estão presentes no momento estudado. A institucionalização é, pois, um processo disperso e fragmentado. Alguns dos elementos que Blanco seleciona para pensar a institucionalização da sociologia na Argentina são visibilidade pública e um sistema de publicações e instituições diferenciadas. Então, além de uma inserção na instituição universitária por meio da criação de cátedras, importam os interesses das editoras.

Apesar do grau de institucionalização, a sociologia na Argentina carecia de uma orientação teórica definida e não tinha ainda determinado o domínio de seu objeto e seus limites em respeito a outras disciplinas, como história e filosofia. A disciplina encontrava-se em um empasse a respeito da definição de suas tarefas, dos seus temas e do seu enfoque metodológico.

_

¹³ Original: "Una disciplina se institucionaliza [...] una vez que puede ser estudiada como un tema mayor más que como una materia adjunta; cuando es enseñado por profesores especializados en el tema y no por profesores que hacen de esto una tarea subsidiaria de su profesión principal; cuando existen oportunidades para la publicación en revistas especializadas antes que en revistas consagradas a otros temas; cuando hay financiamiento y provisión logística y administrativa para la investigación sociológica a través de instituciones establecidas en lugar que esos recursos provengan del propio investigador; y cuando existen oportunidades establecidas y remuneradas para su práctica así como una demanda relativa a los resultados de la investigación".

Não contava com uma orientação teórica capaz de unificar a existência da pluralidade divisões da disciplina.

Outro ganho da argumentação de Blanco é a importância do cenário político argentino no desenvolvimento do campo. O cenário compunha um regime autoritário que intervinha ativamente na instituição universitária, conjugado a uma cooptação intensa dos setores católicos e nacionalistas na vida política, cultural e educativa do país. O contexto político soma-se à cisão ideológica que divide intelectuais e peronistas. Essa orientação ideológica, que vinha disputando o controle dos postos-chave na universidade, tinha concepções diferentes sobre os significados e usos do que entendiam por sociologia. O interesse da sociologia pelos católicos estava conectado à chamada questão social e voltado para transformar a realidade social no ideal católico.

Existia uma disputa pelos sentidos da sociologia, entre uma leitura normativa e filosófica que estuda o dever ser da sociedade e outra que estuda cientificamente a sociedade tal como ela fenomenologicamente se apresenta à observação. É interessante observar como, em contextos continentais e temporais diferentes, algumas questões fundamentais da autoconcepção da sociologia parecem se repetir. Com a queda do peronismo, iniciou-se o processo de modernização da universidade, que introduziu modificações substanciais no perfil acadêmico e na orientação do ensino, com a promoção e o apoio à investigação científica e à criação de novas carreiras. O grupo de Germani buscou criar uma cultura de pesquisa científica, desenvolvendo técnicas de investigação e buscando uma formação profissional que tinha por referência a experiência norte-americana.

A derrocada do governo de Juan Domingo Perón, segundo Blanco (2006), implicou na abertura de um debate nacional sobre a avaliação do passado imediato, mas também em uma busca por uma fórmula política pós-peronismo para a nova etapa que se inaugurava. E a sociologia, como concebida e conduzida por Germani, claro, correu para ocupar este lugar. Ao enfrentar a demanda que estava no centro do debate político, científico e intelectual, ergueu-se como um dos candidatos que disputava o significado da experiência do peronismo, sendo seu diferencial uma combinação de enunciados descritivos e prescritivos, oferecendo chaves interpretativas sobre a natureza do fenômeno político e, investido de uma reclamada autoridade científica, produzindo uma série de recomendações práticas (BLANCO, 2006). Parte do processo de legitimação das Ciências Sociais se deu por sua capacidade de interpretar e explicar o fenômeno político do peronismo.

A Argentina, de maneira semelhante ao que ocorreu no Brasil, passou por um projeto modernizador que previa alterações nas carreiras de docentes e criação de departamentos,

bibliotecas, editoras universitárias e órgãos nacionais de promoção à pesquisa e tecnologia. A ampliação do acesso às universidades é também definidora da institucionalização da sociologia no país. O momento político-econômico trouxera condições iniciais favoráveis, com universidades interessadas no desenvolvimento e modernização das Ciências Sociais, nas quais o movimento estudantil foi parte importante da equação (BLANCO, 2006).

Outro aspecto que ganha destaque na análise de Blanco são as instituições profissionais da disciplina e sua capacidade de articulação internacional. Parte importante do desenvolvimento da sociologia foi o trabalho ativo e organizativo de articulação com as principais organizações profissionais internacionais da disciplina, parte também de um movimento global que contou com alguns incentivos importantes da UNESCO, o que vale para sociologia no Brasil via Projeto UNESCO (MAIO, 1999) e também para os EMGF no país. Isto importa, pois os associados, os encontros e as redes estabelecidas nacional, regional e internacionalmente fazem parte da disputa pela legitimidade de um projeto de sociologia, o que nos leva, novamente, à disputa pelas representações da sociologia, envolvendo uma série de iniciativas dirigidas a legitimar o ensino da sociologia no sistema universitário.

Neste sentido, o êxito do projeto de Germani passa pela emergência de um novo contexto internacional, marcado por uma profunda transformação intelectual na cultura das Ciências Sociais, com o surgimento de uma série de organizações e instituições consagradas à promoção e estabelecimento das Ciências Sociais no sistema cultural em geral e no sistema de educação superior, em particular. O segundo pós-guerra provoca uma transformação na cultura intelectual internacional marcado por um declínio da reflexão especulativa e filosófica e pelo otimismo generalizado acerca dos resultados práticos da pesquisa empírica embasada em fundamento científico (BLANCO, 2006). Nessa toada, é fundamental a narrativa de que as Ciências Sociais diferem somente em grau, mas não em classe, das ciências naturais.

Essa acepção especifica das Ciências Sociais, distanciada das generalizações históricas, levou a um progressivo refinamento de métodos de pesquisa, ao estabelecimento de correlações e formulações de generalizações empíricas e à valorização de técnicas quantitativas. A sociologia se transforma em ciência do presente, o que a coloca no centro da atenção das esperanças públicas (BLANCO, 2006). Esse é um processo que se constrói também por meios editoriais, com manuais de pesquisa e a tradução e publicação de textos referencias. É um projeto de uma nova forma de fazer sociologia, que envolve seu próprio leque de linguagens, práticas e rituais. Assim, os centros e institutos de pesquisa passam a ser adotados como matriz institucional para o desenvolvimento da pesquisa social.

E essa narrativa, como acertadamente demarca Blanco, não teria qualquer efeito se não tivesse sido abraçada e financiada por instituições e organismos internacionais, como a UNESCO, a União Panamericana, o *International Social Science Council* e também as fundações Rockefeller e Ford. Ocorreu de fato a aplicação de um projeto internacional de modernização do ensino e da pesquisa em Ciências Sociais, incluindo reformas nos planos de estudo e nos métodos de ensino, empreitadas ligadas à atualização bibliográfica, à unificação do vocabulário e à formação de organizações profissionais e centros e institutos de investigação e pesquisa. Esse projeto é indissociável da relação intrínseca que as Ciências Sociais teceriam com as ideias de modernização e desenvolvimento. Não à toa, a maior parte das empreitadas sociológicas da UNESCO se concentraram em países "em desenvolvimento". Era preciso formar especialistas em Ciências Sociais capazes de levar a cabo pesquisas empíricas para lidar com os problemas enfrentados pelos países em vias de se desenvolverem (BLANCO, 2006). É somente nessa conjunção de contexto nacional, regional e internacional que a empreitada de Germani, com um projeto de institucionalização focado na formação profissional e na pesquisa, teve sucesso.

Aqui, mais uma vez, algo que também vai ser definidor das Ciências Sociais e dos EMGF no Brasil são as bolsas para estudo no exterior, que, em um momento anterior à criação da pós-graduação, foram fundamentais na formação dos pesquisadores profissionais, principalmente nos Estados Unidos e na França, no caso dos EMGF brasileiros.

As condições e fatores que Germani encontrou para erigir sua empresa intelectual e lograr a institucionalização da mesma são quase de ordem astrológica, tamanho alinhamento de fatores externos. Uma confluência de fatores de ordem política, social e intelectual. Um clima cultural favorável, dentro do campo intelectual, para iniciativas destinadas a uma modernização das instituições universitárias, uma eficaz estratégia de legitimação da disciplina no sistema universitário e na esfera pública em um contexto onde a pesquisa científica se coloca como determinante para o desenvolvimento nacional.

Mas, é claro: diferentemente das explicações exógenas típicas das projeções astrológicas, os condicionantes poderiam estar todos alinhados, mas, se as ações e estratégias empreendidas pelo sociólogo argentino não tivessem sido postas em prática, talvez a história fosse outra. Além da multiplicidade de fatores que Blanco elenca, um ganho essencial de sua análise é a indispensabilidade das ações de Germani para o desenrolar de seu projeto. É o fator humano em suas ações que "dá liga" e permite que as tendências gerais que se desenham emerjam de fato na realidade. O sociólogo argentino articulou uma fórmula intelectual relativamente sistemática com capacidade de reprodução e, ao mesmo tempo, conectada com

os problemas mais relevantes da vida política nacional, sem deixar de lado questões mais macro, voltadas ao desenvolvimento econômico da modernização (BLANCO, 2006).

É evidente também que uma andorinha só não faz verão e, portanto, é fundamental a criação de um sistema de alianças e de estratégias de legitimação. Não era suficiente legitimar a sociologia por meio de um argumento intelectual, mas também era necessário fazê-lo por meio de uma tática organizacional. Naquele momento marcado por uma onda de conexões internacionais, imprimir seu projeto como projeto nacional argentino era fundamental, o que envolvia controlar as bases organizativas da profissão, uma vez que esta era a principal maneira de se fazer visível às instituições internacionais interessadas em promover a sociologia nos países em desenvolvimento.

Isso envolve – e vemos isso também em Hielbron e, mais adiante, veremos em Miceli – a importância da delimitação da área em relação às disciplinas tradicionais às quais era inicialmente atrelada, como filosofía e direito. Isso passa pela criação ou desenvolvimento de projetos de "ocupação" de associações profissionais, com a confirmação de uma série de alianças com diferentes organismos regionais de ensino e investigação com distintas organizações internacionais e da disciplina. As alianças são projetos que visam apoio institucional e legitimação, o que envolve filiação ou elaboração de associações nacionais, regionais e internacionais. As relações para fora do circuito nacional funcionam também como instâncias externas de legitimidade.

Outra dimensão, também muito presente na análise de Heilbron, é a ocupação das cátedras e departamentos de sociologia por pessoas que partilham ativamente do mesmo projeto e que pertencem ao mesmo grupo. Isso depende da existência e funcionamento de uma complexa rede de relações feita de vínculos entre pessoas com ideias relativamente afins acerca da disciplina. Essa rede funciona como espaço de intercâmbio de experiências e conhecimentos, métodos e estratégias que forjam um conjunto de pressupostos compartilhados relativos às normas que devem reger a atividade dos praticantes da disciplina (BLANCO, 2006).

Outro espaço estratégico na construção da legitimidade é a atividade editorial, fundamental para o reclame da sociologia à legitimidade intelectual. Esse campo é fundamental para estabelecer os referenciais fundamentais da disciplina. Isto envolve selecionar e importar uma literatura que vai formar um novo quadro de referências, não só para os especialistas do campo intelectual propriamente dito, mas do público mais geral. A atividade editorial pode operar como um poderoso agente cultural e institucional de difusão e legitimação de novas ideias de novos vocabulários e novos esquemas conceituais (BLANCO, 2006).

Já no Brasil, é impossível furtar-se de situar o trabalho de Sergio Miceli sobre a história das Ciências Sociais no país. Não apenas porque Miceli é pioneiro em remontar a história da disciplina e não só pela densidade do seu trabalho, mas principalmente porque Miceli, sua obra e, mais especificamente, *A História das Ciências Sociais no Brasil* (volumes I [1989] e II [1995]) por ele organizada, pelo seu prestígio e centralidade, são praticamente a "história oficial" da disciplina. Miceli é a referência principal, o que faz com que as interpretações concorrentes sejam representantes da história marginal, que busca restituir de prestígio e centralidade as histórias relegadas pelos recortes da história oficial monopolizada por Miceli.

O estudo da obra de Miceli tem duas funções neste capítulo. Em primeiro, complementa a abordagem inicial sobre processos de institucionalização das Ciências Sociais, que nos ajuda a pensar quais são os parâmetros que definem o significado de "institucionalização". Em segundo lugar, já começa a delinear o plano de fundo intelectual e institucional das Ciências Sociais brasileiras, lugar onde vingaram alguns dos brotos dos EMGF no Brasil.

Se Heilbron e Blanco bebem, de maneira mais ou menos solta, da teoria dos campos e estudos de intelectuais de Bourdieu, Sergio Miceli, tendo sido seu orientando, é o que emprega mais à risca o modelo de análise bourdiesiana. Em *Intelectuais e classe dirigente no Brasil* (1979), são abordadas as relações entre intelectuais e classes dirigentes como estratégicas para as posições ocupadas por estes no "mercado de postos" em expansão na modernização burocrática brasileira de 1920 a 1945. Miceli aponta os papéis das elites e do Estado na cooptação desses intelectuais, procurando os interesses subjacentes dos diferentes tipos intelectuais.

O autor privilegia a investigação das estratégias de inserção dos intelectuais a partir da relação entre a posição social e as estruturas de poder, relacionando-as à modernização em curso na sociedade brasileira. Sua metodologia consiste na reconstrução do perfil da elite intelectual por meio das trajetórias e biografias de intelectuais-chave, o método prosopográfico, que o ajuda a associar as origens sociais de cada grupo intelectual com as relações por estes estabelecidas com a sociedade e com o Estado. Para Miceli, as posições ocupadas no campo intelectual são profundamente associadas à origem social, definida pelo capital escolar e cultural. Destaco, para nossa leitura, as relações fundamentais dos intelectuais com setores da igreja e da política (partidos políticos e Estado).

É claro que a origem social ou a classe à qual pertencem os intelectuais são de extrema importância para entender não só o conteúdo das suas obras, mas também a trajetória profissional dos mesmos. Às vezes, no entanto, essa relação fica muito automatizada nos

escritos de Miceli e parece sobredeterminar os rumos adotados, faltando, por vezes, um pouco de carne e osso.

Em Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil 1930-1964, Miceli (1987) faz sua análise das características principais da sociologia no Brasil e seus porquês, todos permeados pela fundamental centralidade das emergentes universidades. Sua análise é quase inteiramente dicotômica, onde Rio de Janeiro e São Paulo funcionam como polos mutuamente exclusivos que, juntos, representam as Ciências Sociais no Brasil. Mas, antes de entrar nos pormenores dessa divisão, gostaria de chamar atenção para alguns pontos.

Para Miceli (1987), o desenvolvimento institucional e intelectual das Ciências Sociais no Brasil esteve, ou ligado ao impulso da organização universitária por grupos da elite econômica, ou à concessão de recursos governamentais para a montagem de centros de debate e investigação. Em todo o Brasil, seja no Rio de Janeiro/São Paulo ou nos "outros" estados brasileiros (Miceli [1987] menciona Minas Gerais, Bahia, Pernambuco), os empreendimentos voltados para o desenvolvimento das Ciências Sociais vinham atender às questões e interesses das frações cultivadas da sociedade, como os grupos de interesse da indústria editorial, do sistema de ensino secundário e superior, da grande imprensa, dos executivos reformistas ou em partidos políticos e organizações religiosas.

Esse padrão de desenvolvimento institucional seria responsável por gerar uma dissociação entre os trabalhos dos cientistas sociais e os interesses dos setores populares. Daí que isso repercute tanto nas orientações doutrinárias (metodológicas, teóricas, político-partidárias), no perfil dos objetos selecionados para investigação e nos conteúdos substantivos da produção acadêmica, como nas carreiras intelectuais e profissionais dos cientistas sociais (MICELI, 1987). Os primeiros indícios de uma articulação de interesses por movimentos institucionalizantes ocorre em meados dos anos 30, com a abertura de sociedades científicas, revistas acadêmicas e mandatos de representação em colegiados dentro e fora da universidade. E, como não poderia deixar de ser, o momento político do país é um fator de extrema relevância nessa seara. De acordo com Miceli (1987), desenha-se um paralelismo estreito entre as demandas do sistema político e os contornos do campo institucional nos quais se movem os praticantes das novas disciplinas. Para o autor, é central para a história das Ciências Sociais o processo de diferenciação do sistema político em suas vertentes pública e privada, conquistado especialmente por meio do arranjo, por parte dos praticantes das novas disciplinas, no âmbito do ensino superior em vias de intensa e rápida transformação.

Esse lugar, seria, segundo Miceli (1987), fruto do relacionamento entre cientistas sociais e seus mentores políticos partidários e confessionais, que, por sua vez, está intimamente

relacionado com sua posição na estrutura social (quer de sua origem ou a que almeja). É partir dessas relações, de origem e de colocação dos intelectuais com os diferentes setores da elite dirigente, que Miceli traça os perfis que distinguem as características das Ciências Sociais do Rio de Janeiro e de São Paulo.

São Paulo, em proximidade entre as elites locais, o recém implantado projeto universitário e os docentes de missão estrangeira, representa o modelo acadêmico, técnico e científico. A Universidade de São Paulo (USP) e a Escola Livre de Sociologia e Política representam o estado de São Paulo e, segundo Miceli (1987), ambas escolas tenderam a operar como centros autônomos de estudo e pesquisa voltados para a formação de seus futuros quadros reprodutores e a de professores de ensino médio.

No Rio de Janeiro, a história é outra. De acordo com o autor, o incipiente sistema universitário da capital era refém do poder político, submetido às pressões dos grupos de interesses doutrinários e confessionais na disputa pela máquina governamental em expansão: "um terreno de enfrentamento cerrado entre liberais, esquerdistas, católicos e integralistas" (MICELI, 1987, p.8). O Rio não teria chegado a formar uma equipe de investigação, turma de docentes ou corrente de pensamento lastreada pela universidade. O ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) calhou de ser o representante máximo do modelo das Ciências Sociais no Rio de Janeiro.

São Paulo também se diferenciava pela maior autonomização do campo, aspecto fundamental do modelo bourdiesiado, de acordo com Miceli (1987), em razão do ritmo acelerado das transformações econômicas e sociais do estado, foco mais intenso de industrialização, urbanização e modernização dos sistemas de ensino e de produção cultural. Os cientistas sociais atuantes de SP encontraram emprego como pesquisadores e docentes em tempo integral, enquanto, no Rio, faziam de seus encargos acadêmicos "um bico prestigioso" entre inúmeras outras atividades (MICELI, 1987).

Outro fator que Miceli toma como indicador é a fundação, na cidade de São Paulo, das duas sociedades científicas na área de Ciências Sociais, abrigando também o I Congresso Brasileiro de Sociologia. Outro indicador é o começo de um recorte disciplinar (apresentado como exclusividade de São Paulo), "senão uma prática expressa em obras, panteão e tomadas de posição, pelo menos uma explicitação na linguagem da comunidade científica em vias de constituição" (MICELI, 1987, p. 9). E talvez, por fim, o indicador mais inequívoco, de acordo com Miceli, de estruturação de um novo padrão de autonomia acadêmica e institucional são as primeiras revistas estritamente acadêmicas de Ciências Sociais, a revista *Sociologia*, em 1939, e a *Revista de Antropologia*, em 1954. Também parece fundamental para o autor o papel das

revistas de cultura em intensa relação com os acadêmicos e o mundo universitário. Para nós, será fundamental entender o peso do mercado editorial e cultural sobre a legitimidade da produção acadêmica, uma vez que isso parece ser essencial para estudarmos os EMGF no Brasil.

No Rio de Janeiro, por sua vez, havia uma presença mais definidora do campo jurídico e/ou militante, que colocava os modelos de interpretação desenvolvimentista como critério de relevância intelectual. Isto seria, de acordo com Miceli (1987), resultado da inexistência de uma instituição universitária como o centro da vida intelectual e científica na cidade. Sem a universidade como eixo central, não foram impostos os requisitos acadêmicos mínimos de acesso, promoção e desempenho na carreira, restando a fragmentação de iniciativas institucionais, diz o autor.

Nestas condições, outra diferença pertinente entre Rio e São Paulo prende-se ao teor do que se entende por excelência intelectual, com a hierarquia de objetos e problemáticas se desenhando em função de sua relevância para o debate político mais amplo. Automaticamente, Miceli assume que essa postura dá prioridade aos conteúdos em detrimento dos procedimentos científicos, ocorrendo o contrário em São Paulo, onde se construía uma "hierarquia *propriamente* acadêmica que privilegiava os métodos de apropriação científica (a começar pelo trabalho de campo) e os focos de interpretação, substituindo a relevância política pela excelência intelectual" (MICELI, 1987, p. 9-10, grifo nosso). Esse caráter de intervenção e planejamento nos campos econômico e social da produção carioca em Ciências Sociais só vai aparecer bem depois na produção da escola sociológica paulista, no início dos anos 1960. No tocante à importância das revistas literárias e culturais, claro, as cariocas assumiram "apenas roupagens acadêmicas", e os periódicos seriam parte do esforço de propaganda do Estado Novo, sendo um mercado público de circulação restrita, abrigando alguns poucos intelectuais expressivos em companhia de uma grande leva de intelectuais especializados em textos de encomenda (MICELI, 1987).

Esta seria a diferença fundamental que marcaria as duas experiências. São Paulo desenvolveria uma Ciência Social científica e em modelo universitário/acadêmico, enquanto o Rio seria marcado pelos interesses e urgências da vida política. A análise de Miceli chega a ser caricata e fica bem evidente o tipo de tradição que mais o agrada, deixando inquestionadas algumas noções de neutralidade ou de superioridade do modelo paulista de Ciência Social ocidental. Em São Paulo, a hierarquia acadêmica modelada por estrangeiros treinados nas regras e costumes da competição acadêmica europeia estava empenhada em instaurar procedimentos e critérios acadêmicos de avaliação, titulação e promoção. Para nossa análise, é

fundamental destacar como Miceli reproduz nas Ciências Sociais um entendimento clássico de prática científica, marcado principalmente pelo seu distanciamento da política, sendo essa construção essencial para valorar as Ciências Sociais paulistas como exemplos excelência acadêmica. No Rio, a ciência seria, segundo o autor, *militante*.

A origem social dos cientistas sociais produzidos nas duas cidades também é fundamental na explicação de Miceli. No ISEB, representando o Rio, estavam os jovens intelectuais requintados de famílias abastadas e licenciados de famílias remediadas. Os primeiros almejavam ascensão política por meio de uma presença conjugada no setor privado, no governo e nas instituições culturais. Conviviam membros das elites — com patrimônio pessoal e familiar, e socialmente destinados ao desempenho de mandatos políticos e ao trato dos negócios públicos — com intelectuais provindos dos setores sociais emergentes através da qualificação escolar, da política e da cultura (MICELI, 1987). Nessa equação, falta tempo aos abastados para a docência e organização administrativa, e, aos emergentes, contatos e relações sociais necessários à obtenção de recursos financeiros para viabilizar a própria instituição.

Os cientistas sociais em São Paulo eram de outro perfil e, apesar dos planos e da grande proximidade entre as elites locais e o projeto universitário, as fileiras de intelectuais que vieram a ocupar as posições profissionais disponíveis não eram as inicialmente esperadas. Segundo Miceli (1987), os diplomados vinham em geral de setores tradicionais, do interior do estado ou de famílias ligadas ao magistério secundário, à burocracia estatal e ao desempenho de encargos intelectuais e culturais (imprensa), um padrão diferente daquele visto nas escolas tradicionais de ensino superior (direito, medicina, engenharia).

As diferenças entre Rio de Janeiro e São Paulo, segundo Miceli (1987), derivariam do relacionamento distinto que os cientistas sociais mantinham com os poderes públicos não acadêmicos, da estruturação diversa do espaço da classe dirigente e das formas de sociabilidade política e cultural, com impacto imediato sobre o sistema de produção cultural.

Aproveito para destacar as palavras originais do autor ao salientar a intensa presença feminina:

As posições disponíveis para a prática profissional das novas disciplinas foram caindo em mãos de mulheres e ou descendentes de família de origem Imigrante [...] do total de 150 diplomados em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo nas 20 turmas formadas entre 1936 e 1955, 57% eram mulheres e 30% eram moças e rapazes com nomes Imigrantes a maioria de origem italiana alguns poucos japoneses espanhóis e árabes. (MICELI, 1987, p. 3).

Pode-se observar que Miceli adota uma noção bem conservadora de institucionalização, relacionando-a intrinsecamente com o estabelecimento de um campo intelectual/universitário

autônomo que estabelece e funciona a partir de um padrão dito técnico e científico, em oposição a um padrão militante e político. Parte importante deste quadro descrito por Sérgio são os financiadores das iniciativas e o "mercado de postos" que irá absorver os cientistas sociais. Importante para ele também é a distinção disciplinar, ou seja, cientistas sociais, versados nos conteúdos dos cientistas sociais, ocupando os postos de cientistas sociais. A influência do curso de direito no Rio de Janeiro é marca da sua incompleta institucionalização. Os números e as características demográficas dos ingressantes, assim como o valor social do diploma em Ciências Sociais, também são indicativo do grau de institucionalização. A criação de associações profissionais (ambas em São Paulo) também. E, claro, as revistas especializadas.

Todas as três abordagens têm um recorte nacional do objeto, ainda que, ao menos Heilbron e ainda mais Blanco, deem boa atenção à influência transnacional do processo de institucionalização, principalmente à importância de ocupar as associações e instituições regionais e internacionais da disciplina. Nos três autores, as disputas por concepções da sociologia, pelo fazer sociológico e pela narrativa sobre o propósito da disciplina também foram fundamentais nos processos de negociação da legitimidade. O que é, para quê serve, e como se faz sociologia são questões fundamentais que determinaram em grande parte os projetos vitoriosos de institucionalização. Nessa toada, o caráter científico da disciplina é mobilizado pelos atores dos três casos analisados, seja em oposição a uma visão moral da sociologia ou a uma sociologia militante. Em Heilbron e em Blanco, aparecem mais o carácter fragmentário da institucionalização, que, no Brasil, parece ter sido mais estável e progressivo (BLOIS, 2015).

Em Miceli, Blanco e Heilbron, o lugar que a sociologia ocupa na universidade e o tipo de aluno que atrai também são fundamentais para seu sucesso. Todos também destacam a relação entre o modelo de sociologia e sua relação com os grupos que buscam dominar os postos universitários: em Heilbron, são positivistas, socialistas e católicos; em Blanco, científicos, nacionalistas e católicos; e, em Miceli, militantes, acadêmicos e católicos. Não importa o lugar, parece mesmo que catolicismo, política e ciência formaram as bases que organizaram grupos em disputa pelo sistema universitário e pela concepção de sociologia. Os três também se apoiaram em trajetórias profissionais de atores-chave para explicar o processo

A criação de sociedades e associações profissionais de acadêmicos é outro elemento que partilham os autores, assim como a produção *de* e *em* revistas parece ter sido um projeto definidor neste processo, sendo a atividade editorial, tanto acadêmica quanto mais amplamente cultural, um dos pontos destacados pelos três. Isso é parte fundamental de um sistema de alianças e de legitimação por práticas organizacionais.

Os autores também mencionam a importância dos momentos políticos e como a sociologia pensou seu papel em relação a este. Em Blanco, isto é mais destacado, tendo a sociologia provido tanto a explicação do fenômeno político quanto a proposta de intervenção. Miceli indica a importância inicial das elites políticas e econômicas para a sociologia, mas alega que, em São Paulo, ela rapidamente se autonomizou. Esse aspecto também guarda certa relevância em Heilbron, onde a demarcação da sociologia como campo próprio e sua própria identidade, por diferenciação em relação às disciplinas tradicionais, é processo fundamental. Em Miceli, a classe dos intelectuais e seus destinos profissionais é bem mais destacada. Blanco ainda aponta a influência de um regime autoritário que intervém na universidade e destaca o financiamento de agências internacionais.

Olhando para os processos de institucionalização da sociologia, podemos aprender um pouco com os aspectos mais trabalhados dos estudos sobre institucionalização, principalmente os fatores de maior relevância para esse processo. Agora, veremos como os EMGF costumam lidar com sua história institucional.

2.3 Institucionalização dos EMGF

Quando nos voltamos para a discussão sobre institucionalização dos EMGF no mundo, a conversa fica um tanto mais complexa. Claro, existem muitos estudos, como veremos adiante, que detalham o processo e o descrevem de maneira muito parecida com a análise dos três autores que analisamos em relação às Ciências Sociais. Nos EMGF, também observamos a presença do campo nas universidades, a demografia dos ingressantes, os diplomas, os cargos, os cursos, as revistas e as fontes de financiamento. Medir ou descrever o grau de institucionalização dos EMGF pode ser uma tarefa tão quadrada (e importante) quanto os estudos semelhantes em Ciências Sociais.

No entanto, a dimensão que complexifica esse tipo de estudo é justamente a maior autorreflexividade do campo dos EMGF e sua profunda relação com a política, a militância e o seu comprometimento com a intervenção na realidade. Os EMGF, diferentemente da sociologia, têm dúvidas se querem ser institucionalizados, se deveriam existir separadamente como uma disciplina ou integradamente aos programas tradicionais, se são ciência tal qual outras ciências ou se são algo diferente. Um tanto filosófico, é bem verdade, mas, antes de pegar a régua para medir seu grau de institucionalização, vamos endereçar essas questões, pois são fundamentais para as estratégias que serão empreendidas em sua busca por legitimação no mundo acadêmico.

Se a sociologia nasceu na academia, ou, ao menos, nas elites intelectuais e, depois, na América Latina, veio a se aproximar e misturar-se aos movimentos sociais, o mesmo não necessariamente é verdade para os EMGF. Os EMGF nasceram, na maioria dos casos, a partir ou inspirados pelos movimentos sociais de mulheres ou feministas. De saída, os EMGF lidam com questões e problemáticas que só vieram atingir as Ciências Sociais muito após seu processo de institucionalização. Como a sociologia, no entanto, o próprio entendimento do propósito e função do campo de estudos é parte fundamental da peleja.

Antes de escrever o célebre When women ask the questions: creating women's studies in America, Marilyn Jacoby Boxer (2001), já em 1986, fazia um balanço histórico das primeiras autoanálises e estudos sobre a criação, desenvolvimento e desempenho dos women's studies nos Estados Unidos. Em For and about women: the theory and practice of women's studies in the United States (1988[1986]), Boxer já resume as principais questões que rondam a existência dos EMGF no contexto acadêmico nos EUA; e algumas destas também se fizeram presentes no Brasil.

As principais rusgas estariam relacionadas com a presença ou a ausência possibilidade de adaptação dos princípios feministas à estrutura de ensino e pesquisa de um modelo universitário e disciplinar essencialmente liberal e masculino. Vamos com cuidado nesta seara, pois, por vezes, a mesma crítica leva a proposições opostas. Uma das questões é que a adaptação dos princípios de horizontalidade dos movimentos sociais feminista e de mulheres – como não se formalizar e não apontar lideranças e linhas visíveis de responsabilização, o que acaba favorecendo redes informais de poder baseadas em relações pessoais de amizade – contribui para reforçar a dominância de um grupo específico no centro do debate.

Outra questão é o papel e a responsabilidade dos EMGF com o movimento feminista e os movimentos de mulheres. Os movimentos sociais e as intelectuais (entre si inclusive) têm por vezes objetivos políticos e acadêmicos conflitantes. Enquanto algumas veem a academia como instrumento para e pelos movimentos sociais, outras entendem esses espaços como campos separados que têm seus próprios propósitos e objetivos. Algo como: à academia o que é acadêmico. Essa é uma questão que, veremos, irá se manifestar de maneira curiosa no caso brasileiro. De um lado, estudantes e militantes políticas e, de outro, acadêmicas interessadas em discutir teorias, métodos, pesquisa e, afinal, estudos de mulheres. É uma diferença fundamental, fruto de uma autoimagem, a partir da uma própria constituição de subjetividade de cada intelectual, que se identificava primeiramente como acadêmica e depois como militante, ou como militante e depois acadêmica. Ou, como diria Albertina Costa, quando ilustrando um evento anedótico desta divisão no Brasil: uma diferença entre feministas que

também eram especialistas e especialistas que também eram feministas (COSTA, 1988, p. 67). Considerando que, neste meio, provavelmente ainda existiam acadêmicas que sequer entendiam-se como militantes (querendo possivelmente manter distância dessa "pecha") e, decerto, militantes que não se identificavam como acadêmicas.

Estende-se dessa polêmica outra questão, mencionada por Boxer (1988 [1986]) e que será particularmente importante para nossa análise mais à frente. Há uma acusação, por parte de alas mais militantes, de que boa parte dos EMGF quer promover uma real separação do movimento de mulheres e do movimento feminista, e usufruir dos privilégios da prática acadêmica e apolítica que a classe média lhes provia. Isso ilustra bem as diferenças em termos de propósito e de ideologia que informam as diferentes mulheres que iniciaram a discussão sobre mulheres e feminismo na academia.

É a partir dessas reflexões que surge um dos grandes impasses próprios de um campo crítico de saber acadêmico, qual seja, a possível incompatibilidade entre os modelos mais radicais de feminismo e de movimento de mulheres ao sistema universitário elitista e masculino. Cabe aqui uma ressalva: essa é uma das diferenças entre o feminismo à americana e o feminismo brasileiro. É claro que aqui também há produção e crítica às "torres de marfim" da academia e seu modelo masculino de saber, no entanto, essa questão é menos explorada aqui do que nos EUA. Como argumentarei nos próximos capítulos, isso nada tem a ver com uma falta de radicalidade dos EMGF no Brasil, e está muito mais relacionado aos diferentes modelos universitários e ao distinto contexto político e social em que surgiram. Ainda assim, atualmente, essa discussão tem ganhado mais lastro nos EMGF brasileiros e acho relevante explorar um pouco mais essas incompatibilidades, pois elas, seja abertamente discutidas ou individualmente elaboradas, ajudam a definir as estratégias e práticas dos EMGF no sistema universitário.

Uma das impossibilidades com a qual o feminismo no Brasil também teve que se haver foi comentada por Adrienne Rich (1976), a quem Boxer faz referência, sobre a possível cooptação do movimento pelo sistema universitário. Rich temia que a integração dos *women's studies* no sistema universitário definido e dominado por homens pudesse se tornar um espaço isolado da vida acadêmica, onde algumas poucas mulheres experimentariam uma falsa ilusão de poder. Para algumas mulheres, os EMGF poderiam ser a fagulha de transformação total do sistema universitário, com cooperação no lugar da competitividade e com um caminho sem muros entre a universidade e o povo que a cerca. Para isso, seria necessário ir além dos EMGF, intervir no modelo de ensino superior e alterar a própria estrutura do ensino e da pesquisa universitária. Para outras, talvez apenas alguns ajustes fossem necessários.

Diversas mulheres experimentaram e resolveram individualmente as tensões entre ativismo (para usar o termo de Boxer, ainda que, no Brasil, o termo "militância" seja mais corrente) e academia. Algumas decidiram que feminismo era compatível com pesquisa, mas não com vida acadêmica e saíram das universidades, outras aceitaram os padrões acadêmicos tradicionais de conhecimento e pesquisa na vida profissional e exerceram seu ativismo no âmbito pessoal e não profissional. Por uma terceira via, outras aceitaram as contradições e entenderam o projeto dos EMGF como um empreendimento a longo prazo, que exigia mudanças na estrutura de conhecimento, no sistema universitário e na sociedade como um todo.

Em seguida, o texto de Boxer (1988[1986]) entra na questão de *como*, e não mais *se*, foi a entrada dos EMGF no sistema universitário. Aqui, temos outra diferença fundamental com o caso brasileiro, apontada no texto célebre de Maria Luiza Heilborn (não confundir com Johan Heilbron, o autor de *French sociology*) e Bila Sorj (1999), não coincidentemente presente no livro organizado por Sérgio Miceli, no capítulo sobre os Estudos de Gênero no Brasil. Enquanto, nos Estados Unidos, o processo de institucionalização foi inicialmente no âmbito do ensino, no Brasil, ele esteve muito mais atrelado a outra dimensão do sistema universitário, qual seja, a pesquisa acadêmica. Feita a ressalva em relação às duas modalidades de entrada no sistema universitário, vamos observar os dilemas elencados por Boxer, visto que estes ainda trazem alguma luz para nossa questão.

Como uma reflexão vinda a partir das primeiras avaliações sobre os programas de women's studies, vieram as discussões sobre as estratégias e objetivos lançados até o momento. Apesar do relativo sucesso dos women's studies que se espalharam em cursos e programas nas universidades dos EUA, houve escasso progresso em relação à transformação do viés masculino nos currículos das universidades em geral (BOXER, 1988[1986]). Uma das estratégias para atingir essa meta seria o "mainstreaming". A ideia é espalhar os EMGF nas disciplinas tradicionais, incentivar a inclusão de autoras mulheres e da discussão de gênero nas ementas dos cursos regulares; é integrar-se, espalhar-se, ao invés de insular-se em um currículo alternativo que só aqueles que já nutrem interesse no tema podem eleger. O problema dessa estratégia, apontado por parte dos EMGF, é que o ensino do conteúdo desacompanhado do enquadramento feminista, ou feito por pessoas não comprometidas com as ideias feministas, não poderia ser feito sem sacrificar parte dos principais objetivos almejados.

Essa difícil avaliação da melhor estratégia (misturar-se e perder força ou especializar-se e perder amplitude) levou a questionamentos mais profundamente teóricos sobre a natureza dos EMGF (BOXER, 1988[1986]). Seriam os EMGF uma disciplina? É uma área de estudos interdisciplinar, multidisciplinar ou interdepartamental? O que isto implica? Os EMGF

precisavam de um enquadramento unificado, que desse uma integridade funcional no meio acadêmico?

Algumas autoras destacadas por Boxer (1988[1986]) vão enfatizar as desvantagens da interdisciplinaridade — a falta de autonomia e reconhecimento e as dificuldades de se desenvolver em um sistema universitário centrado na disciplinas — desaconselhando o gasto energético infrutífero de transformar as disciplinas estabelecidas e focar no desenvolvimento e avanço de profundidade de uma área de pesquisa e ensino feminista, para, assim, criar um novo paradigma científico capaz de subverter a ciência normativa. Ao invés de gastar tempo e recursos (emocionais e materiais) em uma batalha com vieses masculinos e instituições, elas deveriam declarar os *women's studies* como uma disciplina independente. Isso deveria ser realizado por meio de pessoal pós-graduado em *women's studies*, que seriam treinados com uma base multidisciplinar. Mas, para isso, seria necessária a criação de departamentos específicos para a disciplina ao invés de programas interdisciplinares/interdepartamentais.

Por outro lado, existem perspectivas feministas que rejeitam a própria concepção de disciplina como uma fragmentação da experiência social e uma modalidade extremamente masculina de análise e organização do mundo social (BOXER, 1988 [1986]). Eu acrescentaria, como mencionei acima, que existem pessoas declaradamente feministas que não veem problema algum com os moldes das disciplinas tradicionais e o sistema universitário, fortemente apegadas às metodologias próprias de sua disciplina e acreditando que bastaria uma pequena repaginação para incluir melhor as mulheres nas análises e nas estruturas das universidades. Por fim, existe ainda o meio-termo, que, insatisfeito com os limites impostos por uma disciplinarização, também vê as funcionalidades práticas de algum grau de organização, entendendo que, no futuro, o trabalho feito em women's studies poderia contribuir para o desmantelamento de categorias antes amplamente aceitas. Um dos exemplos de autoras que nutrem essa visão, fornecido por Boxer (1988[1986] p. 94), é Anne Fausto-Sterling. Parece ter sido um bom exemplo, uma vez que Fausto-Sterling, pesquisadora treinada em biologia que trabalha questões de gênero, publicou apenas alguns anos depois uma gama de trabalhos que ajudaria a questionar as categorias de sexo e de gênero e seus entendimentos biológicos, com grande repercussão em diversas áreas do conhecimento (FAUSTO-STERLING, 1992, 1993, 2000).

De uma maneira ou de outra, além das questões teóricas sobre o lugar, o como e o objetivo dos EMGF, existem questões essencialmente práticas que devem ser enfrentadas. Redes, comitês, disciplinas, departamentos, programas, centros, institutos, cursos ou núcleos são maneiras de se estruturar os EMGF. Maneiras que têm impactos significativos sobre

recursos financeiros e pessoais, responsabilidades e encargos, que afetam o próprio conteúdo e a forma como os EMGF são exercidos. A escolha pela criação de um departamento pode ampliar os recursos, garantindo a contratação de professoras/pesquisadoras feministas e a provisão regular de cursos sobre a questão da mulher. No entanto, isso poderia limitar as relações com os movimentos sociais, criando o que Boxer chama de *gueto* (1988[1986]), palavra que, curiosamente, Albertina de Oliveira Costa Carmen Barroso e Cynthia A. Sarti vão usar para se referir à pesquisa sobre mulher no Brasil em 1985, que até então não contava com nenhum departamento (COSTA, BARROSO, SARTI, 1985). A escolha de um departamento e os custos associados à sua manutenção também podem funcionar contra, sendo os primeiros a serem eliminados em caso de corte de verbas.

A separação em um departamento próprio implicaria no estabelecimento de uma estrutura central que ajudasse a criar uma identidade própria, mais capaz de gerar pesquisas e estudos relevantes, e que desse autonomia na seleção de docentes e pesquisadores e no desenvolvimento curricular, indicando comprometimento substancial com a instituição universitária. E mesmo o isolamento talvez não fosse tão mal, uma vez que, imerso em suas próprias questões, o campo poderia avançar sem ter que gastar tempo e trabalho para convencer os pares das disciplinas tradicionais acerca da pertinência da sua existência. É uma estratégia também para manter os EMGF a longo prazo, garantindo sua continuidade pela estrutura, ao invés de depender da vontade e presença individual de um par de figuras comprometidas, assim como para garantir vagas no mercado profissional acadêmico, recursos próprios e estabilidade na carreira.

Apesar do avanço da discussão, as tensões sobre as afinidades entre movimento social e vida acadêmica continuaram (e persistem até hoje). Uma querela que já se manifestava nos primórdios dos *women's studies* e que segue sendo relevante – senão atualmente a mais relevante – é a pretensa homogeneidade da categoria mulher, centralizada na experiência da mulher branca heterossexual e a marginalização de mulheres não-brancas e fora do espectro hetero (mulheres negras, indígenas, lésbicas, de "terceiro-mundo" e, mais recentemente, mulheres trans) nas ementas, nas posições profissionais acadêmicas, na presidência das associações profissionais; em suma, o monopólio da mulher branca heterossexual nas posições de poder e destaque no mundo dos EMGF.

A maior parte da produção que se pode encontrar sobre a institucionalização dos EMGF está concentrada nos EUA e na Europa, com algumas exceções mais recentes. Os tipos de publicação que discorrem sobre os processos de institucionalização dos EMGF são, por sua vez, bem mais diversos e incluem teses, livros e artigos científicos, mas também artigos de

jornal, *newsletters*, relatórios de pesquisa, relatórios encomendados por organizações internacionais, documentos de apresentação de políticas públicas e de publicações de ONGs. Consequentemente, esse material tem tons, objetivos e públicos diferentes.

Este capítulo e parte da abordagem desta tese são inspirados no trabalho de Maria do Mar Pereira, socióloga portuguesa radicada na Inglaterra, e na sua tese de doutorado defendida no Gender Institute, da London School of Economics and Political Science, chamada Pushing the boudaries of knowledge: an ethnography of negotiations of the epistemic status of Women's, Gender, Feminist Studies in Portugal (PEREIRA, 2010). O que levo comigo do trabalho de Pereira é essencialmente sua discussão sobre status epistêmico e as negociações que envolvem o seu fazer. Apesar disso, ao invés de uma etnografia meticulosa das microinterações envolvidas no trabalho de demarcação das fronteiras do conhecimento, como faz Pereira, eu preferi olhar as narrativas das próprias pesquisadoras sobre o campo EMGF como estratégias para alcançar um status epistêmico legítimo. Por sorte, tive a oportunidade de encontrar Pereira em 2018, em Atlanta, no encontro anual da National Women's Studies Association nos Estados Unidos, durante meu "doutorado sanduíche" e, além de conseguir uma entrevista, pude discutir seu trabalho e minha tese numa longa e frutífera conversa no lobby do hotel onde ocorria o evento.

Digo isso logo de antemão porque a última sessão deste capítulo será dedicada a pensar o significado de "status epistêmico" e como se dão, na prática, suas negociações. Deste modo, ao discutir a literatura sobre a institucionalização dos EMGF vou me aproveitar de algumas de suas análises, a começar pelos dois eixos nos quais Pereira (2010) organiza a vasta literatura sobre institucionalização dos EMGF. O primeiro se refere a estudos empíricos, explicitamente focados em contextos geográficos e institucionais específicos, e, o segundo, a reflexões e debates mais genéricos sobre o atual ou ideal estado de institucionalização dos EMGF.

O primeiro eixo oferece detalhes localizados sobre processos de institucionalização específicos, e normalmente buscam identificar os diferentes fatores e atores que moldaram o processo da forma como ele se apresenta. Muitos têm um segundo objetivo de comparar e contrastar processos de institucionalização dos EMGF em diferentes contextos. São análises que normalmente se valem de métodos quantitativos e/ou qualitativos, com questionários, entrevistas, pesquisa em arquivo e análise de documentos pessoais ou organizacionais. Este eixo ainda pode ser subdividido entre pesquisas de enfoque macro ou micro.

Pesquisas macro usam regiões ou países como unidade de análise e focam em estruturas e tendências políticas, econômicas ou educacionais de amplo espectro, buscando evidenciar que o ritmo e a maneira pelos quais os EMGF são institucionalizados são fruto de uma combinação

complexa de fatores macro (PEREIRA, 2010). Esses estudos demonstram que a estrutura do ensino superior é fundamental para como os EMGF se desenvolvem. Países com mais autonomia nos currículos universitários, com estruturas mais flexíveis e modulares de diplomação e apoio estatal, desenvolvem cursos e diplomas em EMGF mais facilmente (BARAZZETI, LEONE, 2003; BIRD, 2001; BRAIDOTTI *et al.*, 1995, 1988; GRIFFIN, 2005, SILIUS, 2002). A literatura também enfatiza que o tipo de comunidade acadêmica e a maneira como essa se organiza também afetam as oportunidades e estratégias disponíveis para institucionalização (PEREIRA, 2010). Por exemplo, em contextos com organização disciplinária mais rígida, os EMGF tendem a se constituir um subcampo temático dentro de disciplinas tradicionais ao invés de autonomamente ou com departamentos próprios (BARAZZETI; LEONE, 2003; BERG; CHRISTENSEN, 2005; GRIFFIN. 2002; SALCEDO, 2002).

Obviamente, esta literatura não poderia ignorar a disposição de financiamento (PEREIRA, 2010), seja por parte do governo, de instituições privadas, ONGs estrangeiras e internacionais, ou instituições intergovernamentais (como a ONU), que são fundamentais para a criação de cursos, centros, revistas acadêmicas e associações profissionais (BARAZZETI, LEONE, 2003; GÓNGORA, 2002; SILLUS, 2002). A demanda por parte da população estudantil é outro fator que contribui para o impulsionamento da institucionalização dos EMGF (PEREIRA, 2010) e isto, por sua vez, depende da relação que o sistema universitário estabelece com o mercado de trabalho, a natureza demográfica do perfil estudantil e o nível de acesso ao ensino superior, assim como a percepção dos estudantes sobre a necessidade ou pertinência da promoção da igualdade de gênero (BIRD, 2001; SILLUS, 2005; SKEGGS, 1995).

Outro fator decisivo frequentemente destacado nos textos sobre institucionalização dos EMGF é o contexto político (PEREIRA, 2010). A institucionalização é melhor assegurada e mais incentivada quando a igualdade de gênero é considerada área importante para a intervenção estatal (GRIFFIN, 2002; LE FEUVRE, 2000). Regimes conservadores ou autoritários não costumam apoiar, podendo inclusive serem ativamente desfavoráveis e hostis ao estudo e ensino dos EMGF, de modo que sua queda ou retirada do poder se colocam como oportunidades para a expansão do campo (BORDERIAS, 2002; BRAIDOTTI *et al.*, 1995; CHEN, 2004; GRIFFIN, 2005; GÓNGORA, 2002; RAMALHO, 1995). Na seara de contextos políticos relevantes, a força e a estrutura dos movimentos de mulheres e feministas, assim como seu nível e apoio ao ensino e à pesquisa de temas feministas na academia, também se mostraram fator de relevância (BARAZZETTI, LEONE, 2003; CHEN, 2002; GRIFFIN, 2005; SILIUS, 2002).

As abordagens micro, por sua vez, ao invés de se voltarem para tendências gerais em países ou regiões, vão se dedicar a olhar detalhadamente um ou uns poucos exemplos de lugares onde são desenvolvidos os EMGF (PEREIRA, 2010) — como centros, cursos, revistas e associações profissionais —, mapeando seus processos de criação, sua evolução, expansão e até, às vezes, seu desaparecimento. Essas discussões trazem à luz os esforços individuais e organizacionais requeridos no processo de institucionalização, assim como descrevem empiricamente como as estruturas macro e os processos de negociação ocorrem no dia a dia das microinterações do fazer acadêmico (PEREIRA, 2010).

Dessas abordagens, sabe-se que as iniciativas de institucionalização tendem a trazer resultados mais efetivos quando encabeçadas por intelectuais que detêm recursos acadêmicos valiosos e ocupam lugares centrais na produção e circulação de conhecimento (por exemplo: detêm cargos estáveis e importantes em instituições privilegiadas, são membros de comitês e associações, são vistos como autoridades em seus campos ou possuem aliados poderosos e redes de conexão e amparo nacionais e/ou internacionais) que podem ser mobilizados para aumentar a credibilidade de suas empreitadas institucionais (ARMITAGE; PEDWELL, 2005; DUHAČEK, 2004; WESTKOTT, 2003). É também nestas abordagens que vemos as estratégias adotadas por acadêmicas para inserir os EMGF em contextos institucionais menos receptivos ou hostis, como inserir leituras feministas em cursos com títulos ou temáticas que não remetem inicialmente ao campo dos EMGF (BARAZZETTI et al., 2002, CHEN, 2004).

A combinação de análises macro e micro é utilizada para pensar padrões gerais de institucionalização e desenhar tipologias que permitam a realização de comparações entre diferentes contextos institucionais, históricos e/ou geográficos que podem ser úteis para a reivindicação de maior apoio a projetos de institucionalização dos EMGF por instâncias nacionais ou supranacionais (PEREIRA, 2010). Pereira também identifica que essa literatura tem um duplo caráter, tanto de descrever e analisar os processos de institucionalização quanto, mais ou menos diretamente, intervir e avançar nesses processos. Os textos funcionariam como agentes dessa institucionalização e, portanto, constitutivos do próprio fenômeno que buscam examinar (PEREIRA, 2010, p. 28).

Comparar processos de institucionalização dos EMGF não tem se mostrado uma tarefa fácil, já que, além das inúmeras variáveis, cada lugar parece ter um cenário próprio onde estas agem e interagem, gerando resultados muito díspares em diferentes lugares do mundo (BARAZZETTI, LEONE, 2003; GRIFFIN, 2005). Pereira (2010) acrescenta que, dentro de um próprio país, podem conviver diferentes níveis e processos de institucionalização e que tendências opostas podem estar simultaneamente em curso. A comparação muitas vezes é

dificultada pois também não existe um acordo entre as distintas academias sobre o que constitui um processo de institucionalização de sucesso, ou mesmo, como já discutimos, qual seria o projeto de institucionalização ideal. Pereira exemplifica com discussão entre Veronica Pravadelli (2010 *apud* PEREIRA 2010) e Chiara Saraceno (2010 *apud* PEREIRA, 2010), ambas acadêmicas italianas, na revista *European Journal of Women's Studies*, na qual Pravadelli descreve o campo como ainda não institucionalizado e, em resposta, Saraceno alega que o conceito de institucionalização utilizado por Pravadelli é baseado no modelo anglo-americano e que o campo está institucionalizado na Itália, e de maneira distinta.

Nesta discussão, o que me interessa, mais especificamente, é a literatura que discute a posição do campo dos EMGF na academia em geral, observando os efeitos de cada estratégia para institucionalização empregada, seja ela de integração ou *mainstreaming* em disciplinas e departamentos já estabelecidos ou o estabelecimento dos EMGF como entidade separada, ou ainda, uma combinação de ambos. Normalmente, segundo Pereira (2010), os modelos de institucionalização são avaliados de acordo com três critérios: 1) seus efeitos na possibilidade de crescimento e expansão dos EMGF (em termos de capacidade de atrair financiamento, estudantes, espaço e colocação no mercado profissional); 2) seu impacto na capacidade dos EMGF em alterar as práticas acadêmicas das disciplinas tradicionais; e 3) como influem no trabalho político dos EMGF e em seu relacionamento com o movimento feminista fora dos muros da academia. A questão final, no entanto, parece ser se os EMGF estão produzindo o melhor e mais útil tipo de conhecimento, seja lá o que cada um considera que este o seja (PEREIRA, 2010), como vimos na discussão apresentada por Boxer.

O conceito de institucionalização que adoto é o formulado por Pereira (2010), declaradamente inspirado no trabalho de Peiyng Chen (2004) sobre institucionalização dos EMGF em Taiwan, sendo:

[...] um conjunto de processos multidimensionais através dos quais um campo é formalizado (em vários níveis: epistêmico, organizacional, profissional etc.) como parte de estruturas acadêmicas, e como uma estrutura acadêmica, de produção, certificação e circulação de conhecimento. (PEREIRA, 2010, p. 23, tradução nossa)¹⁴.

_

¹⁴ No original: "as the set of multidimensional processes through which a field is formalised (at many levels: epistemic, organisational, professional, etc.) as part of academic structures, and as an academic structure, of production, certification and circulation of knowledge" (PEREIRA, 2010, p. 23)

2.4 O conceito de status epistêmico

Além do proveitoso balanço da literatura sobre institucionalização dos EMGF realizado por Pereira (2010), que guiou em certa medida minhas leituras no campo, o elemento que me fez dar a esta tese o eixo que apresenta hoje é seu conceito de status epistêmico, referindo-se ao grau em que o conhecimento produzido nos EMGF é considerado confiável e relevante. Não que esta dimensão não tenha sido tratada na literatura sobre institucionalização, mas ela dificilmente o foi com a centralidade dada por Pereira, principalmente em seu uso sobre a relação entre institucionalização e demarcação do que é considerado científico.

Na literatura, palavras e expressões como "valor", "prestígio", "status científico", "credibilidade intelectual" e "respeitabilidade acadêmica" são alguns dos termos utilizados para tratar do quanto a capacidade dos EMGF de produzir conhecimento acadêmico adequado é reconhecida (PEREIRA, 2010). De acordo com a autora, em múltiplos contextos, estudantes e praticantes dos EMGF são confrontados com afirmações sobre o baixo valor acadêmico do campo em uma variedade de situações e lugares. Veronica Toste Daflon e Luna Ribeiro Campos (2020) identificaram que as mulheres, quando participativas da esfera pública, precisaram reivindicar credibilidade de forma explícita em seus textos e justificar sua atuação política em questões coletivas, o que as levou desde cedo a refletir sobre o fazer científico e as condições sociais de produção do conhecimento.

Essa percepção do campo como não exatamente – ou não sempre – produzindo conhecimento academicamente adequado afeta inclusive a carreira dos profissionais da área e, claro, as possibilidades de sucesso de um projeto de institucionalização. Dentro da discussão sobre institucionalização, o status epistêmico é fundamental para entender a marginalização do campo na hierarquia de saberes acadêmicos, que, apesar do relativo reconhecimento internacional, como argumenta Nicky Le Feuvre (2000), ainda tende a ser rotulado como militante e, portanto, (implicitamente) como não científico.

Mas o que afinal define um certo conhecimento como científico? É com essa pergunta que Pereira (2010) inicia sua fundamentação teórica para o conceito. A princípio, é um problema de demarcação. A ciência é privilegiada epistemicamente em relação a outras formas de produção de conhecimento e, portanto, há todo um trabalho de demarcação das normas, para que uma alegação tenha sua cientificidade adequadamente avaliada. Críticas a essa abordagem floresceram nas ciências sociais, como vimos no primeiro capítulo, as quais, como colocado por Pereira (2010), sinalizam a prática localizada do trabalho científico, com lastro prático e empírico, onde a demarcação da cientificidade não é dada *a priori* e universalmente, mas

examinada por meio de estudos situados onde a apreensão do que é cientifico é fruto de um contexto e uma temporalidade específicos. Pereira (2010) localiza esta discussão atualmente como sendo realizada no campo dos Estudos da Ciência e Tecnologia, que consideram a cientificidade não como uma característica inerente, mas como resultado de um processo de delimitação histórica e culturalmente específico do domínio da ciência.

Como observamos, e como aponta Pereira, os EMGF também desenvolveram críticas aos critérios de cientificidade, chamando atenção para os componentes políticos dos esforços de demarcação, em especial como são formados e formam relações generificadas e desiguais de poder. Nessa toada, estão Linda Alcoff, Lorraine Code, Evelyn Fox Keller, Donna Haraway e Sandra Harding. O feminismo negro também criticou a noção de cientificidade e suas bases raciais e de gênero, como vimos com Patrícia Hill Collins, mas também podemos mencionar Bell Hooks e Grada Kilomba. Além delas, uma gama de autores pós-coloniais do sul-global também prestou sua crítica, como Raewyn Connel, Chandra Talpade Mohanty, Edward Said, Sheila Sandoval, entre outros.

O conceito de status epistêmico de Pereira (2010) é informado por uma matriz de três autores: a epistemologia feminista e os espaços retóricos de Lorraine Code (1995); as teorias de Foucault da produção discursiva dos domínios científicos (2006 [1969]), das relações de poder produzidas nas afirmações de cientificidade (2003 [1976]) e da noção de episteme dos seus últimos escritos (1980[1977]); e, por último, o conceito de *boundary-work* de Thomas Gieryn (1999).

O reconhecimento de uma afirmação como conhecimento adequado produz respeitabilidade, influência e poder. É nessa chave da episteme foucaultiana que Pereira (2010) escolhe trabalhar, uma vez que os efeitos de poder da demarcação da cientificidade são essenciais para o seu interesse. Isso a ajuda a pensar que os EMGF também fazem suas reivindicações de cientificidade, mesmo que sua posição seja considerada marginal.

De Code (2006), Pereira utiliza sua preocupação com uma *epistemology of everyday life*, para o trabalho localizado, no "chão" onde o conhecimento é feito, negociado e circulado e as conexões entre a ordem social hierárquica as negociações onde importa quem fala, como fala e porque fala acerca das possibilidades de reivindicação de conhecimento. Também usa a noção de *rhetorical spaces*, que examina a localização de um lugar com imperativos estruturais e limites para o que pode ser dito com razoável expectativa de ser escutado, entendido e levado a sério. Se Foucault preocupa-se com que tipo de discurso é aceito, Code (1995), por sua vez, preocupa-se com que tipo de pessoas podem produzir conhecimento aceitável, entendendo que, nos espaços retóricos, as possibilidades de estabelecer credibilidade são desiguais.

Code está preocupada com o posicionamento das mulheres enquanto pessoas de mínima autoridade epistêmica. "A distribuição desigual de autoridade epistêmica geralmente não é reconhecida, mas são também generificadas, baseadas em e ao mesmo tempo produtivas de dicotomias que posicionam a feminilidade como epistemicamente não qualificada" (PEREIRA, 2010, p. 59, tradução nossa). A desqualificação do feminismo se dá por sua categorização como algo somente preocupado com questões práticas, como muito subjetivas, muito emocionais, permeadas de valores ou políticas, sendo produto ao mesmo tempo que produzindo o estereótipo da mulher como irracional, subjetiva e incapaz de pensar abstratamente (CODE, 1995). Para Pereira (2010), o poder é enquadrado aqui como sendo exercido por indivíduos e grupos que têm acesso a uma autoridade cognitiva e são capazes de mobilizar crenças amplamente compartilhadas sobre as (menores) capacidades epistêmicas dos outros para reter o reconhecimento.

Pereira, diferentemente, não presume que as mulheres necessariamente não tenham ou tenham menos credibilidade nos espaços retóricos por serem mulheres, vendo os campos acadêmicos também como tendo status epistêmico, generificado, racializado e sexualizado, e argumentado que "as condições de reconhecimento acadêmico que mulheres e homens têm acesso são negociadas em articulação com o status de seus campos acadêmicos 16" (PEREIRA, 2010, p. 60, tradução nossa). Pensar sob essas lentes destaca uma especificidade importante das negociações sobre o status dos EMGF. Eles compartilharão muitas características com todas as lutas sobre as demarcações que os cientistas devem tomar, mas, como um campo feminista — e feminista explícito —, os campos e seus estudiosos provavelmente serão posicionados de maneiras particulares dentro de distribuições desiguais, fora da autoridade epistêmica.

Ao invés de considerar os padrões de dominância da cientificidade como sendo relativamente unitários e estáveis, ainda que sujeitos a mudanças históricas, Pereira percebe essa ação como mais diariamente constituída. Por isso, a autora adota a noção cartográfica de boundary-work (trabalho de fronteira, em tradução livre) de Thomas Gieryn (1999), mais comum em estudos da ciência e da tecnologia. Essa abordagem, mais conectada com a atual sociologia dos intelectuais que vimos no primeiro capítulo, vê as fronteiras da ciência moldadas pelas contingências locais do momento, seus adversários, aqui e ali, as apostas e o público ao qual se dirige no momento. Sendo assim, a ciência e a cientificidade são produtos contingentes

¹⁵ No original: "uneven distributions of epistemic authority are usually unacknowledgedly, but always significantly, gendered and they are grounded on, and productive of, dichotomies that position femininity as epistemically unqualified" (PEREIRA, 2010, p. 59).

¹⁶ No original: "the conditions of epistemic recognition that women (and men) have access to intersect, and are negotiated in articulation with, the status of their academic fields." (PEREIRA, 2010, p. 60).

do processo discursivo e contínuo do trabalho de fronteira, uma conceitualização do status epistêmico, como sendo constituído em e por meio de sua atuação local (PEREIRA, 2010).

O que é científico passa a ser visto como episódico, construído, pragmático e estratégico, abrindo espaço para se examinar como os traços de cientificidade são seletivamente escolhidos e usados em disputas por autoridade e recursos. O que interessa a Pereira (2010) é que esse processo de demarcação funciona como mecanismo de regulação da prática científica pelo trabalho de fronteira. Assim, opera como um meio de controle social que desenha e patrulha as fronteiras, de maneira que os cientistas aprendem onde podem transitar sem transgredir os limites da legitimidade.

Nesse sentido, ganha importância a forma como o próprio campo dos EMGF se anuncia, se apresenta e performa cientificidade, jogando luz em uma gama de ferramentas retóricas e institucionais utilizadas para decretar seu status epistêmico. "A autoridade epistêmica da ciência existe apenas em sua atuação local e episódica, mas tudo isso acontece dentro de contextos estruturais de recursos disponíveis, precedentes históricos e expectativas rotinizadas que permitem e restringem o conteúdo" (GIERYN, 1999, p. 12, tradução nossa).

Assim, a demarcação de fronteiras ocorre entre participantes que estão frequentemente localizados de forma diferente em hierarquias estruturais de credibilidade e, portanto, suas reivindicações sobre o status epistêmico de outros não têm os mesmos efeitos. Para Pereira (2010), isso significa que, embora o status epistêmico seja algo que está continuamente sendo refeito e reconhecido, ao invés de algo pertencente aos intelectuais ou ao campo, certas pessoas e grupos estão tendencialmente em uma posição melhor do que outros para ter suas reivindicações de status epistêmico aceitas como verdade razoável. Daí, relaciona-se poder epistêmico com o que Pereira chama de *poder profissional*.

Aquele que dispõe ou tem acesso a recursos profissionais – afiliação a uma instituição respeitável, contato com acadêmicos reconhecidos, poder de influência em tomada de decisões acadêmicas e científicas – tende a aumentar as chances de ter uma afirmação reconhecida como conhecimento autorizado. Não só porque uma boa posição profissional transmite credibilidade, como também porque aqueles que detêm essas posições – controle de associações profissionais, agências de financiamento e revistas acadêmicas – podem suprimir e até punir aqueles que os desafiam (PEREIRA, 2010). O contrário também é verdade, já que a autora observa que profissionais bem reconhecidos têm mais oportunidades de acesso a esses recursos. Portanto, essas disputas pelas demarcações de cientificidade significam também tentativas de controle de recursos materiais e simbólicos.

Assim é que, decerto, acadêmicas dos EMGF estão em ampla disputa por estes recursos, traçando suas próprias fronteiras que demarcam o conhecimento válido daquele que não deve ser levado a sério. Conforme Pereira (2010), os EMGF também são um criador e um jogador ativo dessa atividade, demarcando o que é considerado conhecimento científico adequado dentro de seu próprio campo. A marginalização, destaca a autora, também pode ser fonte de inovação, uma vez que aqueles marginalizados têm menos a perder e podem exercer críticas mais agressivas ao pensamento dominante.

Por fim, Pereira evoca o conceito de "mapas" para ajudar a pensar nas fronteiras simbólicas que delimitam o que é interno à ciência e o que é externo. A autora pensa as negociações de status epistêmico como formas de se desenhar mapas de cientificidade e nãocientificidade, onde aqueles do lado de dentro compartilham de alguma característica. O mapa serve também como guia e orientação, e cada um é feito de acordo com os usos que parecem úteis a um grupo de pessoas. Mapas servem não só para representar a localização dos espaços e seus contornos, mas para demonstrar sua localização neste espaço, em relação a outras localizações e outros espaços (PEREIRA, 2010). É uma metáfora poderosa e bastante útil.

2.5 Status epistêmico na literatura do EMGF

O status epistêmico não é algo dado, mas construído e constantemente negociado; algo que indivíduos e grupos procuram estabelecer e que está articulado a disputas de outros campos pela legitimação. A cientifização é uma das estratégias para aumento do status epistêmico, e particularmente importante em contextos onde os EMGF são vistos com suspeita. O estudo de Peiying Chen (2004) em Taiwan mostra como muitas intelectuais atuantes nas primeiras tentativas de institucionalização escolheram manter uma certa distância do movimento de mulheres para aumentar a receptividade acadêmica e acumular capital cultural e simbólico para os EMGF na academia. O uso de métodos quantitativos e objetivos na pesquisa em EMGF também parece ter sido uma estratégia na busca por credibilidade acadêmica (CHEN, 2004).

Outra estratégia relatada na literatura é a mobilização de argumentos de autoridade baseado no reconhecimento internacional do campo (PEREIRA, 2010). Em suas barganhas por reconhecimento frente a instituições refratárias ao apoio dos EMGF, as acadêmicas buscaram demonstrar que o campo é reconhecido como academicamente válido e respeitável por instituições externas (acadêmicas e não acadêmicas) de renome, seja por editoras acadêmicas, instituições internacionais, como a ONU ou organismos de financiamento internacionais. O apoio de atores não acadêmicos também tem alguma importância para o status epistêmico dos

EMGF, principalmente quando vindo de autoridades ou instituições governamentais, uma vez que estas podem influenciar não só as condições materiais para pesquisa e ensino, mas também as percepções públicas e acadêmicas de sua credibilidade.

Pereira (2010) também chama atenção para como as categorias de cientificidade são moldadas por processos sociais e políticos mais amplos, como em alguns contextos que toleram os EMGF somente quando feitos sob um enquadramento de classe. Ou o oposto: quando os EMGF são mobilizados como estratégias para reivindicações mais amplas de liberalização e democratização. Nessa seara, a nomenclatura adotada para a prática dos EMGF também tem alguma influência. Estudos de Mulheres, Estudos de Gênero, Estudos Feministas ou ainda qualquer outro nome geram impressões diferentes que contribuem para um maior ou menor status epistêmico. Enquanto algumas nomenclaturas são mais associadas à militância, práticas não acadêmicas ou tendenciosas, (feministas e mulheres, na maioria dos contextos), outros nomes imprimem marcas de cientificidade, principalmente quando fazem uso de categorias previamente utilizadas por campos mais consolidados (como *gênero*, na maioria dos contextos) (PEREIRA, 2020). Aqui vale a pena ressaltar que este não parece ser o caso de Taiwan, tendo Chen (2004) sinalizado uma maior resistência ao uso da nomenclatura gênero por conta da associação a uma radicalidade política incompatível com o sistema acadêmico devido à sua relação com os queer e sexuality studies. O mesmo é indicado por Góngora no caso chileno (2002), onde feminismo e gênero são mais associados a práticas "ideológicas". Possivelmente, a maré vem se alterando também no Brasil¹⁷. Qualquer que seja a escolha, por vezes contraditórias nos mais diferentes contextos, o importante é que alguns nomes são considerados mais adequados, objetivos e acadêmicos enquanto outros são percebidos como mais políticos, críticos e ideológicos e, portanto, não acadêmicos.

A avaliação de Pereira (2010) é a de que, assim como outros campos, os EMGF são avaliados, tanto dentro quanto fora da academia, segundo sua capacidade de produzir conhecimento adequado e relevante. No entanto, nos mais variados contextos e nas diferentes formas que estes se apresentam, os EMGF têm sido recorrentemente apresentados como não inteiramente científicos. O status epistêmico do campo não é algo estático e pode mudar conforme o desdobrar do processo de institucionalização, o que nos permite observar como atores e instituições dentro e fora da academia desempenham um papel mais ou menos direto e decisivo neste processo (PEREIRA, 2010). Portanto, a noção de status epistêmico, ainda que não necessariamente ativamente trabalhada, está presente quando as acadêmicas dos EMGF

 $^{^{17}}$ Para um estudo sobre os usos da nomenclatura *mulher* ou *gênero* no Brasil ver MOSCHKOVICH, 2018 e ZIRBEL, 2007.

fazem escolhas estratégicas baseadas em sua percepção do cenário local quando dedicadas a empreendimentos de institucionalização.

Vimos no início do capítulo que acadêmicas frequentemente discordam sobre quais nomes ou perfis de institucionalização permitem um melhor desenvolvimento dos EMGF. E que discordam igualmente sobre qual o tipo e os propósitos aos quais o conhecimento gerado deve atender. Assim, as negociações de status epistêmico são disputas que as acadêmicas dos EMGF têm de travar não só ao tentar criar espaços para seus campos em cenários hostis, mas também internamente ao campo, sendo uma dimensão central da própria constituição dos EMGF (PEREIRA, 2010). A importância do status epistêmico é, então, fator central, complexo e multidimensional que levanta questões importantes para a autora, das quais destaco:

O que se entende por "acadêmico" ou "tendencioso" nesse contexto? Esses termos epistêmicos têm um significado estável e consensual nessa comunidade? O status de EMGF é baixo em comparação com o quê? Ele tem um status inferior ao de todos os outros campos? Todos os aspectos e contribuições das áreas têm status igualmente baixo? [...] como é o status do EMGF (re)produzido e negociado nas práticas acadêmicas diárias em um determinado contexto? (PEREIRA, 2010, p. 42, tradução nossa).

Como vimos, o conhecimento não tem a princípio um valor acadêmico específico e intrínseco, sendo seu valor construído em uma disputa pela demarcação do conhecimento que é dinâmica, completa e contínua (PEREIRA, 2010). Assim, embora eu escolha outra forma de abordar essa questão, partilho com Pereira o objetivo de interrogar as protagonistas e as formas de negociação desse status em andamento e examinar como ele interage com os processos de institucionalização e suas mudanças nos EMGF, assim como a posição e a transformação mais ampla das estruturas científicas do ensino superior.

2.6 Textos como posicionamentos, os mapas dos EMGF

Apesar da clara inspiração no trabalho teórico de Pereira, escolho outra maneira de olhar o status epistêmico dos EMGF no Brasil. Enquanto a autora realiza uma etnografia do dia a dia de acadêmicos e acadêmicas, focada no tempo presente de elaboração de sua tese, com o suporte de entrevistas, lanço mão de um recorte histórico, pois minha pergunta é um pouco diferente. Eu, como Pereira, quero saber como e de que maneira se negocia o status epistêmico de um

_

¹⁸ Tradução livre do original: "What is understood by 'academic' or 'biased' in that context? Do these epistemic terms have a stable and consensual meaning in that community? EMGF status is low in comparison to what? Does it have lower status than all other fields? Do all aspects and contributions of the fields have equally lows status?[...] how is the status of WGFS (re)produced and negotiated in daily academic practices in a given context?"

campo. Mas quero olhar como isso se dá em seu momento fundacional, observando como as autoras pioneiras formularam suas preocupações para que suas investidas nos EMGF fossem percebidas como academicamente válidas o suficiente para que habitassem o campo acadêmico. Busco identificar quais estratégias elas empenharam e como o cenário à sua volta delimitou de certa maneira aquelas consideradas viáveis.

Por essa razão, minha escolha metodológica é considerar os textos sobre os EMGF desenvolvidos por pioneiras do campo como documentos, onde elas organizam suas estratégias narrativas para se posicionarem entre os saberes acadêmicos como reivindicações a seu status epistêmico. Os textos selecionados são produzidos por autoras do meio, então, neste caso, estou menos interessada na opinião dos detentores do saber acadêmico e no real status epistêmico que o campo conquistou e mais em quais as estratégias escolhidas em sua negociação por eles. São textos que se propõem a analisar ou comentar os EMGF ou o feminismo e sua vertente acadêmica no Brasil. São elaborados por pesquisadoras que participaram ou participam desse processo de construção do campo. Não é uma análise da produção da área, mas das narrativas a seu respeito. Este corpo de texto será cotejado com a produção da área. Aqui, retomo Baert (2012) e Pereira (2010) quando pensam os textos como agentes dessa institucionalização, e é assim que pretendo utilizá-los nos próximos capítulos.

Com esse objetivo em mente, lembro que as preocupações estiveram conectadas com esse processo; quais ações e orientações intelectuais marcaram esta primeira experiência e quais as representações mais correntes dos EMGF são perguntas fundamentais também para compreender o projeto de institucionalização dos EMGF posto a cabo pelas intelectuais brasileiras.

Para entender melhor as opções que estavam à sua frente, as pessoas envolvidas que lograram deixar sua marca como atrizes indispensáveis do processo e os condicionantes que moldaram seu leque de escolhas, assim como o que informou as escolhas tomadas, recorro a uma reconstrução histórica do cenário político social e acadêmico do período, somada à análise de algumas trajetórias pessoais. Creio que dessa maneira poderemos entender melhor o quê e quem pautou a origem dos EMGF na academia e como isso explica algumas diferenças fundamentais entre a experiência brasileira e outras consideradas modelos. Digo isso em específico em relação aos EMGF nos Estados Unidos, cujo debate pauta em grande parte o campo internacional dos EMGF, e que, por sua vez, tem extrema influência no cenário brasileiro (seja pela circulação de ideias, debates, autoras, textos e livros ou pela grande disponibilidade de recursos financeiros, como bolsas, prêmios e até oportunidades no mercado de trabalho).

Com essa abordagem, espero ajudar a reinserir uma reflexividade histórica para o campo dos EMGF no Brasil nos dias de hoje, visto que, ainda que tendo sua existência ameaçada diretamente por um governo de extrema direita – sob a acusação de agenda ideológica política de destruição da família e, portanto, da nação –, o feminismo voltou a ser uma pauta editorial importante. A retomada do aquecimento dos movimentos feministas e de mulheres levou a novos esforços editorais de tradução de livros – em especial do pensamento feminista americano e, mais recentemente, a recuperação de feministas negras brasileiras em novas edições. Para entendermos o legado das pioneiras dos EMGF no Brasil, é de suma importância resgatar o contexto e os debates nos quais estavam inseridas suas produções, pois só assim será possível compreender o que as levou a escrever o que escreveram e como o escreveram. Apenas através da reconstrução de sua trajetória pessoal, somada aos condicionantes sociais e políticos, é que poderemos entender como elas posicionaram a si mesmas e aos outros.

Para tal, acho relevante destacar um último recurso elaborado por Pereira (2010), ao analisar o trabalho de fronteira epistêmica realizado pelas próprias atrizes dos EMGF. A partir da reflexão de Mohanty (2003) e de Rich (1995) sobre um lugar no mapa ser também um lugar na história, Pereira (2010) pensa em termos de mapas epistêmicos que desenham a localização relativa e o valor de diferentes formas de conhecimento. Pensando as negociações de status epistêmico como processo de mapeamento de territórios epistêmicos, Pereira (2010) argumenta que um lugar nos mapas epistêmicos é um lugar na história narrada do saber acadêmico e na institucionalização que produz e certifica esse conhecimento.

Nesse aspecto, nossas intenções voltam a se encontrar quando ela olha para os mapas que os estudiosos dos EMGF traçam para afirmar seu status epistêmico. Procuramos entender onde elas se posicionam, onde posicionam os campos e o trabalho de outros nesses mapas e como essas hierarquias moldam a credibilidade e o impacto dos esforços dos estudiosos dos EMGF no trabalho de fronteira. Assim, os estudiosos dos EMGF são considerados participantes fundamentais da demarcação discursiva das fronteiras do conhecimento adequado. Por isso, entendo sua produção acadêmica sobre o próprio campo como documentos centrais nos quais é colocado seu posicionamento público, ou seja, sua negociação com e para com as comunidades acadêmicas, envolvendo, como vimos em Baert (2012), a si mesmos tanto quanto aos outros.

A autora desenvolve os mapas a partir da observação de acadêmicos portugueses tratando dos EMGF em uma variedade de cenários, e olhando suas falas como o desenho de vários mapas epistêmicos diferentes. Esses mapas são maneiras de localizar, em termos de proximidade e/ou sobreposições, três espaços, sendo: os EMGF, a ciência dominante e a ciência

apropriada/adequada. Pereira (2010) identificou cinco tipos de mapas frequentes, ainda que não exaustivos. Ela analisou o trabalho realizado, não apenas como intervenções epistemológicas e políticas em discursos sobre cientificidade, mas também como movimentos em lutas institucionais pelo acesso a recursos valorizados.

Os cinco mapas de Pereira (2010) são:

1. Os EMGF são mais próximos à ciência adequada/apropriada

Um mapa frequentemente desenhado por acadêmicas dos EMGF é colocá-los em proximidade aos valores ou critérios de uma ciência adequada, ao mesmo tempo que posicionando a ciência convencional como mais distante (do que os EMGF) em relação a esses valores. Ou seja, EMGF são (pelo menos em alguns aspectos) mais científicos do que a academia convencional. Nesse caso, são os EMGF que compartilham de categorias de cientificidade do conhecimento adequado, e não a ciência convencional.

Os EMGF formam a imagem que se sobrepõe ao território da ciência adequada, enquanto a ciência convencional é considerada rígida, dogmática, fechada, acrítica e, portanto, como a última apropriadamente científica, então geralmente é reconhecida. O objetivo deste mapa não é criticar as características das concepções existentes da ciência adequada, mas argumentar que a ciência convencional, ao contrário dos EMGF, tem consistentemente falhado em implementá-las. Pereira (2010) observa que este mapa foi em geral enunciado por acadêmicas dos EMGF em eventos com público que não pertence à área. Este tipo de mapa permite que as acadêmicas feministas se engajem com colegas de fora dos EMGF por meio da mobilização de critérios próprios de valor epistêmico das comunidades científicas tradicionais, como modo de afirmar a cientificidade dos EMGF.

2. A ciência adequada deve ser como EMGF

O segundo mapa também sobrepõe conhecimento adequado e EMGF, mas de maneira diferente. Este argumenta que a ciência adequada deveria estar mais próxima do lugar que os EMGF ocupam. A reivindicação é a de que a comunidade acadêmica deve adotar como valores epistêmicos ideais aqueles valores que já informam os EMGF e outros saberes críticos, que são valores diferentes dos que atualmente informam a noção dominante de ciência adequada. Este tipo de mapa é desenhado em situações nas quais enunciante e plateia são consideradas feministas, onde o clima

epistêmico é de compromisso com conhecimento produzido de maneira situada e comprometida politicamente.

Este mapa é feito como uma crítica aos ideais existentes de ciência adequada. Neste caso, ciência adequada e ciência convencional ocupam o mesmo espaço. A ideia é que a ciência convencional não é objetiva, neutra e imparcial, mas heterocêntrica e androcêntrica. Neste quesito, difere em muito do primeiro mapa, uma vez que sua representação das relações entre territórios epistêmicos demonstra que as práticas e resultados atuais da ciência convencional não são o que prometem ser, não são o que normalmente pensamos que sejam.

3. A ciência convencional é como EMGF

Nos mapas que vimos até então, é essencial como as acadêmicas posicionam os EMGF e sua distância entre a atual e a ideal localização da ciência adequada. Nesse outro caso, EMGF e ciência convencional se sobrepõem muito mais do que cientistas tradicionais tendem a admitir. O argumento é que os EMGF não podem ser deslegitimados quando em relação à ciência convencional, pois o conhecimento produzido pela ciência convencional é tão ou mais subjetivo, político e parcial do que aquele produzido pelos EMGF. Esse mapa também é mais constantemente desenhado por acadêmicas feministas para audiências de fora dos EMGF. Essa abordagem destaca que os elementos da perspectiva feminista, que constantemente são considerados incompatíveis com a ciência adequada, na verdade, são compartilhadas por todas as formas de produção de conhecimento científico e não específicos dos EMGF.

4. EMGF é como a ciência convencional

Este outro tipo de mapa também tenta afirmar o status epistêmico dos EMGF reduzindo as distâncias entre estes e a ciência convencional. Enquanto o terceiro mapa indica que as características desvalorizadas associadas aos EMGF são também compartilhadas pela ciência convencional, este destaca que as características valorizadas da ciência convencional são igualmente encontradas nos EMGF. Este tipo de mapa não oferece uma crítica à ciência e aos critérios dominantes de valor epistêmico. Ele descreve o território da ciência dominante em termos que seriam reconhecíveis por seus habitantes e não tenta explicitamente desestabilizar os métodos e produtos da ciência convencional. É um trabalho de demarcação de

fronteiras que não se baseia no argumento de que os mapas que a ciência dominante desenha de si são falsos e enganosos. Pereira observou este mapa ser desenhado mais frequentemente para um público não ligado aos EMGF, mobilizado principalmente por acadêmicos não plenamente associados aos EMGF, que trabalham no campo mas se descrevem como afiliados principalmente à sua disciplina de origem ao invés dos EMGF e/ou que são menos inclinados a ver ou posicionar publicamente si mesmas como feministas.

5. Os EMGF podem ajudar a ciência convencional a se aproximar da ciência adequada

O mapa mais usado nos eventos públicos presenciados pela autora (PEREIRA, 2010) era direcionado tanto a audiências internas quanto externas aos EMGF, principalmente por acadêmicos não pertencentes ao campo dos EMGF em suas demonstrações de apoio quando em eventos dos EMGF ou em audiências que continham pessoas dos EMGF. Ele consiste em definir dois espaços separados: o território ocupado pela ciência dominante, descrito como mais ou menos deficiente em alguns aspectos, e o lugar de uma ciência melhor. Os EMGF estão então se posicionando como aquilo que pode permitir que o território da ciência convencional se aproxime gradualmente ou se sobreponha mais completamente ao espaço da ciência adequada. Este último está atualmente distante no espaço e no tempo, mas pode ser mais totalmente ocupado se os EMGF forem devidamente reconhecidos e desenvolvidos. Os EMGF seriam uma área de fronteira que pode ajudar a gerar novas teorias e, assim, ajudar os acadêmicos a alcançar ou obter percepções não acessíveis a eles com o exercício da teoria nessa disciplina. O desenho desses mapas vai traçar representações diferentes com relação ao nível de importância dos EMGF para a melhoria da ciência convencional.

Os EMGF estão posicionados como impulsionadores de uma disciplina, abrindo novas direções de pesquisa, aprimorando ferramentas analíticas e, assim, expandindo seu alcance e poder explicativo. Este quinto mapa compartilha com o primeiro e o segundo o posicionamento da ciência dominante atual como um território separado e distante daquele da ciência adequada. Em comum com o quarto mapa, ele tem a afirmação explícita de que os estudos dos EMGF e a ciência dominante têm preocupações, ferramentas e critérios de valor epistêmico sobrepostos. De fato, muito

parecido com o quarto mapa, este quinto não pressupõe necessariamente uma crítica profunda das estruturas da ciência convencional, porque sua principal afirmação é que os EMGF ajudam a melhorar o conhecimento dominante existente, mas não exigem inevitavelmente uma reconstrução de seu método básico.

Vimos uma série de abordagens sobre o tema da institucionalização, tanto na sociologia quanto nos EMGF. A institucionalização das Ciências Sociais aparece essencialmente como se dando a partir de processos de autonomização, enquanto a literatura sobre institucionalização dos EMGF dá mais abertura para outras configurações. Uma formalização institucional, ao congelar-se, estabelece parâmetros, e as redes que formam podem passar a se constituir como subjetividades coletivas, que, com o acúmulo, passam a erigir fronteiras mais definidas e assumir características próprias. Isso implica em algum ganho de autonomização, uma vez que cria um repertório comum de temas e referências que proporcionam um novo espaço de construção de parâmetros de legitimidade.

Apesar da formalização institucional ser um movimento forte, a iniciativa só pode ser de fato sustentada caso logre criar – por meio de redes, eventos, textos, pesquisas e referências em comum – uma subjetividade coletiva que garanta a legitimidade de sua existência. Ou seja, a institucionalização de um campo pode acontecer de fato muito antes, ou ainda apenas depois, de uma formalização institucional, uma vez que o fundamental de sua existência não é sua organização sistemática, mas o nível de sucesso que adquire na formação de uma subjetividade coletiva em torno da qual o campo estabelece parâmetros internos de legitimidade. Os parâmetros internos de legitimidade, por sua vez, têm contornos mais fluidos, mas podem estar majoritariamente inseridos em campos disciplinares maiores que regem os parâmetros mais gerais. Assim, essa disposição implica em uma relativa, mas não sempre crescente, autonomia, posto que está inserida no universo maior, e, se dele se afasta, perde parte considerável da sua legitimidade.

Heilbron (2015) e Blanco (2006) destacam como a narrativa de um campo de estudos e seus propósitos servem para legitimar seu status epistêmico. Isso só pode ser feito se identificarmos as preocupações conectadas ao processo de institucionalização, como o campo intelectual era orientado e quais as representações mais correntes do campo. Sendo um processo multidimensional, cruza de maneira contingente fatores de ordem social, cultural, econômica, intelectual e institucional. No próximo capítulo, procuro identificar estes fatores que moldaram os EMGF em sua emergência no Brasil.

Meu foco, no entanto, está em como esses fatores influenciaram as estratégias de legitimação dos EMGF e, para tal, será necessário olhar para a demarcação de territórios de cientificidade. O texto de Miceli (1987), por exemplo, faz uma demarcação bem explícita do tipo de fazer sociológico que considera científico/acadêmico. Para o autor, o caráter científico acadêmico se dá pela autonomia dos produtores de conhecimento das elites políticas e econômicas, o que é duvidoso. Apesar disso, essa diferenciação binária que opõe política interessada *versus* ciência desinteressada é extremamente relevante para o caso dos EMGF, uma vez que este campo nasceu em fronteiras fluidas entre a política e o fazer científico.

É por isso que a discussão que Boxer coloca adquire importância. A maior parte dos desafios dos EMGF está na miríade de relações possíveis e não-possíveis entre movimento social e academia. A tensão entre militância política e fazer acadêmico diz respeito, tanto às concepções do que seria o propósito dos EMGF, quanto à autoimagem que as pesquisadoras fazem de si e a como suas subjetividades são atravessadas pela academia e pelo feminismo. Essa tensão ajuda a definir as estratégias adotadas pelos pesquisadores no processo de institucionalização e legitimação dos EMGF.

A literatura que trata da institucionalização nos EMGF também indica vários fatores que costumam influenciar em sua construção. Fatores tanto macro (política, economia, educacional, intelectual) quanto micro (comunidade acadêmica, instituições, eventos, revistas) são influências nas possibilidades de legitimação dos EMGF. A institucionalização é, pois, esse conjunto de processos multidimensionais que formaliza um campo, seja em nível epistêmico, organizacional ou profissional. Um campo se institucionaliza ao se tornar parte de uma estrutura acadêmica que produz, certifica e circula conhecimento. Para tal, é necessário criar e demarcar fronteiras que separam a atividade científica das outras, uma vez que o conhecimento científico é marcado por um privilégio epistêmico que lhe dá confiabilidade e relevância.

Portanto, é de extrema relevância a maneira pela qual os EMGF se apresentam e mesmo como as acadêmicas desenham suas fronteiras. Isso importa, pois o status epistêmico está em continuo processo de construção e constantemente necessita ser refeito. Daí, surgem as estratégias que podem envolver processos de cientifização e afastamento dos movimentos sociais, pelo apoio de entidades e instituições extra acadêmicas ou por sua filiação a processos sociais mais amplos, como o desenvolvimento, a modernização, a democratização, entre outros. Parte do que pode legitimar um campo de saberes é sua capacidade de produzir conhecimento tido como adequado, e essas negociações, sobre quais tipos de conhecimento são adequados e quais não, são feitas entre si também pelas acadêmicas dos EMGF.

Por isso, interessa a maneira como se dão essas negociações de status epistêmico no momento fundacional dos EMGF no Brasil, especialmente no que toca a como as pioneiras leram o cenário, quais eram suas preocupações e como fizeram com que os EMGF fossem vistos como academicamente válidos, além das estratégias que empregaram e de como o cenário apresentou e limitou um leque de opções. Os textos e depoimentos dessas autoras constituem documentos agentes da institucionalização. Por fim, apresentei os mapas de Pereira para ilustrar as diferentes estratégias narrativas para se buscar legitimidade epistêmica, evidenciando como cada qual interage com as noções de cientificidade e ciência adequada. No próximo capítulo, olharei esse momento fundacional procurando estabelecer os fatores macro que vão informar trajetórias e estratégias das intelectuais dos EMGF.

3. O CONTEXTO DE SURGIMENTO DOS EMGF NO BRASIL

3.1 Introdução

Neste capítulo, pretendo contextualizar o surgimento dos EMGF nos anos 1970 e observar como foi construída a narrativa do campo sobre sua gênese. Foco no cenário político-social-intelectual como base definidora do leque de possibilidades. O intuito é observar a formação de uma área de estudos a partir da relação dos intelectuais com o contexto político e social da época, as visões de mundo que conservavam, bem como a leitura que faziam dos acontecimentos e da sociedade brasileira.

Esta abordagem é especialmente interessante no caso dos EMGF no Brasil, dado o envolvimento de grande parte de suas pioneiras na atuação pública, seja, como dito, em movimentos sociais e organizações não-governamentais (ONGs), seja em secretarias e governos. O discurso sociológico é reformulado a todo instante por reflexões e entendimentos produzidos fora de seus limites organizacionais, mas a incorporação destes discursos às Ciências Sociais depende de como essa comunidade se organiza e da capacidade destes discursos de produzir reconhecimento no meio acadêmico (HEILBORN, SORJ, 1999).

É relativamente consensual entre as estudiosas do tema no Brasil que o contexto de endurecimento e flexibilização do Regime Ditatorial e a luta pela democracia são definidores do trajeto feminista brasileiro (COSTA, 1988, 1994; PEDRO, 2006; SARTI, 2001, entre outras). No entanto, este não parece ser apenas um desdobramento contextual. A trajetória da área também pode ser demarcada por uma recusa ativa e consciente da via institucional acadêmica autônoma, o que será retomado na sequência.

Como mencionamos, o caso brasileiro privilegiou a pesquisa acadêmica nos EMGF e não levou a um processo de disciplinização, com cursos regulares e diplomas de graduação no ensino superior brasileiro (HEILBORN, SORJ, 1999). Aqui, os EMGF se institucionalizaram pelas beiradas, recusando a construção de um cerne acadêmico até, ao menos, meados da década de 1990. Esta configuração não é incomum quando olhamos a literatura sobre institucionalização da área ao redor do mundo (PEREIRA, 2017), mas destoa em relação ao modelo norte-americano que, além de ser uma das influências do feminismo no Brasil, é um dos principais centros de produção e circulação de conhecimento científico, sobretudo nos EMGF.

A institucionalização da área nas Ciências Sociais brasileiras se concentrou na pesquisa em detrimento do ensino, com financiamento marcado pelas agências internacionais,

construindo redes que se manifestaram institucionalmente a partir de núcleos de estudos, bolsas, congressos e revistas acadêmicas. No Brasil, os EMGF não se constituíram como uma área de ensino específica de formação, sendo majoritariamente conduzidos dentro de disciplinas mais tradicionais, como uma subárea do conhecimento. Isto não impediu que revistas acadêmicas e congressos se desenvolvessem e adquirissem legitimidade no meio acadêmico. De forma menos vinculada à estrutura acadêmica, a área também se institucionalizou a partir de centros, ONGs e através de algumas entradas e conquistas no governo brasileiro sobretudo a partir da redemocratização e da Constituição de 1988.

O objetivo deste capítulo é elaborar de forma mais sistemática as razões desta trajetória, observando as estratégias empreendidas na negociação da legitimidade, tanto da área de estudos quanto das pautas dos movimentos de mulheres e feministas. O intuito é elaborar uma análise sobre o que seria um modelo de institucionalização adotado pelas acadêmicas brasileiras dos EMGF nas Ciências Sociais dos anos 1960 até 1990. Encerramos nossa análise nesta década pois nos concentramos no processo que possibilita a institucionalização da área, que se dá de fato no decorrer deste período.

Apresento o leque de dificuldades e oportunidades que se ofereceram para as autoras e como elas ajudaram a definir suas estratégias de construção do campo e de legitimação desta temática. Discuto as relações "suspeitas" entre ciência e militância no campo, a influência do contexto nacional e internacional, assim como as redes intelectuais que permitiram a entrada da temática na academia. Seguindo as pistas encontradas nas narrativas, busco inserir o tema da institucionalização dos EMGF em três dimensões mais abrangentes:

- 1) Contexto social, político e econômico nacional: inserir a institucionalização dos EMGF em um quadro mais genérico nacional em que houve uma grande expansão das pósgraduações no país, o maior fluxo de investimento em pesquisa científica, grandes mudanças nos costumes e sua relação com ditatura.
- 2) O feminismo acadêmico e os EMGF em contexto internacional: discutir as relações entre o campo de estudos no Brasil e as influências da França e Estados Unidos e a importância da circulação de intelectuais na América Latina. Neste quesito será importante salientar as diferenças nas experiências tanto das autoras, como dos movimentos sociais em cada cenário. Como os feminismos e suas tradições de pensamento afetaram o desenho que o campo científico veio a assumir? Um movimento feminista mais ligado à luta por direitos individuais (simbolizado pela tradição americana) e um movimento feminista marcado pela demanda de direitos sociais (simbolizando a experiência brasileira) geraram campos de pesquisas científicos similares ou suas características ajudaram a determinar o formato de sua institucionalização?

3) Relações entre poder e conhecimento: por último, busco inserir o campo dos EMGF no estudo das formas de produção do conhecimento científico e suas dinâmicas de circulação e legitimação. A aproximação entre as intelectuais e os órgãos do Estado e as estruturas dos partidos políticos foram variáveis que contribuíram para esse processo?

Em termos do projeto acadêmico dos EMGF, esta condição dual de estar presente na academia ao mesmo tempo que fugindo dos marcadores institucionais da área torna complicada uma análise sistemática. Meu argumento, apoiado na literatura corrente sobre o tema, é que, em sua expansão, três conjuntos de fatores contextuais foram definidores nos rumos dos EMGF. Nesta seção veremos como cada qual foi mobilizado pelos EMGF e como suas narrativas se colocaram em relação a eles. Os três fatores materializam as três dimensões mais abrangentes apontadas assim acima. A primeira dimensão, referente ao contexto social, político e econômico nacional, encontra seu lastro no fator (a) regime ditatorial militar, a resistência ao mesmo e o processo de redemocratização do país; a segunda dimensão, referente aos EMGF em contexto internacional é ancorado ao fator (b) influência internacional e as adaptações locais, amplificadas por dois tipos de experiências, a do exílio e a da formação estrangeira por parte da elite intelectual; a terceira e última dimensão, referente às relações entre poder e conhecimento são materializadas no fator (c) reforma universitária e expansão e sedimentação das Ciências Sociais no Brasil.

Está é, claro, uma divisão artificial abstrata da questão que estamos tratando, na realidade as dimensões estão presentes em todos os fatores e todos os fatores contribuem para as dimensões e, na medida do possível, vou tentar mostrar sua interconexão. É importante também situar esta análise temporalmente. Nesta tese me utilizo de duas linhas temporais de análise, uma macro, que captura movimentos contextuais mais lentos e uma micro, direcionada a eventos específicos informados pelos contextos que, por sua vez, passam a informar o contexto.

A linha macro vai de 1960 a 1990 e é marcada em seu início pelas intensas mudanças sociais ocorridas no Brasil e pelos primeiros trabalhos voltados para a mulher. Seu final é o marco definitivo da institucionalização, a criação das revistas científicas, o processo de recepção do conceito de gênero e a renovação da orientação do campo. A lente macro nos permite perceber fatores de maior amplitude, mudanças mais lentas e estruturais, a micro, por sua vez, nos informa das atrizes que desempenharam este processo e dos eventos que ajudaram a fomentá-lo. A linha temporal micro tem início em 1975 com o Ano Internacional da Mulher e a agitação feminista/democrática, e com as primeiras articulações de redes intelectuais voltadas para o campo, e termina em 1985, com o fim da ditadura militar, que implica uma

mudança estrutural e o início de nova orientação do campo dos EMGF ilustrado pelo artigo de Costa, Barroso e Sarti (1985). O presente capítulo segue a linha temporal macro e o quarto e último capítulo, a linha temporal micro.

Esse capítulo busca esmiuçar a influência do contexto político ditatorial militar na concepção de movimento de mulheres e como isto se traduziu na entrada acadêmica dos EMGF na universidade. Faremos isto observando como são mobilizados dois temas nas narrativas dos EMGF: primeiro o golpe, o regime e a repressão e, em seguida, a resistência e os movimentos sociais. Para isso, analiso um conjunto de textos que em seu argumento principal tratam a história da institucionalização ou fazem uma reflexão acerca da área até os anos 1990 (como BLAY, CONCEIÇÃO, 1991; CORRÊA, 2001; COSTA, 1988, 1994; COSTA, BARROSO, SARTI, 1985; SARTI, 1988; COSTA, SARDENBERG, 1994; HEILBORN, SORJ, 1999; entre outras). São textos que se propõem a analisar os EMGF ou o feminismo e sua vertente acadêmica no Brasil.

Dei preferência a textos de autoras que participaram ativamente deste momento pioneiro para observar como as mesmas elaboraram suas narrativas sobre a área. Destarte, um certo cuidado deve ser tomado nesta análise para, como nos chama atenção Cynthia Sarti (2001), observar o feminismo como uma experiência histórica que enuncia genérica e abstratamente a emancipação feminina, mas que também atua dentro dos limites e das possibilidades quando nos referimos concretamente a mulheres em contextos políticos, sociais, culturais e históricos específicos. Ao reconhecer que há política e poder na prática discursiva e na produção de conhecimento, busco abordar criticamente a produção científica sobre a institucionalização dos EMGF, a fim de identificar como é enquadrada sua constituição histórica pelas narrativas das próprias agentes participantes do processo.

No capítulo anterior, levantamos algumas das constatações mais correntes sobre a influência institucionalização do contexto político dos EMGF. na A revisão dos trabalhos que tematizaram o desenvolvimento dos EMGF ajuda a sustentar a importância de alguns fatores contextuais no Brasil. Vimos que o contexto político tem sido descrito como detentor de um papel decisivo, com pesquisas mostrando que a institucionalização tende a ser mais forte e apoiada onde e quando o Estado considera a promoção da igualdade de gênero uma área fundamental de intervenção. Além disso, os regimes conservadores e autoritários tendem a não prestar apoio e, às vezes, são hostis à pesquisa e à educação nos EMGF. A literatura indica ainda que a queda de tais regimes pode abrir o caminho para a expansão do campo. O primeiro fator contextual que sugiro ressoa com essa literatura quando observamos que a ascensão do movimento feminista e feminino, assim como a

produção científica sobre o assunto, se fortalece à medida que o regime ditatorial brasileiro perde poder, e com sua saída de cena, as estratégias de legitimação na academia são alteradas.

Outros elementos no contexto político que têm impacto significativo na institucionalização dos EMGF são a força e a estrutura dos movimentos feministas e o grau em que são/foram favoráveis ao desenvolvimento da pesquisa e educação feminista na academia. Vimos também que o acesso ao apoio financeiro de governos, financiadores privados, ONGs internacionais ou órgãos intergovernamentais (como as Nações Unidas) pode facilitar a fundação de cursos, centros, periódicos e redes internacionais dos EMGF. O segundo fator contextual relaciona-se com essa literatura na medida em que considero a posição dos movimentos feministas/de mulheres e suas influências internacionais como essenciais para o tipo de estratégias desenvolvidas nos EMGF. Assim, os movimentos feministas/de mulheres, tanto nacionais quanto internacionais, desempenham papeis de extrema importância na trajetória pessoal e profissional das acadêmicas. A presença ou as relações tecidas entre acadêmicas e os movimentos de mulheres e nos movimentos esquerda ou de redemocratização são essenciais para os leques de opção estratégica do campo. Um campo acadêmico em expansão e orientado para a intervenção social desenvolveu proximidade tanto com movimentos sociais quanto com organismos governamentais no processo de abertura.

O terceiro fator contextual que coloco é quanto à institucionalização e expansão das Ciências Sociais, bem como à reforma educacional do período militar. Os estudos analisados demonstraram que as iniciativas de institucionalização são mais eficazes quando lideradas por acadêmicos que têm acesso a valiosos recursos e espaços em seus campos, ou possuem poderosos aliados e rede nacional/internacional de apoio, podendo mobilizá-las para reforçar a credibilidade da área. Também destacamos que em contextos onde a comunidade acadêmica é mais rigidamente disciplinar, geralmente há menos apoio aos EMGF e o campo tende a ser formalizado como parte de disciplinas existentes e não como um campo autônomo. Nesse sentido uma série de fatores entram em ação. As Ciências Sociais haviam estabelecido sua legitimidade e expandiram-se no período da reforma, acomodando a nova onda de pósgraduados em cargos nas universidades e nas associações profissionais, colocando-os em posições de melhor capacidade de mobilização e gestão essenciais pra construção de um novo campo. As acadêmicas dos EMGF, em particular, têm uma trajetória marcada por uma circulação internacional intelectual intensa.

O objetivo é identificar os fatores contextuais e as vivências acadêmicas que informaram as principais estratégias lançadas pelas acadêmicas para legitimar o novo campo de estudos. A hipótese é que estes fatores favoreceram estratégias de integração pouco conflituosas com o

campo acadêmico, fortemente articuladas por uma concepção de pesquisa científica voltada para a intervenção social. Nessa seara, com frequência as disputas no campo dos EMGF são observadas a partir da oposição entre política e ciência (como em MOSCHOVICK (2018) no caso dos EMGF, ou numa abordagem mais clássica para a sociologia, em MICELI, 1987), mas acredito que na verdade trata-se de diferentes concepções do fazer científico que são melhor entendidas se pensarmos nos mapas de cientificidade de Pereira (2017).

Para atender a este objetivo, selecionei alguns textos que representam o discurso mais consolidado acerca dos EMGF no Brasil, para observar como foi tratado o surgimento do campo. A partir destes textos identificam-se os fatores contextuais mais mencionados e os nomes e as autoras mais referenciadas nas narrativas dessa área de estudos. A narrativa do campo é cotejada com relatos das trajetórias pessoais dessas autoras, buscando articular suas vivencias mais subjetivas com o contexto apresentado. Os relatos são fruto de duas entrevistas em profundidade realizadas para a tese, somados aos conteúdos disponíveis em relatos, palestras e outras entrevistas já publicadas. O material inédito provém de duas entrevistas em profundidade, realizadas pessoalmente, com Neuma Aguiar e Maria Ligia Quartim de Moraes. Uma lista das entrevistas consultadas está no anexo. Remontando o contexto político, intelectual e social, tanto nacional quanto internacional, e as trajetórias pessoais das acadêmicas, ressaltam-se os elementos que informam a opção por uma estratégia que utiliza as credenciais científicas das Ciências Sociais para legitimar os Estudos de Mulheres, de Gênero e Feministas na universidade. O material base utilizado pode ser consultado no anexo.

De acordo com Albertina de Oliveira Costa (1994), a área, desprovida de sinais externos de identidade e de contornos fluídos, é constituída por uma comunidade de pesquisadores que partilha um interesse por um tema sem um elo formal, desenvolvendo-os em objetivos e projetos comuns a partir de uma rede informal de laços de solidariedade e apoio. É o que a autora chama de "estratégia da corda bamba" (1994), uma tentativa de encontrar um ponto de equilibro, com as vantagens (aglutinação e potencialização dos esforços, captação de recursos) mas sem as desvantagens da institucionalização (segregação), promovendo uma "institucionalização soft" (COSTA 1994, p.3). A estratégia privilegia a abertura, a integração e a flexibilidade, aproveitando as brechas e conquistando espaços em meio às disciplinas tradicionais. De maneira geral, as acadêmicas identificavam-se com suas disciplinas tradicionais e procuraram se integrar à dinâmica da comunidade científica nacional mediante a obtenção do reconhecimento do valor científico das suas preocupações intelectuais pelos profissionais das Ciências Sociais (HEILBORN, SORJ, 1999).

Costa (1994) também indica que este lugar dual ocupado pelos EMGF resulta de uma rejeição ao que ela denomina uma "inclinação separatista" (COSTA, 1994, p. 3), preferindo a busca por uma transversalidade que afirmaria a onipresença "das hierarquias sociais baseadas no sexo" (COSTA, 1994, p. 3) nas diferentes disciplinas em oposição à demarcação de um território separado. Costa não deixa explícita sua opinião sobre este tema, mas implícito na sua escolha de palavras (como 'separatista') tem um favorecimento à estratégia que ficou conhecida como "mainstreaming", às vezes chamada de "integração", de estar presente em todos os campos sem que seja necessário um corpo próprio formalizado.

Meu argumento é que a opção pela estratégia de "integração" ou "mainstreaming" não se dá por uma falta de radicalidade (HEILBORN, SORJ, 1999) ou por ser um "feminismo bem comportado" (COSTA, 1988; PINTO, 2014), mas por uma constelação de fatores contextuais e subjetivos que informam a prática científica das acadêmicas dos EMGF no contexto das lutas pela democratização e das alianças político-intelectuais traçadas naquele momento. A maior tensão dos EMGF não está exatamente entre a política e a ciência, ou ainda entre a autonomia e a integração, apesar de estes serem debates presentes. A tensão está nas diferenças concepções do que é e do que deve ser o conhecimento científico e os EMGF.

Nesse sentido, o que se faz é, a partir de uma classificação pessoal subjetivada com identidade de pesquisadora, aproveitar a recém-construída legitimidade da Sociologia – que nos anos 1950 viveu seu período de institucionalização e de profissionalização – para legitimar junto à comunidade científica o novo tema que surgia do ambiente "ideológico" e militante dos movimentos sociais e das experiências pessoais de exílio e estudo no exterior. Neste momento inaugural dos EMGF, a legitimidade do campo é construída a partir de uma concepção do fazer científico que irá durar até meados dos anos 1980, baseada na produção de um conhecimento que pudesse informar políticas públicas.

Com ampla produção a respeito, vou dirigir-me agora às relações do movimento de mulheres, do movimento feminista e a constituição do seu braço acadêmico durante o regime ditatorial militar. É importante lembrar que nem todo movimento de mulheres se entende como feminista, ainda que, com frequência, teçam relações próximas de aliança ou conflito. É neste sentido que Joana Pedro (2006) nos chama atenção para como se constituem as narrativas fundadoras do feminismo no Brasil.

O fortalecimento do feminismo no Brasil na década de 1970 conta com sua própria disputa de narrativas, por isto é preciso ter atenção ao direcionar nosso olhar para este momento, entendendo que as fontes (sejam textos acadêmicos, sejam entrevistas) estão construindo suas narrativas a partir de perspectivas localizadas em seu meio. Assim sendo, um dos primeiros

localizadores do conhecimento produzido é a centralidade (comum na academia brasileira) da região sudeste como pioneiro e fator explicativo que, ou é ampliado para todo o país, ou localizado como centro irradiador de influência. As narrativas oficiais dos EMGF concentramse majoritariamente no eixo Rio-São Paulo, ainda que existam trajetórias e processos importantes em outras regiões do país. Um bom exemplo é Zahidé Machado Neto, pioneira nos EMGF, socióloga, professora e pesquisadora da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Seu nome por vezes aparece nos textos de maneira breve, mas nas entrevistas é mais constantemente lembrado. O apagamento de Neto talvez possa ser consequência deste olhar concentrado em Rio e São Paulo que as análises dos EMGF costumam fazer. Aqui não poderemos tratar de cobrir essas falhas, mas, estando concentradas nas narrativas oficiais, posso ao menos identifica-las (sobre Zahidé Machado Neto ver FERNANDES, *et al*, 2016).

Outro viés importante de mencionar é que esta produção bibliográfica foi, em grande parte, feita por mulheres intelectuais, brancas, estabelecidas academicamente e com trajetórias profissionais de sucesso. Isto implica reconhecer estas como pertencentes a um grupo privilegiado em termos de classe, parte da elite intelectual do país. Com frequência esta produção vai refletir suas experiências pessoais e coletivas e, portanto, reproduzir seus vieses. Isto talvez nos ajude a entender porque essa bibliografía não deu centralidade às relações entre raça e gênero, como fez com a relação entre classe e gênero. Este poderia ser um dos fatores que explica a obliteração de Lélia Gonzalez das narrativas oficiais dos EMGF. Atualmente recuperada como pioneira e nome essencial dos EMGF no Brasil, o nome de Gonzalez não aparece nos textos aos quais aqui estou me referindo como as narrativas oficiais dos EMGF, apenas quando especializamos as buscas por "feminismo negro" no Brasil vamos esbarrar com seu nome. Existem ainda uma variedade de fatores que podem ter contribuído para o apagamento do nome de Lélia, como sua atuação mais enfática na política ou no Movimento Negro Unificado (MNU), mas sobre os processos de obliteração das narrativas, espero contribuir mais substancialmente em trabalhos futuros (sobre a trajetória de Lélia ver RATTS; RIOS, 2010). Vale notar, tanto Zahidé, quanto Lélia estiveram no evento de 1978 que trataremos no próximo capítulo.

De qualquer maneira, o cenário de fortalecimento do feminismo e do movimento de mulheres organizado no Brasil ocorre numa conjuntura muito específica na região: durante o início dos anos 1970, quando o país vive sob um regime militar e no espírito do milagre econômico. Junto à reforma universitária no final dos anos 1960, ocorre o aumento violento da repressão do Estado. Como nos chama atenção Costa (1988), nessas condições se abrem

possibilidades de ascensão social para um setor educado e qualificado pelas camadas médias, ao mesmo tempo em que o mesmo é cerceado pelo aparato repressivo.

A literatura parece concordar, em geral, que a luta contra a Ditadura diluiu as diferenças e impediu a autonomização de distintas tendências no feminismo brasileiro, fazendo com que as mais clássicas abordagens (libertária radical e igualitária liberal) não encontrassem aqui terreno para se reproduzir (COSTA, 1988; HEILBORN, SORJ, 1999; SARTI, 2001). O argumento de Pedro (2006) é de que as experiências do feminismo e movimento de mulheres organizado no Brasil se passam necessariamente, ainda que não se esgote, no campo da esquerda e na luta pela democracia.

3.2 Antecedentes e mudanças culturais

Vamos antes a alguns antecedentes. Nos anos 1960, a mulher já adquiria maiores liberdades, aceleradas por um contexto de industrialização. Também estava mais presente no mercado de trabalho e nas universidades que se expandiam. Este cenário gerou, ainda que de forma excludente, novas oportunidades para alguns grupos de mulheres, especialmente das classes médias e altas e de cor branca, já que as mulheres pobres e as mulheres pretas sempre trabalharam.

A historiadora Natalia Pietra Mendéz (2017) dedica o segundo capítulo de seu livro "Intelectuais Feministas no Brasil dos anos 1960: Carmen da Silva, Heleieth Saffioti e Rose Marie Muraro" para tratar das mudanças conjunturais e dos novos ares que a década de 1960 trazia para a sociedade e para as mulheres brasileiras em específico. Ela destaca, dentre as mudanças mais significativas, o aumento da escolaridade da população em geral, mas em especial da população feminina, e a crescente polarização da política nacional entre esquerdas e direitas. Fenômenos estes impulsionados por fatores transnacionais anteriores, como a Segunda Guerra Mundial, que apressou a entrada das mulheres em novos postos de trabalho e dividiu o mundo entre superpotências.

O crescimento industrial e urbano pelo qual o Brasil passava após a Segunda Guerra coloca-o entre as nações "em desenvolvimento", graças à associação do capital internacional, capital privado nacional e capitais estatais (MÉNDEZ, 2017). A partir de 1930, o crescimento urbano e o processo de industrialização passaram a exigir uma maior qualificação da mão de obra e, segundo a autora, a educação formal passa a ser vista como instrumento disciplinador da população. Aumenta o grau de instrução escolar de modo geral, mas muito especialmente da população feminina, que nos anos seguintes passa a conquistar mais espaços entre os alunos

em formação universitária. As mulheres, enquanto (futuras) esposas e mães deveriam ser educadas de acordo com os preceitos morais e cívicos do Estado. Assim, a presença da população feminina cresceu significativamente no mercado de trabalho especialmente em ocupações consideradas femininas (MÉNDEZ, 2017).

As mudanças econômicas da Era Vargas (1930-1945), voltadas para o desenvolvimento da indústria nacional, faziam crescer o discurso modernizador e desenvolvimentista, que ia muito além da pauta política, introduzindo-se entre intelectuais acadêmicos, da cultura e igreja, mesclando-se com a identidade nacional e política do povo brasileiro. É neste cenário que Miceli (1987) discute a formação e autonomização das Ciências Sociais brasileiras. E é nesse contexto de modernização excludente que se deu a formação intelectual das feministas dos anos 1960, que se colocaram no debate pensando as pautas do subdesenvolvimento e os caminhos para sua superação (MENDÉZ, 2017). É a partir dessa problemática que a mulher enquanto coletividade social passa a ganhar importância. Ou seja, no Brasil "em desenvolvimento" a mulher começa a ser pensada enquanto grupo e não em sua dimensão individual.

É nesse contexto que Méndez (2017) localiza a escrita e a publicação do livro "A Mulher na Construção do Mundo Futuro" de Rose Marie Muraro. No livro, publicado em 1966 a discussão sobre o papel da mulher vinha atrelada a discussões sociais e econômicas da ordem do dia, como a fome, o subdesenvolvimento e a desigualdade no crescimento econômico do planeta. Já se sinaliza aqui algo que aparece mais claramente à frente, quando a narrativa dos movimentos sociais de mulheres e feminista no Brasil se soma à narrativa da esquerda, que pensava modelos alternativos de modernização, não só em relação à economia, mas também em relação os antigos valores culturais.

A década de 1960 tem intensos embates políticos, e é marcada por uma presença forte de diversos movimentos sociais. É neste momento, ainda reivindicando seus lugares de mães e esposas, que as mulheres passam a ganhar maior peso enquanto sujeitos políticos, sendo contingente essencial e até protagonistas no movimento "o petróleo é nosso" (MÉNDEZ, 2017) e na luta contra a carestia e o aumento do custo de vida (PINTO, 2003). Apesar de não questionarem ativamente a condição da opressão da mulher, foram atuações marcantes e definitivas para intervir publicamente enquanto grupo social.

O texto de Carmen Barroso e Guiomar Mello publicado em 1975 nos Cadernos de Pesquisa (revista científica da FCC com papel importante no campo dos EMGF) da Fundação Carlos Chagas, é um dos exemplos da dupla funcionalidade dos textos analisados, funcionando como fontes documentais e por vezes referencias acadêmicos. O artigo indica que, no final dos anos 1950, as brasileiras eram cerca de 26% do corpo discente universitário; já em 1970, eram

40%. É no cenário de crescente ingresso das mulheres na universidade e sua qualificação profissional e intelectual que se deve analisar o surgimento de uma literatura voltada à problemática da mulher na sociedade brasileira.

O próprio texto de Barroso e Mello (1975) é indicativo dessa seara. Mello fez uma carreira de importância na pesquisa sobre educação no país e Barroso é uma das pioneiras e talvez uma das mais importantes pessoas da institucionalização dos EMGF no Brasil, principalmente pela sua atuação no Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas, onde criou um grupo de pesquisa sobre a condição da mulher. Além disso, 1975 é um dos marcos temporais de retomada do movimento feminista organizado no país, graças à declaração da Organização das Nações Unidas como Ano Internacional da Mulher e aos eventos realizados na América Latina, que veremos mais à frente. O número 15 da Cadernos de Pesquisa, organizado por Carmen Barroso, onde se encontra o artigo, é inteiramente dedicado à situação da mulher.

O artigo exemplifica, no tipo de narrativa empenhada, exatamente o processo que estamos mapeando. No texto, as autoras analisam a situação da mulher no ensino superior brasileiro e seu desempenho nos vestibulares, frente à expansão do grau de ensino nos dez anos anteriores à publicação, principalmente no que diz respeito à escolha vocacional e ao desempenho acadêmico desse contingente. Logo no começo, o artigo justifica-se:

O assunto é importante para definição de uma política educacional simplesmente porque metade da população potencialmente interessada em ingressar no ensino superior é constituída de mulheres. Diante da crescente expansão desse grau de ensino principalmente a partir de 1967/1968 cabe indagar até que ponto este fato vem redundando na maior abertura das oportunidades de acesso para os elementos do sexo feminino, em outras palavras, trata-se de discutir a questão da democratização da educação universitária em termos de equidade de oportunidade para ambos os sexos ponto de um ponto de vista social mais amplo. A reflexão a respeito da situação da mulher no ensino superior ganha relevância na medida em que este ensino desempenha importante papel para a ascensão social das pessoas que aí ele tem acesso. Num momento em que os papéis sexuais tradicionais estão sendo questionados e redefinidos em diferentes sociedades e em que a situação de inferioridade social e econômica da mulher já não é pacificamente aceita, seu acesso às oportunidades de formação universitária pode ser considerado como um objetivo intermediário importante para atingir maior igualdade entre os sexos no mundo do trabalho e na organização social em geral (BARROSO, MELLO, 1975, p. 47).

De saída, a questão da mulher ganha relevância em um cenário de democratização do ensino e diminuição das desigualdades sociais, associada à redefinição de "papeis sexuais tradicionais" e sua relação com o mundo do trabalho e da organização social que contesta a situação de inferioridade social e econômica da mulher. O artigo apresenta 12 tabelas (contando o anexo) e 9 gráficos com os resultados analisados de dados brutos obtidos junto ao Serviço de Estatistica do Ministério da Educação e Cultura (MEC), com diversificada mobilização de

literatura e discussão metodológica de seus achados quando contrastados com métodos e resultados de outros estudos.

Em um artigo de 1992, Albertina de Oliveira Costa e Cristina Bruschini (1992), endereçando a contribuição da Cadernos de Pesquisa para os *Estudos de Gênero*, ao situar o número especial da revista, destacam o papel do Ano Internacional da Mulher como marco que favoreceu a emergência do assunto, contribuindo para a sua legitimação e a realização de eventos acadêmicos nacionais e internacionais. Sobre o número especial da Cadernos de Pesquisa, Costa e Bruschini (1992) sublinham:

[...]o que chama atenção do leitor é a qualidade desse número especial, organizado por Carmen Barroso. O crescente interesse despertado no Brasil por esta nova área de estudos - até então de denominação imprecisa, circunscrita vagamente pelo objeto de seu interesse, resultado do impacto do movimento feminista na vida acadêmica - emerge nas páginas dos Cadernos de Pesquisa com uma maturidade e uma qualidade de acabamento surpreendentes. Os artigos demonstram atualização e sintonia com a discussão teórica internacional onde os paradigmas explicativos das ciências humanas vinham sendo duramente questionados por ocultarem a presença feminina. Não se trata, no entanto, de textos de denúncia do sexismo, mas de artigos que discutem resultados de pesquisa revelando um trabalho afinado de equipes envolvido na Fundação Carlos Chagas instituição onde desde 1974 tinha lugar um seminário de estudos sobre a mulher reunindo pesquisadores da casa e especialistas convidados no produtivo diálogo interdisciplinar (COSTA, BRUSCHINI, 1992, p. 91).

Quero destacar que a publicação do número especial da Cadernos de Pesquisa e o conhecimento produzido pelo grupo da Fundação Carlos Chagas se colocavam e eram indicados como "artigos que discutem resultados de pesquisa" ao invés de "textos de denúncia do sexismo", mostrando um padrão metodológico de pesquisa, mobilizando estatisticas para justificar e introduzir argumentos culturais e organizacionais que informavam a condição da mulher. É neste sentido que destaco que a construção da legitimidade dos EMGF no Brasil não está costruída sob a tensão política *versus* ciência, mas de como se entende o propósito e os pressupostos da atividade científica. Assim, a denuncia do sexismo por si só não constitui atividade científica, mas sim o processo de pesquisa que enolvem equipes, instituições, seminários, pesquisadores e especialistas.

O período Republicano presenciou um crescente interesse dos governos pela formação de professores, o que incentivou os estados à criação de escolas normais (MÉNDEZ, 2017). Isso tudo se dá em um contexto de crescente mobilidade social, de um forte êxodo rural que levava ao rápido crescimento das cidades e de aceleração do crescimento populacional. A modernização em curso levou a uma diversificação das atividades econômicas com o aumento do setor industrial e de serviços, o que motivou o interesse de ampliação de acesso à instrução básica, a fim de qualificar a nova mão de obra que essas mudanças demandavam.

Minha família é do nordeste, eu nasci em Fortaleza, no Ceara, minha mãe é do interior, era do interior, do Crato, e meu pai de Fortaleza, onde eu nasci. Então quando, meu pai ele tinha uma dupla inserção profissional porque ele fez carreira no Banco do Brasil e também ele era dentista. Ele conciliava, metade do tempo ele fazia uma coisa e metade do tempo fazia outra. E como ele era funcionário do Banco do Brasil ele num certo momento foi transferido pro Rio. Viemos todos, eu tinha 5 anos de idade na época, então fui criada aqui no Rio (AGUIAR, 2020a).

A narrativa do artigo de Carmen Barroso e Guimar N. de Mello no número especial 15 dos Cadernos de Pesquisa destaca a centralidade do curso normal para as mulheres, a ampliação do ensino médio gerando maior demanda de professores secundários, da feminização e consequente desvalorização da profissão. A majoritária realização do curso normal, informada por valores tradicionais relativos ao papel mulher, também conduz as mulheres que querem proseguir os estudos a cursos superiores nas ciências humanas ou em letras. Na entrevista concedida por Helieth Saffioti a Juliana Cavilha Mendés e Simone Becker no livro organizado por Miriam Pillar Grossi, Luzinete Simões Minella e Rozeli Porto (2006), Saffioti, uma das principais academicas pioneira no assunto, lembra:

[...] vim pra São Paulo, antes de completar 14 anos [...] a fim de estudar na famosa Escola Normal da Praça, ou seja, o Instituto de Educação "Caetano de Campos" que passara a partir daquele ano 1944 a oferecer aulas no período noturno. [...] Nesta época, eu fazia o Curso Normal, o que me permitiria mais rápida profissionalização. Quando o concluí, quis fazer o Curso de Aperfeiçoamento para Professores Primários (SAFFIOTI, 2006, p. 136-137 e 139).

Presente na fala de Saffioti e também observado no trabalho de Miceli (1987), é a concentração da expansão das vagas no ensino superior nos cursos de humanas, por serem menos custosas. Essa dupla de fatores ajuda a explicar o expressivo contingente feminino nos cursos de Ciências Sociais mencionados por Miceli no capítulo anterior. Como ele mesmo diz:

Como se sabe, os responsáveis pelos cursos de Ciências Sociais conseguiram consolidar sua continuidade institucional mostrando-se em contribuir na formação de docentes para o ensino secundário que constituíam o espaço profissional seguro [...] E decerto uma proporção considerável das mulheres e/ou dos filhos de imigrantes (alguns dos quais eram os primeiros de suas famílias a frequentarem uma escola superior) dessas turmas de licenciados paulistas (tanto da USP como da ELSP) jamais tivesse imaginado levar a frente toda uma carreira acadêmica dedicada ao ensino e à pesquisa. O mais provável é que tivessem ingressado em um dos dois cursos de ciências sociais abertos na capital paulista por considerarem uma alternativa de formação escolar e cultural condizente com suas pretensões mais modestas de projeção social se comparadas aos privilégios ainda associados aos títulos e carreiras liberais tradicionais. Havia também diversos estudantes de ciências sociais na USP, em sua grande maioria mulheres, que eram professores primários em regime de comissionamento, vale dizer, dispensados com vencimentos de seus encargos docentes para realização do curso superior. Pode-se inclusive lançar a hipótese de que talvez uma proporção significativa desse primeiro contingente de diplomados em ciências sociais não teria tido outra possibilidade de acesso ao ensino superior não fora a abertura dessa nova carreira. [...]

De qualquer maneira, a quantidade considerável de mulheres nos cursos de ciências sociais responde por algumas características do mercado acadêmico em constituição. O fato de muitas delas terem deixado as ciências sociais para se dedicarem à psicanálise, à pedagogia, à psicologia ou ao casamento de tempo integral, não nos deve fazer esquecer que muitas outras se profissionalizaram como cientistas sociais, alcançando níveis de reconhecimento acadêmico e intelectual comparável àqueles logrados pelos homens seus colegas e contemporâneos (6). Aliás, a proporção relativamente elevada de alianças matrimoniais envolvendo essa geração pioneira de cientistas sociais também contribuiu para reforçar os laços de coesão afetiva e profissional entre os integrantes dessa nova categoria de produtores intelectuais (7) (MICELI, 1987, p. 6-7).

Barroso e Mello (1975) associam ainda a industrialização da cidade de São Paulo e a diversificação do mercado de trabalho a novas prespectivas profissionais para a mulher para justificar a redução de matrículas no curso normal. O processo de industrialização estaria encorajando, pela emergência de valores menos tradicionais, as moças a fazerem escolhas vocacionais menos estereotipadas sexualmente. Além disso, o artigo dispõe de uma breve comparação com outros países, sendo eles, não coincidentemente, Estados Unidos e França (não só grandes modelos culturais brasileiros, como fortes influências do feminismo no Brasil). A narrativa do artigo também justapõe a redução das desigualdades entre homens e mulheres com o desenvolvimento quando destaca que "esses dados gerais revelam nítida associação entre grau de desenvolvimento econômico e participação da mulher no ensino superior" (BARROSO, MELLO, 1975, p. 63).

Aqui podemos ver como as questões da desigualdade entre homens e mulheres eram colocadas como problemas nacionais centrais, principalmente no que diz respeito à relação do contingente populacional feminino e o desenvolvimento economico. Esta vai ser uma constante estrégia de legitimação dos EMGF até a abertura política. Os EMGF emergem e adquirem legitimidade ao traçar diagnósticos e propor soluções para problemas centrais brasileiros no contexto, como a questão do desenvolvimento e da desigualdade, e posteriomente, da redemocratização.

Essa preocupação com o ensino superior já era ponto de pauta na sociedade brasileira. De acordo com Helena Bomeny (1994), a universidade em 1950 tinha estrutura universitária retrógrada, hierarquizada, excludente, elitista e inadequada ao tamanho e à diversidade que vinha assumindo. O modelo brasileiro não conseguia responder à demanda pela profissionalização da mão de obra, nem dispunha de uma variedade de cursos e programas adequados à divisão social do trabalho que se impunha (BOMENY, 1994). Naquele momento, a modernização das universidades, uma antiga questão de disputa política, passou a entrar no debate público e tomou contornos maiores do que aqueles relativos a sua estrutura e

organização. A modernização das universidades na arena pública suscitou o questionamento quanto ao papel que as mesmas desempenhavam na sociedade brasileira em desenvolvimento.

Uma alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961 equiparou todos os níveis de formação secundária. Isso permitiu que as mulheres, que geralmente tiravam o magistério, passassem a ter acesso ao vestibular na mesma condição dos demais candidatos, favorecendo sua entrada no ensino superior (MÉNDEZ, 2017). Assim, esclarece Saffioti:

Prestei vestibular na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, no início de 1956. Naquela época, a legislação era uma para quem fizesse o colegial, dividido em científico, que encaminhava para as chamadas ciências duras, e clássico, que dirigia os estudantes ao estudo de línguas e literatura. O Curso Normal era regido por legislação especial. Só dava direito ao vestibular para os cursos de Pedagogia e de Ciências Sociais. Tive o bom sendo de escolher este último Eram muito poucos os vestibulados que conseguiam entrar na Faculdade. Em minha turma, entramos dezesseis. Eu, que não podia pagar cursinho e, para piorar as coisas, não havia feito o científico, consegui entrar e ser sempre uma das primeiras alunas (SAFFIOTI, 2006, p. 141).

As mudanças demográficas e econômicas na sociedade brasileira traziam consigo mudanças nas relações sociais e culturais, materializadas principalmente na juventude. É neste cenário de crise da moral tradicional brasileira que Mendéz (2017) bem localiza a reação política na proibição, por parte do recém-eleito presidente Jânio Quadros, da briga de galos, do lança-perfume e do uso de biquíni nas praias de Copacabana, este último especificamente relacionado às mudanças de comportamento da população feminina em curso. Contudo, como se sabe, os embates políticos que se sucederiam após a renúncia de Jânio Quadros até o golpe militar marcaram o início da década de maneira definitiva.

Ao mesmo tempo em que as mulheres, ainda que de maneira excludente, passavam a desempenhar novos papeis na sociedade que se modernizava, persistia o peso dos papeis tradicionais de gênero. Maria Regina Soares Lima, professora do IESP-UERJ e um dos pilares da Ciência Política no Brasil, apesar de não ter feito carreira no campo dos EMGF, faz uma reflexão importante quando fala do seu ingresso na primeira turma de mestrado de Ciência Política do IUPERJ, um dos primeiros cursos de pós gradução do Brasil, em 1969. Maria Regina define quatro trajetórias possíveis para um segmento de mulheres privilegiadas que eu acredito ser de extrema importância em nossa análise:

Na minha geração, uma pessoa mulher da classe média, classe média alta, estudar num colégio de freira, etc. [...] Haviam quatro trajetórias pra essas mulheres, isso também estou chutando, mas chutando a partir da minha experiência. Era primeiro a trajetória familiar, isto é, fazer o que seus pais tinham feito, o que sua mãe tinha feito, ou seja, casar, ter filhos, não trabalhar. A segunda trajetória, era o que a gente chamava na época o desbunde. Desculpe a palavra, mas era ser hippie, como é, *drugs and rock 'n' roll*, enfim era isso, era o desbunde, sexo, drogas e *rock and roll*. [...] várias pessoas que eu conheço foram pra essa trajetória [risos da platéia] ué, era parte, gente!

A terceira era a militancia política, mas na clandestinidade. [...] e a quarta era fazer pós-graduação (SOARES DE LIMA, 2019).

As quatro trajetórias possíveis identificadas por Soares de Lima remontam o cenário onde os contextos e a vivências pessoais das mulheres da classe média se cruzam. As duas primeiras opções, a trajetória familiar e o "desbunde" dizem respeito às rápidas e intensas mudanças culturais que ocorreram no processo de modernização brasileiro, que tencionam os papéis tradicionais familiares e as novas filosofias de vida. Essas opções representam extremos praticamente opostos, mas se dão em âmbitos mais subjetivamente individuais. As outras duas trajetórias, na maneira como Soares de Lima as coloca (militância política e pós-graduação), são trajetórias que remetem a filiações, a coletividades mais organizadas, sejam elas políticas ou acadêmicas. A militância política e a pós-graduação aparecem implicitamente como formas de atuação na realidade voltadas para intervenção social. As últimas duas vias formaram a maior parte das mulheres que protagonizaram o surgimento dos EMGF.

É este cenário de exacerbação do político que nos ajuda a entender os recortes que os EMGF assumiram no Brasil. As mulheres são contingentes importantes das disputas políticas da época, intensificadas após a renúncia de Jânio. Elas atuaram tanto à esquerda, junto aos partidos como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), aos clandestinos como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e na campanha da Legalidade, quanto à direita, na União Democrática Nacional (UDN), na Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) e na Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Os atores políticos e sociais desse contexto são fundamentais para entendermos as disputas e preocupações nas quais estavam inseridas as acadêmicas. As reformas de base propostas por João Goulart eram o tema central das disputas políticas. Eram enfaticamente criticadas, à direita pela sua radicalidade e à esquerda pela falta desta mesma característica. A União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Igreja Católica, as Ligas Camponesas e os sindicatos foram grupos altamente centrais nesse processo, cada qual de seu lado.

A Igreja Católica havia passado por uma reorientação que se manifestou na América Latina principalmente via Teologia da Libertação, e o movimento de leigos passou a incorporar ideias dissonantes com posições conservadoras da maioria dos líderes da instituição (MÉNDEZ, 2017). A própria Rose Marie Muraro, intelectual feminista da década de 1960, vem desta configuração. Nos anos 1960, as mulheres passaram a aparecer mais na arena da política, seja na defesa das políticas reformistas do governo Jango, seja na oposição de esquerda ou de

direita a ele, assumindo inclusive papeis de protagonismo na organização de manifestações públicas.

As inovações ocorridas ao longo do século XX colaboraram para tornar as mulheres mais visíveis na esfera pública. Foi quando ocuparam de modo mais expressivo as escolas (tanto como alunas, quanto como professoras), os locais de trabalho, as universidades, as associações, os sindicatos, os partidos políticos e os movimentos sociais (MÉNDEZ, 2017). O papel da mulher na família estava em disputa e tornava-se parte de um debate político. Apesar disso, ainda não se identificavam as mulheres como um grupo social com reivindicações próprias, sentimento que foi amadurecendo com suas experiências políticas.

É neste cenário político marcado pela agitação que os primeiros trabalhos dos EMGF surgem no Brasil. Sua institucionalização, no entanto, começa num cenário muito distinto. O golpe civil-militar é dado em 1964 sob alegação de ameaça à ordem social e o risco de uma tomada de governo comunista e a partir daí o tabuleiro é reorganizado.

3.3 Cenário Político e as consequências do golpe

Como observa Méndez (2017) e, como veremos à frente, é constatado na narrativa dos EMGF que a escalada do autoritarismo e da repressão – que proíbe a política nas ruas, levando-a para as casas – ampliou o espaço da atuação política feminina. Como coloca Cynthia Andersen Sarti (2001), este processo foi acompanhado pela efervescência cultural de 1968, que favoreceu o acesso a métodos contraceptivos, abrindo caminho para novos comportamentos afetivos e sexuais, ampliando o acesso a terapias psicológicas e à psicanálise, que, combinados, estavam alterando o padrão tradicional dos valores familiares. Maria Lygia Quartim de Moraes, em comentário sobre como foi cursar as Ciências Sociais durante a ditadura, diz:

É... eu fiz é, eu entrei em Ciências Sociais. Vim de um colégio de elite, de mulher, de freira, eu nunca fiz cursinho e foi um ano radical. Casei-me. Eu queria participar do.... eu tinha lido Simone de Beauvoir, o Jorge Amado, já era comunista de coração, me formei lá, quem é quem não era do Partido Comunista? Era complicado, a maioria era. Comecei a militância no PC. [...]então eu fiz o curso noturno, grávida, no primeiro ano. No ano seguinte já foi o golpe e vários professores se picaram [sic.] (MORAES, 2020).

As mudanças nos papéis tradicionais de gênero que vinham ocorrendo no Brasil se deram também no próprio seio da luta dos segmentos de esquerda em relação ao governo autoritário. Para Sarti (2001), a presença das mulheres na luta armada no Brasil dos anos 1960 e 1970 era uma subversão tanto da ordem política quanto ao que era designado próprio para as

mulheres à época. Sem uma elaboração feminista deliberada, as militantes estariam subvertendo o lugar tradicionalmente atribuído à mulher na resistência à ditadura.

O feminismo não era necessariamente óbvio para este grupo de mulheres à época. Muitas se entendiam como emancipadas em uma sociedade em mudanças aceleradas, sem nunca terem ocupado os papeis femininos mais tradicionais, pois estudavam e trabalhavam em meio aos homens (COSTA, 1988). Se identificavam mais com as dinâmicas masculinizadas da política e da ciência e desprezavam os assuntos tradicionais típicos femininos. Eram mulheres com carreiras já amadurecidas ou em vias de amadurecimento na trajetória como professoras, doutoras e com participação na militância política. Eram parte de uma minoria tão privilegiada, com ensino superior, que com frequência alegavam não sentir sobre si nenhum impeditivo pelo fato de ser mulher. Não é de se espantar que o conceito de classe tivesse tanta proeminência em relação ao de gênero neste campo político-intelectual. Maria Lygia Quartim de Moraes, sobre o envolvimento no movimento estudantil na sua formação:

[...] e lá a questão do feminismo não se colocava, desse ponto de vista... Eu vim de uma família liberal, intelectualizada, onde as mulheres eram muito bem tratadas e intelectuais. Minha tia foi reitora duas vezes na PUC foi eleita, enfim. Então a questão mesmo era a ditadura, um embate terrível (MORAES, 2020).

O texto de Costa (1988) dá destaque a este descobrimento tardio, do descobrir-se mulher enquanto grupo, que me parece intimamente relacionado às mudanças radicais pelas quais o Brasil havia passado nos últimos anos. Nesse sentido, as mais jovens já sentiam que haviam sido liberadas das condições mais restritas das mulheres mais velhas de sua família. Isso é indício também de seu pertencimento de classe ou de sua ascensão social, uma vez que a modernização foi um processo de distribuição desigual de oportunidades.

Para além da realidade nacional mais óbvia, uma série de questões ocorridas em outros cantos do planeta informavam a geração que se formava aquela época. É um contexto de intensa transformação dos costumes, principalmente do comportamento da população jovem, com grande impacto na vida das mulheres em geral. Essa mudança se deu em um curto espaço de tempo. Assim, Bomeny resume:

[...] os movimentos estudantis que pipocavam os grandes centros, a jornadas de maio na França, a intempestiva a eclosão dos movimentos culturais das minorias inquietas e rebeldes norte-americanas, ocupação de vários prédios da administração e das salas de aula por um grupo de graduandos que levou à universidade de Columbia paralisação total, a Profecia da Igreja Católica nos anos 60 trariam a marca de um possível final de mundo, a liberação sexual, a inovação artística, musical e cinematográfica, a bossa nova e rock and roll, tudo isso que vem germinando desde o final dos anos 50 quando se começa a defender com ardor a ideia de que pelo desenvolvimento e pela liberdade os homens conseguiram ampliar a faixa de felicidade bem-estar atravessa os anos 60 e sua pressão máxima em 1968 (BOMENY, 1994, p. 3).

O mesmo ano de 1968 traz dois aspectos do regime político ditatorial que influenciaram a configuração dos EMGF no Brasil: a reforma universitária e o Ato Institucional número 5 (AI-5). A Reforma de 1968 se destaca pelo foco na formação de quadros de alto nível, pela valorização da pesquisa e pelo desenvolvimento das ciências voltado às novas tecnologias e ao conhecimento aplicado para o crescimento econômico do país. As reformas são discutidas em um momento de controle político e ideológico da educação, com diminutos recursos públicos e a associação direta da educação aos interesses do capital. Apesar da expansão, o braço repressivo do Estado invadia e intervinha nas universidades depondo reitores, aposentando compulsoriamente ou demitindo professores e entrando em salas para prender estudantes e docentes críticos ao regime. Maria Lygia Quartim de Moraes descreve o ambiente em que realizava pós-graduação em Ciências Sociais na USP: "Então tinha um ambiente de efervescência e lá a coisa ralava [sic.] nas Ciências Sociais, na Filosofia e na Física" (MORAES, 2020).

Alguns anos antes, a defesa de tese de livre docência de Saffioti, a pioneira elementar do campo dos EMGF no Brasil, havia sido alvo de intervenção do governo.

Entreguei a tese em dezembro de 1966 e ela foi enviada para o Conselho Estadual de Educação (CEE). Havia um conselheiro-padre [...] ele fez um discurso acalorado no CEE, dizendo que se tratava de uma candidata comunista (não se esqueçam de que o golpe militar tinha ocorrido em 1964), que só conhecia o *Manifesto do Partido Comunista* e que tinha a veleidade de criticar Weber. Então, armaram uma guerra psicológica, que durou aproximadamente três semanas, dizendo-se que substituiriam minha banca inteira, composta por Florestan Fernandes, Ruy de Andrada Coelho, Antônio Cândido, Gioconda Mussolini e Luiz Pereira (SAFFIOTI, 2006, p. 148).

Em outra entrevista, para Natalia Méndez, afirma:

Foi a única banca até hoje em que o Conselho Estadual de Educação mexeu. Eles queriam alterar a banca toda mas não fizeram isso porque mexer com os três medalhões não é pra qualquer um. Acho que ficaram com receio. Então não mexeram com Antônio Cândido, Florestan, mas em compensação tiraram o Luis e a Gioconda e colocaram no lugar deles o Heraldo Barbuy que era professor da USP, da ala mais reacionária (SAFFIOTI, 2017, p. 131).

Aqui fica evidente como, ao menos no início, o prestígio acadêmico de algumas figuras das Ciências Sociais era ferramenta importante que poderia servir para atenuar a intervenção política na universidade. Nesse contexto, estar associado a instituições e pessoas que concentram prestígio acadêmico serve não apenas como estratégia para garantir recursos e legitimidade no campo acadêmico, como também para minimizar a potencialidade de possíveis perseguições políticas. Tanto que o que foi problemático no caso de Saffioti, na tese chamada "A mulher na sociedade de classe: mito e realidade", orientada pelo professor Florestan

Fernandes, não foi o feminismo nem a questão da mulher, mas o comunismo. Até porque Méndez (2017) foi recuperar que Saffioti a princípio estava estudando a questão da mulher e que não necessariamente isso se entendia como feminismo. Méndez destaca como a identificação como feminista, para as intelectuais mais antigas formadas nos anos 1960, foi resultado de um processo de identificação gradual, de uma combinação de experiências pessoais e influências intelectuais e culturais do seu tempo. A identificação com problemas e questões da mulher, que hoje associamos diretamente ao feminismo não era tão evidente.

Méndez recupera que no texto que compõe a nota preliminar do livro *A mulher na sociedade de classes* Saffioti diz:

Se esta obra não se dirige apenas às mulheres, não assume, de outra parte, a defesa dos elementos do sexo feminino. Não é, portanto, uma obra feminista. Denuncia, ao contrário, as condições precárias de funcionamento da instituição familiar nas sociedades de classe em decorrência de uma opressão tão somente do ponto de vista da aparência atinge apenas a mulher. Deste ângulo, ela resulta do estudo sistemático das questões pertinentes ao tema e também, talvez, sobretudo, da observação permanente dos fenômenos construídos na base da convivência e cooperação entre as categorias de sexo. Se sua leitura permitir a cada um compreender seu próprio papel na construção e operação da sociedade competitiva, sua elaboração terá sido compensadora (SAFFIOTI, 1976, p. 14).

O que podemos ver é um movimento de pensar a questão da mulher, não como uma questão íntima ou de um grupo específico, mas como fundamental para a organização basilar da sociedade brasileira, extremamente colada à organização da sociedade como um todo. Outra característica da narrativa dos EMGF no Brasil é sua vinculação com o marxismo. A ligação com a esquerda marxista é acompanhada do comprometimento científico desta corrente intelectual, o que ajuda a entender porque os EMGF surgem em grande medida primeiro no campo da sociologia do trabalho, mas também nos ajuda a entender a forte perspectiva de classe que esse campo assume no Brasil. Quando Méndez em entrevista lhe pergunta o motivo dessa nota, Saffioti afirma:

Hoje eu não faria. Porque eu ia muito a televisão, me convidavam muito e toda a vez que eu ia televisão, você sabe, o que interessa para esse tipo de sociedade é denegrir o feminismo. [...] Ah, sim, veja bem, não é que eu não fosse feminista. É que os meios de comunicação pegavam sempre o que era pior para usar como rótulo de feministas. Então, houve uma corrente que nunca foi muito expressiva mas que era a pior que era das feministas radicais. Elas nunca foram radicais do ponto de vista político. Elas eram radicais porque advogavam uma sociedade só de mulher. E eu sou partidária do radicalismo, mas do radicalismo político, o que este não era. (SAFFIOTI, 2017, p. 199).

Segundo Méndez (2017), o modo pejorativo que os meios de comunicação, como parte relevante do campo intelectual brasileiro, referenciavam os temas ligados ao feminismo tornava desinteressante qualquer identificação de seu trabalho com o movimento. Vemos, portanto, que

o feminismo já era de antemão descartado e o conteúdo sobre a questão da mulher não se destacava como o mais subversivo dentre as ideias de Saffioti. O que levantou suspeição sobre seu trabalho foi a orientação teórica marxista. Saffioti alega que nunca fora filiada a partidos comunistas (MENDÉZ, 2017), que bastou a orientação teórica marxista de sua obra para que alguns membros de sua banca fossem alterados.

Ressaltamos como as mudanças sociais alavancadas pelo processo de rápida modernização brasileira alteraram significativamente os padrões de comportamento da juventude em relação aos papeis sócias das mulheres. Vimos também como a ampliação da educação feminina, em escolas normais e depois nas universidades foi fundamental para que as mulheres ocupassem novos espaços na sociedade. A crescente tensão política da década de 1960 convocou diversos grupos mulheres ao debate e às manifestações políticas, que se construíram a partir das bases dos atores políticos do momento, como UNE, a UDN, o PCB e a Igreja Católica. Destacamos a influência da corrente marxista no campo intelectual das Ciências Sociais e a entrada massiva de mulheres nestes cursos.

3.4 A Reforma Universitária e a repressão

Um dos debates políticos que se arrastavam pelo menos desde o governo Vargas era a questão das universidades. Embora sempre mencionada como uma das razões para o crescimento vertiginoso dos EMGF no Brasil, os efeitos da reforma universitária de 1968 sobre o processo de institucionalização dos EMGF não recebem atenção sistemática. Em geral, os textos sobre institucionalização dos EMGF dão maior centralidade às tensões políticas da ditadura militar, à repressão, ao exílio e às resistências, experiências compartilhadas por inúmeras das pioneiras do campo. É interessante, no entanto, destacar como essas duas dimensões estão mais intercruzadas do que se presume. A reforma universitária e a institucionalização da pós-graduação, se deram também como parte de uma tentativa de atender a algumas demandas antigas e retirar das universidades o foco da resistência ao regime.

Em "A reforma universitária de 1968: 25 anos depois", Helena Bomeny (1994) destaca a miríade de reformas universitárias nos anos 1920 e 1930, a começar pela Argentina, que foi grande marco e inspirou as demais, abrindo o movimento latinoamericano em prol da redefinição do papel da universidade em 1918, na Universidade de Córdoba. O caráter mais celebrado é o papel ativo dos estudantes nesse movimento, que confrontavam não apenas o atraso de um modelo de universidade inspirado em uma experiência oligárquica, mas também uma reorganização orgânica fundamental das instituições como um todo. A democratização da

universidade envolvia processos de ampliação dos foros de representação, incluindo a participação dos estudantes, que segundo Bomeny (1994) somava-se à crítica à sociedade excludente e à tradição autoritária de condução dos processos políticos. A universidade dos professores deveria transformar-se na universidade de todos, com coparticipação estudantil em sua vida e organização, periodicidade da cátedra, publicidade dos atos governativos e docentes, extensão universitária, auxílio social estudantil, sistema diferencial organizativo das universidades, universidade social, dentre outras demandas citadas pela autora. Nessa seara, passam a ganhar importância as questões sobre as relações que a universidade deveria estabelecer com o contexto social em que se insere, integrando suas funções com as funções sociais dela esperadas (BOMENY, 1994). A reforma de 1918 serviu de inspiração a outros movimentos reformistas que ocorreram em países como Chile, Cuba, Colômbia, México e Peru.

O Brasil passou por algumas reformas educacionais importantes nas décadas de 1910 e 1920, mas nenhuma no ensino superior. Em 1937, sob governo de Getúlio Vargas, ocorre um processo de reformulação, e um modelo de escolas isoladas é adotado como padrão de ensino superior em todo o país. Essa concepção de política universitária em determinações legais, altamente centralizada e pouco aberta a alternativas se fez sentir por décadas como herança nas estruturas burocráticas, governamentais e legislativas, permanecendo como principal desafio na década de 60, quando se retomou com força a pauta de renovação do modelo universitário brasileiro (Bomeny, 1994). Das críticas à universidade brasileira apresentadas por Bomeny, estão: a estruturação inorgânica da universidade, configurada na justaposição de escolas faculdades e institutos, a consequente falta de integração de corpos docentes e discentes, o regime de cátedras que reforçavam essa dimensão inorgânica, o caráter meramente profissionalizante, a rigidez dos currículos, a pobreza das opções de carreira, a inflexibilidade do regime de matrículas, mas principalmente a crítica ao magistério em tempo parcial restrito, ao parco desenvolvimento da pós-graduação, a falta de atenção à pesquisa e o desinteresse pela prestação de serviços à comunidade.

Eva Blay, tratando de seu mestrado na USP, comenta:

Naquele momento trabalhávamos demais, fazíamos as disciplinas da pós-graduação e a tese sem parar de dar uma única aula. E dávamos aulas no diurno noturno. Atualmente, em geral, os pós-graduandos tem a oportunidade de só fazer a pesquisa. Mas, naquela ocasião, eu tinha de fazer a pesquisa e já orientava embora não fosse mestre, além de dar aulas (BLAY, 2006, p. 97).

O movimento em favor da reforma universitária no Brasil nos anos 1960 tinha ampla mobilização de distintos segmentos da vida universitária e intensa participação de estudantes. A União Nacional dos Estudantes (UNE) liderou pelo menos três seminários nacionais sobre

da reforma universitária no início dos anos 1960 (BOMENY, 1994). Essas mobilizações retomam o caráter político (e não tecnicista) da reforma universitária, mas agora no meio de um regime militar autoritário. A reforma universitária e a repressão, com sua expressão máxima no AI-5, são fenômenos colados, uma vez que ambos provocaram mudanças importantes não só universidades, mas na sociedade e na política em geral:

[...] foi um ano conturbado porque eu estudava na Maria Antônia, que era uma espécie de epicentro, onde estava a faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; na rua de trás ficava a Faculdade de Economia, onde havia professores reacionaríssimos, mas havia muita gente de esquerda, tipo o Paulo de Tarso Venceslau entre outros; perto tinha a Faculdade de Arquitetura onde tinha o Chico, por exemplo; a Católica, onde vivia o Dirceu, e em frente, ficavam os nossos inimigos, os policiais, todos faziam Direito, tipo o Raul "Careca" e outros canalhas iguais. Então aquele foi um ano que de um primeiro, teve a ocupação na faculdade [...] Eu fiquei lá até o pegar fogo, eu chorava, foi muito triste aquilo, o final. Os bombeiros chegaram e falaram 'olha a polícia está do outro lado, vai embora senão vocês vão ser tudo presos [sic.]'. Ainda por cima vocês vão ser presos (risos). Mas antes disso houve uma ocupação de alguns meses, que foi gloriosa. Eu tinha me formado então nesse 68 (MORAES, 2020).

O relato de Maria Lygia Quartim de Moraes apresenta-nos a cena da Batalha da Antonia, que se tornou um ponto de estouro das questões políticas e estudantis que vinham se desenhando desde início da década de 1960. As greves estudantis se espalhavam pelo país, a UNE realizava congressos para a reforma, exigindo maior participação. O movimento estudantil como um todo também intensificava seu apelo pela redemocratização do país. Edson Luís, o estudante assassinado pela polícia do Rio de Janeiro após manifestação estudantil sobre o preço do restaurante Calabouço, trazia à superfície as tensões políticas que haviam escalonado. Após o episódio de brutalidade da repressão conhecido como sexta-feira sangrenta, depois de assembleia de estudantes e professores na reitoria da UFRJ, veio a passeata dos 100 mil. Foi em manifestação solidária aos estudantes do Rio, na luta pela restruturação da universidade e contra a brutalidade policial, que se iniciou a ocupação da USP (SANTOS, 2015) à qual Maria Moraes se refere no trecho acima.

Maria Moraes também faz referência aos opositores da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie e cita Raul Careca, como era conhecido Raul Nogueira de Lima, policial que pertenceu ao DOPS/DOI-CODI, e outros, que seriam cabeças do Comando de Caça aos Comunistas, o CCC. Assim, vemos como a luta pela reforma da universidade entrelaçavase com os rumos do país, que insígnias como "esquerda", "comunismo", "direita", "liberdade" e "democracia" eram identificadas em múltiplos segmentos da sociedade, além de demonstrar a força do movimento estudantil no período. A agitação política de 1968 esfriou com a escalada da repressão e principalmente com o AI-5.

Bom, Mário foi preso em 1969, ele teve que fugir, Fernando Henrique tinha ganhado a cátedra, contra os nossos protestos, porque a gente queria acabar com a cátedra, mas enfim. Ele era sociólogo, se candidatou à cátedra de Política, ficou catedrático e catedrático era quem mandava. Mas a gente tinha uma boa relação pessoal, por suposto...

GC: Você era orientanda dele?

ML: Fui. Não, quer dizer, não cheguei a ser muito. Porque terminou meu primeiro projeto, porque aperfeiçoamento, naquela época não existia mestrado, você já partia direto para o doutorado. Aí pedimos uma bolsa de doutorado, que estava em julgamento. Só que, no Ato Institucional número 5, o Fernando foi cassado, o diretor da faculdade foi cassado, todo mundo que eu conhecia foi cassado, ninguém mais podia dar aula, [...] e aí é o que sobrou para a gente: nada. E a coisa foi apertando, porque depois eu era da ALN, e o Norberto (marido) fugiu, aí toda hora o DOPs enchia o saco e tal, aí piorou porque meu irmão era da VPR (Vanguarda Popular Revolucionaria) e aí a coisa ficou muito feia... (MORAES, 2020).

Eva Blay, uma pioneira de uma geração anterior a Maria Moraes conta, já dando indícios importantes da narrativa que os EMGF vão construir sobre si:

[...] quando realmente comecei a pesquisar a questão da mulher no trabalho, em 1964, ocorreu a ditadura. Lembro-me como se fosse hoje de um grupo de meninas japonesas que vieram até minha casa pedir para eu fazer uma palestra. Elas eram estudantes ligadas ao Centro Cultural Brasil-Japão. Elas me pediram para falar sobre a situação da mulher trabalhadora. Levei um susto, mas fui e falei. Foi muito bom. Tentei juntar as ideias, e a partir daí, quanto mais a ditadura apertava, mais os sindicatos e as mulheres dos sindicatos me chamavam para falar. E eu ia como professora universitária, mas naquele momento falar sobre os direitos trabalhistas, a intervenção nos sindicatos, era militância política. Por outro lado tinha o trabalho acadêmico. Eu era uma professora que ia ao sindicato, ao salão da igreja, à rua, à Câmara Municipal, à Assembleia Legislativa, aos Congressos... confesso tinha medo nunca sabia se voltaria para minha casa.[...] Sumia gente todo dia. Diariamente desaparecia um professor, uma professora, um aluno. Aconteceram muito fatos. Eles tentavam prender alunos no meio da aula (BLAY, 2006, p. 99).

Há três elementos importantes nessa fala de Blay. O primeiro é a identificação que quanto maior a repressão, maior a demanda para falar da mulher trabalhadora. Isso vai ser importante à medida que a esquerda passa a entender a questão da mulher como uma via alternativa de atuação, que parecia menos ameaçadora aos olhos da ditadura e uma maneira legítima de discutir direitos sociais. O segundo é a distinção que Blay faz quando indica que ia como professora universitária e que falava sobre assuntos nos quais tinha trabalho academico, em eventos nos quais ela fora chamada pra falar. Nesse argumento, encontra-se não só uma busca pela autoridade científica do fazer acadêmico, ou seja, de detenção de conhecimento autorizado, como uma separação da parte dela entre a militância e o trabalho acadêmico. Blay não ia aos sindicatos promover a consciência das mulheres trabalhadoras como atividade prática vinculada a seu ideal político, ia convidada falar enquanto pesquisadora, era assim que ela via seu papel. Para o regime, no entanto, Blay sinaliza, discussões sobre direitos trabalhistas e trabalho nos sindicatos eram vistas como militância política. Essa é a fronteira entre tipos de atividade que o Estado tenta borrar de maneira destrutiva, mas que Blay reforça.

A narrativa vitoriosa dos EMGF no Brasil tem insepáravel relação com as movimentações da esquerda e da luta pela redemocratização, ainda que a questão da mulher se coloque com tensão. Mary Garcia de Castro, em entrevista a Eva Fonseca Silva Spinola e Maria Cristina Nascimento Souza (2019), comenta sua aproximação com o movimento feminista:

Chego ao feminismo militante, de leituras, de ativismo, em 64. Cheguei via a militância de esquerda. Entrei na universidade, para o curso de ciências sociais na UFBA em 1964. Era secretária executiva e amante de um dos banqueiros do banco que trabalhava. E me fascinou o ambiente da universidade, a garra dos jovens, a resistência à ditadura – que, aliás, foi também estruturada nas reuniões no banco em que eu trabalhava. O contraste daquele mundo, dos banqueiros golpistas e dos jovens universitários idealistas, mexeu, fui seduzida por estes (CASTRO, 2019, p. 10).

A universidade era permeada pela política. Em termos técnicos, uma das principais mudanças da reforma foi o fim das cátedras e o estabelecimento de departamentos como unidades básicas de ensino e pesquisa, integrando-os, ao modelo das universidades estadunidenses, mais flexível e descentralizada. A organização universitária catedrática dificultava a circulação e a renovação dos quadros docentes da universidade. Os catedráticos eram os responsáveis por definir os campos de estudo, os métodos a serem privilegiados e as questões a serem perseguidas, mas também concentravam em sua pessoa uma autoridade política administrativa, atuando como avalistas das demandas existentes para ingresso no magistério, contribuindo para a personalização da vida universitária (Bomeny, 1994).

Quando, ainda em fevereiro de 2020, conversando com Maria Moraes em São Paulo, fui tirar uma dúvida sobre o estágio da sua formação na USP e o ano daqueles acontecimentos na Maria Antonieta, ela me esclareceu, se referindo assim à reforma:

Era chamado de pós-graduação, era de dois anos. Mas não era mestrado, era pós-graduação, que era condição para você fazer o doutorado, aí você tinha mais o tempo que você quisesse para fazer doutorado. Teve gente que fez pós-graduação e foi direito para a livre docência... era diferente o sistema, era mais parecido com o da França. Quem mudou isso completamente foi a ditadura. Teve uma reforma, o que não foi negativo, pelo contrário. Algo como "vamos dar a Cesar o que é de Cesar". (MORAES, 2020).

Bomeny (1994) avalia que a reforma de 1968 tentou conciliar dois padrões de estabelecimento de ensino superior. Um primeiro, inspirado no sistema norte-americano, modelo individualista que preza por competição, flexibilidade, diversificação e descentralização. E um segundo, com uma estrutura universitária mais próxima do modelo francês, na qual estavam baseadas as normas e padrões sociais anteriormente dominantes, que dá mais ênfase aos procedimentos, aos padrões normativos igualitários e universalistas. A inspiração no modelo estadunidense trazia ao modelo brasileiro as áreas de concentração, o

sistema de créditos, domínio de língua estrangeira, orientação dos estudos, exigência de dissertação e tese. Empunha, enfim, os ritos acadêmicos propriamente ditos.

A reforma teve este duplo caráter de desmobilização política dos estudantes e de uma racionalização acadêmica, administrativa e tecnicista em sua estruturação (ALVES, OLIVEIRA, 2014), colocando a pesquisa como uma das dimensões indissociáveis do trabalho docente na educação superior. Houve então um rápido crescimento da pós-graduação, pensada como uma política de Estado, tendo função de contribuir para o desenvolvimento econômico-produtivo, sendo pensada pelo seu valor estratégico no processo de desenvolvimento econômico do país. Com inspiração na estrutura universitária dos Estados Unidos (SAVIANI, 2008), são extintas as cátedras e os departamentos passam a ser entendidos como a menor fração da estrutura universitária, com professores trabalhando em regime de dedicação exclusiva. A pós-graduação teria como objetivos a formação de um corpo docente preparado e competente, a formação de pesquisadores de alto nível e a qualificação profissional de outros quadros técnico-administrativos necessários ao desenvolvimento nacional (CURY, 2004). A pós-graduação faria a universidade moderna, exigida pelas condições da pesquisa científica e pelas necessidades de treinamento avançado, principalmente voltadas à expansão da indústria brasileira.

Este cenário combinado de expansão da pós voltada pro desenvolvimento nacional e escalada da repressão torna-se propício para a criação de núcleos de estudos, concentrados na pesquisa acadêmica e pouco favoráveis a empreitadas críticas emancipatórias pela via do ensino. Com um entendimento técnico, prático e científico da produção universitária em um cenário de perseguição ideológica, a busca por legitimidade se faz mais segura recorrendo ao reconhecimento de disciplinas tradicionais ao invés da reivindicação de um novo campo crítico ao sistema de saberes.

A emergência dos EMGF neste contexto de expansão da pós coloca ainda outro elemento importante em relação à constituição da subjetividade das acadêmicas do campo. Por terem vivenciado a expansão da pós-graduação em seus anos de formação, a pesquisa acadêmica tornou-se parte importante da constituição de suas identidades. A pesquisa era em si uma inovação, e no contexto do regime militar ela adquiria traços ainda mais voltados para o desenvolvimento nacional, o que identificava a pesquisa interessada na intervenção na realidade, com aplicação prática, informando políticas públicas. A pesquisa em Ciências Sociais tornava-se um meio indireto de ação voltada para a sociedade, oposta a uma produção de conhecimento exegética.

Outro aspecto do regime político ditatorial que influenciaria a configuração do feminismo no Brasil, segundo Costa (1988), é o vazio político que se instala após a aniquilação da resistência armada pelo aparato repressivo. O AI-5 autorizava o presidente da República, em caráter excepcional, logo, sem apreciação judicial, a decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia do *habeas corpus*. O Congresso Nacional entrou em recesso por tempo indeterminado e a esquerda passa então pelo processo classificado por Rezende (2010, p. 41) como "depleção", que significaria, em sentido metafórico, a perda de elementos fundamentais do organismo, um estado de esgotamento provocado pela perda excessiva de sangue.

Nesse contexto, na virada para a década de 1970, a vida política estava resumida à sobrevivência dos opositores. Segundo Costa (1988) é essa sensação de vazio (oposta à agitada vida política, em que há sempre o que fazer) que marca o sentimento das primeiras ações feministas no Brasil. Essa sensação se refere ao esvaziamento dos canais políticos tradicionais, com a censura aos jornais, a dissolução dos partidos políticos existentes e a permanente ameaça de cassação dos direitos políticos dos que ainda atuavam no cenário partidário (CORRÊA, 2001). Se a arena do debate público, tradicional espaço dos homens, estava fechada, o privado, associado ao feminino, se tornava o espaço alternativo de reflexão. De acordo com Sarti (2001), o movimento feminista organizado vem com o sentido de elaborar política e pessoalmente esta derrota.

3.5 Dois caminhos para fora

Com o AI-5, um cada vez maior número de exilados sai do país e alguns conseguem dar continuidade a sua formação acadêmica, se juntando por vezes com a elite intelectual acadêmica que tradicionalmente saía do país para buscar a pós-graduação, que ainda se constituía no Brasil. O país já nutria uma grande uma grande tradição de voltar-se ao exterior para especializações e aperfeiçoamentos diversos, incentivados pelo governo e por diversas instituições, principalmente devido à falta de opções nacionais, tanto enviando pessoas para fora como trazendo estrangeiros para atuar nas universidades brasileiras.

O capítulo "Qualificação Pós-Graduada no exterior" de Carlos Roberto Jamil Cury no livro *Circulação Internacional e Formação Intelectual das Elites Brasileiras* (Almeida *et al.*, 2004) recolhe indícios importantes para nós. Segundo o autor, a partir dos anos 1960, passou a existir um esforço mais consciente de enviar pesquisadores ao exterior com intenção de ampliar

o número de pesquisadores e professores dentro do país, com vistas a ocupar o nascente sistema de pós-graduação, buscando agregar ao novo sistema uma capacidade adquirida no exterior.

Em 1951, é criado o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e, em 1962, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Cury (2004) identifica que todos previam em seus planos bolsas de estudos para outros países. Segundo o autor, em 1952 o Brasil firmou acordo com os Estados Unidos pelo qual se celebravam vários convênios entre universidades, o que teria facilitado a ida de muitos estudantes para fazer mestrado e doutorado, assim como a vinda de muitos professores estadunidenses. A pós-graduação associava o Estado, o progresso da ciência e a busca por referencias internacionais de conhecimento, sendo o Estado o garantidor do desenvolvimento científico que contribuiria para a autonomia nacional (CURY, 2004). Até então, os professores tinham que se valer de pequenas e múltiplas agências ou fundações internacionais que subsidiariam sua estadia no exterior.

A partir dos anos 1950, começa a crescer o movimento de estudantes e profissionais para o exterior, sendo os Estados Unidos um polo de atração de muitos. E aqui vale lembrar o *boom* sociológico da metodologia científica estadunidense e sua inclinação para pesquisa quantitativa e empírica, em contraste com o modelo francês clássico de pesquisa relativamente dominante nas universidades brasileiras até então. Vale lembrar também a projeção que as Ciências Sociais adquiriam naquele momento, como ciência fundamental para a modernização nacional, sua recente institucionalização e sua crescente influência na vida política e econômica brasileira.

Eva Blay, em sua entrevista para Juliana Cavilha Mendes e Simone Becker (2006), comenta:

[...] nós que fizemos carreira nesta época sabemos que apenas aqueles que iam para exterior a que tinha uma chance de se dedicar exclusivamente ao mestrado ou ao doutorado. Essa foi uma opção que eu não tive (BLAY, 2006, p. 97).

Este cenário é fundamental para se compreender as duas vertentes que informaram o feminismo dos anos 1970 do Brasil, a norte-americana e francesa. A corrente francesa é plenamente associada às exiladas no período da ditadura, e a estadunidense mais associada à ida para estudos. Apesar disso, nenhuma divisão é completamente acertada, há as que foram à França estudar, há as que se exilaram e terminaram sua formação na França. Algumas mulheres também se auto-exilaram nos EUA, outras ainda estiveram na França antes de ir aos EUA, além de outras trajetórias que passaram por Argentina, Chile, Cuba, México e Portugal. Nessa seara, no entanto, a influência americana no movimento feminista brasileiro era vista com muita

desconfiança. Rememorando as acusações do feminismo brasileiro ser uma manifestação do imperialismo americano, Mariza Corrêa comenta:

Lembro de um cartum de Millor Fernandes que apareceu por esta época e que mostrava as garras, com unhas pintadas, de um Tio Sam feminino manipulando uma marionete simbolizando as feministas brasileiras... Millor não estava inteiramente equivocado ao vincular o feminismo brasileiro à política norte- americana: embora a maioria das mulheres que se tornaram feministas nessa geração tenham passado antes pela França do que pelos Estados Unidos no início dos anos setenta (o que era o meu caso e o de algumas das pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas), as verbas de pesquisa para estudar a situação das mulheres viria principalmente de fundações norte-americanas. (CORRÊA, 2001, p. 17)

Em *Uma História do Feminismo no Brasil*, ao recontar o resurgimento do feminismo brasileiro da década de 1970, Céli Regina Jardim Pinto (2003) distingue entre "os primeiros grupos" que teriam conexão com mulheres intelectuais globalizadas que haviam tido experiências fora, principalmente nos Estados Unidos e "as exiladas" que se concentra nos grupos exilados em Paris. Pinto (2003) relata, por exemplo, a influência da experiência nos Estados Unidos em Walnice Nogueira Galvão, e com Maria Odila Leite da Silva Dias (PEDRO, 2006).

Maria Odila teria tido sua primeira identificação com o feminismo nos Estados Unidos em 1968, recém divorciada, no doutorado. Segundo Pedro (2006), ela começou a se interessar pelo feminismo, passou a comprar livros e a descobrir editoras. É também o caso de Branca Moreira Alves, que estudava em Berkeley, Califórnia, quando entrou em contato com o feminismo, tendo participando por três meses de um grupo de reflexão. Apesar disso, segundo Pinto (2003) o envolvimento de Branca se deu via as exiladas em Paris, das quais teria recebido uma carta perguntando o que ela pensava do feminismo.

Em sua entrevista para o programa de memória oral "Caminhos" da pós-graduação do IESP-UERJ, Neuma Aguiar, uma das pioneiras dos EMGF no Brasil, comenta que seu interesse pelas Ciências Sociais se deu ainda na sua gradução em História, e que ela foi atraída justamente pela possibilidade de fazer pesquisa e debruçar-se sobre questões mais contemporâneas. Neuma enfatiza algumas vezes durante a entrevista seu interesse por fazer pesquisa, o que teria guiado passos importantes da sua carreira.

Curso de História que eu fiz tinha as áreas que eram melhores, eram História Antiga, História Medieval, mas aí sociologia é uma coisa mais viva, né, contemporanea e eu gostei daquilo. [...] Olha, eu tinha muita vontade de pesquisar e parecia que as sociais ajudava aquela história muito discursiva, voltada pros livros e pouca ênfase em pesquisa. Então quando eu vi uma disciplina que tinha essa parte toda de pesquisa eu achei atraente, interessante, eu sempre tive muita vontade e pesquisar. Aí foi que eu conheci o Gláucio na sociologia e Política, comecei a me interessar por aquela área, aí conheci o Joe Karl, aí fui trabalhar em pesquisa e aí disse "bom, descobri algo que me interessa muito". Quando eu fui pros Estados Unidos eu já fui orientada assim, eu vou aprender a pesquisar (AGUIAR, 2020a).

Porém, antes de entender um pouco a experiência de Neuma nos Estados Unidos, acho importante destacar como ela pôde ir para lá. Talvez isso possa começar a ilustrar a internacionalização das Ciências Sociais no período e a influência de um contexto transnacional nos EMGF brasileiro:

Eu estudava inglês no IBEU, aí o IBEU tinha aqueles concursos assim, você fazia um concurso pelo IBEU, indicava uma área que você queria estudar e eles então procuravam pra você um local que te aceitasse. Então eu fiz o concurso, passei em primeiro lugar, aí a Universidade de Boston nos Estados Unidos me aceitou. Também tem uma curiosidade que, o dinheiro da minha bolsa foi fornecido pela *Women's Studies Federation*, uma federação de estudos de mulheres, que depois iria me interessar... muito posteriormente. Mas essas mulheres elas se reuniam, juntavam recursos e alocavam para uma bolsa de estudos, mas quem fazia a seleção era o IBEU. Aí eu ganhei a bolsa e fui pra Boston (AGUIAR, 2020a).

É importante a gente destacar aqui como a organização de mulheres/feminista na academia já mobilizava redes e trânsitos intelectuais transnacionalmente, os EMGF têm um forte fluxo transnacional de pessoas e de conhecimento, resultado de sua organização. Eu gostaria de reforçar também, na narrativa da Neuma, a importância da sua identificação como pesquisadora, como isso informa a linha que ela utiliza pra conectar sua própria trajetória. Essa forte identificação com a pesquisa é uma marca geral dos EMGF no Brasil e isto é informado justamente pela construção subjetiva das atrizes do processo de institucionalização. Vimos essa identificação também na passagem em que Eva Blay fala de quando era chamada para falar aos sindicatos, que ela ia como pesquisadora e que havia de fato feito estudos naquela área. Neuma segue:

Quando cheguei nos Estados Unidos eu também era uma novidade lá, porque eu tinha uma experiência e o pessoal que estava entrando no mestrado naquela época sabiam muito pouco, não tinham experiência prática. Tinham leitura e tal, mas eu tinha experiência. E, também, eu era uma novidade que eu era brasileira, eu era diferente.[...] Eu fiz o curso, tirei notas muito boas e aí disse assim "ah não quero voltar pra casa ainda não, vou querer continuar pra um doutorado". Aí eu me candidatei para várias bolsas de estudo [...]. Antes de ir para o meu mestrado eu trabalhei em várias pesquisas de sociologia e política aqui no Rio, uma com o Prof. Josef Karl, o Karl era um professor muito conhecido nos Estados Unidos na área de estratificação social. Ele veio fazer uma pesquisa aqui no Brasil que era comparado com o México.[...] O Karl foi uma ótima influência para todos nós. [...] Eu estava certa que ia estudar com o Joe Karl em Washinton University Saint Louis, mas não deu certo isso porque essa federação de mulheres exigiu que eu fosse pro estado de Massachusetts, porque elas que tinham patrocinado a bolsa, então acabei indo pra Universidade de Boston (AGUIAR, 2020a).

Uma passagem interessante dessa entrevista com Neuma demarca bastante o perfil das mulheres de classe média que podiam ir aos EUA completar sua formação. Aguiar conta que, terminado o mestrado, ela quis continuar para o doutorado:

Aí fui trabalhar. Aí foi uma experiência muito interessante pra mim também, porque aqui eu era assim aquela jóvem de classe média tradicional e nunca tinha trabalhado fora assim, aí eu fui trabalhar num restaurante como garçonete. Que foi uma experiência, assim, mudou minha vida. Eu escolhi aquele trabalho porque dava casa e comida e eu tinha um tempo pra esperar o resultado das bolsas que eu tinha pleiteado. Eu pleiteei quatro bolsas, ganhei todas as bolsas, daí tinha que escolher uma, escolhi a que achei melhor e aí fui pra *Washington University* (AGUIAR, 2020a).

É interessante porque Aguiar já havia relatado que trabalhou em algumas pesquisas no Rio de Janeiro antes de ir fazer o mestrado no Estados Unidos, no entanto, sua experiência trabalhando "fora" como garçonete é apontada como uma experiência marcante. No que se refere ao seu despertar para a pesquisa sobre mulheres, Neuma diz:

Eu fui pros Estados Unidos uma vez e aí tinha uma grande conferencia sobre a muher. E eu, sempre que eu fiz pesquisas, eu incluia as mulheres, eu tinhas dados, porque sempre levantei dados com homens e mulheres. Eu tinha dados sobre mulheres, muita gente fazia pesquisa e era só com os homens (AGUIAR, 2020).

Quando eu lhe perguntei por que ela já tinha essa preocupação em relação as dados que colhia, ela respondeu:

Eu não sei porque, eu não sei explicar, mas eu achava que eu não devia fazer... eu sou mulher, pera aí! Vou deixar as minhas congêneres de fora? Não vou, né! Então, tem pesquisas e todos tem opinião, então eu sempre fiz questão de, quando fazia uma amostra, era com homens e mulheres. Sempre na minha vida foi assim. Ninguém me ensinou isso, isso acho que é questão de gênero (AGUIAR, 2020a).

A influência estadunidense no contexto dos EMGF brasileiro não era apenas experienciada pelas que lá iam completar seus estudos, normalmente procurando lugares de excelência e principalmente que as treinasse nos novos métodos científicos das ciências sociais. Não se tratava de ir aos Estados Unidos e esbarrar com o movimento feminista que crescia nas universidades, esta influência estava também baseada em redes transnacionais de pesquisa científica que vinham se desenvolvendo havia alguns anos, muitas financiadas por agências de fomento que tinham crescente interesse na América Latina e outras regiões "em desenvolvimento". Podemos lembrar aqui da importância que ganhou a agenda de desenvolvimento e modernização, na qual as Ciências Sociais detinham importante papel. Neuma revela essa conexão em sua fala:

[...] no museu tinha um professor, Roberto Cardoso de Oliveira, que era a principal pessoa lá no museu na época que eu fui pra lá, e o professor americano também, o David Maybury-Lewis, e eles começaram um projeto de pesquisa comparado vários estados brasileiros. A maioria das pessoas foi pra Pernambuco e eu fui pro Ceará, porque eu sou cearence. Mas eu fui fazer uma pesquisa no interior, no Crato, que era terra da minha mãe. [...] eu estava muito interessada naquela região porque estava

sendo iniciado um processo de industrialização no lugar e eu queria ver o impacto daquele projeto no local (AGUIAR, 2020a).

O programa de pós do Museu Nacional, em 1968, contou inclusive com apoio da Fundação Ford. O PPGAS se institucionalizou de fato com o apoio financeiro dado pela Fundação ao projeto "Estudo Comparativo do Desenvolvimento Regional", executado entre 1968 e 1972 com a coordenação de Roberto Cardoso de Oliveira e David Maybury-Lewis (ALMEIDA, 2009; CARVALHO, 2015; GARCIA JR., 2009).

Mariza Corrêa (1995), sobre a formação dos programas de pós em antropologia durante a ditadura, retoma a hipótese levantada por David Maybury-Lewis: a opção de quem não passava pela luta-armada ficara nas universidades, e estas pessoas se deparavam com a contradição de elaborar formas de tomar partido dos oprimidos, sem conhecê-los. Esse é o paradoxo que teria alimentado os estudos sobre classe e cultura populares, movimentos sociais no campo e nas áreas urbanas e populações indígenas.

Reparem como Corrêa (1995) reforça algumas das opções disponíveis às mulheres de classe média que Maria Regina Soares elencou acima, a luta clandestina ou a pós-graduação. Ainda sobre a influência da Antropologia e das redes transnacionais de circulação de conhecimento científico, convém olharmos este trecho no depoimento de Neuma:

Tinham duas antropológas, a June Nash e a Helen Safa, e elas eram especialistas em mulheres na América Latina, já tinham pesquisas anteriores e elas se interessaram pelo Brasil, então elas organizaram um seminário. Era *Women in Latin American Societies*. Esse encontro foi em Buenos Aires e aí foi minha primeira conferencia internacional depois de estar aqui no Brasil. Elas me convidaram e eu fui, aí foram duas brasileiras, eu e a Heleieth Saffioti, que a Heleieth que começou a estudar a mulher brasileira (AGUIAR, 2020a).

Havia, portanto, um interesse internacional na América Latina e financiamento externo disponível para a realização de pesquisas. As mulheres passavam a ser estudadas enquanto grupo social relevante no processo de desenvolvimento, principalmente no que se referia às alterações de comportamento nos campos do trabalho e da família. Os Estados Unidos eram um dos centros desses interesses e lugar fundamental como financiador e promotor da circulação de ideias e de pesquisadores. As redes de militância e as redes acadêmicas feministas trasnacionais também já se organizavam e promoviam encontros.

Mary Garcia Castro, outra importante intelectual feminista, comenta sobre sua temporada nos Estados Unidos:

O fato de eu ter vivido quase 13, 14 anos nos Estados Unidos com bolsas de estudos, assim como rendas altas, porque cada consultoria daquela era alta e proporcionou-me

privilégios que a maioria dos pares não têm hoje, em especial as feministas jovens, e que hoje também me cobra escolhas não por vontade, mas pelas circunstâncias, já que as oportunidades são cada vez mais escassas. Vivi tempos que me permitiam muito estudar e conviver e dialogar com a nata do feminismo internacional. A feminista desse lado dos trópicos, ela estuda e tem que trabalhar. Estuda e tem que estar preocupada com os filhos. E muitas vezes não trabalha no que lhe gratifica (CASTRO, 2019, p.14).

O caminho dos estudos para os Estados Unidos, como podemos ver está amplamente relacionado ao desenvolvimento da pesquisa científica, com uma ênfase metodológica e, obviamente, determinada em grande parte pelos financiamentos disponíveis. Isso incorria em outra questão dentro da disputa política nacional, que associava tanto o feminismo quanto a metodologia quantitativa ao imperialismo estadunidense. Em uma homenagem à Cristina Bruschini publicada na Cadernos de Pesquisa, na ocasião de seu falecimento, Bila Sorj, outra peça fundamental dos EMGF no Brasil comentou:

Foi também uma firme defensora do uso de métodos quantitativos e da defesa do potencial cognitivo que oferecem à Sociologia, particularmente, ao estudo das relações de gênero. Como Cristina insistia em lembrar, os métodos quantitativos na nossa disciplina sofreram de permanente descrédito, visto que foram associados à Sociologia norte-americana e ao imperialismo acadêmico desse país (SORJ, 2012).

O outro caminho para fora do Brasil que foi de fundamental influência nos EMGF nacional foi o exílio, que levou grandes contingentes intelectuais femininos a circularem globalmente, tendo ficado marcada a forte presença de muitas intelectuais em Paris, como mencionado. Embora a literatura com frequência demarque a influência americana e francesa no Brasil, esta última parece ter sido melhor explorada (como em PINTO, 2003; PEDRO, 2005, 2006; PEDRO, WOLFF, VEIGA, 2011; COSTA, SARDDENBERG, 2008; SCAVONE, 2011; MARQUES, 2015; SCHUCK, 2017; MOSCHKOVICH, 2018).

O AI-5 acentuou o número de brasileiros que partiram para o exílio, com um considerável número de mulheres que pertenciam à militância ou que eram companheiras de homens atuantes nas organizações de esquerda. Céli Pinto (2003) indica a Europa como principal destino, o Chile durante o curto tempo de governo de Salvador Allende também foi destino, mas havia uma grande concentração de brasileiros em Paris. Maria Lygia Quartim de Mores relata assim sua experiência de exílio:

Aí meu marido foi pra Cuba e eu decidi ir pra Cuba também, encontrar com ele lá. Aí fiquei um tempo em Cuba, e Cuba foi muito interessante, você vivendo lá... provavelmente eu tinha ideia de paraíso na terra, não sei bem a ideia que tive, mas foi muito interessante você ver as dificuldades subjetivas. São subjetivas e ninguém muda por decreto. Então por mais que a legislação fosse a mais avançada em relação à mulher, não adiantava, os costumes eram outros, os caras eram muito machistas. [...] Agora eu peguei uma turma especial, em 69, eram dez anos... por exemplo, eu vi

chegar lá, e fiquei comovidíssima, eu vi coisas incríveis, que foi chegar a bancada, por assim dizer, dos Black Power. Que muita gente foi lá da esquerda, eles convidaram e tal e muitos deles ficavam lá no hotel. Bom, isso em resumo. Quando eu voltei, voltei para a França, onde meu irmão estava lá [sic.], também outros exilados e eu tinha um ponto de apoio lá, e a própria organização. Na França eu fiquei sabendo, meu marido mal entrou (no Brasil) e já foi pego, morto, tortura e tal. Fiquei meio.... [...] É... Mas digamos, na minha meta nunca foi ficar na França, era ir para o Chile [...], não só por causa do Allende, mas tinha possibilidades profissionais. [...] A primeira leva foi o pessoal de 64, então quando nós chegamos era 71, já tinha algo lá consolidado. E o Chile tinha uma tradição, porque lá estava a ONU e a CEPAL, então tinha uma coisa internacional. E tinha uma escola de pós-graduação de alto nível, chamado Escola Latina, ou Escolatina, por onde todo mundo passou. [...] e ela tinha duas vertentes: uma formava os egressos latino-americanos de esquerda... naquela época muitos governos eram de esquerda, para fazer transformação socialista; e uma outra vertente mais teórica, que foi a que eu peguei, mas que estudava basicamente, entre outras coisas, tinha um curso de marxismo maravilhoso. Eu acho que sou uma das poucas pessoas que leu O Capital várias vezes - os três tomos. [...] Entre morar em Paris e morar em Santiago, um horror, mas enfim, fora isso, quer dizer, estava com minha filha, próxima dos meus amigos, todo mundo estava lá e tal, e ia acompanhando aquele processo (no Chile) com um respeito enorme. Até por conta que [sic.] a gente tinha feito uma autocrítica da luta armada e aquele processo democrático... e justamente foi porque apesar de todas as merdas [sic.], todas as imundas e incalculáveis formas de boicote que a direita tinha, em 73 foi feito uma espécie de um plebiscito e até estando contra o Allende, o partido comunista cresceu (no Chile). Acho que isso foi a palavra, aí foi a decisão de dar o golpe. Aí não tinha como, e foi, bom, uma das piores coisas da minha vida. [...] eu morei lá um ano e meio, cheguei em 71 em julho e saí em 73 em setembro e depois voltei para a França, porque a Argentina já estava uma merda [sic.] (MORAES, 2020).

Nesse longo trecho de minha entrevista com Moraes, eu gostaria de destacar alguns movimentos, primeiro a peregrinação e as rotas exiladas, destacando Cuba, Chile, França e Argentina como locais de encontros. No Chile, Moraes destaca a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a Organização das Nações Unidas (ONU), mostrando mais uma vez o papel de instituições transnacionais na circulação de intelectuais. Outra questão é que, mesmo Moraes, que é notadamente uma das intelectuais dos EMGF que mais se identifica e é identificada como militante (em MOSCOVICH, 2018, por exemplo) pela ligação com o marxismo, demonstra sua identificação acadêmica e destaca como isso a distingue de outras experiências. Ela reconhece seu pertencimento a uma corrente marxista mais teórica, mobilizando inclusive o argumento simbólico de autoridade ao mencionar sua leitura d'O Capital.

Demarcar também a vivência da experiência democrática no Chile como momento de autocrítica da luta armada também é fundamental para localizar uma mudança de estratégia, reagrupada na esperança democrática que será mais aberta a discussões sobre as mulheres. Por último, destaco a importância da rede familiar e de amizades, mencionada por Moraes como um dos motivos para se erradicar no Chile e, mais tarde, na França. A França torna-se um destino não só pela afinidade ideológica e pela influência intelectual/cultural de longa data no

Brasil, mas também pela facilidade de concessão do *status* de refugiados políticos às famílias brasileiras, o que permitia trabalho e acesso à saúde (COSTA, 1980).

A maioria exilada, diz Pinto (2003), eram jovens militantes de partidos e grupos de esquerda ideologicamente marxistas, que desconfiavam de qualquer pauta que não centrasse a luta de classes. Na Europa, teriam se deparado com uma agitação social e cultural bem distinta do contexto brasileiro. Pinto (2003) destaca que o conteúdo daquela agitação francesa, no Brasil não era visto como legítimo. As esquerdas europeias reagiam a políticas soviéticas e buscavam alternativas ao internacionalismo proletário, somadas à revolução cultural que questionava os papéis tradicionais de gênero. É sobretudo nesse cenário que Pinto (2003) localiza o ponto de estalo das mulheres exiladas com o ideário feminista, o que não teria sido tão bem recebido pelos seus companheiros. O feminismo não só ameaça a posição de liderança dos homens nos grupos de esquerda como a própria unidade da luta do proletariado.

Maria Lygia Quartim de Moraes é uma das que percorreu Chile e França. Sobre seu contato principal com o feminismo, relata:

Quando eu estava na França, em 69, quase 70, ainda não tinha começado isso... a gente assistia a umas aulas do Foucault, naquela época isso parecia normal, né (risos). Não tinha ainda, mas já estava começando. Mas de qualquer maneira eu me lembro que a gente resolveu, a gente quer dizer, eu e mais umas três brasileiras, que vinham da luta armada, nós resolvemos fazer um grupo de mulheres mais radicais para nos opormos às tendências do partidão, porque a troca do PC brasileiro, com a Zuleika Alambert na cabeça, era como se fosse uma representação oficial, como se fossem embaixadores, entende? [...] E elas fizeram um trabalho muito interessante na verdade, a gente era meio sectário, mas reconhecendo, fizeram! Porque? Porque que havia uma quantidade absurda de mulheres que foram para o Chile, porque os maridos eram isso ou era [sic.] aquilo mas elas não faziam nem ideia, os maridos não se deram ao trabalho de politizá-las, quer dizer, politizá-las é uma palavra horrível, melhor, de botar elas a par do que eles estavam fazendo. Então isso se tornou uma preocupação da tropa das comunistas, e acho que foi bem legal. Mas tinha provocação, assim, por exemplo, a gente fazia então "vamos reunir fazer um dia" [sic.] aquela coisa de fazer um dia pela paz, dia de sei lá o que, mulheres sempre uma coisa de... aquilo me irritava um pouco. [...] Claro, então era um pouco por aí, mais por aí do que por divergências. O que a gente queria dizer pra eles é que a gente era tão guerrilheira quanto, fazíamos tudo igual a eles, e que não fazia sentido você trabalhar com as mulheres daquele jeito. Era isso que a gente estava dizendo (MORAES, 2020).

O feminismo das exiladas é normalmente representado pelo Grupo Latino-Americano de Mulheres, fundado por Danda Prado em 1972, militante comunista auto-exilada em Paris. Danda Prado era filha do historiador e político marxista Caio Prado Júnior, se exilando na França em 1970 após a prisão do pai no Brasil (SCHUCK, 2017), onde teve contato com o movimento feminista francês, encontrou (literalmente) Simone de Beauvoir. Segundo Pinto (2003), o grupo reunia mulheres vindas de muitos países da Amérina Latina para discutir questões referentes à situação da mulher de maneira informal em um bar, chegando a reunir

cem mulheres e formando uma rede de troca de informação, conhecimento e influência em diversos países. O grupo ainda participava da publicação e circulação do boletim *Nosotras* até, ao menos, 1976 (PINTO, 2003). Maria Lygia Quartim de Moraes, sobre a formação do grupo, recorda:

Bom, aí acontece... quando eu estava no Chile, mas de vez em quando ia para a França, porque meu irmão estava morando lá [...] e eu já conhecia a Danda Prado. E a Danda fazia parte de um grupo latino-americano, era um grupo, pelo menos no lado das brasileiras, mas não exclusivamente... porque quem estava lá naquele momento, vamos falar em bom português... que mulheres você tinha lá? Porque ainda não estava lá a "tropa" mesmo, de 68, não tinha quase ninguém ido pra lá, pouca gente foi. A tropa de 68 e tal foi pro Chile, a tropa da luta armada. Claro que depois do golpe, espalharam e muita gente foi para a França. Então quem estava em 70 e poucos na França? Por que meu irmão foi para a França? Porque ele tinha rompido com a VPR, porque ele tinha ido lá fazer doutorado, falava fluentemente, teve emprego... publicou em francês, em outras línguas, porque ele já era um personagem que tinha uma... enfim... o resto, quem tava lá? A Danda Prado, das clássicas...muito bem instalada, Norma Bengell, Gilda Grillo, que eu me lembro vagamente... e mais mulheres de diplomatas e tal. Então a conversa era feminista sim, elas eram feministas, tá certo? Mas elas se encontravam para um grupo de reflexão e tinham um jornal (MORAES, 2020).

Um ponto interessante deste trecho da entrevista é que Maria Moraes comenta o perfil das mulheres que foram para Paris, tirando um pouco o lugar da militância dessas mulheres enquanto não participantes da luta armada e marca fortemente sua origem intelectual e de classe. O grupo latino-americano claramente não era o único grupo, apesar de ser um dos mais mencionados, junto ao grupo das brasileiras exiladas. Sobre os grupos de mulheres feministas Maria Moraes relata:

[...]foi pra estudar, mas depois teve que se exilar, mas enfim...todo mundo, tinha a Fúlvia Rosemberg, enfim... Criamos um grupo de estudos, e era ler os clássicos, as clássicas, mulheres, aí já era um grupo feminista. A Zuleika Alambert também tinha ido para a França e também estava organizando um grupo, mas aí evidentemente com outras prioridades, e tinha o grupo da Danda (MORAES, 2020).

Elena de Oliveira Schuck (2017) comenta a circulação do pensamento feminista entre Brasil e França e salienta a influência e a proximidade com o movimento feminista francês nas referências a textos e ações do movimento feminista na França discutidas na revista. O grupo construiu uma rede ampla e internacional de contatos feministas. Quando conversando com Maria Moraes, eu a perguntei por que um grupo de estudos sobre feminismo foi criado àquele momento:

Primeiro tinha a questão da dupla militância, eu também estava em outras coisas, ALN, enfim, a gente tinha outras militâncias, mas e aí já tinha tido toda a influência das francesas, Paris era...as francesas foram fundamentais na nossa formação [...],

porque o que acontece, o feminismo francês saiu da esquerda, é óbvio, nunca saiu da direita, veio do PC, das mulheres de esquerda, indiscutivelmente, idem na Itália. E tiveram em ambos países, conseguiram o apoio dos PCs, dos dois lados, também do partido Socialista Francês e conseguiram aquilo que até hoje a gente ainda não conseguiu, que foi o aborto, em 74. Nós, mal temos em 78 o divórcio, porque o cara era protestante e tava com, Geisel, estava com raiva da Igreja Católica. Nós somos muito atrasadas, a nossa sociedade é muito conservadora, é terrível isso. [...] Então, diferentemente da França, onde as mulheres se organizaram... as francesas tinham pouquíssimos direitos políticos, sabe quando elas começaram a votar? Muito tarde. Então quando você pergunta, "por que as mulheres?", porque não havia nenhum direito! (risos). Porque as mulheres não tinham direito de propriedade, porque você casava e virava "Madame Fulano de tal". Bom, no Brasil, quando eu casei, fui obrigada a mudar de nome, também, você não podia ficar com seu nome de solteira. Aí aparecia no seu passaporte "presas domésticas", vai tomar no cu [sic.], né. Eu me mato de estudo então pra ser presa doméstica. Tudo bem não tenho nada contra a domesticidade, também faço, cada um tem que cuidar das suas coisas[...]. As mulheres tinham tudo pra lutar, tudo. A repressão contra o aborto na França, tanto é que aquele famoso manifesto que saiu em 71 [...], eles prenderam as mulheres que tinham abortado. Aí 300 e tantas mulheres, inclusive Simone de Beauvoir, Catherine Deneuve e outras famosas escreveram que também abortaram. "Nos prendam". Aí a gente pegou essa mobilização. [...] Quem é que tinha os coletivos de abortos clandestinos? Com aspiração etc. Quem é que fazia os laços, porque você tinha dois lugares onde se podia abortar legalmente: Inglaterra e a Holanda, era ônibus pra Holanda, organizado pelas mulheres. Então havia pautas muito concretas (MORAES, 2020).

Marques (2015) localiza uma mudança do perfil das mulheres que passaram a integrar o Grupo Latino-Americano de Mulheres. Até 1975, as brasileiras intelectualizadas tinham conhecimentos das produções intelectuais feministas europeias e estadunidenses. O golpe no Chile levou a um novo fluxo de exiladas ligadas à luta armada e com grande senso de pertencimento militante, que já se reuniam em organizações de mulheres mas não faziam a discussão da opressão feminina (Marques, 2015). Maria Moraes também parece identificar essa mudança:

[...] mas aí chegou a tropa da pesada, que eram um pessoal mais jovem, porque eu já tinha 28, 29 anos, mais jovem mesmo, algumas vinham do exílio e tal, muito radicais[...], nós fomos as primeiras. Qual foi a primeira levada [sic.] de exiladas que vinham da luta armada? Essa que era a diferença. Eu vim com outra experiência, outra história. Foi a partir do golpe do Chile que vieram de montão, porque vieram as brasileiras, as chilenas, as argentinas. Se você acompanhar as histórias, é incrível. E as mais organizadas eram as brasileiras, por uma série de razões (MORAES, 2020).

O Círculo das Mulheres Brasileiras em Paris é outra expressão das exiladas brasileiras, tendo sido criado por militantes do grupo Campanha, e contava com a participação de militantes do Movimento Revolucionário 08 de outubro (MR-8) e do PCB (MARQUES, 2015). Segundo Schuck (2017), o Círculo ganha legitimidade na comunidade exilada, tornando-se conhecido pelo movimento feminista francês e se transformando em uma das mais bem estruturadas organizações de brasileiros no exílio. Sua marca central foi essa associação central entre o

pensamento feminista e a dimensão da luta de classes (PINTO, 2003). O grupo durou até 1979, quando a anistia possibilitou o retorno do exílio de grande parte de suas militantes.

Ambos os grupos tinham forte conotação transnacional de sua identidade e passavam a questionar mais enfaticamente os papéis da mulher na sociedade. Apesar disso, como talvez fosse inevitável, o movimento em defesa da anistia e a denúncia dos crimes cometidos pela ditadura eram pautas centrais. Tanto o Círculo, como o Grupo Latino-americano desenvolveram proximidade com o movimento feminista francês, participando em passeatas e ações públicas, e se identificando com suas pautas mais gerais. Desempenharam também importante trabalho de editoração, circulando ideias e referências em jornais de circulação internacional e até clandestina. Maria Moraes é taxativa: "Esse grupo, você não pode desconectar de outras iniciativas das quais participamos, do feminismo francês. Então tinha um ativismo, certo?" (MORAES, 2020).

Sobre as redes de circulação, Maria Moraes ilustra:

[...] então eu pertencia a um grupo chamado "Debate", que era um grupo que discussão que tinha um jornal[...]. E eu escrevi um artigo sobre a questão feminina [...] e esse outro artigo de minha autoria chegou nas mãos da Cynthia Sarti, que trabalhava no CEBRAP. Ela gostou muito. Eu não a conhecia. [...] Trabalhava lá como secretária do Fernando [Henrique]. Chegou nas mãos dela via Guido Mantega, Guido era muito meu amigo, desde sempre foi amigo, uma vez, e depois passou um mês lá com a gente em Paris e levou o artigo.

GC: Tinha um fluxo França-Brasil...

ML: Tinha, como tinha. Tinha também para o Chile. Aí a gente se via no Chile e também na Argentina. Toda hora a gente se encontrava na Argentina[...] Então tinha uma circulação grande...

Então esse grupo agregava tanto a ala radical [...], mas agregava também brasileiras que iam estudar lá. Por exemplo, Lucila Scavone, [...] ela não era exilada, mas foi para a França. A Maria Bethânia era uma das figuras fundamentais de Recife, começou com o trabalho "SOS Mulher", que continua até hoje, só que com outro nome. Foi fundamental pra nossa formação. (MORAES, 2020)

Pedro (2005) enfatiza que muitas mulheres exiladas, além de entrarem em contato com o feminismo internacional, empenharam-se em obter diplomas formais de ensino superior: graduação, mestrado e doutorado. Segundo a autora esse foi o caso do doutorado de Danda Prado. Quando perguntei a Maria Morais sobre como ela havia seguido com os estudos no exílio, ela me respondeu:

É, eu tive que estudar alguma coisa. Eu comecei a fazer a Escolatina, que era de Economia, então resolvi fazer o doutorado em Economia. Resolvi mudar de política para economia. Comecei a fazer lá, mas quando houve condições de voltar para o Brasil, eu voltei, em 75 (MORAES, 2020).

Segundo Pinto (2003), as feministas brasileiras em Paris mandavam material para o Brasil, entravam em contato com outros grupos feministas, buscavam aumentar o número de participantes, organizavam o movimento em diferentes instâncias, por meio de comissões e assembleias. Isso não era possível no Brasil, principalmente por conta da repressão e da censura. Pinto destaca ainda outra questão que é central para nossa preocupação. Tanto no Círculo das Brasileiras na França, quanto as mulheres que permaneceram no Brasil tiveram que se deparar com a tensão entre aquelas que pensavam que o feminismo tinha de estar associado à luta de classes e aquelas que associavam o feminismo a um movimento libertário que dava ênfase ao corpo, à sexualidade e ao prazer.

De acordo com Pedro (2005), a trajetória do feminismo no Brasil acompanhou a circulação de publicações, ideias e pessoas, motivadas pelo mercado editorial e pelos entraves da ditadura militar. Do exterior chegavam livros, jornais, panfletos e revistas divulgando o ressurgimento do feminismo e para o exterior partiam notícias, cartas, artigos e pessoas dispostas a formar amplas alianças para a derrubada do regime. A Ditadura Militar afetou de maneira diferente as pessoas que ficaram e as saíram, e o feminismo também as impactou de maneira diferente. Porém, é importante lembrar que as semelhanças e as diferenças se constroem nas trocas entre as redes estabelecidas que conectaram Brasil-Exílio, nas antigas redes ligadas à militância de esquerda, nas redes familiares e de afinidades, nas redes de exilados, nas redes intelectuais e editoriais. Essas redes por vezes são mais sistematicamente organizadas, às vezes são construídas informalmente, com um artigo ou um livro trazido na mala. Quem vai e quem fica não necessariamente constrem seus cotidianos de maneira tão separada. Saffioti relata a Mendéz (2017), referindo-se aos laços de solidariedade e de contestação com que mantinha relação:

Depois do golpe no Chile eu tinha muito contato com o pessoal que havia se exilado no Chile e quando houve o golpe contra Allende foram para o México. Eram a Vânia Bambirra, o marido dela na época o Dr. Teotônio Santos, Rui Mauro Marini, e eu ia muito ao México naquela época. Então eu conhecia tudo que dizia respeito a CEPAL, mas, antes? Só pode ter sido pelo Fernando Henrique e pela Ruth porque quando eles moraram no Chile a biblioteca deles ficou na minha casa (SAFFIOTI, 2017, p. 129).

O transnacional é um elemento fundamental para entender a emergência dos EMGF, pois eles se constroem também na circulação internacional de pessoas e ideias por meio de uma diversidade de redes. Redes de militância política, redes intelectuais latinoamericanas, redes familiares, redes acadêmicas internacionais e redes feministas transnacionais. O exílio político ou as trajetórias no exterior não significam, como vimos, o completo isolamento em relação à realidade nacional brasileira.

3.6 Duas narrativas

Remontamos estas trajetórias porque, além de serem influências fundamentais que informam a construção dos EMGF no Brasil, ajudam a sedimentar duas narrativas primordiais do feminismo no Brasil, identificadas por Pedro (2006). De acordo com a autora, as principais narrativas fundadoras do feminismo da década de 1970 se expressaram nas disputas de poder entre os diferentes grupos feministas e suas relações com os diversos personagens envolvidos na luta contra a ditadura. Enquanto uma delas localiza a retomada do feminismo no Brasil a partir dos grupos de reflexão no país no começo dos anos 1970, a outra enfatiza 1975, o Ano Internacional da Mulher, como marco primordial desse processo. De maneira geral, as disputas eram lidas segundo as dicotomias "lutas gerais e lutas específicas", de um lado, e "verdadeiramente feministas e não-feministas", de outro (PEDRO, 2006).

Como vimos, o aumento da repressão política é ponto de grande impacto na narrativa da área. Certa parte da literatura enfatiza as consequências desse cenário político para o feminismo no Brasil. É o que Costa (1988) chama de "vazio" político. De acordo com a autora, a luta armada era um ponto central de referência no imaginário da esquerda, e sua derrota gera um clima geral de desalento e impotência. É o esvaziamento dos canais políticos tradicionais, a censura, a dissolução de partidos, a cassação de direitos políticos (CORRÊA, 2001). Trata-se de um vazio latente, oposto à atividade intensa da política que marca o sentimento das primeiras ações feministas no Brasil. O debate público, tradicionalmente masculinizado, estava interditado, então as atividades passaram a dar-se ainda mais no espaço privado, associado ao feminino, como um espaço alternativo de reflexão.

Pedro (2006) mostra a disputa na narrativa entre as mulheres que já se organizavam e se pensavam feministas e as que enfatizam o marco do 1975, afinal não era a primeira vez que grupos de mulheres se reuniam para pensar e discutir a "situação da mulher". A narrativa que identifica o feminismo associado à esquerda não costuma rememorar eventos ocorridos fora de seu espectro político. Pedro (2006) menciona que, em 1972, a advogada Romy Medeiros realizou um congresso pelo Conselho Nacional da Mulher. Medeiros já tinha uma trajetória no movimento feminista, tendo criado o Conselho Nacional de Mulheres em 1949 e sido uma peça importante na luta pelo Estatuto da Mulher Casada, aprovado em 1962, que deu fim à figura do "marido como chefe da família" que anteriormente dava ao homem poderes para gerir os bens e tomar as decisões familiares.

Segundo Joana Pedro (2006), Romy era bem relacionada com as elites do governo, não pertencia ao campo da esquerda, que lutava contra a ditadura, mas parece que ela e Rose Marie Muraro foram chamadas algumas vezes ao DOPS para dar explicações sobre o congresso de 1972 (PINTO, 2003). Naquele congresso, participaram, claro, Rose Marie Muraro, Heleieth Saffioti e Carmem da Silva (PINTO, 2003, p. 48-9). O evento teria tido grande visibilidade na imprensa e foi marcado pela heterogeneidade de pessoas presentes, com banqueiros e representantes da Sociedade Civil Bem Estar Familiar no Brasil (Bemfam)¹⁹ (que segundo Costa (1988) teriam financiado o evento junto com a Coca-Cola), o alto clero e feministas de esquerda. O evento não tem sido considerado um marco do feminismo no Brasil.

-

¹⁹ Organização não governamental voltada para o atendimento em saúde sexual e reprodutiva, ações socioeducativas e pesquisas na área demográfica e de saúde.

Figura 1 - Matéria do Jornal O Globo de 18 out. 1972 (continua)

Comentado, criticado, atacado, ridicularizado e até mesmo elogiado, o I Conselho Nacional de Mulheres do Brasil vai realmente realizar-se de 23 a 27 próximos no Hotel Serrador, graças, principalmente, ao apoio que suas organizadoras encontraram em três homens.

Apoio masculino garante Conselho de Mulheres

"Malamadas", "frustradas", "pouco femininas", são, entre outras, as definições dadas às "líde-res feministas". Não é esta a rea-lidade da Dra, Romy Medeiros da Fonseca. Maquilada, os cabelos arrumados num coque, vestida na moda, mas com discrição, ela se diz uma mulher "perfeitamente realizada" do ponto de vista familia.

 Meir marido, o pro-fessor Arnaldo Medeiros da Fonseca, era men pro-fessor na Faculdade e ca-se) por uma verdadaira sel por uma verdadeira paixão intelectual. A vida paixão intelectual. A vida toda trabalhamos juntos e en o acompanhava pelo mundo ém congressos internacionals. Ao seu lado, nunca fui figura apagada. Tinhamos a mesma projeção e érantos considerados um casal modelo em todo o mundo. Meu mentido foi men grande. marido foi meu grande mestre.

O Conselho recebeu apoio de várias institui-ções femininas de Brasil, Mas, a maioria das cartas cram de mulheres re-voltadas com a iniciativa da Dra. Romy.

 Elas reclamavam que nos queriamos acabar com nos queriamos acabar com
a família, com a chefia do
márido, Achavam que apenas um papelzinho podia
acabar com a família, Casamento tem que ser felto
em bases de sinceridade e
respeito, de amoi verdadeiro e hão de chefias. WS lher que trabalha pode en-tender nossos objetivos, pois eia precisa de um status profissional. A nos-sa muilter é preguiçosa. alienada e inconsciente da posição que ocupa na rea-lidade nacional" — afir-

Na sua vivência como advogada, Idando com muitos casos de Direlto de Família, Dra. Romy sente de perto o problema;

cm bases de sinceridade e — Eu não seria sincera respeito, de amor veria- dizendo à mulher pra fiderro/e não de chenas OWS car dentro de casa, como boneca ou serviçal. Sel o Acesse Configurações nafuturo problemático e in-

A luta

Figura 2 - Matéria do Jornal O Globo de 18 out. 1972 (conclusão)

Na parede do seu escritórío de Copacebana, o retrato imenso do marido, uma homenagom da vidva a sen incentivador. Foi nele que Dra. Romy encontrou apolo para, em 1951, luter pela reforma do Código Civil Brasileiro,

A mulher era equiparada aos silvicolas, não tinha diveito de exercer uma profissão, viajar para o exterior ou movimentar contas bancarias sem a autorização de marido. Apresantei um anteprojeto de lei ao Sensão Frederal, que foi aprovado em 62. Por esta lei, a mulher creada deixou de ser reletivamente incapaz.

Reivindicação

A meinoria da legislação e a valorização do trabalho da mulher são ex temas principais de I Conzelho. "A mulher não pode continuar gathando apenas 70% do que gama o homem" — dia a Dra. Romy. "Os lugares melho res, do 1º escalão, são sempre dados aos homens. Queremos que a mulher use todo o seu potencial de trabalho, pois estamos de olhos voltados para o desenvolvimento do Brasil. Reconheço que não há um prepara geral das mulheres. Só o de uma cetta falxa, mus o movimento existe para levar a consciência a todas. Só s mu-

cerlo da mulher casada.
Mais tarde, la pelos 40
anos, ela pode vir a ser
trecada por outra mais
jovent. Isso acontece em
todas as classes. Na A, na
B e na C.

E, também, contra o casamento como "profissão da mulber". "A mulber, em sua proguiça de trabalhar, não pensa em fultivo. Fituro pra ela passa a ser uma joia, agartamento e automóvel. Pensa so no dia-a-dia. Nõs questamos para a mulher um trabalho que a realize e não um "emprego" em que ela "faça hora", enquanto não está vivendo. E por ingenuidade, quando se faïa em liberdade, a mulher onfunde com libertinagem. Não percaba que cla prépria está, de certa forma, estabelecando uma relação compravenda com o marido, por preguiça de trabalhar.

O apoio

Os alaques são muitos, principalmente das proprias muiheres e a Dra. Somy examplifica citando dois congressos femininos que serão realizados, simultaneamente ao delas, aqui no Rio. "Elas tentam enfraquecer um movimento que ago em beneficio delas. Apasar de tudo, confito no que faço. Não tenho interesses políticos, nam financeiros, quero que a mulher atinja um nivel de cultura e qualificação profissional semenhante aos dos países mais destruividos do mundo. E, principalmente, que sicarso a felicidade, pois o verdadeiro amor é independente.

pendente.
Antes de finalizar, a Dra.
Romy frisou que sus iniciativa teve, entretanto, o
apoio de três homens: o
governador do Estado do
Rio Grande do Norte,
Professor José Cortiz Pereira; o presidente do
Instituto dos Advogados
Brasileiros, o Dr. Teophilo de Azeredo Santos, e
o prasidente do Touring
Club do Brasil, General



à preguiçosa, alienada e inconsciente onfici

Fonte: Acervo O Globo, 1972

Outra narrativa constantemente referida é a dos grupos de reflexão no Rio de Janeiro e São Paulo nos anos 1970, que se reuniam em suas casas, formados por mulheres que já se conheciam (PINTO, 2003, p. 49). Os grupos tinham influência das práticas feministas estadunidenses, mais voltadas para a transformação pessoal e cultural. Eram formados por mulheres de camadas médias, intelectuais de esquerda, algumas com passagens nos Estados Unidos, como as já citadas Walnice Nogueira Galvão (PINTO, 2003, p. 50) e Maria Odila Leite da Silva Dias (PEDRO, 2006). Reuniam-se nas casas umas das outras e faziam leituras

feministas. Também circularam por esses grupos Albertina Costa e Branca Moreira Alves (PEDRO, 2006).

Costa (1988) identifica, entre as participantes, grande número de professoras universitárias, de certo nome, com filhos, psicanálisadas e com identificação com a esquerda. Segundo os relatos colhidos por Costa (1988), eram compostos realmente por uma elite intelectual, com doutorado, que havia publicado livros, com carreira e encaminhamento profissional, na casa dos 30 anos e com histórico de atuação política. Em um dos depoimentos colhidos, aparece esta fala de Betty Mindlin: "nos olhavam com desconfiança, ninguém achava científico, sério, durante muitos anos feminismo não deu IBOPE nenhum." (Mindlin em COSTA, 1988, p.65).

Maria Odila Leite da Silva Dias em Pedro (2006) relatou:

Era um grupo muito internacionalizado... muita literatura francesa nessa época e muita americana, todo mundo trazia livros, todo mundo que viajava trazia livros, quando eu voltei vim com uma biblioteca de estudos... (DIAS, 2006, p. 259).

Cabe reparar que os depoimentos relatam uma atividade com leituras de obras e encontro entre mulheres altamente profissionalizadas e muitas pertencentes à academia, mas em um momento que não era considerado "sério" ou "científico". Os encontros, segundo a narrativa de Costa (1988) teriam uma relação muito maior com as práticas psicanalíticas em voga, como uma terapia coletiva. A autora também enfatiza o momento de vazio político com a origem dos grupos de reflexão. Na impossibilidade do exercício político, as reuniões acessavam um nível além do individual e provocavam uma reflexão coletiva. Eram grupos reunidos dentro das casas que, impossibilitados de irem às ruas devido ao acirramento do regime político, se encontravam no âmbito do privado. O medo da ação política se dá pelo trauma da repressão enquanto opositoras do regime autoritário, e o terror impede a ação coletiva de colocar a cabeça para fora. Essa atividade era entendida como atividade privada, caseira, doméstica, que são, inclusive, características atribuídas ao feminino. Os grupos de reflexão pensavam sua atividade como hibernal, como uma preparação para futura ação política com P maiúsculo (COSTA, 1988).

É interessante a linha argumentativa que Costa desenvolve, tentando justificar o afastamento dessas experiências da vida política. Essa justificativa tenta remediar as acusações de divisionismo pequeno burguês, e de "conversa de comadres" que o campo da esquerda detinha sobre esses grupos. Costa também argumenta que esse fechamento, privado, afastado do aparato repressivo também protegia contra a crítica aliada. Enquanto as exiladas tinham

dilemas como a afirmação da autonomia da luta das mulheres, ou rupturas com seus grupos políticos de origem, o vazio político tirava das brasileiras a escolha entre ação ou reflexão, já que o primeiro estava interditado ou lhes colocava em risco iminente de vida. As exiladas tinham mais liberdade para discutir suas prioridades nas "combinações possíveis entre a luta de classes e a luta entre os sexos" (COSTA, 1988) e espaço para trazer mais contundentemente a questão da cidadania.

Mapeando as diferenças entre os cenários políticos e as tendências ideológicas do feminismo em cada contexto, Costa (1988) esboça:

É longe da polícia, embora perto da patrulha ideológica e em confronto com ela, mas longe da miséria e da fome, que tende a se desenvolver um feminismo radical de cunho libertário. É a convivência com a repressão, o controle ideológico relaxado em virtude do vazio político, a proximidade da iniquidade social que modelam o estilo de feminismo "bem comportado", de cunho marcadamente social. Essa polaridade recobre grosso modo o antagonismo que opôs em 1975, na conferência Internacional da Mulher, no México, as mulheres do terceiro mundo mais "politizados" e as feministas das Nações desenvolvidas (COSTA, 1988, p. 66).

Esse movimento de contar a história do movimento social de mulheres e do movimento feminista e uni-lo a relatos de eventos mais acadêmicos é uma constante nos textos analisados e não causa muito entranhamento, uma vez que boa parte das mulheres que protagonizaram o movimento e cujos nomes perduraram nas narrativas oficiais (produzidas pelas acadêmicas) eram formadas e pós-graduadas. Ainda que algumas não tenham seguido carreira acadêmica propriamente dita, ou tenham seguido carreira acadêmica em outra área temática.

Enquanto esta última narrativa destaca os grupos de reflexão, a outra coloca como marco a fixação pela Organização das Nações Unidas (ONU) do ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher, bem como o marco de início da Década da Mulher, que teria reacendido no Brasil o movimento feminista organizado. Segundo esta narrativa, é a partir de 1975 que surgem os grupos políticos de mulheres que encabeçarão o movimento até os anos 80. Este teria sido inaugurado com uma reunião, em julho de 1975, na ABI (Associação Brasileira de Imprensa), no Rio de Janeiro, que levou a constituição do Centro da Mulher Brasileira na mesma cidade (PEDRO, 2006).

É importante lembrar que não se deve simplificar analiticamente e tomar automaticamente o movimento de mulheres como feminista. Haviam muitas mulheres organizadas nos movimentos que não se consideravam feministas e muitas feministas que não necessariamente se engajaram nos movimentos de mulheres. É inevitável, no entanto, que por vezes o movimento feminista e o movimento de mulheres se sobreponham e compartilhem de uma grande intersecção.

No contexto político brasileiro de repressão às oposições, qualquer reunião, especialmente de grupos constantemente vigiados, constituía um risco muito grande, e o Ano Internacional da Mulher, com apoio da ONU, permitiu que houvessem grandes encontros e eventos que discutiam direitos sem as constantes e truculentas intervenções da polícia militar. Nesta narrativa, o fortalecimento do movimento de mulheres e feminista de 1975 com o apoio da ONU, teria aberto um espaço de reorganização para partidos e grupos políticos clandestinizados pela repressão do regime ditatorial. Segundo Pedro (2006), ao mesmo tempo em que o marco era entendido como uma oportunidade de reunião e estruturação em favor da democracia, o movimento de mulheres foi pensado como uma ameaça ao projeto político de muitos dos grupos que dele se utilizaram para se reorganizar, pois este poderia significar uma divisão e dispersão daquilo que consideravam ser a luta prioritária.

De certa maneira, a narrativa que coloca o evento da ONU como central vê o órgão como catalisador deste processo que tem início 1975, quando a ONU realizou uma conferência internacional sobre a Mulher no México. O evento no Brasil foi realizado alguns meses depois, patrocinado pelo Centro de Informação da ONU sob o título "O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira". Segundo Pedro (2006), ter participado do evento passou a garantir certa legitimidade da identificação com o feminismo.

Figura 2 – Matéria do Jornal O Globo sobre o Ano Internacional da Mulher

Ano internacional da mulher

"O Ano Internacional da Mulher não se constitui numa declaração de guerra aos homens. Não é nosaa intenção amedrontá-los."

Ao parace, intiretanto, que as betiles fridmans alombs estejem aetisfeitas com equaparallasa de ONU, ofarecondo às mulheres, rebandeja, o ano de 1975. Segundo o Spididegische
Zeltung, Hannelore Mahry, presidente do Porum de
Muntiques, considera meamo uma inoria essa "Ano da
Mulher" que em rada vem modificar a situação feminina, num mundo organizado pelos homers. De
Tato, quando se proprios movimentos teministas seentrechocem, nio seet fácil comemorar-se o Ano Internapional condignamente, palo menco na Alemanha. Quebba-se Frist Mabry de que sté agora, a
Ministra da Juvantude, Familla e Sadde não fez mais
do que formas um Grubo de Trabalho, constituido,
altás, de 29 mulhares a 21 homers, no quel astão
reunidos representantes dos mais poderseos grupos
antiferministas do pals.
Ora, não sea por laso, Frau Mabry. De um modo
geraf, quando se institul um Grupo de Trabalho com
tria elementos, já á dificil produzir qualquar coisa.
Mas se o grupo é de 50 pessoas, ela pode fisar descensada que es "forças courtes" entifeministas" nada
poderão feser coníria a mulhar.
Para compensar esse estado de guerra fria pouco
animador, tenho noticia de que uma lai recentementa
aprovada paio Pertidos Federal faculta ao doniços
masoulino opias pelo sobrenome da espoes, dupeta
de casago, Por exemptica o casar-se con a senhoria

masculino optar pelo sobrenome da esposa, depois de casado, Por exemplo: ao casar-se cora a senhorita Kuntz, o Sr. Fritz Hinz, se preferir, poderá passar a assinur-se Fritz Kuntz Hins, ou Hins Kuntz, á escolha do fregués. Methor ainda: durante o primeiro ano em que nigorar a referida lai, os casais que se hajam casado antes da sua promutgação, também podem

que vigors e referida lei, os casals que se hajem casado arvies da sua prometigação, tempém podem aproveitar-se deta, fea antes disco não se fliverem discontació, é olaro).

Enquanto os movimientos feministas digiladiam-se da Alemanha, teista o l'Expresa que a ministra françoise Giroud teve a lidéia de um amplo inquérito sobre a "imagem de mufere nos livros escolares."

Com a inteligência sempre alente aos problemas atuale, terá penesdo a Secretaria de Estado: Não basta que, dia a dis, noves leis sejam asalmadas, pela entrancipação feminina fesida e figurou o, a fel da Abortió. E preciso limos mais além, viexculhando o funcio do corregão de franceses, para nelos encontrar a vergediris imagem de marker que timos ficos do infrancia. Mãos à obra, proceder-ae a um vasto iñose, por intermédio do instituto Nacional de Pesquita o Documentação Fedegógica, meis conhecido como o LN.H.D.P. Trabalhando em equipe com o professor Ouighard, a paisologa Renéa Mirot leu, sientamente, estenía e um finos didáticos, fichando quatora deles.

E os resultados não se fizeram esperar. Comptem exporar o catar de Françoise Giroud, o tipo de multer retatado nos livros escolares terpesenta um contraste gillante com a francese 75, lurando, dia a dia, ao lado do homem, consecientizada, politizada, participanto. Recultado de séculos de tradição, a

mulhar francess loomo toda a latina que se presa) aparcos quese exclusivamente como Mão. A Memão, stenta e devocada, sem vida própria, na sua visigente canssável do foção ao tanque, do tanque ao foção. Quando eta se ausenta — multas vezes ao Hospital, para ter novo bebà — è substitutida pela filha mais velha, jà no seu ensajo de futura mamile. A figura do

Psi confinus a ser a do senhor, o que sabe mais, o que gabe mais que mais que mais que que mais que que mais que ma que mais q tamili

llias. Não será fécil o trabalho de Françoise Giroud.

Não será fácil o trabalho de Françoise Biroud, que prétende der novo endeque à cituação de qua práticias. Se "Poma não de fez num dia", cerão necessárias mulhas gerações para acrescentar à mulhar o cou novo volor, no ecolecado. Não bosta arrancar uma página dos livios escolares. Opmo diz a cantiga de Carneval "isto não se aprende nas escolas". Ou, somente nas escolas.

Per outro lodo, será mesmo tão necessária, sostim, esta atransformação dirástica, passando a borracha em séculos de tradição? Segundo o que vimos observando aqui, em nosea terra, pode-se perfetemente atualizar a mailler, sem titar-lhe as settigas características, a sua "marca registrada" de mulha-mão que jonge de constrange-la, multo o envaldece, em qualquer camada acoisí, (Mas deixa paí la, não varios dar palgite na cera dos superdesemolvidos).

desenvolvidos). Não faz muitos dias, terminou na A.B.I. o Congresso com que se Nações Unidas celebraram — como um eco da Reunião no México — o Ano Inter-nacional da Mulher, no Braell. Durante uma semana, forest debatidos palpitantes problemas, com impoteram debatidos palpitantes profeirales, com impor-tantes depoimentos de conhecidos escritores, (ci-nalistes, sociólogos, psicólogos e palcanalistas, médicos, professoras e júrciales. Focalizaram-se ca-aspectos da Mulher no Trabalho, na Uteratura, de Educação, bam como a sua situação, frente so Circito da Parillia. E tudo isso discutido e comentado por mulheres e homens, na major harmonia. Sem ralyas nem ranger de denies, Como explicara Man Jun-queiris, do Centro de Informações de ONU, tratave-se de uma semana de "Requisa sobre o papel e o Com-portamento de Mulher Brestleira". Tendo assirado portamento da Mulher Beselleira". Tendo assimato-ponto como representante da própria A.S.I., posso-dar mes testemunho de que, durante todo o Congres-ao, as suas jovens organisadoras, em matéria de comportamiento, tiveram grau 10. Ninguém se ma-nifestou contra os Homens, rem esbasejos, rem amecçou as ruas do Río (potres mast) de tennul-tuosas passestes. Um Perminiamo participante, res-puitarse a respetado, Principalmente, ao que parcos, um Feminiamo, sem os perigosos defettos de quase todos os ismos.

Katherina Focks, Ministra da Juventude, Familia e Saúde, da Alemanha Ocidental.

Fonte: Acervo O Globo, 09 jul. 1975

De acordo com Céli Pinto (2003), no evento no Brasil, organizado por mulheres dos grupos do Rio de Janeiro com histórico de oposição ao regime, a capacidade organizativa do movimento se dava por meio das relações próprias da trajetória social e cultural de suas participantes, pertencentes à classe média intelectualizada com experiência internacional e rede de contatos que permitia iniciativas desse escalão. O nome do evento remete a uma seriedade analítica e deliberadamente não inclui a palavra "feminista" que, segundo uma das organizadoras, assustava as pessoas (PINTO, 2003). O evento contou com a presença não só de feministas ligadas à esquerda e a outros segmentos de mulheres organizadas/intelectuais, mas também contou com os nomes de muitos homens notáveis em sua programação.

Eram maneiras de se fazer perceber menos políticas e adotar uma postura mais próxima à neutralidade característica dos discursos científicos, já que o regime impunha medo e perseguia o conteúdo concebido como ideológico. Era também uma estratégia consciente de se legitimar por meio do estabelecimento de alianças amplas com figuras de autoridade e liderança colocando-se como pauta nacional, em diversos campos político-intelectuais, se blindando de ataques dos mais diversos setores. É neste aspecto que o transnacional aparece como fator importante na construção de um *status* epistêmico legítimo para os EMGF: o financiamento da ONU ajudava a imprimir esta imagem técnica e científica ao evento.

O evento é entendido como um marco de organização do movimento de mulheres, tendo surgido dele, por exemplo, a experiência do Centro da Mulher Brasileira (CMB), fundado no mesmo ano. O que se pode observar a partir do mote do evento e dos objetivos do CMB é sua inclinação analítica e científica na medida em que se buscava uma investigação legítima de questões pertinentes à mulher. O CMB tinha por objetivo o "estudo, a reflexão, pesquisa e análise" das questões da mulher, e a "criação de um departamento de ação comunitária para tratar concretamente e em nível local dos problemas da mulher" (PINTO, 2003, p.58).

Aqui já podemos notar nas escolhas de palavras como a questão da mulher é abordada pela via das pesquisas acadêmicas e dos métodos científicos, compatíveis com o conhecimento produzido pela universidade, voltado para a ação concreta em nível local. Fica claro também o cuidado das organizadoras em passar uma seriedade no tratamento do tema digna do mundo acadêmico. Estas são estratégias para garantir legitimidade em relação à área, tentando estender sua capacidade de aceitação e de construção de alianças, ao mesmo tempo que funcionam para evitar a atenção dos agentes da repressão.

A escolha de fundar o CMB, uma instituição com estatuto legal e público, de acordo com Pinto (2003), estava associada à preocupação de não dar margem a suspeitas de que poderia estar se organizando algo clandestino ou pouco aceitável. De maneira geral, segundo a autora, no CMB todas as mulheres se diziam feministas e contra o regime militar, mas de grosso modo se dividiam em dois polos: as que identificavam uma problemática específica das mulheres; e as que viam a questão da mulher sobredeterminada pela questão de classe. O ano de 1975 então é considerado um marco da reorganização dos movimentos feministas que se fortalecem nos anos seguintes.

Figura 3 – Matéria do Jornal O Globo, de 09 de março de 1980, sobre as feministas brasileiras

AS FEMINISTAS BRASILEIRAS

Mais numerosas hoje do que há cinco anos. E mais ruidosas, também

tém proliferado e recebido a cada dia novas adesões de brasileiras despiosas de compartilhar do sonho feminista

a principio, esses grupos tornaram-se pouco a pouco organizados, atuantes e ruidosos, promovendo congressos

e seminários de debates e estabelecendo programas para defender suas reivináicações. Eles estão longe, contudo, de formar uma unidade indissolável. São frequentes as divergências que tarnando se insuperáveis têm levado a asfacelamentos e ao

anarecimento de subgrupos dissidentes. Um dia depois de celebrado o Dia Internacional da Mulher, neste domingo em que se encerra em São Paulo

o II Congresso da Mulher Paulista, é oportuno passar em revista as linhas de ação e comportamento

is principais garemiações de feministas, nos centros em que elas se têm mostrado mais atinas



Rio

A mulher deve ser a dona do



São Paulo

Objetivo:

um movimento



Fonte: Acervo O Globo, 1980.

Um diagnóstico comum que o campo da esquerda fazia para justificar o apoio popular ao governo militar era a falta de uma tradição democrática no país. Neste caso, a interpretação era que o papel das camadas médias 'esclarecidas', organizadas em partidos políticos na clandestinidade, se concentrava em se aproximar de e conscientizar as camadas populares. Segundo Pedro (2006), a retomada do feminismo no Brasil sob a proteção da ONU foi encarada como uma oportunidade de realizar essa 'conscientização' das camadas populares, sendo o movimento feminista um passaporte para essa atuação. O campo da esquerda encontra uma entrada para a 'conscientização das classes populares' por meio das mulheres e neste bojo é que se constitui os movimentos de mulheres pela campanha da anistia dos presos e exilados políticos do governo militar, por direitos sociais e pela redemocratização.

Os grupos feministas tinham sua origem social nas camadas médias e altas intelectualizadas, mas sua visão e ação política objetivavam a transformação da sociedade brasileira como um todo. Sarti (2001) entende que este enfoque corroborou a articulação de suas pautas às demandas femininas mais amplas, tornando-as próprias do movimento geral das mulheres brasileiras. A palavra "feminista" tinha uma conotação extremamente pejorativa, fosse entre a direita, fosse entre a esquerda. Como coloca Sarti (2001), a direita via o feminismo como imoral e perigoso, e a esquerda via como reformismo burguês. Para ambos os lados, no entanto, entre mulheres e homens, o feminismo era essencialmente anti-feminino.

Corrêa (2001) salienta que as feministas recém-organizadas, apesar da homogeneização na representação da imprensa, eram tão atravessadas por dissensões políticas quanto quaisquer outros grupos. O que essa narrativa ligada aos partidos então clandestinos de esquerda não considera é a trajetória de feministas que não se situavam exatamente no campo da esquerda partidária, ou de feministas liberais.

No cenário das disputas da esquerda, as lealdades eram muito diversificadas, normalmente vinculadas à igreja, aos partidos, ou à universidade. Como afirmamos, o feminismo entra no debate no Brasil via mulheres com trajetórias sociais bem específicas, como profissionais com educação universitária, pertencendo a camadas sociais com experiência de vida cosmopolita. Sarti (2001) então nos chama atenção para a desigualdade de acesso aos recursos de ordem simbólica característicos do lugar em que desponta o pensamento feminista. A relação da mulher com o homem, o casamento e a maternidade, são experiências com fortes marcas culturais que variam não somente no espaço-tempo, mas também de acordo com a classe social das pessoas, o que propicia um vasto leque de experiências e perspectivas que leva a diversas possibilidades de identificação com as bandeiras feministas (SARTI, 2001).

Se, por um lado, a censura e a repressão do governo limitavam as discussões, por outro, as lutas de resistência também disputavam os terrenos apropriados de discussão. Nesse sentido, a esquerda marxista-ortodoxa também tinha suas pautas prioritárias e isto limitava o campo de atuação e crítica feminista. Os principais ataques ao movimento no Brasil eram relativos ao feminismo que se desenvolvia nos Estados Unidos, criticando a tradução de livros feministas que focalizassem temas como sexualidade, contracepção e aborto (SARTI, 2001).

Para Anette Goldberg (1991), o feminismo que se forjou no Brasil não poderia ter, como o da França, "um inimigo principal", que no feminismo internacional era o patriarcado. A luta, aqui, tinha de se fazer, ao mesmo tempo, contra a opressão capitalista e contra a opressão patriarcal. O que se queria era formar uma sociedade socialista feminista. E, justamente, para combater esses dois tipos de opressão, era preciso ter "dupla militância" (PEDRO, 2006, p. 268).

Pedro (2006) entende que a luta feminista no Brasil, no campo da esquerda e em plena ditadura militar, traçava um projeto muito diferente daquele que se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos, de onde vinham os livros, as ideias e as propostas²⁰. No argumento de Costa (1988), o feminismo "bem comportado" no Brasil desenvolveu algumas de suas características, pois nasceu em uma relação tensa com o aparato policial repressivo e em um regime autoritário, em um país marcado por problemas graves de desigualdade social e fome, o que conferiu ao movimento uma ênfase na reivindicação de direitos sociais.

O que se começava a fazer era tentar se organizar pelas lutas democráticas, construir uma frente ampla com muitos apoios e alianças de partido, igreja, sindicato, associação de bairro e assim por diante (COSTA,1988). A ideia então foi comemorar o Ano Internacional da Mulher unindo essas diferentes frentes para discutir a situação da mulher. Neste contexto, as atividades das mulheres pareciam respeitáveis e promissoras. Não à toa foram um dos mais importantes contingentes na luta pela anistia, sendo as primeiras a se organizar e colocar a cabeça para fora na vida política.

A luta das mulheres no Brasil teria se manifestado mais no campo dos movimentos sociais, demandando do Estado direitos sociais e bens coletivos. Exemplos desta expressão é a luta pelas creches públicas, pela anistia, por luz, asfalto e escolas. Todas são pautas que habitam o imaginário de "feminino" e sua relação com a reprodução e o trabalho de cuidado da família. Este tipo de reivindicação, mais próxima e em consonância com o que se entendia como o "universo" da mulher, dava grande legitimidade ao movimento e suas reivindicações, obtendo

²⁰ Para mais sobre as relações de trocas intelectuais e de influências entre feministas francesas e brasileiras, e sobre os grupos latino-americanos e de brasileiras em exílio na França, ver Schuck (2017).

sucesso em angariar apoio dos mais diversos grupos sociais. Estas pautas não abalavam o lugar mais tradicional das mulheres na vida privada, ainda que as colocasse em cena no jogo político, rompendo com o papel tradicional das mulheres nesta dimensão de sua vida. A estratégia consistia em se valer da sua experiência como mulher, mãe e esposa, como reprodutoras da vida política e social, para legitimar suas demandas junto ao Estado.

Esta é a característica que Sarti (2001) aponta como diferença fundamental entre o movimento de mulheres no Brasil comparado ao dos países europeus, e eu adicionaria ao dos Estados Unidos: a relação entre os movimentos sociais urbanos e o Estado. Com uma organização local e imerso no cotidiano dos moradores das periferias pobres, o movimento de mulheres dirige suas demandas ao Estado, chamando-lhe ao seu papel de promotor de bemestar social. Não à toa suas maiores reivindicações estão relacionadas à infraestrutura urbana básica, que como indica a autora, têm como parâmetro o mundo da reprodução – a família e suas condições de vida – que caracterizam a forma tradicional de identificação social da mulher (SARTI, 2001). Esta via não apenas se fazia necessária por ser uma demanda política urgente da sociedade, mas também eram pautas que podiam mobilizar amplas alianças de apoio à causa, entre Igreja Católica e diversos setores da esquerda.

Enquanto na Europa e nos Estados Unidos se buscava reduzir a tutela do Estado sobre a individualidade da mulher, a tônica brasileira era reivindicar junto ao Estado o acesso aos bens sociais. Existe, nesse contexto social e nessa conjuntura política, uma diferença brutal entre o que se é produzido por uma literatura de circulação global sobre as mulheres e o feminismo, e como as brasileiras a interpretam e o que produzem aqui. Como afirma Albertina de Oliveira Costa:

A questão da mulher é suficientemente ampla, suficientemente em evidência e suficientemente legítima para que os partidos de esquerda comecem a se interessar por ela. Começa a aparecer a oposição entre a luta pelos direitos da mulher e os desvios do feminismo, a conversa que vai durar anos entre femininas e feministas. Entre a boa e a má luta da mulher (COSTA, 1988, p. 68).

3.7 A narrativa de origem dos EMGF

A narrativa dos EMGF em relação à resistência à ditadura militar deixa bem claro sua oposição ao regime, o que contribui para várias de suas características. A primeira é uma vinculação política-intelectual com a esquerda de maneira geral e um apagamento de empreitadas feministas fora do espectro da esquerda. A influência marxista, o enfoque interclasse, a luta por direitos sociais e políticos e sua conformação como movimento social se

apresentam não como "desvios" terceiro-mundistas dos feminismos gestados no primeiro-mundo, mas como alternativas legítimas resultantes dos legados e de suas genealogias. Os desafios do contexto político também justificam a pouca visibilidade de algumas pautas consideradas tradicionais do feminismo, como o direito ao aborto, reforçando a necessidade de se construir alianças amplas com a esquerda, a igreja e as universidades para se opor ao regime. Previnem ainda as acusações comuns à época de que o feminismo seria um desvio burguês ou a importação de um pensamento estrangeiro.

Realçando a relação do feminismo e do movimento de mulheres com o movimento democrático de resistência, os EMGF chamam para si o protagonismo desta luta. Esse posicionamento ajuda a garantir a legitimidade de suas lutas políticas e revela a importância de se pesquisar academicamente as mulheres como sujeitos políticos, econômicos e sociais com causalidade na vida social. Dessa maneira, a questão da mulher é pensada como pauta nacional, para o desenvolvimento e a democratização da sociedade. Da mesma maneira, evocar o evento da ONU como marco histórico traz o transnacional para dentro do jogo, fazendo do prestígio das instituições transnacionais um importante trunfo na construção de sua legitimidade e *status* epistêmico.

O contexto, portanto, era favorável à discussão da condição feminina, ainda que, de maneira geral, as ditaduras latino-americanas promovessem a censura e a perseguição a seus opositores. O feminismo no Brasil, quando entendido em um sentido mais restrito²¹, foi gestado nas elites intelectuais, por mulheres que tiveram acesso à universidade, em vias de profissionalização e de certa maneira familiarizadas ao estilo de vida propiciado pela modernização excludente característica daquele período (SARTI, 2001). Com relação ao regime militar e à repressão por ele organizada, as narrativas mais tradicionais dos EMGF destacam algumas dualidades importantes.

Em primeiro lugar, em relação às mudanças econômicas mais gerais que vinham ocorrendo desde antes do regime, com a industrialização, a modernização e uma maior inserção das mulheres no mercado de trabalho e nas universidades. Estas mudanças foram marcadas pela desigualdade de classe e raça, dando maiores possibilidades a grupos privilegiados. Nesse sentido, as narrativas dos EMGF passam tanto pelas restrições políticas do regime militar quanto pelas alterações em relação aos papéis femininos. Isto muitas vezes aparece como uma

pedagogia, criatividade textual e acadêmica de feministas engajadas na produção de conhecimento. Aqui me refiro restritamente a este último nível.

²¹ Em "Feminism without borders", Chandra Mohanty olha o feminismo como operante em distintos níveis da vida social. O primeiro na vida cotidiana, constituindo nossas identidades e relações; o segundo nos movimentos coletivos, em grupos e redes com uma visão feminista de transformação social; e o terceiro no nível da teoria, pedagogia eristividade textual e condêmica de feministas engaisdas na produção de conhecimento. A qui ma refire

justificativa para o foco do movimento nas "questões gerais" e para a alcunha de "feminismo bem comportado" (COSTA, 1988; PINTO, 2014), com sua "falta de radicalidade" em relação a pautas feministas dos contextos europeu e estadunidense, como na questão da preponderância da luta de gênero sobre a luta de classes e na liberação sexual.

Trazer à tona a importância contextual do regime militar para o movimento feminista e para os EMGF não serve apenas como salvaguarda às comparações feitas entre o caso brasileiro com o feminismo nos EUA e na Europa, mediante a evocação de uma especificidade terceiromundista. O que essa narrativa traz consigo, a reboque ou conscientemente, é a alternativa terceiro-mundista dos projetos de emancipação a partir de uma experiência do capitalismo subdesenvolvido.

O movimento de mulheres, em parte pela influência marxista e o trabalho de base das militantes, adquiriu uma articulação com as camadas populares e suas organizações de bairro assumindo uma composição mais interclasses (SCHMINK, 1981). Segundo Sarti (2001), essa atuação conjunta é uma marca do movimento no Brasil e lhe imprimiu características próprias, principalmente pela delicada relação com a Igreja Católica, que, no já citado vazio político deixado pela ditadura, também se tornou um importante foco de oposição.

No argumento de Céli Pinto (1992), é via movimento social que a mulher se constrói enquanto sujeito no interior da sociedade civil brasileira. Segundo Susana Veleda da Silva (2000), na conjuntura conservadora de um regime militar, as mulheres passaram a atuar em um campo privilegiado de luta, a partir do mundo da intersubjetividade, do cotidiano, o que vai estabelecer uma nova relação entre subjetividade e cidadania.

Naquele momento, as organizações femininas de bairro ganhavam força, principalmente com a influência do trabalho pastoral realizado pela Teologia da Libertação. De acordo com Sarti (2001), isto teria colocado os grupos feministas politizados e a igreja em disputas pela hegemonia dentro dos grupos populares. Entretanto, como já sinalizamos, na superfície mantinha-se uma política de alianças entre o feminismo, outros setores da esquerda e setores da Igreja Católica contra o regime autoritário:

Desacordos sabidos eram evitados, pelo menos publicamente. O aborto, a sexualidade, o planejamento familiar e outras questões permaneceram no âmbito das discussões privadas, feitas em pequenos "grupos de reflexão", sem ressonância pública (SARTI, 2001, p. 38).

Nesse sentido, a hegemonia da igreja sobre os grupos populares, seguindo o argumento de Sonia E. Alvarez (1990), Maria Lygia Quartim de Moraes (1996) e Cynthia Sarti (2001), determinou os limites do conteúdo ideológico da luta das mulheres, promovendo a participação

das mulheres na vida comunitária por meio dos seus papéis familiares tradicionais. Esta articulação entre gênero e classe não só perpassa a história dos movimentos de mulheres no Brasil, mas também se manifestou nos EMGF a partir da influência marxista das pesquisadoras da área. Não é por coincidência que o tema "Mulheres no Trabalho" é um dos temas mais abundantes no primeiro momento de retomada do feminismo, especialmente na sociologia. Como afirma Sarti (2001) evocando Moraes (1996), entre a luta contra as condições objetivas de opressão social e a reflexão em torno das relações interpessoais, o feminismo brasileiro estava a todo tempo articulando sua base marxista com a questão da subjetividade, refletindo a influência da psicanálise na formação dessas pesquisadoras.

Vimos os antecedentes e o contexto que marcou e informou as preocupações das intelectuais que forjaram os EMGF no Brasil, principalmente em sua vinculação com outros atores políticos e no que diz respeito à construção de um objeto legítimo de pesquisa. Para tal, adotamos uma temporalidade alargada e uma lente macro, de maneira a fazer jus à multiplicidade de fatores que contribuíram para emergência do campo. No próximo capítulo, veremos como alguns eventos específicos foram definitivos para autorizar a produção de conhecimento acadêmico nos EMGF enquanto conhecimento legitimo e rigoroso.

4. OS EMGF NA ACADEMIA

G: É porque falando hoje parece tão simples, mas é uma coisa que teve que...
N: Teve que haver uma luta! (AGUIAR, 2020b)

Então você tinha assim, como se a gente tivesse dado um soco na sociedade assim ó, "estamos aqui. Olhem para nós". (AGUIAR, 2020b)

Volta à Carlos Chagas após longos anos.

Pedaço de mim, pedaço de vida, grandes momentos revisitados.

Revendo meu nascimento profissional: colegas, amigas – na verdade, irmãs.

Também meu desabrochar na cidadania: companheiras (BARROSO, 2012)

No capítulo anterior vimos alguns fatores dos âmbitos econômico, social, político, intelectual, educacional e transnacional contribuíram para um contexto de emergência dos EMGF no Brasil. Este contexto coloca algumas tendências para seu desenvolvimento, como sua concentração na pesquisa, a construção de uma narrativa do campo ligada às lutas democráticas da esquerda e uma estratégia específica para a construção de legitimidade. Essa estratégia é se colocar como questão central para o desenvolvimento da sociedade brasileira por meio da pesquisa orientada para a intervenção social.

No entanto, não bastam contextos e tendências gerais para que um fenômeno se manifeste. É preciso que este fenômeno seja produzido por pessoas que souberam ler o contexto e fazer uso das oportunidades disponíveis. As escolhas individuais nunca são feitas no vácuo, as pessoas são influenciadas pelas oportunidades apresentadas a elas e pelos padrões culturais dominantes daqueles com quem elas interagem. Este capítulo tem por objetivo um olhar mais detido para alguns eventos inaugurais dos EMGF no Brasil de maneira a ressaltar o incansável trabalho das mulheres direcionado a erigir um campo de estudos. Assim destacamos as motivações e o trabalho por elas empreendido em suas tentativas organizar os EMGF, criando assim não só uma rede de intelectuais e espaços institucionais, mas também um léxico compartilhado de problemáticas e referências.

No processo de institucionalização, as primeiras produções acadêmicas voltadas para a questão da mulher emergem no final dos anos 1960 e início dos 1970. Essas iniciativas, ainda que relativamente isoladas, inauguram na academia discussões que já ocorriam em outros espaços, principalmente de militância. Vimos que Heleieth Saffiot, Eva Blay e Neuma Aguiar são figuras importantes. Os EMGF despontam no espaço acadêmico brasileiro a partir dos anos 1970, preferencialmente nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, uma tendência também

identificada na experiência dos países centrais (COSTA, BARROSO, SARTI, 1985). A série "Bibliografias Anotadas/Mulher Brasileira", volumes 1 e 2, (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 1979, 1981) contabiliza apenas 2 mestrados, 2 doutorados e uma livre docência na área no período anterior a década de 1970. Segundo a mesma publicação e o estudo realizado por Costa, Barroso e Sarti (1985), há expressiva expansão desde então: são 17 mestrados e 8 doutoramentos entre 1970 e 1974; de 1975 à 1979, 54 mestrados e 5 doutoramentos e, por fim, 61 de mestrados e 20 doutoramentos de 1980 ao primeiro semestre de 1984. No entanto, como nos alertam as autoras, os dados devem ser matizados também pela concomitante expansão da pós-graduação e da institucionalização das Ciências Sociais no Brasil.

A área dos EMGF nos anos 1970 foi interpretada pelas especialistas da época como um limbo (ver COSTA, BARROSO, SARTI, 1985), onde as pesquisadoras viviam entre provar a cientificidade de suas atividades para a comunidade acadêmica e as agências de financiamento e provar a suas colegas feministas seu empenho na causa coletiva e não na construção de sua carreira pessoal profissional. Eram feministas aos olhos da academia e acadêmicas aos olhos das feministas, trabalhando em uma zona fronteiriça de tensão e ambiguidade (COSTA, BARROSO, SARTI, 1985). Vamos observar que esta tensão entre "pesquisadoras" e "militantes" também aparece em outros depoimentos e análises da área.

Como adiantamos no capítulo anterior, essa divisão entre acadêmicas e militantes não se traduz em uma oposição entre ciência e política, afinal era disputa entre acadêmicas, portanto no campo de disputas do científico. A questão, como indiquei, refere-se mais às concepções do que constitui e qual o papel do conhecimento científico. Até meados dos anos 1980 perdura um entendimento de pesquisa cientifica voltada para a intervenção social. Um primeiro momento, marcado pela escassez e dispersão de dados e trabalhos no tema (um limbo, para Costa, Barroso, Sarti, 1985) leva a um movimento de encontrar a mulher e seu papel da sociedade por meio da pesquisa científica. O limbo característico dos anos 1970, para Costa (1994), é permeado de trabalhos mais adequados às óticas tradicionais das disciplinas e com limitada ressonância.

Para esta fase é necessário recuperar e colocar no centro das pesquisas as experiências das mulheres, e a mulher enquanto questão. Heilborn e Sorj (1999) também localizam os anos 1970 como o momento dos estudos da mulher, que visavam preencher lacunas do conhecimento científico e ressaltar/denunciar sua condição de exploração/subordinação/opressão. Neste movimento, as pesquisadoras ligadas às Ciências Sociais concentravam a discussão da mulher em temas de maior legitimidade no campo, como trabalho, população e desenvolvimento (COSTA, 1994). Assim que a estratégia por elas empreendida passava por incluir a perspectiva

da mulher usando-se dos paradigmas predominantes das Ciências Sociais como a teoria da dependência, o marxismo latino-americano ou as teorias de modernização.

A pesquisa empreendida por essas acadêmicas dedicava-se a olhar o que não era antes visto e por isso precisava de novos instrumentos e novas maneiras de pensar os conceitos, parâmetros e os métodos clássicos de suas disciplinas. Para tal foi necessário observar e descrever a experiência das mulheres de maneira a explorar a natureza e extensão de sua condição subordinada, perguntando-se como, por quais mecanismos e porque, mulheres continuam a ocupar essa posição. No momento inaugural dos EMGF no Brasil, as acadêmicas primeiro reúnem estatísticas e focam nas experiências das mulheres para pensar os conceitos. Essa descrição leva à identificação de um problema, que antes não era visto pois era justamente considerado natural, uma inadequação, algo que a produção cientifica não havia detectado e algo a partir do qual as acadêmicas pudessem contribuir para o alargamento, adaptação ou alteração dos conceitos e métodos classicamente empregados nos estudos das sociedades. Revelam dinâmicas e padrões de dominância/exploração antes não vistos. Isso contribui para que se altere o entendimento cultural sobre o fenômeno identificado.

Os resultados desse tipo de pesquisa servem ainda para mobilizar instâncias políticas, sociais e legislativas para atuar em relação àquela demanda. Com a arena política restrita, a academia torna-se um lugar onde é possível desenvolver pesquisas comprometidas a mudanças na sociedade. Esse tipo de pesquisa é fundamental para embasar cientificamente o argumento de que a desigualdade entre homens e mulheres não é um dado decorrente de disposições biológicas, mas sociais. Assim, poderiam ser propostas soluções para reduzir a desigualdade nesta porção da população economicamente ativa.

A participação da mulher na sociedade produtiva também funcionava como uma espécie de indicador de modernidade em termos globais. Os países considerados "mais avançados" normalmente tinham menores índices de desigualdade entre homens e mulheres, o que implicitamente se relacionava à ideia de que a inserção das mulheres no mercado de trabalho impulsionava o desenvolvimento, ou vice-versa. Essa relação pode ser usada tanto pelos governos nacionais como afirmação de sua modernidade e progressismo, quanto pelos movimentos sociais e acadêmicos para demandar ações do Estado.

A criação da pós-graduação de orientação técnica voltada para o desenvolvimento nacional durante o governo militar, em situação de restrita possibilidade de participação política, torna a pesquisa acadêmica um dos caminhos viáveis para a intervenção social. Os EMGF, ao colarem sua problemática às questões do trabalho, do desenvolvimento, dos direitos sociais e mais tarde, da democracia, enfrentaram a demanda que estava no centro do debate

político, científico e intelectual. Os EMGF se ergueram como um dos candidatos que disputavam o significado da modernização e da redemocratização brasileira, a partir de uma combinação de enunciados descritivos e prescritivos, oferecendo novas chaves interpretativas, investidos de uma reclamada autoridade científica, produzindo uma série de recomendações práticas. Parte do processo de legitimação dos EMGF se deu pela sua capacidade de endereçar os temas centrais do contexto político, econômico, social, cultural e por propor uma série de soluções para saná-los.

O processo de constituição da mulher enquanto objeto teórico das Ciências Sociais ocorre justamente neste processo de transformação social da sociedade brasileira, que permitiu a emergência de um movimento feminista e originou tamém um vasto espectro de inquietações e demandas, tendo as mulheres aparecido de maneira mais central nas disputas políticas, sendo contingente importante nos movimentos de resistencia à ditadura e nas campanhas pela anistia e pelas eleições diretas. Esse estado de perplexidade foi rapidamente captado pelos meios de comunicação de massa, que alardeavam ao mesmo tempo que buscam explicá-lo (COSTA, BARROSO, SARTI, 1985).

Apesar dos questionamentos possam ser feitos à imagem que se veiculava do feminismo e da mulher, o considerável espaço e tempo concedidos à questão contribuiu decisivamente para sua visibilidade e credibilidade, sendo parte do seu prestígio decorrendo, não do reconhecimento dos seus pares academicos, mas da sociedade civil, pela sua atuação como movimento social ou como especialistas consultadas pela mídia. Esta procurava responder à curisidade do público por este novo objeto, pelas mulheres organizadas e acabou se tornando essencial para inseri-las ainda mais no centro dos debates nacionais. Depois de 1975 esse interesse também se viu refletido em editoras, que investiram em diversas publicações na área, ajudando a consolidar o campo e suas principais produtoras de conhecimento. Os EMGF encontraram uma importante fonte de legitimação indireta, fazendo apelos para as especialistas, conhecidas como "mulherólogas". A circulação dessas intelectuais na academia, na administração pública, e mais tarde em ONGs e na representação política tem sido apontada como uma das razões de seu sucesso (COSTA, 1994.)

As tensões e disputas que aparecem internas aos EMGF não podem ser divididas simplesmente entre militantes e acadêmicas, elas dizem respeito a visões do campo prevalecentes em cada período. Uma visão do campo está profundamente articulada a determinada definição do seu domínio temático, das suas tarefas e dos seus métodos. A própria concepção sobre campo e seu papel histórico se tornam persuasivas ou não, somente em relação com fatores internos e externos e de ordem intelectual, econômica, político, institucional e

social. Estes, por sua vez, que criaram as condições favoráveis para instalação deste empreendimento, que depende de contextos locais, regionais e internacionais.

Na base das tensões entre militantes e acadêmicas estão as diferentes concepções do papel do conhecimento científico. Enquanto algumas reclamavam a necessidade de uma autonomia relativa da pesquisa científica em relação às prioridades da militância, outras achavam inconcebível a atividade de pesquisa apartada do engajamento militante. Por isso insisto que não se trata de uma oposição clássica entre o fazer político e o fazer científico, uma vez que grande parte das pesquisadoras eram militantes, mas a própria concepção de como se faz e para que serve o conhecimento científico. Esta também não era uma discussão sobre a neutralidade ou objetividade das ciências sociais, as acadêmicas dos EMGF não seriam tão ingênuas. A querela estava na diferenciação (ou não) entre as necessidades do saber científico e as demandas da prática política.

Segundo Costa, Barroso e Sarti (1985), no final dos 1970 reclamava-se das pesquisadoras o engajamento político com a questão feminista, que os estudos não fossem um fim em si, mas que se constituíssem como um meio de denúncia das desigualdades entre os sexos. As prioridades temáticas nos EMGF seguiam as necessidades da militância, de maneira que o movimento social direcionava as linhas de pesquisa consideradas apropriadas (COSTA, 1994). Um campo intelectual voltado às prioridades do movimento social certamente também adquire uma ênfase prática no conhecimento tido como útil, assimilável ou utilizável pelos atores políticos.

É a partir dessa associação entre o movimento feminista/de mulheres e os paradigmas dominantes da academia que Costa (1994) localiza o interesse das acadêmicas brasileira em estudar as mulheres pela lente de classe, as mulheres pobres, as mulheres trabalhadoras. Esta característica que irá imprimir a "vocação para intervenção social" e a "conotação missionária" (COSTA, 1994, p. 403) características do campo em seus primórdios. Assim, ocorria que as preocupações mais voltadas para as políticas públicas e as questões do desenvolvimento coincidiram com as preocupações daquelas que faziam o estudo e a reflexão do campo.

Daí decorre que o trabalho tenha sido o tema predominante até o fim dos anos 70, já que, dada a influência marxista, havia uma tendência do movimento feminista em privilegiar a mulher trabalhadora como alvo de sua ação, onde o trabalho funcionaria como instrumento de emancipação. Por outro lado, o trabalho, sendo um dos temas centrais e mais prestigiados da sociologia naquele momento, era um campo legítimo de produção científica que permitia que se introduzisse a discussão sobre desigualdade entre os sexos a partir da discussão/pesquisa do trabalho feminino. Os EMGF se inseriram então na temática central do contexto intelectual e

político daquele momento ao invés de ter feito uma opção por seguir o caminho marginal. Essa é uma estratégia fundamental para adquirir legitimidade, uma vez que costura o novo objeto de estudos (a mulher) à questão nevrálgica nacional.

No capítulo 3, buscamos compreender o passado em seus próprios termos, ou seja, compreender o fenômeno nos termos do sistema de ação e pensamento do qual é parte. O que é considerado relevante no contexto são fenômenos com potencial explicativo da nossa questão. O que é determinante não é algo dado, mas sim selecionado mediante abstração e construído como uma função da explicação. Tentar compreender as intenções do autor nos oferece uma chave para compreender a formação e trajetória dos textos dos autores que decidimos abordar, com o cuidado para não cair e uma interpretação de caráter teleológico.

A intensa mobilização feminista da década de 70 colocou a questão da mulher no centro do debate nacional, e foi a fonte inicial de legitimação acadêmica (COSTA, BRUCHINI, 1991). Nos anos 1980, aumenta de forma vertiginosa a produção dos EMGF concentrando grande poder de atração, e impacto no mundo acadêmico brasileiro. As temáticas diversificam e é a partir deste momento que se destacam as pesquisas sobre a heterogeneidade das experiências, com os trabalhos pensando o caráter relacional entre os sexos, construído socialmente a partir de relações de poder, que fomentam hierarquias e conduzem à desigualdade social (SILVA, 2000).

Igualmente importante no processo de institucionalização do campo dos Estudos de Gênero, já nos anos 1980, é a criação dos primeiros núcleos de pesquisa científica voltados para o tema no país. Aí se incluem o NEDIM (Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher), ligado ao Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Federal do Ceará; o NEM (Núcleo de Estudos sobre a Mulher), ligado ao Departamento de Sociologia e Política da Pontifica Universidade Católica do Rio de Janeiro; o NEIRSG (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Relações Sociais de Gênero), da Pontifica Universidade Católica de São Paulo; o Núcleo de Estudos sobre a Mulher na Universidade da Paraíba; o NEIM (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher), ligado ao mestrado em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia; o Núcleo Mulher (Núcleo interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher), junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande Sul; e o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da Universidade Federal de Minas Gerais (COSTA, BAROSSO, SARTI, 1985). Os núcleos de estudo e os grupos de trabalho das associações profissionais se tornam os pontos de contato entre as redes informais de pesquisadoras. Seria interessante observar em trabalhos futuros os núcleos de estudos formados nos anos 1980,

atentando principalmente para aqueles situados fora do eixo Rio-São Paulo, com objetivo de descentralizar a concentrada narrativa dos EMGF.

Quando observamos um fenômeno com lentes macro, buscando como contextos mais amplos de diferentes esferas sociais influenciam um grupo e determinadas ideias, destacamos os pontos de sincronia e por vezes criamos uma lógica onde tudo parece levar àquele fenômeno. A realidade é, no entanto, muito mais contingente do que uma leitura histórica ampliada leva a crer. Para evitar esse efeito teleológico escolho remontar os eventos que marcaram os primórdios dos EMGF de maneira a ressaltar o trabalho feito por essas acadêmicas e o que elas acreditaram estar fazendo. O que fizeram essas mulheres para que, em uma década, trabalhos individuais e dispersos se tornassem um campo de estudos legitimado e em franca expansão? Ressalto tanto como formularam e colocaram a questão da mulher, de maneira a capturar o contexto a seu favor, quanto as redes intelectuais que formaram e que serviram de base para as primeiras organizações formais dos EMGF no Brasil. Vejamos como este primeiro momento da institucionalização dos EMGF no Brasil foi construído.

4.1 Marcadores

Nesta última sessão analisarei as narrativas sobre os marcos iniciais dos EMGF no Brasil, pensando também o papel dos institutos de pesquisa, das redes intelectuais e editoriais, como espaços de produção e legitimação das pesquisas na área. Será salientada a presença de pesquisadoras dedicadas à temática no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ) e Fundação Carlos Chagas (FCC), como espaços privilegiado de produção neste campo, que abrigaram empreitadas que se tornaram marcos dos EMGF.

Em "Os estudos da mulher no Brasil ou a estratégia da corda bamba", Albertina Costa (1994) ressalta como os ataques do regime repressivo às universidades resultou na criação de centros de pesquisa privados e independentes, que logravam apoio das agências internacionais, passando então a constituir um polo dinâmico de inovação das Ciências Sociais. Estes novos espaços eram dedicados primordialmente à pesquisa e, privados, eram menos suscetíveis as intervenções do autoritarismo militar, menos presos às correntes dominantes nas universidades e, portanto, mais abertos a experimentações. Assim, acolheram com menos dificuldade o emergente interesse pelo tema mulher. É neste sentido que a Fundação Carlos Chagas e o IUPERJ despontam como lugares onde os EMGF floresceram. Ambos conseguiram reunir em torno de seu nome grande reputação e prestígio acadêmico, o que os colocava como instituições legítimas na produção do conhecimento, contribuindo para os EMGF fossem considerados

igualmente legítimos. Nesse sentido, a posição que algumas intelectuais ocupavam nesses institutos quando começaram a se dedicar ao tema dos EMGF é de fundamental importância para seu sucesso, uma vez que podiam mobilizar seu prestígio individual como pesquisadoras e o prestígio institucional de maneira a legitimar este novo campo do saber. Isto, é claro, somada à melhor capacidade de angariar investimento financeiro e tecer redes intelectuais.

Junto à discussão propriamente dita da produção e das redes de pesquisadoras construídas na Fundação Carlos Chagas, vamos olhar o papel da Fundação Ford, por meio do programa de dotação de bolsas para pesquisa, como promotora financeira desta temática no país. A partir deste mote, pretendo pensar a segunda Fundação como decisiva para a legitimação dos projetos de pesquisa e seus resultados científicos, principalmente devido ao prestígio das agências de financiamento estrangeiro junto ao ambiente acadêmico nacional.

As redes intelectuais tecidas por essas acadêmicas são fundamentais para entendermos como o processo de construção e legitimação de um campo são feitos, não só nos marcos oficiais de institucionalização – como a criação de uma revista, ou de um grupo de trabalho, em associações profissionais – mas também no dia a dia, nos afetos, nas relações profissionais, nas disputas e nas alianças que as acadêmicas traçam entre si.

Se estamos preocupados com o processo de institucionalização do EMGF somos obrigados a pensar momentos que os marcam, como discutimos no segundo capítulo. Normalmente os anos 1990 representam o marco da institucionalização, por conta da criação de revistas e dos congressos de área. Mas, como nossa preocupação não é só com a institucionalização do campo, mas também com as estratégias e narrativas que o campo construiu para si, é preciso, como temos feito, olhar um pouco antes destes eventos. Eu selecionei alguns momentos representantes. Se, como vimos, os grupos de reflexão e os encontros de 1975 são marcadores do movimento de mulheres/feminista que já teciam fortes relações com a academia e com a intelectualidade, mas que se misturavam com outras atividades (políticas, sociais e privadas), quais seriam os marcadores dos EMGF como campo acadêmico propriamente dito? Qual o momento em que trabalhos sobre um assunto comum constituem um campo de estudos acadêmico?

Albertina Costa em 2004, analisando a primeira fase da *Revista Estudos Feministas*, conta do encontro em São Roque (São Paulo) em 1990 promovido pela FCC. O seminário *Estudos sobre a Mulher no Brasil: avaliação e perspectivas*, visava um balanço crítico do estado da produção científica brasileira sobre as temáticas mulher e gênero, publicadas no livro *Uma questão de gênero* (1992). O diagnóstico era que o campo estava em trajetória ascendente,

com nítida visibilidade do tema e inquestionável legitimidade, quando contrastado pela opacidade e suspeita legitimidade dos anos 1970 (COSTA, 2004).

Costa (1994 e 2004) destaca alguns eventos que contribuíram para dar legitimidade ao tema, como o seminário *A mulher na força de trabalho*, e, aquele que teria gerado frutos ainda mais longevos que modelaram o campo de EMGF no país, o apoio obtido pela FCC para implementação de um programa abrangente sobre mulher, educação e trabalho, no qual constava o *Concurso de dotações para pesquisa sobre a mulher*. O texto de Costa, Barroso e Sarti (1985) também seleciona esses eventos como definidores para o campo.

Vamos ver como, na construção desses eventos, as acadêmicas envolvidas empenharam narrativas de legitimação dos EMGF, principalmente enquanto pesquisa científica qualificada voltada à intervenção social em questões de relevância nacional.

4.2 O Programa de Pesquisas sobre o Trabalho e Educação da Mulher da Fundação Carlos Chagas e a Bibliografia anotada da Mulher Brasileira

A Fundação Ford e a ONU estimularam, principalmente a partir de dotações financeiras, a possibilidade de um aprofundamento deste campo de estudos. Ao protagonizarem o financiamento desta área de estudos, seja na pesquisa ou na realização de eventos, colaboraram para o aumento da produção intelectual na área e para sua legitimação na vida acadêmica. É o caso de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, que, em setembro de 1975, elaboraram um *Programa de pesquisas sobre o trabalho e educação da Mulher*.

Segundo Costa (2004), o projeto apresentado à Fundação Ford incluía o lançamento de uma publicação em formato alternativo de divulgação, o jornal *Mulherio*. Sediado na Fundação Carlos Chagas de 1981 a 1983, coordenado por Fúlvia Rosenberg e com edição de Adélia Borges, o *Mulherio* teve 15 números publicados. Ainda nos anos do governo militar houve um *boom* de um tipo de imprensa denominada democrática ou alternativa. Eram jornais em formato tablóide, de tiragem irregular e circulação restrita, vendidos em bancas, ou pelas mãos da militância. Essa imprensa, majoritariamente de esquerda (como o *Pasquim*), se caracterizava pela oposição ao regime militar, por sua produção artesanal e por sua comercialização intimista pela venda por militantes em movimentos populares, em eventos ou nas próprias organizações.

Maria Moraes fazia parte de um deles e conta:

E aí eu entrei também no Jornal "O Movimento". Depois saímos, uma tropa grande, para formar o "Em tempo". O "Em tempo" já pegou a época da Anistia e não era mais o meu perfil. Eu tinha uma dupla militância. Quando eu voltei para o Brasil, já tinha um grupo se reunindo para pensar um jornal. [...] o Movimento vivia sobre censura,

era tudo censurado, era uma merda [sic.]. Até hoje eu tenho uns artigos todos riscados, [...] aí o Bernardo falou pra gente driblar a censura e fazer uma matéria só sobre mulher e trabalho. Mas ficou uma coisa de uma força, mas foi tudo censurado (risos). Deu ruim [sic.]! E aí o que aconteceu... E vários, são estudantes de núcleos de esquerda nos chamavam pra gente falar sobre as matérias. Então virei uma espécie, eu, às vezes eu ia falar com o Raimundo, às vezes sozinha, eu era a feminista que falava, que explicava a matéria, o que tinha acontecido, o que era e tal (MORAES, 2020).

Com o desacelerar da censura e maior abertura política, a imprensa alternativa ampliouse e várias iniciativas de jornais de mulheres e feministas começaram a aparecer (ver LEITE, 2004). O *Brasil Mulher*, o *Nós Mulheres* e o *Mulherio* são simbólicos desse momento. Para Leite, (2004) o surgimento desses jornais e as ideias que eles circulavam respondem ao contexto histórico do país e ao movimento feminista nacional, aventurando-se em uma nova forma de comunicação e linguagem para a difusão de reivindicações e propostas diretamente relacionadas com a condição das mulheres. Sobre a nascente imprensa feminista Maria Moraes conta:

E aí coincidiu também, eu me lembro muito bem, [...] ia ter o lançamento da sucursal do Movimento na Bahia e aí eles me mandaram. Aí na Bahia tinha uma figuraça que era Zahidé Machado, uma senhora, que tinha feito um trabalho muito interessante sobre as meninas que trabalhavam e tal. E uma coisa que eu nunca tinha pensando, foi só quando eu li os trabalhos dela que eu me dei conta de ela mostrava como, de alguma maneira, que havia um monopólio das mulheres na cozinha e era ali que elas exerciam seu poder. [...] Então fui à Bahia, houve uma conferência e havia uma solidariedade com o pessoal que trabalhava na Anistia, ainda eram familiares de desaparecidos, uma coisa ainda muito [...] incipiente e [...] muito corajosa[...]. Mas eu participava também do Movimento. Eu era editora, era uma editora de Economia, era o Guido Mantega, o Rui Falcão, nosso chefe era o Bernardo Kucinski, e eu. Só nós quatro. Então com essa atividade, eu sempre dava um jeito de fazer alguma coisa de feminismo também, eu ia pro Rio e depois. Bom... Mas em 75 o importante foi que essa Igreja Católica que é um asco, mas, nós tínhamos o Dom Paulo, aquilo foi um... Dom Paulo foi um... e não dá pra dizer o que o Paulo era... seremos eternamente gratas a ele. E o Dom Paulo estimulava a ação! (MORAES, 2020).

Fica evidente neste relato a relação entre a academia e os movimentos intelectuais em geral, sua atuação na política e na imprensa, oficial ou alternativa, vinculada a partidos e com alianças com correntes e militantes da Igreja Católica, articulados em redes nacionais de circulação. A narrativa dos EMGF no Brasil borra as divisões entre atuação política e atuação acadêmica, sem desvincular-se de um compromisso com a pesquisa científica. Maria Moraes participou ativamente no *Nós Mulheres*, um jornal feminista da época, distinto do *Mulherio*, que tinha uma dinâmica diferente da tradicional imprensa alternativa, pois era financiado pela Carlos Chagas via Fundação Ford:

Que era constituído por estudantes, pela Raquel Moreira, que era uma militante da periferia. Tinha gente que fazia trabalho de base e era meio ligada à Igreja e tal. Era um pessoal bem jovem, na verdade. Eu sempre fui a mais velha (risos). E a tropa que

chegava na Europa, desse grupo "Debate", havia pelo menos umas quatro, o "Nós, Mulheres" depois virou quase que uma coisa de família. Minhas primas foram trabalhar lá, uma amiga da minha amiga... era o mesmo grupo de afinidades. [...]O "Nós, Mulheres" vivia aos trancos e barrancos, você tirava um número daqui pra poder pôr lá (MORAES, 2020).

As relações familiares, pessoais e de afinidade têm fundamental importância na emergência de um campo, pois são as redes mais facilmente mobilizadas uma vez que não precisam de compensações financeiras ou relacionadas a prestígio acadêmico. Perguntei se ela tinha atuado no *Mulherio*, jornal da Carlos Chagas:

E tinha outra tropa, com a Fúlvia que eu tinha conhecido na Europa. E elas tinham um grupo de mulheres dentro da Fundação Carlos Chagas, comandada pela Carmen Barroso. A Fúlvia trabalha a questão do preconceito na educação, Maria Malta trabalhou e continua trabalhando com a questão de creches. Mais tarde entrou a Cristina Bruschini, com a questão do trabalho. Aí em 78, bem, eu escrevia muito sobre a questão da mulher e a Carmen Barroso usou meus artigos, porque eu fiz um artigo pra dizer quanto é que valia o trabalho doméstico, pra saber quanto valeria um salário de uma dona de casa. Aí ela usou isso pra CPI das mulheres. Porque, por conta do Ano Internacional da Mulher, teve a CPI das Mulheres, certo? (MORAES, 2020).

Neste trecho Moraes menciona os principais nomes das intelectuais vinculadas à FCC que, em grande medida, foram as responsáveis por construir as primeiras bases institucionais para o desenvolvimento dos EMGF. Fúlvia Rosenberg, Maria Malta, Cristina Bruschini e Carmen Barroso são as principais cabeças que tocaram as iniciativas voltadas à criação dos EMGF na FCC e formaram o primeiro caldo de onde o campo pôde brotar no Brasil. Moraes também menciona a CPI das Mulheres, um ótimo exemplo dessa característica de pesquisa voltada à de intervenção social dos EMGF na FCC. Maria Malta Campos retoma este episódio em sua homenagem a Fúlvia Rosenberg:

Um fato marcante para o início de uma colaboração mais próxima entre mim e Fúlvia foi a participação da equipe da FCC na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Mulher, no Congresso Nacional, em pleno governo militar. Depois de muita discussão, resolvemos aceitar o convite do senador Nelson Carneiro: Carmem falaria sobre a área do trabalho; Fúlvia, sobre literatura infantil; Guiomar, sobre educação; e "você, Maria, vai falar sobre creche". Eu tinha trabalhado em pesquisas sobre crianças de pré-escola, na equipe de Ana Maria Poppovic, e, mesmo sem saber nada sobre creches, tive de pôr mãos à obra e preparar meu depoimento (CAMPOS, 2014).

Fúlvia também relembra o episódio, extremamente simbólico, de como as acadêmicas atuaram como representantes dos interesses das mulheres e a dúvida quanto ao lugar de onde deveriam falar, como militantes ou como pesquisadoras:

Em 1976, o Nelson Carneiro estava louco para fazer passar a lei do divórcio. Mil novecentos e setenta e cinco tinha sido o Ano Internacional da Mulher; em 1976, ele faz então... Abre esta CPI3 da Mulher, vulgarmente chamada assim, que era uma Comissão Parlamentar Mista sobre a condição da mulher brasileira. E quem é que vai abrir esta CPI? O grupo de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas. É muito interessante o cotidiano, as coisas que aconteceram. Por exemplo, íamos de calça comprida ou íamos de vestido? Íamos de aliança ou sem aliança? Éramos todas casadas. Acho que ainda não tinha nenhuma divorciada. Como que seríamos abordadas? Íamos com identidade de pesquisadoras ou íamos com a identidade de feministas militantes? Então, resolvemos: o padrão mais tradicional possível. Acho que só teve uma pessoa que foi de terminho, muito elegante, mas a maioria, de saia, sem aliança, que foi uma negociação — depois botamos a aliança, na volta... (ROSENBERG, 2019).

Na homenagem póstuma a Rosenberg, Carmen Barroso rememora a ocasião em versos e nos deixa transparecer como esses momentos de organização e ação dos EMGF não são apenas o que nos parecem hoje, marcos institucionais. Eles foram vividos com grande emoção por estas acadêmicas e isso foi fundamental para que criassem laços mais significativos do que o mero coleguismo de profissão e tema.

A ida a Brasília para inaugurar a CPI da mulher,

O deslumbramento de encontrar Nelson Carneiro nos esperando no aeroporto,

O quarto compartido no Hotel Nacional, onde dividimos ansiedades e esperanças.

A enorme responsabilidade enfrentada com competência e segurança (BARROSO, 2014).

O *Programa de pesquisas sobre o trabalho e educação da Mulher* lançado pela Carlos Chagas, além do jornal *Mulherio*, incluía ainda um concurso de dotações para pesquisas sobre a mulher, tendo sido uma das principais fontes da qual irrigaria dinheiro e legitimidade para os EMGF no Brasil. Segundo Heilborn e Sorj (1999), o Brasil atendia ao perfil procurado pela Fundação Ford, qual seja, o da articulação do trabalho acadêmico especializado com intervenção social por meio de políticas públicas para sanar desigualdades sociais. Para as autoras, isso é indissociável da percepção do papel crucial das mulheres no processo de modernização das sociedades latino-americanas. Inclusive com interesse em estudos sobre controle populacional, que tiveram grande apelo na década de setenta, tendo orientado as políticas de investimento de agências internacionais, como a própria Fundação Ford (Heilborn e Sorj, 1999). O feminismo na América Latina poderia ser um potencial aliado para construção de modelos de feminilidade que deslocassem a maternidade como referencial ideal das mulheres.

Segundo as autoras, nos anos 1970 o Brasil já tinha pesquisas e pesquisadoras voltadas para o estudo de mulheres o que tornou-o atrativo aos olhos da Fundação Ford:

A Fundação Carlos Chagas, CEBRAP, IUPERJ e USP abrigam muitos destes pesquisadores, alguns tratando especificamente da temática, outros inserindo-a no contexto de pesquisas mais amplas. Dentre as diferentes possibilidades de investimento na época, a Fundação Carlos Chagas parecia oferecer as melhores condições de aproveitamento dos recursos da Fundação Ford. Além da destacada reputação e boa infraestrutura organizacional e de comunicação, era a instituição mais bem informada sobre as pesquisas que estavam sendo realizadas no país nesta área temática. Ademais, em consonância com as novas orientações da Fundação Ford – de substituir o apoio ao desenvolvimento institucional pelo fomento direto à pesquisa, à formação de redes e comunicação entre pesquisadores –, a Fundação Carlos Chagas, através do programa de dotação de bolsas para pesquisa, entrou para o seleto círculo dos maiores beneficiários das dotações desta agência (HEILBORN, SORJ, 1999, p. 6).

Aqui, é interessante apontar a continuidade da importância da Fundação Ford para a pesquisa científica nos países em desenvolvimento e mais especificamente para a Ciência Social Brasileira (MICELI, 1995). Vimos no segundo capítulo como, nas décadas anteriores, a Ford foi fundamental para o fomento do desenvolvimento institucional da sociologia, especialmente na América Latina, o que inclui o Brasil dos anos 1970, que vivia um processo de franca expansão com a abertura de cursos de pós-graduação. Foi um *grant* institucional da Ford que permitiu a constituição da sede da FCC em 1969 (ROSEMBERG, 2019). Como as autoras indicaram, esta estratégia foi reorientada para o fomento direto à pesquisa e à formação de redes e comunicação entre pesquisadores, tendo sido de extrema importância para o sucesso da tentativa de inaugurar um campo de saber dos EMGF. Heilborn e Sorj (1999) levantam que o apoio financeiro junto a agências externas foi decisivo para legitimar os projetos de pesquisa e resultados científicos. Para a comunidade acadêmica, o financiamento de agências de apoio externo significava chancela de reconhecimento. Segundo Costa (2004), entre 1978 e 1998 foram realizados oito concursos, financiadas cerca de trezentas pesquisas e publicadas diversas coletâneas.

Essa longa parceria com a Fundação Ford e sua profunda relação com o desenvolvimento dos EMGF no Brasil via FCC são relatados por Fúlvia Rosenberg e Sandra Unbehaum a Lucia Lippi Oliveira e Helena de Moura Aragão em entrevista para a pesquisa "Memória de um Office na periferia: o Escritório da Fundação Ford no Brasil" gravados em 2012, mas disponibilizados online apenas em 2019 pelo Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas. Quando as entrevistadas são solicitadas a explicar a longa duração da parceria entre as fundações, elas colocam nestes termos:

S.U. – Principalmente, pela relação de confiança que a Fundação Ford depositou na Fundação Carlos Chagas e, de outro lado, também pelo grupo de pesquisadores que a Fundação Carlos Chagas constituiu desde o seu início. Boa parte desses... Dessas pesquisadoras – vou até falar no feminino, porque era uma maioria de mulheres –, elas permanecem na Casa até hoje, como é o próprio caso da Fúlvia [Rosemberg], que

ingressou no Departamento de Pesquisas Educacionais quando ele tinha quatro anos de existência, bem nos seus primórdios, e está com a gente até hoje. Então, acho que é a associação dessa relação de confiança, de uma abertura muito grande para o desenvolvimento de projetos – vários deles, bastante pioneiros – e a *expertise* que foi se constituindo ao longo desses anos, que então fortalece também essa relação de confiança.

F.R. – Eu acrescentaria ainda uma certa convergência nas agendas. Eu penso que tanto a Fundação Ford e o Escritório do Brasil da Fundação Ford, que é esse que eu tenho mais contato, e a pesquisa na Fundação Carlos Chagas têm, desde sempre, uma preocupação com democracia, com abertura política, introdução de temas que ampliam o espectro da democracia, como gênero e relações raciais no Brasil. Então, isso aí também permitiu que a gente tivesse uma longa história de parceria.

S.U. – A Fúlvia lembrou bem, ao colocar essas questões da questão da democracia, porque a Fundação Ford chega no Brasil e à Fundação Carlos Chagas no momento da ditadura, então, havia uma desconfiança muito grande em relação às instituições americanas. E a Fundação Carlos Chagas não fechou as portas à possibilidade de ter esse contato com a Fundação Ford, ao contrário, e eu acho que isso foi muito sábio, porque permitiu que alguns projetos que não teriam espaço nas universidades, por conta desse momento político muito especial, acontecessem. Então, acho que isso é um ponto bastante importante, mesmo (UNBEHAUM; ROSEMBERG, 2019, p. 1).

Neste trecho Unbehaum e Rosemberg confirmam as relações que vim tecendo entre o contexto político, o prestígio acadêmico da FCC em sua intensa relação com a Ford, e sua sintonia em relação a temas voltados para democratização. A menção de Ungehaum à *expertise* adquirida nessa parceria, que fundamentou a confiança entre as fundações, é interessante. A parceria aparece como decorrência não só de afinidades entre projetos mas também, se não principalmente, da confiança depositada no trabalho realizado pelas pesquisadoras. Esta confiança é uma marca de prestígio e legitimidade adquirida partir do reconhecimento de um trabalho que atende aos requisitos rigorosos da produção de conhecimento acadêmico. Saliento ainda a colocação de Unbehaum quando indica que a parceria com a Ford permitiu a emergência de temas que não teriam espaço nas universidades em razão do momento político.

Essa relação entre a Ford e a FCC gerou uma espécie de legitimação mútua das duas fundações. Por um lado, o Departamento de Pesquisas Educacionais da FCC adquiria legitimidade ao lograr financiamento da Fundação Ford e, por outro, esta ia diminuindo as suspeitas relacionadas aos interesses estadunidenses no Brasil.

F.R. – [...] Mas este grupo inicial gostava muito do ambiente da Fundação Carlos Chagas de trabalho, que era um ambiente de muita liberdade e muita autonomia. Por outro lado, as condições de contrato da Fundação Ford, se você sabe, se você é adequado, se você mantém um padrão ético de prestação de contas, transparência e você está envolvido com os temas, também é de absoluta autonomia. Eu acho que esta autonomia de abordagem, esta autonomia temática, também, dentro destes contextos de agenda, fez com que a experiência da Fundação Carlos Chagas, na área de gênero e mulher, permitisse também que alguns grupos que tinham preconceito em relação a um financiamento norte-americano etc. percebessem que este financiamento não estava impondo um ideário ou uma ideologia capitalista. Então, eu acho que isso... É indutor de temas? É indutor de temas. Mas não é um... A indução de temas é facilitador, talvez, mais do que indutor de temas, porque esses temas já estavam

emergindo no Brasil. E nós não vivíamos numa redoma, não é mesmo? A gente sofre as influências também e participa da criação de influências de outros países e para outros países.

S.U. – Uma das coisas que sempre me encantou, nessa relação com a Fundação Ford, era a liberdade de você propor, no meio do processo... Você tinha um programa, um projeto aprovado, mas, no meio do caminho, você podia propor outras atividades, criar... Ter desdobramentos desses projetos. Muitas vezes, até... Não só em função de demandas, que surgem, naturalmente, mas também - isso foi muito interessante - a possibilidade de usufruir dos recursos que vinham... Os recursos vinham em dólar o dólar, uma época, esteve muito acima da nossa moeda –, então, isso gerava recursos, e nós podíamos trabalhar com esse recurso, desenvolvendo outros projetos, e que eram propostos pela equipe do departamento que coordenava o projeto. Então, isso era de uma riqueza, de uma possibilidade, assim, muito importante. Quer dizer, não tinha mesmo uma imposição: "Vocês não podem. Isso não pode, vocês têm que seguir por aqui". Não. A cada ano era possível apresentar uma nova ideia, uma nova questão, um novo projeto, um subprojeto. E isso foi fantástico, porque é uma liberdade de trabalho que você não encontra na maioria das instituições financiadoras. Então, quando eu falei muito dessa coisa da relação de confiança, tem a ver com isso. Eles sabiam que aquilo que nós estaríamos propondo ia ao encontro de uma agenda que a Fundação Ford tinha, pelo menos para o Brasil, e se tinha uma confiança de que aqueles recursos estariam sendo bem empregados (UNBEHAUM, ROSEMBERG, 2019, p. 5).

Sobre a importância desse envolvimento e financiamento internacional para a legitimação do novo tema, Rosenberg é taxativa:

Mas eu acho, sim, que o apoio da Fundação Ford naquele momento, especialmente, quando começaram os estudos e mobilizações de mulher e feministas no Brasil, bem como, na época, também o apoio da ONU, eu acho que estas duas instituições internacionais de peso foram muito importantes para legitimar um campo que ainda não tinha possibilidade de guarida na universidade, e permitiu também, acho que aí, o estabelecimento... Não sei se a origem, mas o estabelecimento de um perfil de pesquisador atuante também no movimento social, que eu acho que é uma particularidade. E isso tanto a Fundação Ford permitiu, porque não é uma instituição somente vinculada à academia, diferentemente das instâncias que nos financiam, por exemplo, as FAPs (Foundation Administered Project) e o CNPq, como também o perfil da Fundação Carlos Chagas, que, sendo uma instituição privada e não sendo estritamente acadêmica, teve uma abertura muito grande para este perfil que eu acho que nós temos, que é um perfil meio composto, tanto acadêmico quanto de intervenção social e esse tipo de coisa (ROSEMBERG, 2019, p. 2).

A atenção internacional que o tema tinha, refletida em oportunidades de financiamento para realização de eventos e projetos de pesquisa no Brasil, na visão de Rosemberg, foi essencial para legitimar o campo que ainda não havia logrado adquirir raízes na universidade. É interessante também como a pesquisadora destaca que a Ford, sendo uma fundação privada e não estritamente acadêmica, permitiu também o desenvolvimento de um perfil de pesquisador atuante no movimento social, aquele perfil "composto" de academia e intervenção social que traçamos.

Essa postura inovadora estava não só no tema abordado mas também nos formatos sugeridos. Como aponta Unbehaum:

Tanto que os primeiros anos do Programa de Dotações para Pesquisa sobre a Mulher, que se iniciou em... O primeiro edital foi em 1978. Ele abre espaço para a proposição de projetos não só de pesquisa, mas projetos também de intervenção, o que a gente chamaria de ação social, de intervenção, com produção de vídeo, com ações concretas junto a grupos de mulheres. E esse tipo de possibilidade de desenvolvimento de projetos não acontecia, não tinha espaço dentro da universidade (UNBEHAUM, 2019, p. 2).

Maria Moraes participou do primeiro concurso do *Programa de Dotações para Pesquisa sobre a Mulher* e assim o rememora:

Eu trabalhava como economista, junto com o Chico de Oliveira. E aquilo era muito chato. E aí, em 78 a Fundação Carlos Chagas abriu o primeiro concurso de pesquisa sobre mulher, não era feminismo, é mulher, 78. E aí eu recebi um telefonema da Carmen Barroso, não sei quem, me convidando pra fazer parte do comitê. Eu falei que 'olha, eu não vou aceitar porque eu quero participar, vou mandar um projeto'. E qual foi o projeto que foi... eu era fanática por revistas femininas. [...] Foi a coisa melhor do mundo, era aberta a qualquer... quem quisesse. Pra quem quisesse. A Fundação Ford exigiu isso, não tinha de ser ligado a nada, certo? Então, o "Nós, Mulheres" mandou vários, por dupla. Convidei a Cynthia pra fazer sobre revistas femininas, Revista Cláudia etc. Teve gente que mandou projeto sobre a questão do trabalho e tal (MORAES, 2020).

Quando Moraes fala que o *Nós, Mulheres* se organizou em duplas para enviar projetos, ficam mais evidentes as relações entre a imprensa alternativa, os vínculos afetivos, intelectuais e as instituições de pesquisa. A dinâmica instalada pelo Departamento de Pesquisas Educacionais na FCC para acompanhamento dos projetos foi, em grande medida, responsável por estabelecer o caldo primordial para o estabelecimento das redes intelectuais que vão erigir os EMGF no Brasil. Sobre sua experiência na FCC Moraes recorda, com saudoso contentamento:

E a Fundação tem uma coisa boa porque fazia o trabalho, você era obrigada...você fazia, você tinha o projeto, você tinha reuniões a cada sei lá quantos meses, todo mundo discutia. Então, por exemplo, tinha trocas com a Branca Moreira Alves sobre a questão do sexo, a própria Heleieth Saffioti, a Míriam Moreira fazendo sobre a questão das mulheres viajantes...

GB: Então todo mundo se reunia e conversava junto sobre seus projetos?

ML: Sim, e tinha uma interlocutora. Aquilo era do caramba [sic.]. Aquilo foi... a Fundação 200. E aí eu fui me entusiasmando e largando a minha tese. [...]e disse que decidi mudar de tese. [...] falei que tava me divertindo muito em fazer aquilo e ia aumentar o projeto, ia mandar para a FAPESP e tive bolsa da FAPESP e aí vira doutorado, foi o que me deu doutorado (MORAES, 2020).

Não devem passar desapercebidas as dinâmicas estabelecidas pelas pesquisadoras da FCC no tocante ao acompanhamento dos projetos de pesquisa. Que a Ford financiou é, como dito, evidente e fundamental, mas, como salientei, não são os marcos formais que criam um

campo, eles apenas o possibilitam. O projeto não foi somente elaborado pelas pesquisadoras, que ativamente buscaram convencer agências financiadoras de sua relevância, mas, uma vez posto em ação, elas aproveitaram o aporte de todas as maneiras possíveis para constituir uma rede de pesquisadoras e criar um conjunto de temas e referencias comuns.

A FCC não só organizava o concurso e cedia as bolsas de pesquisa, como estimulava o acompanhamento, a troca e partilha coletiva do andamento da pesquisa por meio de reuniões. Esses encontros reuniam as pesquisadoras interessadas no tema e permitiam a troca entre diferentes perfis intelectuais, envolvendo as intelectuais nas discussões dos projetos e fomentando assim uma troca e um compartilhamento de problemáticas e saberes que estreitavam os laços entre acadêmicas antes relativamente isoladas em seus departamentos tradicionais. Os laços entre Branca Moreira Alves e Heleieth Saffioti, duas das intelectuais mencionados por Moraes, por exemplo, vão aparecer mais à frente no depoimento de Neuma Aguiar. A FCC então servia, como indica Moraes, como um epicentro, onde as pesquisas e as pesquisadoras dos EMGF circulavam e trocavam, abrigando talvez o primeiro espaço científico brasileiro dedicado ao tema da mulher.

Com o tempo, esse programa de dotação – o último edital foi em 1998 –, ele ganha uma configuração mais acadêmica, apoiando projetos de mestrado e de doutorado. E isso, por sua vez, também foi fundamental porque contribuiu para consolidar, criar mesmo um campo de estudos e formar pesquisadoras... Contribuir para formar pesquisadoras que depois vão lecionar e criar os seus próprios núcleos de pesquisa dentro das universidades. Então, você observa isso muito claramente, que os vários editais... As pesquisadoras que usufruíram desse apoio da Fundação Ford e a metodologia que a Fundação Carlos Chagas criou, desde a elaboração do edital, na forma de monitorar, de acompanhar o desenvolvimento desses projetos, a constituição de comissões de seleção, envolvendo ex-bolsistas que participaram desses programas, permitiu que o tema das relações de gênero... A questão das mulheres começasse a ter uma entrada significativa nas universidades. Então, hoje, você facilmente identifica: professores que estão lecionando nessas universidades, coordenadores desses grupos de pesquisa foram bolsistas desse programa. Isso é um impacto significativo. E essa metodologia de trabalho criada pela Fundação Carlos Chagas, mas com total apoio da Fundação Ford, inspirou que outros editais, que outros programas semelhantes surgissem posteriormente (UNBEHAUM, 2019, p. 2-3).

Na ocasião do falecimento de Cristina Bruschini, uma publicação em sua homenagem na *Cadernos de Pesquisa* (revista científica da FCC com papel importante no campo dos EMGF) contou com depoimentos de seus colegas. Nesta publicação, Carmen Barroso recorda:

Imediatamente convidei Cristina a fazer parte de um grupo que estava começando a reunir-se informalmente na garagem da Carlos Chagas, na Praça Rezende Puech. Éramos um grupo bem variado, que se reunia para discutir pesquisas sobre a mulher, em andamento ou já publicadas. Num ambiente acadêmico de panelinhas fechadas e acirrada competição, esse grupo era um oásis para as jovens pesquisadoras que começavam a enfrentar a resistência aos estudos de mulher, como eram então

chamados. Foi também um espaço de crítica construtiva e colaboração, e de criação de uma mentalidade extraordinariamente aberta à diversidade de enfoques teóricos, metodologias e interesses temáticos, que veio a caracterizar a área de estudos de mulher da Carlos Chagas e seus concursos. Nós nos levávamos muito a sério - talvez até demasiadamente -, mas conseguíamos manter uma atmosfera de atividade lúdica. Além das pesquisadoras da Carlos Chagas, e da Aparecida [Joly Gouveia], de quem sempre fomos muito próximas, desde a criação do Departamento de Pesquisas Educacionais, tínhamos a Marly Cardone, professora da São Francisco, primeira a se interessar pelos direitos das mulheres; Betty Mindlin, que estava deixando a economia e virando antropóloga; Eva Blay, socióloga da USP, que estava fazendo uma pesquisa sobre as prefeitas; Felícia Madeira, do Cebrap, que estudava o trabalho feminino; Walnice Galvão, professora de Teoria Literária e Literatura Comparada da USP que investigava as donzelas guerreiras; Glaura Miranda, que vinha da Faculdade de Educação de Belo Horizonte; Neuma Aguiar, do Iuperj do Rio, e Heleith Saffiotti, da Unesp de Araraquara. Eu talvez esteja esquecendo algumas, mas estas eram as mais assíduas (BARROSO, 2012).

Barroso desenha para nós as primeiras redes organizadas para pensar os EMGF na FCC. Um grupo bem diversificado de pesquisadoras voltadas especificamente para os estudos da mulher, se juntavam quase em um espaço de trégua da dinâmica da produção acadêmica para avançar numa curiosidade intelectual conjunta. Quando Barroso comenta que elas se levavam muito a sério, eu entendo essa seriedade em relação aos procedimentos rigorosos de pesquisa e pela importância atribuíam sua tarefa. Quando trago à tona a importância da identificação pessoal dessas mulheres enquanto pesquisadoras, estou destacando principalmente seu compromisso com o rigor metodológico e com os ritos acadêmicos, características sempre ressaltadas em diversas oportunidades. Essa demarcação da qualidade e rigor do trabalho acadêmico aparece especialmente em homenagens póstumas. Seleciono aqui alguns exemplos retidos das homenagens a Cristina Bruschini:

Figura decisiva no processo de consolidação e institucionalização de um novo campo de estudos, formou diversas gerações de jovens pesquisadores. Modelo de sobriedade, comedimento e civilidade, sua postura moderada e desapaixonada contribuiu com frequência para desarmar conflitos e amenizar tensões (CADERNOS DE PESQUISA, 2012).

Muito responsável, competente e rigorosa, seu trabalho era de altíssima qualidade. Extremamente organizada, sempre cumpria prazos e equilibrava muito bem sua vida pessoal e profissional. Cuidadosa no uso do idioma, escrevia com perfeição (BARROSO, 2012).

Cristina era uma mulher profissional, valorizava e investiu em sua carreira como pesquisadora, dedicou-se exclusivamente ao Departamento de Pesquisas Educacionais (UNBEHAUM, 2012).

Cristina faz parte de nossa história e contribuiu muito para construir a imagem externa de seriedade e competência de que nossa instituição se beneficia até hoje (CAMPOS, 2012).

Sorj, na mesma ocasião fala sobre o trabalho de Cristina Bruschini e menciona seu papel fundamental na criação desta rede de pesquisadoras.

A Cristina foi uma pioneira na abertura de possibilidades para a realização de pesquisa sobre as relações de gênero no país. Como coordenadora, ao longo de mais de uma década, dos Concursos de Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero da Fundação Carlos Chagas e com o apoio da Fundação Ford, formou uma geração de pesquisadores e semeou o interesse por essa área temática em âmbito nacional. Mais do que a concessão de auxílio financeiro nos moldes convencionais, o que mais entusiasmava a Cristina era o papel educacional contido no programa, que abrangia o acompanhamento dos bolsistas nas diferentes etapas de pesquisa, a realização de seminários e publicações.

O ambiente de discussão e troca de ideias, proporcionado pelo formato que Cristina imprimiu ao programa, contagiava toda a comissão organizadora dos concursos, composta por professoras de várias universidades e de disciplinas distintas, e da qual fiz parte. Recorrentemente reconhecíamos que esse era um dos espaços mais estimulantes e gratificantes que havíamos encontrado para debater nossas ideias e, até mesmo, melhor entender as nossas diferenças (SORJ, 2012).

Ou ainda este verso feito por Carmen Barroso na ocasião do falecimento de Fúlvia Rosenberg:

O trabalho da bibliografia anotada.

O senso de humor ao lidar com os egos,

O rigor na metodologia,

A disciplina na execução (BARROSO, 2014).

Outro indício que já apareceu mais acima quando nos referimos às reuniões na FCC é a discussão e o encontro sistemático entre acadêmicas de diferentes instituições e origens disciplinares, o que vai se tornar o gérmen de uma rede diversa e articulada de mulheres que estarão em quase todas as iniciativas relacionadas ao processo de institucionalização dos EMGF no Brasil.

S.U. – Isso. Porque sempre se teve uma preocupação... Era uma preocupação do programa de apoiar projetos das várias regiões, de estimular que mulheres... Homens e mulheres, mas principalmente as mulheres, porque tinha essa questão de dar visibilidade às questões feministas e de estimular que essas mulheres desenvolvessem projetos nas várias regiões, de respeitar essa distribuição regional e também temática e multidisciplinar. Então, você tinha pesquisadoras e projetos da área da educação, da antropologia, da história, da área da saúde [...]

F.R. — Eu acho que o que marca aí, também, acompanhando um pouco isto que a Sandra disse e que eu acho que é notável na nossa experiência com a Fundação Ford, é a valorização da área cultural, especialmente, lá nos anos 1970 — nós não estamos falando de 2010; nós estamos falando daqueles primórdios —, com temas inovadores, multidisciplinares e com uma mirada também na intervenção social. Então, o fato de ter esta abertura e esta diversidade, quer dizer, de acatar esta diversidade intrínseca de abordagem, eu acho que isso foi muito importante (UNBEHAUM; ROSEMBERG, 2019, p. 3-4).

O relato de Moraes a seguir é um excelente exemplo de como o concurso de dotações da FFC serviu de estímulo que concentrou e organizou sentimentos e interesses pelo campo, dando o pontapé inicial para a constituição dos EMGF. A pesquisa iniciada no âmbito do concurso de dotação tornou-se o doutorado de Maria Moraes.

A primeira tese que teve o termo "feminismo", em Ciência Política, foi minha. Foi uma banca incrível, teve o Peter Fry, a Ruth Cardoso, A Eva Blay e um cara da história [...] que não sabia nem o que pensar (risos) (MORAES, 2020).

Eu perguntei a Maria Moraes como foi o processo de introduzir essa questão em sua problemática de tese, se ela já havia sido questionada por fazer militância na academia, ao que ela me respondeu:

Você tem que entender o seguinte, que vai muito da pessoa. Eu era considerada uma excelente economista, eu tinha toda uma presença, era muito respeitada. Então talvez os caras considerassem aquilo uma..., mas não falavam na minha frente. Sempre que eu dizia "mulher", eles me enfiavam em cultura.

GB: Mas então se você não fosse uma economista de renome eles não iam levar a sério? Sua credencial então era importante?

ML: Sim... Maria Rita Khel, por exemplo, não tinha nada a ver com feminismo, entende? Feminista lá mesmo de carteirinha, lá, era eu. Nem a Adélia, ninguém. Aí a Fundação me chamou, a Carmen me chamou, porque queria que eu ficasse trabalhando lá, com bolsa da Fundação Ford. Aí fiquei dois anos (MORAES, 2020).

Perguntei-a como era o clima na Fundação Carlos Chagas:

Ah, era ótimo. Era um clima incrível. A Fundação era o epicentro... vinha o pessoal do Rio, Branquinha, Jacqueline Pitanguy, de toda parte, porque tudo saía 'mamava' [sic.] da Fundação. [...] Aquilo era uma coisa incrível, né, porque conseguiram criar um troço numa Fundação que também tinha sido patrocinada pela Ford, né, assim como CEBRAP. A Ford patrocinou a esquerda brasileira, intelectual do Brasil. E aí foi, mas quando já estava com a tese pronta, eu entrei numa crise pessoal, e eu tinha um cargo que era renovado a cada três meses, aí então me ofereceram pra ficar lá mesmo. [...] E eu recusei. Eu tava [sic.] no meio de uma crise pessoal e aquilo tinha sido muito intenso (MORAES, 2020).

Além dos concursos de pesquisa, o acordo para dotação de recursos previa projetos a serem encabeçados pela Fundação Carlos Chagas: uma bibliografia anotada, um centro de documentação, um curso de pesquisa, uma pesquisa sobre vieses sexuais na avaliação de redação nas escolas e uma pesquisa sobre mulher e ciência (COSTA, BARROSO, SARTI, 1985). Segundo Costa, Barroso e Sarti (1985), foram dois anos buscando financiamento, tendo a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo financiado a bibliografia anotada, o INEP do Ministério da Educação o curso, o CNPq as pesquisas e a Fundação Ford o concurso de

pesquisa. Apenas o Centro de Documentação não teria logrado financiamento. Sobre este projeto, Rosenberg recorda:

Para ter a ideia inicial, é assim: nós recebemos financiamento, logo de início do Grupo de Trabalho sobre Mulheres – e chamávamos Mulheres, não tinha Gênero, ainda –, nós recebemos recurso para um pacote, e este pacote era muito interessante, porque ele tinha uma mirada na socialização do tema no âmbito da academia. Quer dizer, nós queríamos que o maior número de mulheres pudesse participar desta nova área temática. Então, se você for olhar os componentes, eles eram muito interessantes: um era uma bibliografía anotada, difusão de conhecimento, sistematização e difusão de conhecimento; o outro foi este concurso de dotações; um outro era trabalhar a questão das mídias, também. E por aí a gente também dividia, fazia um entrelaçamento com os temas (ROSENBERG, 2019, p. 6).

Dessas iniciativas eu seleciono a *Bibliografia anotada Mulher Brasileira*, cujo volume 1 foi publicado pela primeira vez pela Editora Brasiliense em 1979, e o volume 2 em 1981 pela mesma editora. As pesquisas para a publicação se deram por 3 anos, no período entre 1975 e 1978. As publicações foram divididas em temas, o primeiro volume agregando obras em: História, Família – Grupos Étnicos, e Feminismo; e o volume 2 em Trabalho, Direito, Educação, Artes e Meios de Comunicação. Curiosamente, e provavelmente não coincidentemente, em 1975 foi dado o pontapé inicial (possivelmente impulsionado pelas atividades do Ano Internacional da Mulher) e em 1978 findou-se a pesquisa, justamente quando consideramos que ocorrem os primeiros marcos da institucionalização dos EMGF no Brasil.

Do Volume 1 participaram: como coordenadora, Elba Siqueira de Sá Barreto, e como supervisora, Fúlvia Maria de Barros Mott Rosemberg. Elba Barreto era à época formada em pedagogia pela Universidade São Paulo e trabalhava na Fundação Carlos Chagas. Além de coordenar o projeto, foi a especialista responsável pelo tema de *Educação*, tema este que depois viria a marcar toda sua atuação profissional. Já Fúlvia Rosemberg foi uma das participantes que marcou de forma determinante o que hoje conhecemos como campo dos estudos de gênero no Brasil. Fúlvia chega nos anos 1970 na Fundação Carlos Chagas como pesquisadora sênior, onde montou uma equipe para pesquisar crítica literária infantil (CAMPOS, 2014). Formada em psicologia pela Universidade de São Paulo, tinha realizado seu doutorado em Psicologia da Infância na Universidade de Paris e, nas palavras de Maria Malta Campos:

Feminista, chegava com uma bagagem intelectual ainda pouco conhecida entre nós, com os primeiros ecos das políticas da diferença, que aqui mal arranhavam as denúncias das desigualdades sociais. Era como se Maio de 68 chegasse à FCC pela voz de Fúlvia. [...]Minha ligação com o feminismo era pessoal e nada profissional: eu também tinha vivido dois anos em Berkeley, Califórnia, na efervescência dos movimentos de contracultura e, na volta ao Brasil, participava de um dos chamados "grupos de reflexão" em São Paulo. Se bem me lembro, o primeiro projeto de que eu participei convidada pela Fúlvia, junto com a Elba, foi a Bibliografia Anotada sobre

a Mulher Brasileira; naqueles anos ainda não se usava a categoria gênero. Naquele momento começou a se formar na Carlos Chagas um grupo sobre a condição da mulher, com a liderança da Carmen Barroso. Visto com desconfiança por alguns pesquisadores, esse grupo se ampliou, congregando diversas acadêmicas de diferentes áreas e instituições, que se reuniam em seminários realizados na casa do bairro de Pinheiros onde, naqueles anos, funcionava o Departamento de Pesquisas Educacionais. Muitas de minhas companheiras do grupo informal de fora da FCC também começaram a participar dessas atividades; o grupo de estudos "sobre a mulher" tornava-se famoso no pedaço (CAMPOS, 2014).

Neste trecho Campos remonta aspectos que vimos no capítulo anterior em relação à trajetória das acadêmicas pelo feminismo francês/estadunidense e suas diferenças em relação ao conteúdo considerado dominante no cenário político-intelectual. Campos já destaca a formação de um grupo que discutia sistematicamente a condição da mulher. Carmen Barroso é apontada como a liderança desta iniciativa. De fato, Barroso é um nome obrigatório quando se trata das iniciativas acadêmicas em relação aos EMGF, inclusive e principalmente no que diz respeito à construção de alicerces institucionais, administrativos e organizacionais.

É interessante como Maria Malta Campos declara que o grupo era visto com desconfiança. Que aspecto do grupo gerava essa desconfiança? O relato também traz evidências de alta circulação de acadêmicas muito diferentes entre si, advindas de diferentes áreas e instituições, que se reuniam em seminários realizados na FCC pelo Departamento de Pesquisas Educacionais. Lembrando que a educação foi e seguia sendo pauta política central, tanto por demandas da sociedade civil quanto pelo seu potencial estratégico, em relação ao interesse do governo. Como vimos no capítulo anterior, as reformas e ampliação do acesso à educação estão desde saída intrinsecamente ligadas às questões da mulher e ao seu papel/condição na sociedade. Por fim, a expressão "tornava-se famoso no pedaço" também revela um tom da novidade, atraindo olhares interessados e curiosos. O que diferia aquele grupo de acadêmicas de outros grupos acadêmicos e porque ele parecia suscitar suspeita? Quando Campos sinaliza que suas amigas de círculos de fora da FCC também começaram a participar das reuniões, fica evidente que o grupo, a temática e a abordagem captaram algumas demandas de fora do mundo acadêmico, da sociedade em geral, de conhecer a mulher brasileira e discutir seu papel.

Maria Malta Campos também fez parte do projeto na equipe técnica como assistente de coordenação, e depois de obter o título de doutorado seguiu na Fundação Carlos Chagas (FFC), onde desenvolveu um importante trabalho na área da Educação, com atenção especial às creches, que se tornaram um ponto fundamental das lutas dos movimentos de mulheres no Brasil. Maria Lucia de Barros Mott trabalhou na publicação como assistente de pesquisa, tendo chegado à FFC em 1976, onde descobriu-se como feminista e pesquisadora (Lago, 2011), no segundo volume foi assessora no tema *Artes e Meios de Comunicação*. Historiadora, Mott fez

uma brilhante carreira acadêmica como pesquisadora militante no campo dos EMGF. Participaram também da equipe técnica, Marta Kohl de Oliveira, com posterior importante atuação na psicologia educacional e Madalena Sofia Mitiko Wada, como bibliotecária.

Além da equipe técnica a publicação contou com a figura das assessoras²², encarregadas cada qual de um tema, pelos quais eram responsáveis. Miriam Lifchitz Moreira Leite, outra importante figura dos estudos de gênero no país, assessorou o tema *História*; Lia de Freitas Garcia Fukui assessorou *Família – Grupos Étnicos* e Branca Maria Moreira Alves de *Feminismo*.

Lia Fukui é uma das mais importantes pesquisadoras em família no Brasil. Branca tem um local de importância destacado na história do feminismo no Brasil, vimos sobre o grupo de reflexão coordenado por ela enquanto estudava em Berkeley, e sua defesa dissertação de mestrado sobre história do movimento pelo voto feminino no Brasil, orientada por Heleieth Safiotti. Vimos também que em seu retorno ao Brasil em 1972, criou, nos moldes dos encontros estadunidenses, o primeiro grupo de reflexão feminista do país, no Rio de Janeiro, que teria durado até 1973 (Pinto, 2003, p. 50-1). Branca participou, junto com muitas outras, da organização do fatídico evento "Pesquisas sobre o papel e o comportamento da mulher brasileira", com patrocínio da ONU, entre 30 de junho e 6 de julho de 1975, no auditório da ABI (Pedro, 2006), que se tornou o marco histórico da "segunda-onda" e do feminismo organizado do país.

O time inicial contava com pesquisadoras mais experientes, com nomes mais estabelecidos e com nomes em início de carreira, com experiência em movimentos sociais ou mulheres já consideradas especialistas no tema. Como vimos, muitas seguiram carreira acadêmica tratando dos seus temas mais gerais de origem e não se enveredaram mais profundamente em outras questões relativas às mulheres. Isso serve de indício para a hipótese de que a identificação pessoal e subjetiva dessas mulheres era principalmente enquanto pesquisadoras em suas disciplinas tradicionais, embora tenham colocado em prática uma experiência interdisciplinar, juntando intelectuais de várias áreas.

O primeiro volume da bibliografia anotada se introduz assim:

Parte de extenso trabalho de documentação sobre a condição feminina no Brasil, este volume contém o material coligido e examinado em pesquisa bibliográfica sobre a situação da mulher brasileira [...] aqui agrupadas as obras referentes

-

²² Uma curiosidade interessante é que no volume 1, apesar de todas as assessoras serem mulheres, elas aparecem discriminadas no masculino, como "assessores". Isso muda no volume 2, publicado em 1981, onde as assessoras, também todas mulheres, estão sob a rubrica já no feminino de "assessoras". Isso pode indicar já um certo aprofundamento das questões feministas que começam a tencionar a linguagem.

fundamentalmente à questão da emancipação feminina (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 1979, p. 11).

O recorte nacional diz bastante sobre as estratégias de construção da questão da mulher como uma questão nacional. Teve apoio da Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo e foi planejado e executado do por uma equipe do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas. O recorte inicial é temático, deve tratarse de obras referentes à emancipação feminina, ainda que acrescida de textos mais gerais sobre a mulher brasileira. De saída a proposta mostra sua ambição transformadora. Não se trata apenas de pesquisar a mulher brasileira, mas sua emancipação. Aqui, claramente há um objetivo prático de intervenção social, na medida que tematicamente debruça-se não sobre a mulher como simples objeto de estudo, mas sua emancipação, seu movimento de mudança social.

Sobre o material examinado na bibliografía sabemos:

Constam das diferentes áreas textos de autores nacionais e estrangeiros, produzidos e/ou editados no Brasil ou no exterior, desde que referentes à mulher brasileira e escritos em português, espanhol, francês ou inglês. Incluíram-se ainda estudo sobre a situação da Mulher em geral feito por autores brasileiros e que oferecem contribuição importante à compreensão da condição feminina entre nós. Trabalhos sobre condição da mulher latino-americana também foram incluídos, desde que considerados relevantes para o conhecimento específico da brasileira (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 1979, p. 12).

É interessante notar como a publicação delimitou seu material de trabalho:

A bibliografia compreende sobretudo obras acadêmicas: ensaios, pesquisas, estudos publicados sobre a forma de livros, artigos de revistas, teses, obras de referência, comunicações mimeografadas ou, em casos raros, grafadas. Dados os limites de tempo e recursos disponíveis, não se incluíram no levantamento fontes primárias tais como cartas, diários, documentação administrativa e cartorial e textos de lei. Em alguns casos, porém, quando as publicações sobre determinados assuntos eram escassas, foram consideradas algumas modalidades dessas fontes, desde que publicada sobre a forma de livros ou artigos de revista (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 1979, p. 12-13).

Fica evidente o recorte acadêmico da bibliografia, demarcada por várias formas de apresentação do conhecimento considerado acadêmico. O julgamento quanto ao caráter acadêmico dos trabalhos não se apoiou exclusivamente no conteúdo dos textos, mas considerou também a natureza das próprias fontes publicadoras e, algumas vezes, até mesmo a vinculação do autor ao mundo acadêmico.

Via de regra, foram arrolados como acadêmicos os trabalhos que se propunham a uma descrição, a uma análise fundamentada ou a uma interpretação documentada da

situação da mulher. Não obstante, uma série de textos incluindo pronunciamentos pessoais, conferências e mesmo ensaios, cuja estrutura formal não atende estritamente os parâmetros da produção científica, foram incluídos por terem sido publicados em periódicos editados por instituições de estudo e pesquisa ou produzidos por indivíduos com marcada participação na vida social e cultural do país. Essa orientação genérica adotada para bibliografía como todo, foi porém revisitada em cada área atendendo as especificidades do material aí encontrado (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 1979, p. 13).

O objetivo principal, então, é uma bibliografia acadêmica, ou seja, ao desenharem o campo em que a bibliografia vai se ancorar, delimitam o campo acadêmico, sendo este o campo estratégico de atuação que elegem. Esta não é uma abordagem óbvia, posto que como vimos, os EMGF desenvolviam-se também, se não principalmente, na militância, na imprensa e na política, uma vez que ainda não estavam institucionalizados na academia brasileira. Isso demonstra a que a bibliografia se presta, principalmente pela sua tentativa de promover uma base sistemática para o desenvolvimento coordenado da pesquisa acadêmica sobre a mulher no Brasil.

O critério sobre o que conta como acadêmico e o que não se insere nesta descrição, mobiliza tanto conteúdo quanto indicadores institucionais, como as fontes publicadoras e as filiações acadêmicas do autor. Quanto ao conteúdo, são mencionados como critérios dispor de "descrição", "análise fundamentada" ou "interpretação documentada", demarcando as características do que pode ser considerado conhecimento acadêmico. Ainda assim incluíram-se outros textos que não atendem estritamente aos parâmetros da produção científica, mas foram publicados por periódicos, institutos ou indivíduos de *marcada participação na vida social e cultural do país*, o que faz ainda mais sentido se levarmos em conta que ainda se geravam os frutos da expansão da pós-graduação no Brasil. Isso também evidencia como o campo acadêmico brasileiro esteve marcado pela proximidade com a vida social e cultural do país, o que pode ser interpretado por alguns como déficit de autonomia do campo intelectual.

Na temática Mulher na Família assim descrevem seu material:

A bibliografía examinada constitui-se de trabalhos de cunho sociológico, antropológico e etnológico. Nela foram encontradas diversas modalidades de texto, o que nos levou a adotar a seguinte classificação para o material lido:

Ensaio: trabalho preliminar que a partir de ideias gerais e/ou dados assistemáticos, faz novas colocações sobre um tema;

Estudo: trabalho cujas bases são outros trabalhos ou dados secundários; pode ser uma síntese ou uma nova interpretação de dados já conhecidos;

Estudo de comunidade: levantamento de dados empíricos que pretende descrever etnográfica ou social graficamente um grupo, em todos os aspectos de sua vida social dos pontos habitat, economia, família, religião, política, sistema de valores etc;

Monografia: descrição exaustiva de determinados aspectos da vida social referente a uma comunidade ou grupo social determinado;

Estudo censitário: descrição de dados a partir de levantamentos censitários;

Pesquisa: trabalho de caráter científico, dentro de uma ou mais disciplinas, que compreende a formulação de problema, metodologia e apresentação sistemática de dados e conclusões (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 1979, p. 148).

Sociologia e antropologia foram, dentro das Ciências Sociais, as mais receptivas aos EMGF, a seleção de trabalhos majoritariamente nessas disciplinas é indicativa tanto de onde os EMGF se formam, como dos espaços em que ele busca se inserir. A categoria *c) estudos de comunidade* revela ainda mais sobre a associação dos EMGF com as tradições intelectuais da sociologia e da antropologia, bem como sua vinculação acadêmica.

Os estudos de comunidade são importantes marcadores da institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, principalmente sua vertente empírica de inspiração norte-americana. É o mesmo momento ao qual nos referimos no capítulo anterior, no processo de institucionalização das Ciências Sociais e das pós-graduações. Uma das experiências que Neuma Aguiar cita como fundante de sua formação como pesquisadora é a participação em um estudo de comunidade, muito em voga entre as décadas de 1940 e 1960. É essa tradição de pesquisa que forma a primeira geração de pesquisadores e pesquisadoras brasileiras (sobre Estudos de Comunidade e a formação das Ciências Sociais brasileiras ver Oliveira e Maio, 2011). Com exceção de "monografía", todas as outras descrições contém a palavra "dados", de maneira que a atividade acadêmica/científica é identificada perfeitamente com a dimensão da pesquisa rigorosa.

No volume 2, além das já citadas Elba Siqueira de Sá Barreto, Fúlvia Rosemberg, Madalena Sofia Mitiko Wada, Maria Machado Malta Campos e Maria Lucia de Barros Mott, também participaram da equipe técnica Esmeralda Vailati Negrão, Fernando Correa Barone e Regina Pahim Pinto.

Esmeralda Vailati Negrão chegou a publicar, nos anos 1980, material sobre o papel da mulher na educação, mas sua carreira posterior é focada no campo da linguística. Fernando Correa Barone atuou como biblioteconomista. Regina Pahim Pinto foi uma das pesquisadoras de longa data da FCC, formada em sociologia na época do projeto da bibliografia anotada. Regina Pahim doutorou-se em antropologia política e, apesar de ter trabalhado com os mais diversos temas durante sua carreira - gênero, educação infantil, educação básica e formação professores –, o tema das relações étnico-raciais foi sua maior marca (CADERNOS DE PESQUISA, 2010).

Como destacado, Elba assessorou o tema da *Educação* e Márcia Lott o de *Artes e Meios de Comunicação*. As novidades nas assessoras do segundo volume são Maria Quartim de Moraes no tema *Trabalho* e Marly Antonieta Cardone em *Direito*. Maria Lygia Quartim de

Moraes, na época da publicação era doutoranda em Ciência Política na USP. Quartim de Moraes é um dos grandes nomes dos estudos de gênero no país, integrando até hoje o *Pagu – Núcleo de Estudo de Gênero da UNICAMP*, como parte do corpo docente da universidade enquanto professora titular.

O segundo volume já aponta financiamento pela Fundação Ford e explicita sua realização via Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas. Em ambos os volumes, no entanto, é ressaltado que sua construção foi essencialmente fruto de trabalho coletivo que contou com a contribuição de incontáveis pessoas em todos os níveis de coleta e organização do material. Sobre essa construção coletiva, é importante ressaltar o poder de construção das redes intelectuais para o sucesso dessa empreitada, que pode ser percebida neste pequeno trecho, que conta de parte do processo de coleta de material, que se deu por meio de correspondência:

Foram enviadas circulares, nas quais se explicava os objetivos do trabalho e se solicitava a complementação de informações, à numerosas instituições nacionais e estrangeiras pertencentes às seguintes categorias:

- 1) bibliotecas ligadas a centros universitários, situadas em cidades do interior paulista e em outros estados;
- 2) reitorias de universidades de diversos Estados;
- 3) centro de estudo sobre ciências humanas associadas ou não a universidades, ou em cidades com trabalhos na área;
- 4) entidades de planejamento, agências de desenvolvimento, órgãos administrativos e legislativos de âmbito federal estadual e municipal;
- 5) associações femininas e feministas (para várias associações houve também contato pessoal);
- 6) instituições estrangeiras.

No exterior, foram contratadas instituições de estudo, pesquisa e documentação, voltadas predominantemente para assuntos Latino ou ibero-americanos, bem como entidades publicadoras diversas. No total manteve-se correspondência com 30 países a saber: Alemanha, Argélia, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Colômbia, Coreia do Sul, Dinamarca, Equador, Escócia, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Inglaterra, Israel, Itália, Japão, México, Noruega, Peru, Portugal, Senegal, Suécia, Suíça, União Soviética e Venezuela.

Essas consultas no Brasil e no exterior foram feitas, também através de contato com estudiosos com trabalho já realizado ou interesse atual no tema. Os contatos tiveram boa acolhida, às vezes até mesmo entusiástica por parte de inúmeras instituições e pessoas sendo digna de nota a presteza com que nosso pedido foi atendido por um grande número delas.

Várias dessas instituições e pessoas já haviam colaborado por ocasião do levantamento preliminar sobre a situação da mulher brasileira e contribuíram dessa vez complementando e atualizando dados do trabalho que se realizavam (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 1981, p. 15-16).

Para este trabalho foi mobilizada uma gama de redes distintas. Chama atenção a diversidade de países do atualmente chamado Sul Global, o que pode ser indício já de uma

abordagem crítica da circulação internacional de conhecimento e da concentração desta rede em países centrais na Europa ou nos Estados Unidos. Isso mais uma vez pode ser compreendido dentro de tendências mais amplas das Ciências Sociais e do momento político vivido, manifesto em um maior interesse e maior integração entre países em desenvolvimento. Não apenas as pesquisadoras voltaram-se para uma variedade de países com diferentes perfis mas também contataram uma extensa e criativa gama de redes institucionais, seja de educação, pesquisa, planejamento ou militância. As redes femininas e feministas são as únicas que ressaltam os contatos pessoais, o que sugere uma troca mais intensa e uma atuação talvez ainda mais conjunta. A boa e entusiástica acolhida dos contatos é outro indicativo do momento histórico que favorecia esse tipo de empreitada.

A mera existência de um trabalho sistematização bibliográfica sobre a mulher brasileira nos finais dos anos 1970 e início dos 1980 já demonstra dois aspectos do momento histórico que destacamos: 1) o despertar do interesse geral pelo tema e 2) o momento inaugural de um novo campo de estudos, como fica evidente neste parágrafo de apresentação presente tanto no volume 1 quanto no 2, com pouquíssimas alterações entre as duas versões:

Fruto de pesquisa sistemática e intensa, a Bibliografía procura responder ao crescente interesse pelo tema, surgindo em diferentes áreas do conhecimento. Multidisciplinar e ampla, propõe-se a fornecer informações a respeito do material publicado sobre o assunto até 1976, devendo-se constituir em instrumento de trabalho para o que se dedicam ao estudo deste ou de temas correlatos (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 1981, p. 5).

A sistematização por si só revela este esforço. Não é que anteriormente a este período não existisse produção voltada ao estudo da mulher brasileira, é que esta produção se encontrava dispersa, errática e compunha uma literatura marginal dentro de temas mais consolidados como o Trabalho, o Direito, a Educação, etc. A sistematização da bibliografia existente até então é um movimento fundador, um ponta pé inicial para reunir os trabalhos que poderiam fundamentar a produção de um conhecimento mais robusto sobre o tema. É um esforço de varredura e sistematização, com objetivo de aglutinar uma gama de trabalhos que pode informar qualquer pessoa interessada no assunto, especialmente pesquisadoras e pesquisadores acadêmicos.

Na introdução ao segundo volume isso fica evidente:

Tentando suprir a carência de bibliografia brasileira interdisciplinar sobre a condição feminina, o Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas preparou em 1975 o *Levantamento bibliográfico preliminar sobre a situação da mulher brasileira* (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 1981, p. 7).

O levantamento bibliográfico preliminar feito por Fúlvia Rosemberg foi publicado no periódico da FFC em 1976. A nota menciona ainda outro levantamento interdisciplinar bibliográfico feito por Eva Blay, uma das reconhecidas pioneiras dos Estudos de Mulher no Brasil chamado "Estudos sobre a Mulher no Brasil", de 1971. É a segunda vez também que se menciona o campo dos EMGF como interdisciplinar, o que retoma algumas questões que vimos no segundo capítulo, sobre a dificuldade de institucionalização de experiências interdisciplinares em contextos universitários altamente disciplinares. A publicação do segundo volume só foi possível por conta do sucesso do primeiro, o que indicava que havia uma demanda por aquele tipo de trabalho na sociedade:

Com a acolhida do primeiro volume foi bastante satisfatória, recorremos a Fundação Ford para que nos auxiliar na finalização de um segundo volume na bibliografia e que envolveu agora mais 4 áreas disciplinares (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 1981, p. 7).

Isso seria um indício da curiosidade que o tema despertava e a pertinência da publicação em seu contexto histórico. A continuidade do apoio da Ford também nos leva a crer que a Fundação permanecia convencida da necessidade do trabalho e havia ficado satisfeita com o resultado do primeiro e sua recepção. O segundo volume da *Bibliografia anotada Mulher Brasileira*, de 1981, muito provavelmente já colhendo os frutos do primeiro volume e do adensamento da produção acadêmica a respeito do tema, assim como estimulado pela participação cada vez mais ativa dos movimentos de mulheres, inclusive na arena política, demonstra estar plenamente consciente do seu papel histórico:

Nesse sentido, além de seu valor instrumental, esta Bibliografia se constitui nela mesma um documento histórico, e isto por duas razões: pelo ano-limite ter sido fixado em 1976 e pelas carências documentais que nos apontou.

Quando se tenta capturar a reativação feminista no Brasil, os anos de 1975 e 1976 aparecem como marcos importantes e que repercutiram intensamente nos trabalhos sobre a mulher brasileira. Desde então, o concernimento com o tema mulher aparece de forma mais central que periférica na produção editorial, recebendo uma orientação mais acentuadamente feminista que no passado.

A esta reativação feminista deve-se incorporar, também, a ação acadêmica que vem aceitando e integrando menos preconceituosamente a pesquisa sobre a mulher; a solidificação de núcleos de pesquisa; a realização de cursos no âmbito de universidade e, sem dúvida alguma, a realização dos dois Concursos de dotações para pesquisa sobre a mulher realizado pela Fundação Carlos Chagas com apoio financeiro da Fundação Ford.

Outras modificações na sociedade brasileira, algumas provavelmente decorrentes do processo de abertura política, passando ou não pela atividade militante, caracterizam

também o período recente. Lembramos, por exemplo, as modificações legais relativas ao trabalho e à família; a recolocação de discussões sobre o aborto; a reintrodução, no Estado de São Paulo, de educação sexual em contexto escolar, etc.

Por todas estas razões, esta Bibliografia não nos parece apenas um instrumento neutro de documentação, mas um marco precedendo um momento histórico privilegiado por mudanças e inovações. Daí suas insuficiências e também os ensinamentos que nos propiciou por estarmos justamente interessadas nas produções *de* e *sobre* a mulher, isto é, um grupo oprimido (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 1981, p. 11, grifo no original).

Este longo trecho revela muitos elementos essenciais. 1) Que as autoras tinham plena consciência do valor histórico do documento no ato em que o publicaram; 2) que 1975 e 1976 já eram considerados marcos importantes no desenvolvimento do tema da mulher brasileira; 3) reconhecem a mudança de status do tema, que deixa de ser periférico para ganhar maior centralidade; 4) reconhecem o papel da produção editorial nessa mudança; 5) apontam um aumento da orientação feminista nos trabalhos sobre a mulher; 6) apontam a maior aceitação acadêmica do tema, traduzida em um aumento dos núcleos de pesquisa e de cursos na universidade; 7) reconhecem este avanço como fruto do estimulo de uma institucionalização, por meio dos concursos da FFC e do financiamento de agências como a Ford; 8) salientam a abertura política, a ação militante e modificações legislativas que contribuíram para este processo; 9) já elaboram um discurso da prática científica feminista desassociada da neutralidade axiológica; 10) demonstram uma visão de sedimentação para um futuro otimista de mudanças e inovações; 11) tratam do caráter pedagógico da sistematização bibliográfica para as próprias participantes que aprenderam, cresceram e se profissionalizaram no tema ao dedicarem-se à leitura e à arrumação das produções de e sobre a mulher enquanto grupo oprimido.

Fica explícito um projeto feminista de fazer acadêmico quando se reclama que a reativação feminista deveria ser incorporada à ação acadêmica. A publicação é de 1981 e já indica a importância do processo de abertura política para o desenvolvimento do campo.

Na apresentação das áreas temáticas, temos algumas reflexões importantes que adiantam algumas das principais agendas atuais. A área temática em história abre sua apresentação com uma crítica à historiografia oficial:

A historiografia oficial tem, via de regra, ressaltado os feitos das camadas dominantes ao longo dos séculos e passado ao largo das inquietações da maioria da população. Não se registraram assim, a não ser de forma acidental e frequentemente deturpada por uma ótica que lhes atribui a posição de segunda plana, as contribuições dos contingentes anônimos de trabalhadores e a participação de grupos discriminados tais como o índio, o negro, a mulher, na formação de uma identidade nacional. É sobretudo em torno do representante masculino, branco e adulto das camadas privilegiadas que

se tem elaborar duas versões históricas e nosso passado (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 1979, p. 33).

Aparecem conjuntamente nesse parágrafo as ideias da inclusão dos grupos excluídos da história oficial e da formação da identidade nacional. Os grupos são ainda apresentados no singular, "o índio, o negro, a mulher".

Algumas escolhas da delimitação temática, no entanto, são curiosas. Na temática *História* diz: "incluíram-se obras versando sobre a mulher indígena. Apenas quando esta se encontrava em contato relativamente permanente com os brancos" (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 1979, p. 35). O que novamente identifica o interesse pela questão da mulher enquanto parte na construção da nacionalidade brasileira.

Na temática *Grupos Étnicos*:

Foram localizados e resumidos os trabalhos sobre diversos grupos étnicos mas, entre eles, o negro constitui, sem dúvida, o mais destacado, tanto pelo número quanto pela diversidade de estudos que a ele se referem: ele é abordado relativamente a variados aspectos da vida social, desde sua importância na formação da sociedade brasileira, até suas características socioeconômicas e religiosas e as dificuldades encontradas pelos seus membros para ascender socialmente (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 1979, p. 186).

Os outros grupos étnicos destacados na apresentação do tema são japoneses, italianos e alemães. É curiosa essa classificação da população negra em grupos étnicos justaposta a grupos definidos por suas nacionalidades.

Maria Quartim de Moraes foi a assessora responsável pelo tema *Trabalho*. Na apresentação a autora faz observações fundamentais. Ao questionar-se se temática não deveria ter se chamado *Mulher na força de trabalho* (um dos nomes desta área temática), reflete sobre as categorias que tratam da relação do homem no processo produtivo e como essas podem ser falhas, insuficientes ou falsas quando se trata da mulher. Assim, ela advoga pela necessidade de se entender a mulher a partir de seu papel específico na divisão sexual/social do trabalho, sendo esta a causa determinante na posição subalterna que ocupa na hierarquia produtiva enquanto "trabalhador de segunda categoria" (Moraes, 1981, p. 33). Isso implicaria uma produção dedicada à mulher e ao trabalho que desnudasse ao mesmo tempo hierarquias de classe e sexo.

Logo, a relação que se estabelece entre o sexo feminino e o trabalho, em nossa sociedade, concerne tanto à oposição entre trabalho e capital dentro da estrutura produtiva quanto à oposição dos dois sexos na vida social em geral e na família em particular. Vale dizer, a força de trabalho não é uma categoria assexuada, definida exclusivamente pela oposição ao capital, que comanda o processo produtivo. Na vida

real, o sexo do trabalhador participa na definição da própria *qualidade* da relação entre Trabalho e Capital: as mulheres constituem uma parcela *sui-generis* da força de trabalho, vivendo a dupla sujeição ao Homem e ao Capital. E esta dupla sujeição/subordinação não pode ser pensada mecanicamente (ou pela aritmética do 1 + 1), ao estilo das proposições que distinguem a "mulher enquanto mulher" e a "mulher enquanto trabalhadora", pois é um indivíduo (a síntese de múltiplas determinações) quem se defronta com o Capital (MORAES, 1981, p. 34).

Este é um ótimo exemplo de como os EMGF desenvolveram-se criticamente no campo da sociologia do trabalho, com profundo impacto teórico e metodológico. Muitas das apresentações temáticas alertam para os trabalhos resumidos, principalmente para seus vieses e limitações, mostrando como o conhecimento "oficial" retratou e pensou a mulher.

O trabalho feminino está em toda parte: só que tornado invisível pelos olhos das estatísticas que não o enxergam; pelos olhos dos pesquisadores que insistem em usar os óculos do saber (saber?) oficial. [...] Falar da mulher e excluir o trabalho doméstico constitui, portanto, uma maneira de deformar a realidade cotidiana do sexo feminino (MORAES, 1981, p. 34-35).

Aqui a escolha de Maria Moraes deixa claro seu questionamento ao saber oficial, que não pode, porque não tem como, saber sobre a mulher se contar apenas com as categorias, metodologias e teorias que tem disponível. Ou seja, o próprio conceito de trabalho concebido e utilizado na academia seria um obstáculo para a produção de saber, visto que não era capaz de olhar o trabalho feminino, uma vez que o que a mulher fazia não era trabalho, já que não era remunerado.

Não se pode dizer que o feminismo brasileiro foi acrítico das dinâmicas acadêmicas e do conhecimento científico produzido nas universidades. Essa crítica, no entanto, acontece paralelamente à defesa da universidade e da pesquisa científica, principalmente contra a intervenção militar. Daí decorre que no Brasil, com um sistema universitário público em expansão, muito mais próximo à sociedade, a academia em si era criticada por seus vieses, mas dificilmente teria seu propósito questionado. Lembremos que haviam se passado anos de intensa luta por reformas universitárias com grande enfoque em seu papel social. Ainda que elitizada, a concepção de universidade na América Latina em geral, desde muito abarcava uma proposta mais social, mais voltada para "o povo" do que o sistema universitário característico dos EUA ou da Europa. Este contexto nos ajuda a entender porque no Brasil não se desenvolveram estratégias de enfrentamento às organizações científicas e aos departamentos aos quais estavam vinculados os EMGF, como afirmam Heilborn e Sorj (1999). Aqui, a estratégia adotada, ao invés de criar espaços alternativos, foi de integrar a dinâmica da

comunidade cientifica nacional, por meio da obtenção do reconhecimento do valor científico de suas preocupações intelectuais pelos pares das Ciências Sociais (Heilborn e Sorj, 1999).

No capítulo anterior, vimos como a interferência do regime autoritário contribuiu para que a universidade se tornasse um espaço para o desenvolvimento do pensamento crítico ao regime e como sua produção voltou-se, muitas vezes, para a solução dos problemas de desigualdade. Isso fez da universidade e da academia espaços e ferramentas valiosas de disputa, não só pelo prestígio acadêmico inerente, mas pelo seu potencial de intervenção na realidade. Dessa maneira, a universidade, além de estar marcada como experiência subjetiva na identidade das acadêmicas, era um espaço valioso demais para se abrir mão. Ainda que essa relação com os movimentos feministas e partidos políticos tenha sido próxima e intensa, com diversas mulheres atuando simultaneamente na academia e nestes espaços, um contingente importante dessas mulheres mantinha uma identificação primordial com a pesquisa acadêmica. Este trecho do depoimento de Cláudia Fonseca, uma importante intelectual no tema de violência e gênero é um bom exemplo:

Como você sabe, nunca fui realmente feminista militante. Quase me dói dizer isto, mas nunca me considerei uma verdadeira política-estudantil-militante. Marchei nas ruas por muitas causas. Posso até ser uma simpatizante fanática, mas não sou o que considero militante. Tenho profunda admiração pelo árduo trabalho dos militantes, e acho que seria leviano confundir meu apoio "dos bastidores" com aquele trabalho. Do meu ponto de vista, passei a estudar as coisas de gênero por dois motivos: acho que sem dúvida nenhuma pelo fato de ser mulher. Em virtude das experiências pessoais, nos tornamos sensíveis a determinados problemas, e vivi aquela época (os anos 60 nos Estados Unidos), durante a adolescência, naquela fase da vida onde senti que "nós mulheres" sofríamos discriminação [...]Então sem dúvida nenhuma tem o vetor pessoal.

E outro vetor [...]é a riqueza do campo de estudos da mulher. [...]percebo que justamente tive um fascínio por causa da riqueza e do desafio desse campo de estudos. Era fascinada pela originalidade e pelo espírito iconoclasta das pensadoras feministas. Comparativamente, os homens pareciam mais conservadores e quase pernósticos (FONSECA, 2006, p. 44-45).

Perceba que estes depoimentos de Fonseca remontam bem a dificuldade dos EMGF em seu pertencimento à academia e sua vontade de atuação política. Esse pertencimento duplo aos pressupostos da pesquisa científica e à ação política leva a este local incômodo que Costa, Barroso e Sarti (1985) mencionam, de ser muito acadêmica para a militância e muito militante para a academia. Moschovick (2018) vai chamar este lugar ambíguo entre a política e a ciência onde repousa o EMGF de interstício, para ver como, a partir de uma leitura bourdieusiana, ocorre a combinação de capital político, capital universitário e capital científico na obtenção de uma posição dominante em um espaço de produção de conhecimento.

A crítica à produção de um saber oficial é feita principalmente pelos seus vieses teóricos e metodológicos, propondo correções como formas de diminuir a distorção da realidade:

A inexistência de qualquer estudo que analisa a prostituição do ponto de vista econômico (a prostituição tem sido tratada como questão pertinente às áreas do Direito, da Moral ou da Saúde) dificultou sua inclusão neste capítulo, tal como caberia, pois é antes de mais nada um trabalho. Mas esse exemplo – ao qual poderíamos tomar outros, no estilo do registro que as estatísticas fazem da categoria chefe de família, que sempre é homem (quando existe um homem na unidade familiar) mesmo quando estão dadas as evidências de que a mulher é quem sustenta a casa – é apenas mais um dos inúmeros casos "dois pesos e duas medidas" da ótica oficial. Desta maneira, a própria "partição" da realidade, para fins analíticos, e uma sociedade dividida por hierarquias de classe, sexo e raça, está impregnado de preconceitos dominantes (MORAES, 1981, p. 36).

Aqui permanecemos na questão das limitações teóricas e metodológicas dos saberes oficiais. A questão relativa à categoria de chefe de família citada por Moraes é crucial na história dos EMGF, como veremos adiante. Moraes também identifica o mesmo fenômeno que venho destacando, acerca da necessidade de colar a questão da mulher às questões centrais da vida político-intelectual do momento. Como vimos, uma das estratégias fundamentais para a legitimação dos EMGF foi colar a questão da mulher aos temas nobres, como desenvolvimento, trabalho e democracia:

[...]mas ao mesmo tempo, é preciso levar em conta as circunstâncias históricas que explicam porque o espaço academicamente possível para o desenvolvimento das análises sobre a mulher exigia a utilização de temas "nobres" como álibi (MORAES, 1981, p. 38).

Muitas apresentações temáticas da bibliografia também salientaram que parte da justificativa para escassez de trabalhos especializados na questão da mulher estava relacionada à escolha por referências acadêmicas:

A presente Bibliografia está, portanto, profundamente marcada pelos limites da "ciência" econômica: todo método e toda técnica já são, concomitantemente, método e técnica de construção de um objeto, dizia Marcel Mauss. Assim, a própria construção do universo pesquisa bibliográfica excluiu a produção não-oficial sobre a mulher (e um rico material que pode ser coletado em jornais: os próprios jornais feministas por exemplo). Mas, de qualquer modo, a bibliografia é fiel no sentido de retratar adequadamente a concepção predominante acerca da questão da mulher. Em outras palavras, ou ela é silenciada — o silêncio dos governantes, por exemplo — ou então ela é descrita/falada segundo métodos e técnicas que comprometem o alcance dos estudos por serem incompetentes para traduzir teoricamente a situação vivida pela mulher (MORAES, 1981, p. 39).

Para Maria Moraes, o que se alterou então não foi tanto a realidade mas a relação que algumas mulheres passaram a ter com o saber. Nesse sentido, o aumento da presença feminina

nas universidades e na pós-graduação teve efeitos na própria relação das mulheres com o conhecimento a que tiveram acesso. Se pensássemos como Collins (2016), as mulheres teriam se tornado *insiders*.

Assimilaram a cultura masculina – melhor dizendo, o modo de tratar teoricamente a realidade dos detentores do poder acadêmico/teórico – para legitimar seus estudos e, depois de árduos caminhos, passaram a produzir com maior autonomia; pensando os problemas *de dentro*; esmaecendo os contornos dos limites daquilo que, classicamente, separa sujeito e objeto de pesquisa. E a nova produção feminista infiltra-se nos organismos de pesquisa, nas universidades, nas escolas. Esta nova fase, em nosso país, data de cinco anos para cá: daí não ser muito visível no material, cuja data máxima de publicação é 1976. Ultrapassamos, enfim, o período de produção teórica em que a mulher – tanto enquanto objeto de pesquisa como enquanto pesquisadora – era, ainda, "esta espécie envergonhada" (MORAES, 1981 p. 40).

Neste trecho, a narrativa apresentada por Moraes confirma o que viemos delineando acerca da identificação subjetiva das acadêmicas enquanto pesquisadoras de suas grandes áreas disciplinares. A assimilação da cultura masculina, aqui entendida como uma maneira de tratar teoricamente a realidade que é hegemônica, serviu para legitimar os primeiros estudos, que ao garantir algum espaço puderem produzir a partir de suas próprias trocas. É por meio dessas mulheres, de pertencimento, ou posicionamento híbrido, como diria Costa (1994), de dupla fidelidade (com as Ciências Sociais e com os EMGF), que o feminismo se infiltra (ou seja, pelas brechas) na universidade.

Ainda tratando da Bibliografia, na temática Educação, supervisionada por Elba Siqueira de Sá Barreto, também encontramos um trecho que localiza a importância do aval da cientificidade para legitimação de um conhecimento:

Assim se retomam características de comportamento — muitas delas inclusive historicamente associadas à concepção idealizada de mulher, difundida pelas camadas dominantes de séculos passados — às quais se empresta o aval de conhecimento científico, expresso no Brasil pelas análises de feitio psicologizante. Com a transposição das explicações organicistas para as de caráter psicológico, procura-se negar, com o apoio dos ideais de neutralidade da ciência, que as diferenças entre o homem e a mulher implicam em uma valoração negativa das qualidades apontadas como femininas (BARRETO, 1981, p. 222).

Aqui fica claro como as proposições sobre as diferenças entre mulheres e homens se utilizam do "aval de conhecimento científico", ou seja, são autorizadas pelo conhecimento científico, sustentadas principalmente pelas ideias de neutralidade do fazer científico.

O esforço da bibliografia contou ainda com outro desafio metodológico, desta vez em razão da dificuldade de encontrar registros sobre mulheres ou produzidos por mulheres. Com frequência esse material, potencialmente considerado menor, ou menos relevante, não passa

por qualquer tentativa de arquivamento, ou é feito de maneira amadora. É justamente a marginalização da mulher enquanto produtora de conhecimento que torna o levantamento bibliográfico um desafio que exige soluções metodológicas alternativas:

A tentativa de localizar as obras destas mulheres ou trabalhos sobre elas nos fichários das bibliotecas foi algumas vezes proficua. Outras vezes, no entanto, a pesquisa foi desanimadora, seja pela destruição parcial de livros, seja pelo fato de muitas não constarem de acervo das bibliotecas [...] Mesmo os livros de Maria Lacerda de Moura, lidos e resumidos para o primeiro volume, foram emprestados, em sua grande maioria, por particulares.

A dificuldade em se obter o material deixado sobre essas mulheres pode ser atribuída, muitas vezes, ao tipo de publicação a que estavam sujeitos os seus escritos: edições de pequena triagem em editoras de segunda classe, quando não editados pelas próprias autoras. Isto, aliado ao descrédito atribuído à produção feminina e ao assunto, às vezes polêmico, de que tratavam, circunscreveu esses trabalhos a uma distribuição limitada, e por que não, propositalmente ignorada.

As bibliotecas oficiais nem sempre são o melhor caminho para obtenção desse material. A pesquisa em coleções particulares, arquivos familiares e mesmo nos sebos certamente tem levado a resultados mais positivos. Faz, então, necessário, que se entre em contato com os colecionares particulares e as famílias dessas mulheres, para que esse material não fique disperso sujeito à ação destrutiva do tempo ou à censura dos familiares.

Enfim, a experiência destes anos todos em bibliotecas e centros de documentação, o convívio com documentos e a reflexão que acompanhou o trabalho da equipe mostrou-nos a necessidade de uma avaliação crítica das fontes documentais tradicionais que permitisse ultrapassá-las, redefinindo novos parâmetros para localização de obras de e sobre a mulher (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 1981, p. 12).

Uma alternativa metodológica necessária, no caso da pesquisa sobre mulher, é a procura por fontes através de particulares. A ausência da produção *de* e *sobre* mulheres das bibliotecas oficiais demonstra o parco interesse e importância que o tema havia obtido até então. Assim, os contatos pessoais, os laços familiares e de afinidade tem de ser contatados, e as acadêmicas têm que transitar, não pelas vias oficiais de organização do saber, mas pelas informais.

Outro indício de que a empreitada da FCC era uma tentativa deliberada de criar uma cena dos EMGF no Brasil é que um projeto alimentava o outro, de forma que se completavam. Os concursos serviram à bibliografía, a bibliografía serviu aos concursos, as mulheres que trabalharam e passavam nos concursos constituíam redes que podiam e eram mobilizadas em outros projetos:

Muitas das referências arroladas nessa obra foram ainda encontrados no exame da bibliografía citada nas publicações que examinamos e nos projetos apresentados ao I e II concurso de dotações para pesquisa sobre a mulher (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 1981, p. 15)

Na apresentação do tema *Artes e Meios de Comunicação*, escrito por Maria Lúcia de Barros Mott, vemos novamente a questão dos critérios e limites impostos pela bibliografia que nos ajudam a entender também o efeito do ano de 1975 na produção dos EMGF:

Talvez a coisa mais dificil em uma bibliografia seja colocar um ponto final no levantamento de referências. A sensação de trabalho incompleto permanece e os limites pré-estabelecidos, inquestionáveis em momento inicial, tornam-se inadequados, mostrando sua fragilidade. Essa sensação foi particularmente aguda neste segundo volume – pela defasagem entre a data estabelecida como limite para inclusão das obras e o desenvolvimento de estudos sobre a brasileira a partir daí – e nesta área cuja especificidade vinha a questionar, em cada momento, a pertinência do critério acadêmico como condição de aceitação no título para Bibliografia (MOTT, 1981, p. 308).

Como vimos, a limitação a textos acadêmicos significou a exclusão de obras importantes que circularam em outros meios. A delimitação temporal (textos até 1976) é bem próxima ao ano da primeira publicação, em 1979, mas já se encontrava problemática, justamente porque delimitava seu fim no *boom* inicial de trabalhos no tema, que explodiram na segunda metade da década de 70.

Foi, no entanto, deixada de lado uma gama enorme de revistas — especializadas ou gerais — ditas de divulgação (novamente surgem adequação do critério acadêmico como limite para esta área) mas cuja periodicidade e importância no que se refere à mulher certamente autorizam sua análise dos pontos estavam neste caso. Não obstante a exclusões, não ocorreu na área uma subserviência ao academicismo, pois — como no restante da bibliografia — privilegiou-se o tema Mulher como critério de aceitação no título (enquanto referência e/ou resumo) (MOTT, 1981, p. 309).

Algo que também chama atenção e ajuda a explicar algumas características que os EMGF vão assumir é sua concentração de narrativas no Rio de Janeiro e em São Paulo. As bibliotecas e centros de documentação consultados pela equipe restringiram-se a essas cidades, mais meticuloso no segundo caso, devido ao fato de a coordenação situar-se em São Paulo. Sobre isso, Maria Lúcia de Barros Mott comenta na apresentação temática de *Artes e Meios de Comunicação*:

Embora os acervos das bibliotecas pesquisadas, sejam ricos, a maioria das publicações aí encontradas provém do eixo Rio-São Paulo. Constatamos, porém, que as edições de outros estados não devem ser menosprezadas pois, quando podemos manuseá-las, atestaram uma participação feminina inusitada. Uma pesquisa regional bem mais detalhada se faz necessária inclusive em condições de revistas que à primeira vista poderiam ser consideradas como omissas naquilo que se refere à mulher (MOTT, 1981, p. 309).

As capas das duas edições trazem simbolicamente o movimento produzido pela bibliografia anotada. O movimento de reunir as visões sobre a mulher brasileira, para começar a conhecer sua realidade. A capa do volume 1 traz uma arte composta de uma composição de três imagens recortadas e justapostas de maneira desarmônica, formando um gradeado de doze recortes destas fotografias. Duas das imagens mostram termos grafados, a expressão "Mulher Brasileira" e a palavra "mulher" são recortadas e aparecem quase sempre incompletas, como se não conseguíssemos ver o seu todo, apenas uma parte. Os diferentes recortes incompletos das grafías, justapostos, nos dão uma ideia mais abrangente, mas não total, sobre seu conteúdo "mulher brasileira". A terceira imagem é de um corpo feminino. Nos recortes desta são focalizados um colo feminino e um rosto, mal centralizado, com a cabeça virada para o lado, de maneira que não se consegue ver diretamente a figura feminina. Vemos apenas um terço do seu perfil, seus olhos talvez fechados, uma orelha, seu brinco e parte do seu cabelo. A arte de capa captura simbolicamente o movimento da bibliografia, que reúne recortes pequenos, marginais, que não colocam a mulher no centro - que não a veem por completo, que não a encaram de frente, que a veem apenas parcialmente, que veem apenas os atributos do seu olhar interessado, seu colo, sua nuca, sua marca de feminilidade – para tentar obter um retrato mais completo da mulher brasileira em sua totalidade.

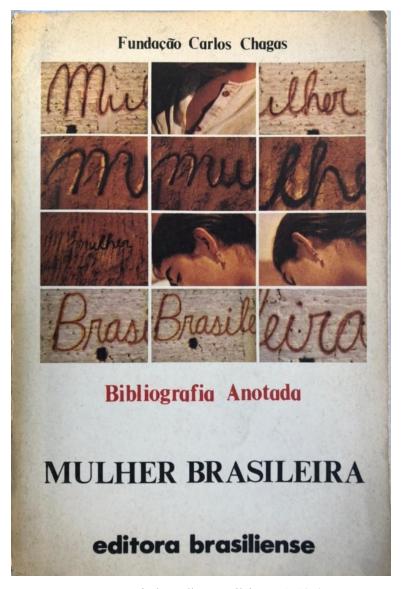


Figura 4 – Capa bibliografia anotada

Fonte: A autora, a partir de Mulher Brasileira, v. 1, 1979

A capa do segundo volume talvez seja mais direta e, publicada em 1981, já demonstra alguns avanços colhidos na virada da década com o pujante crescimento dos EMGF naqueles poucos anos. A imagem de capa do segundo volume mostra, também, a imagem de uma figura feminina incompleta. Essa figura, no entanto, está de frente, nos encarando, séria. Vemos apenas um dos seus olhos, uma de suas sobrancelhas e uma porção do seu cabelo. O resto da imagem parece ter sido rasgada, corroída, está em branco, apagada. Simbolicamente a imagem ilustra a bibliografía, que quer colocar a mulher em evidencia, descortiná-la, reconstruí-la de seu apagamento. Já não são recortes de outros olhares, é uma imagem só, o começo de uma reconstrução, pelos olhares das mulheres.

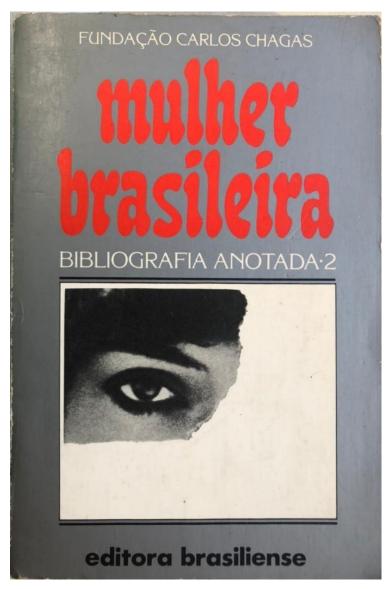


Figura 5 — Capa Bibliografia anotada

Fonte: A autora, a partir de Mulher Brasileira, v. 2, 1989

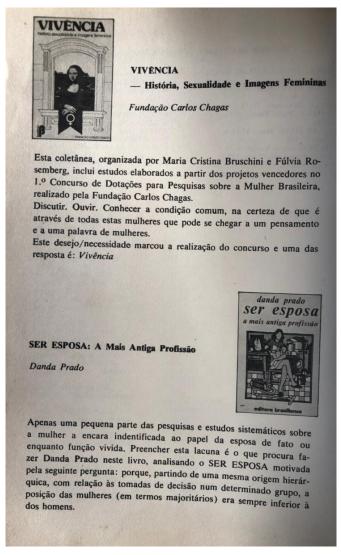


Figura 6 – Última página, divulgação de livros da editora,

Fonte: A autora, a partir de Bibliografia anotada, Mulher Brasileira v. 2, 1981

A última página da edição, após o índice autores e selo da editora, apresenta a sinopse de duas outras publicações: Vivência — História, Sexualidade e Imagens Femininas, da Fundação Carlos Chagas e Ser Esposa: A Mais Antiga Profissão, de Danda Prado. A primeira é uma coletânea, organizada por Maria Cristina Bruschini e Fúlvia Rosemberg. Na sinopse:

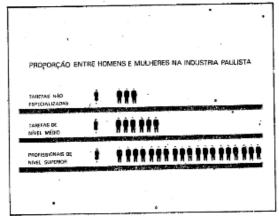
[...] inclui estudos elaborados a partir dos projetos vencedores do 1º Concurso de Dotações para Pesquisas sobre a Mulher Brasileira, realizado pela Fundação Carlos Chagas. Discutir. Ouvir. Conhecer a condição comum, na certeza de que é através de todas essas mulheres que se pode chegar a um pensamento e a uma palavra de mulheres. Esse desejo/necessidade marcou a realização do concurso e uma das respostas é: *Vivência* (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 1981, p. 396 grifo no original).

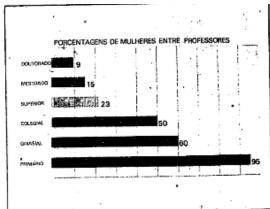
A referência direta ao primeiro concurso mostra o esforço conjugado de formação desse campo, que para institucionalizar-se montou frente em vários espaços de disputa intelectual. Conseguiram mobilizar recursos para financiar pesquisas e fizeram o esforço da bibliografia. Além de ser uma compilação de extrema utilidade, sendo base para a emergência de um campo, foi também, em seu processo de pesquisa e redação, momento de aprofundamento e pesquisa densa que familiarizou uma gama de pesquisadoras com a mulher enquanto objeto de pesquisa.

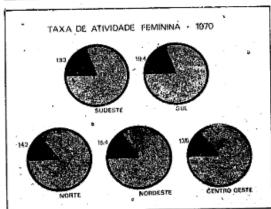
Nesse sentido, a bibliografia foi fundamental para criar uma rede de referências comuns, tanto para o público quanto para as pesquisadoras, o grupo "famoso no pedaço" de mulheres que se reuniam para discutir e debater pesquisas, ao mesmo tempo que tentavam sistematizar o conhecimento acadêmico produzido sobre a mulher brasileira. Conjugado a isso, a importância da atuação editorial é fundamental, que lança, disponibiliza e divulga livros de resultados de pesquisa sobre a mulher. Isso não pode ser separado do lugar da Fundação Carlos Chagas como instituição autorizada de saber e, portanto, com uma posição confortável no mercado editorial, no que me parece uma construção deliberada de um campo pela mobilização conjunta de várias áreas de circulação intelectual. O mais interessante talvez seja a dupla estratégia, presente na ideia de tocar um projeto com financiamento internacional do jornal *Mulherio*, na pujante imprensa alternativa, tornando-se um espaço de atuação intelectual fundamental do cenário brasileiro.

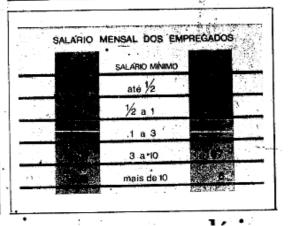
Retomando o trecho acima, na sinopse da coletânea, com os resultados do primeiro concurso, a intenção é óbvia. Discutir, ouvir e conhecer a condição comum para que por meio dessas mulheres forme-se um pensamento e uma palavra de mulheres. Está embutido aqui todo o processo. Discutir, ouvir e conhecer indicam uma orientação metodológica que se faz *através* das mulheres, ou seja, de si mesmas, da partilha e discussão de suas questões. Não à toa a resposta é *vivência*. E onde se quer chegar por meio da escuta e discussão das vivências, que propiciam o conhecimento? Em um pensamento e uma palavra de mulheres. Levando em conta a tradição brasileira de chamar sua produção teórica de *pensamento* (ver LYNCH, 2013), o objetivo é uma teoria informada pelas palavras e vivências das mulheres.

Figura 7 – Matéria da Folha de São Paulo, de 29 de janeiro de 1978, sobre o trabalho feminino(continua)









Para mulher, menos emprego e menor salário

"Sindicalismo deve começar dentro do lar"

Ainda enfrentando o boicote Ainda entrentando o boicote de várias empresas é as pres-sões de algumas cheflas "menos esclarecidas", poteco mais de 350 trabalhadoras vol-taram a se reunir durânte o dia de ontem na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernar-do onte à tarde foi encerrado e do, onde, à tarde, foi encerrado o I Congresso da Mulher Metalúr-

gica.

O terceiro ciclo de palestras,

"A Mulher e o Sindicato", foi
apresentado pela socióloga Annez Andraus e pelo presidente do
sindicato, Luis Inácio da Silva.
Os dois ciclos anteriores,
realizados sábado último, foram
"A Mulher e a Legislacáo" e "A
Mulher e as Condições de
Trabaiho". Para a socióloga Annez Andraus, a mulher operária
sofreduse vezes, quer dentro do sofre'duas vezes, quer dentro do conjunto de trabalhadores, quer conjunto de trabalhadores, quer como membro feminino da mão-de-obra, principalmente porque não houve nenhuma transfor-mação na discriminação quanto sua presença na profissão e a sua capacidade profissional. Annez lembrou que para as empresas è altamente útil a presença das mulhores tra-

IREDE CARDOSO

INEDE CARDOSO

Embora a mulher núnca tívesse estado autente da tarefa das construção da riqueza do País, sua atuação tem sido pouco visível. Carmem Barroso, psicóloga e professora da Fundação Carlos Chagas e da PUC de São Paulo, assinala que o valor monetário do trabalho doméstico já foi calculado, em outros países. Galbraith, em 193, quando assessor de Kennedy, estimou em mais de treze mil dólares anuais o valor do trabalho de uma dona-de-cusa em mais de treze mil dólares anuais o valor do trabalho de uma dona-de-casa norte-americana. Outros estudos da valor do trabalno de uma dona-de-casa morte-americana. Outros estudos da mesma origem, estimam o trabalho doméstico em não menos de 25% do PNB. No Brasil, a economista Maria Moraes calculou, em 1976, que uma dona de casa, se recebesse o salário de uma empregada doméstica diarista, teria um salário baso de Cr\$ 1.800,00. Maria Moraes dig textualmente — lembra a psicologa — que "a sociedade como um todo tem uma divida secular relativamente ao trabalho doméstico exercido pelas donas de casa das camadas trabalhadoras, porque esse trabalho, quando é realizado individualmente, recebe um "pagamento" (através do salário do marido) muito inferior ao que receberia se esta atividade fosse reumnerada segundo os critérios de remunerada segundo segundo segundo segundo de compara de casa de critérios de remuneração do pessoal que exerce serviço doméstico em re-

que exerce servico domestico em re-sidências privadas".
"Por importante que seja o trabalho domestico — enfatiza Carmem Barroso — è necessário reconhecer que muitas dessas tarefas poderiam ser executadas em escala industrial de forma mais eficiente e econômica, de modo a liberar a mão-de-obra feminina

no Brasil é ainda muito pequena se comparada com a de outros países. Em 1970, segundo o Censo, o número de em condições de trabalhar, no Brasil (todas as mulheres com acima de 10 anos de idade) era de 33 milhões e somente 6,2 milhões exer-ciam uma atividade remunerada. Considerando-se a população economi-camente ativa como um todo — 25 milhões de trabalhadores — a mulher representava pouco mais que a quinta parte, 6 milhões.

parte, 6 milhões.

As mulheres mais segregadas são as casadas: sua taxa de atividade é 9,8% — quase quatro vezes mais baixa que entre as solteiras. Isso se deve — lembra Barroso — às dificuldades enfrentadas pelas mulheres casadas que, paralelamente ao trabalho doméstico e o cuidado dos filhos sobrem uma ao cuidado dos filhos, sofrem uma série de restrições quanto à sua incor-poração no mercado-de-trabalho, por parte das empresas.

A OUTRA DESVANTAGEM

O maior número de mulheres tra-balhadoras no Brasil concentra-se no balhadoras no Brasil concentra-se no setor terciário, predominando o ramo de serviços, que ocupa mais da metade da população ativa feminina brasileira. No setor secundário, predomina o trabalho feminino nas indústrias têxtile de vestuário, nas quais se estão 81% das operárias brasileiras. A menor concentração de mão-de-obra feminina é na agroptecuária. Mas há subestimação nos dados do Censo dei 1970. Apresenta pouco mais, de um .1970. Apresenta pouco mais, de um milhão de mulheres ocupadas na agropecuária, enquanto que o Censo Agricola aponta para um total de 5,8

sofre com uma discriminação gritante, não podendo, por exemplo; utilizar-se do levador social ou das áreas de lazer. Suas condições | de, habitação são, muitas vezes, pésimas — lembra Carmuitas vezes, péssimas — lembra Car-mem Barroso — apenas um cômodo, classificado ha planta da casa como "dispensa", como forma de burlar o Código de Obras, pols tem proporços tão reduzidas que não pode ser clas-sificado como "dormitório". Difici-mente os quartos de empregados tem lanelas ner reminio. janelas, por exemplo,

janelas, por exemplo.

Suas condições salariais são ainda piores: o Censo de 1970 reveia que, em 1970, 80% das empregadas domesticas ganhavam menos de 60% do salario mínimo. Segundo o Ministro do Trabalho, a maioria delas não se filiou ao sistema previdenciário, embora já tenham direito.

TRABALHADORNS RURAIS

Na Agricultura, há grande número de mulheres "bóias-frias", sem vinculo empregaticio e numa situação de culo empregaticio e numa situação de completa insegurança. A situação é semelhante a de seus companheiros homens, porém, com uma agravante: muitas fazendas estabelecem remu-neração inferior para elas, para igual jornada de trabalho. Além disso, as que mudaram para as cidades, ti-veram suas oportunidades de trabalho restricidade ou más lacem com cilho cestividade cestividade com cilho cestividade cestividad restringidas por não terem com quem deixar seus filhos — enfatiza Carmem

"O Censo de 70 revela um quadro trágico para as trabalhadoras rurais: quase metade não tem rendimentos e 38,5% ganham menos de 60% do salário

Figura 8 – Matéria da Folha de São Paulo, de 29 de janeiro de 1978, sobre o trabalho feminino (conclusão).

torma mais enciente e economica, de modo a liberar a mão-de-obra feminina para o exercicio de outras funções e a evitar que a trabalhadora seja levada à exaustão, pela sobrecarga representada pela dupla jornada: em casa e

A questão, transposta agora para o terreno da Economia, levanta dados curlosos: Evelyne Sullerot - lembra Carmem Barroso — em seu livro "His tória e Sociologia do Teabalho Femi-, calcula que o trabalho domés tico na França, não remunerado, ocupa 2 bilhões de horas a mais que todo o trabalho remunerado de homens e mulheres somados. Sullerot considera: "se um diretor de fábrica verificar que está gastando mais horas na limpeza que na produção, vai achar que não está agindo racionalmente e procurará alterar o emprego de fa-

Quais seriam as possibilidades de aproveitamento dessa imensa massa de recursos? Para Carmem Barroso. só a análise das condições de trabalho das mulheres que, atualmente, já exercem atividade remunerada fora de casa, è que permitirá determinar as medidas necessárias a um melhor aproveitamento da mão-de-obra que atualmente permanece segregada dentre das quatre paredes de lar.

PEQUENA

Houve, de fato, sensivel aumento da participação feminina no mercado-de-trabalho. Em 1950, a taxa da atividade feminina era de 14,6%, passando a 18,6% em 1970 — Indica Carmem Barroso, alinhando dades da PNAD. O aumento - relativamente maior que o masculino - parece ser o resultado da ampliação do mercado de-trabalho. pela criação de novos empregos e da diminuição dos niveis de renda real do

grande parcela da população bra-sileira na última década, tornando cada vez mais necessária a participação das mulheres em atividades remuneradas para a complementação, do orçamento doméstico — interpreta

Estudo recente do MTPS revela, no entanto, que a participação feminina

griçuia aponta para uni total un vio milhões.

Carmem Barroso lembra um dado que considera "chocante": o contingente feminino ocupado em atividades industriais está diminuindo. Expli-cação: a expansão industrial utiliza tecnologias sofisticadas e requer mãode-obra mais qualificada, requisto que, raramente, a mulher tem condições de

SEGREGAÇÃO

São alarmantes os números frios sobre a pequena participação feminina no trabalho feminino — considera Car mem Barroso. Isso porque o Pais está desprezando a ajuda de boa parte da metade de sua população na tarefa do desenvolvimento. Segundo mulher, quando sal de casa para exer-cer atividade remunerada, encontra ocupações menos gratificantes e menores oportunidades de realização profissional, além de salários mais baixos, menor prestigio e condições de trabalho piores que as dos homens. Além de continuar arcando com toda a responsabilidade das tarefas domésticas, o que caracteriza uma dupla jornada de trabalho. Maisde 80% das mulheres que tra-

balham no Brasil concentram-se em apenas dez ocupações — "uma verdadeira segregação em guetos" dadeira segregação en guedos de Carmen Barroso. São empregadas domésticas, trabalhadoras rurais, professoras primárias, auxiliares de escritório, costureiras, lavadeiras, balconistas, serventes, enfermeiras não diplomadas e tecelas. O Censo não

registrou e número de prostitutas. Tais atividades são exatamente, geralmente, as que oferecem as piores condições de trabalho, limitando o mercado mais para as mulheres que para es homens.

EMPREGADAS DOMESTICAS Entre todas as categorias dos tra-balhadores urbanos — assinala Carmem Barroso - a empregada doméstica è, certamente, a mais desprote; gida pela legislação, sujeltando-se a condições de trabalho aviltantes. Em muitos prédios de apartamentos ela, minimo."

AS "PROFESSORINHAS"

ocupação feminina Terceira Brasil, as professoras, mesmo nas unidades mais ricas da Federação, como São Paulo, são contratadas a titulo precário. Estão, portanto, à marda legislação trabalhista. Em muitos Estados, seus salários são mesmo inferiores ao próprio minimo.

DIFFERENCAS

Mais da metade das mulheres que abalham, no Brasil, recebem um trabalham, salário minimo ou menos, apenas 39,4% do total dos dores homens estão nessa faixa. No ponto mais alto da escala de renda (acima de trinta salários minimos) existe apenas uma mulher para cada sessenta homens.

Seria essa disparidade consequência de diferenças de nivel de instrução? Os salários das mulheres são sempre menores que os dos homens de igual instrução, em todas as regiões bra-sileiras, segundo estudo do IPEA, or-gão da Secretaria de Planejamento da Presidência da República

Carmem Barroso alinha ainda uma pesquisa realizada pelo IPE, da Universidade de São Paulo: os homens, nesse levantamento felto em 1971, tinham salário/hora cerca de 57% maior do que as mulheres, em todas as profissões, na indústria paulista. Mesmo nas profissões de secretária, treinamento e tradução — consideradas femininas — o salário do homem era cerca de 25% malor.

A mulher trabalha menos que o, homem. Pesquitas realizadas nesse, sentido, também mostram que essa afirmação não e verdadeira.

Estudo da professora Eva Blay, da USP — cita Carmem Barroso — re-

velou que, nos trabanos que nao exigem especialização, há uma mulher para seis homens e, nos empregos que oxigem pessoal de nivel superior a proporção é de uma mulher para 19 homens. No magistério à medida em que o "préstigia" e o salário aumen-tam, decresce a participação da mulher.

Legenda: a matéria conta com comentários de Maria Moraes, mas principalmente Carmen Barroso, que faz referência ao trabalho de Eva Blay. É um bom exemplo de como a atuação das acadêmicas estava relacionada à atuação dos movimentos sociais.

Fonte: Acervo Folha de São Paulo, 29 de janeiro de 1978

4.3 Seminário A mulher na força de trabalho

Como Costa (2004), acredito que alguns eventos propiciam encontros que guardam consigo a possibilidade de transformarem-se em marcos que cristalizam ou sinalizam a expressão de interesses coletivos, sendo momentos privilegiados com potencial de aglutinar aspirações e demandas antes dispersas. E é assim que vejo o seminário A mulher na força de trabalho realizado em 1978, como um momento inaugural que sedimentou a pedra angular dos EMGF na academia brasileira, um momento que simboliza, em grande medida, o início de um campo acadêmico organizado e não mais disperso.

A sociologia do trabalho foi uma subárea central da produção brasileira entre os anos 40 e 60 e, por muito tempo, imperou nas Ciências Sociais a proposição de que o trabalho constituía a principal referência, não só para os direitos e deveres das relações de trabalho, mas principalmente para a identidade, a sociabilidade, os interesses, o comportamento político, os modelos de família e os diferentes estilos de vida (SORJ, 2000).

O artigo sobre as mudanças no campo da sociologia do trabalho de Bila Sorj (2000) destaca o papel dos EMGF no tensionamento do conceito de trabalho então prevalecente na sociologia. No período que estamos analisando, a abordagem dominante era de que, nas sociedades modernas, a economia constituía-se como uma esfera praticamente autônoma que determinava de maneira estrutural o sistema social. Predominante nas Ciências Sociais brasileiras, esta ideia apartava as dinâmicas do mundo doméstico e, de acordo com Sorj (2000), colocava a relação salarial como ponto de referência central, por intermédio do qual todos os demais aspectos da sociedade deveriam ser deduzidos. Portanto, organização política, cultura e família seriam apenas reflexos de um denominador causal. O marxismo, que, como vimos, era uma das interpretações dominantes nas Ciências Sociais, informou por muito tempo as questões centrais da sociologia do trabalho.

Isso se coaduna com os aspectos que vimos no capítulo anterior e informa os círculos acadêmicos que formaram e onde primeiramente atuaram as mulheres que compuseram inicialmente os EMGF. Os vínculos com o marxismo e a militância são fundamentais na história dos EMGF no Brasil e isto se expressa muitas vezes via sociologia do trabalho, que é de onde muitas mulheres que começaram a estudar mulheres partiram, entre elas Heleieth Saffioti, Eva Blay e Neuma Aguiar. Sorj argumenta que, a partir das intervenções dos EMGF, os modelos interpretativos oferecidos pela sociologia dominante passaram a ser revistos, com críticas voltadas principalmente à noção de que a produção e o trabalho doméstico seriam regidos por diferentes princípios. Quer dizer, de que as regras do mercado diziam respeito à produção, enquanto o trabalho doméstico era apresentado como *natural*. O marxismo também possibilitou que o feminismo desenvolvido no Brasil tomasse contornos interessantes. De acordo com Araújo (2000), há uma série de contribuições do marxismo ao feminismo, principalmente pelo seu enfoque histórico e material, que contribuiu para a desnaturalização da subordinação da mulher, localizando sua gênese num processo gerado nas e pelas relações sociais.

A emergência do movimento feminista funcionou como articulador de um novo discurso sobre a condição das mulheres. Segundo Sorj (2000), na sociologia do trabalho, isso

implicou na abertura da caixa-preta da esfera doméstica para expô-la ao debate político, o que jogou água nas noções de harmonia entre os sexos, do casamento, da sexualidade e da maternidade. Um dos maiores destaques é que essas mulheres foram muito convincentes em mostrar a existência de um estreito vínculo entre o trabalho remunerado e o trabalho doméstico, evidenciando que as diferentes posições de homens e mulheres no espaço doméstico são elemento central na determinação das chances no mercado das carreiras, dos postos de trabalho e dos salários (SORJ, 2000). E, como indica a autora, a recíproca também é verdadeira, uma vez que a esfera familiar não pode mais ser vista como um sistema de posições fixas, livre dos constrangimentos externos gerados pelo mercado de trabalho.

Então, se, por um lado, se colocou a importância dos valores culturais para o funcionamento dos mercados e das relações de trabalho, introduziu-se, por outro, uma abordagem econômica das atividades domésticas, que passam a ter seus valores (não remunerados) contabilizados em sua contribuição para o funcionamento do sistema produtivo, pelo valor econômico que desempenham. Como aponta Sorj (2000), isso forçou a sociologia a expandir sua definição de trabalho e refletir sobre o caráter histórico e cultural deste conceito e das atividades que engloba. O campo da sociologia do trabalho era, portanto, um campo estratégico de disputa, pelo papel central que desempenhava na sociologia e foi um, senão o, um dos berços dos EMGF no Brasil.

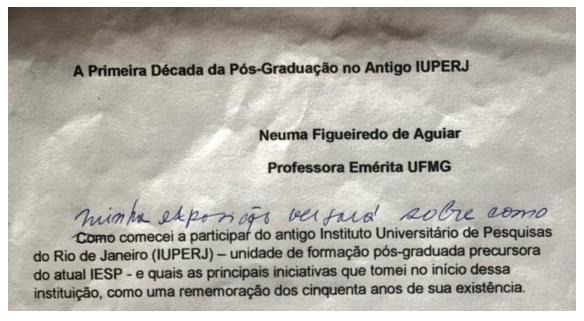
Na ocasião dos 50 anos da pós-graduação do IESP-UERJ, o evento de aniversário da instituição em que Neuma Aguiar foi uma das convidadas a palestrar, reunia uma série de figuras importantes da instituição. Em 26 de setembro de 2019, na mesa 2, que debatia a primeira década dos programas de pós, Aguiar, de todas as suas memórias e realizações na casa, ressaltou a importância de ter coordenado o seminário *A mulher na força de trabalho na América Latina*. Segundo Albertina Costa (2004), o ano de 1978 (em um contexto de eleições e da consolidação da abertura política) foi considerado um divisor de águas na periodização dos estudos de mulher justamente devido à realização do seminário.

É claro, na ocasião do evento de aniversário de IESP, procurei Aguiar e me apresentei, revelando que tinha interesse em realizar uma entrevista, para a qual ela me deu seu contato. Também notei, sentada na sala lotada, que Neuma fez sua fala com um par de folhas de papel nas mãos, as quais ia seguindo à medida que contava da sua experiência no antigo IUPERJ. Disse-lhe que havia notado que ela se guiava por um texto escrito e perguntei-a então se ela não disponibilizaria uma cópia virtual para mim, pois eu estava precisamente interessada no evento que ela havia relatado. Foi quando ela me estendeu as folhas que segurava e eu vi suas diversas anotações à caneta no texto. Peguei o punhado de folhas entre meu indicador e polegar e as

trouxe pra perto do peito. Naquele exato momento senti como se estivesse colocando as mãos e tomado posse um objeto com valor histórico.

O sentimento à la Indiana Jones que me acometeu revela, no entanto, bastante sobre como percebo o material que trabalho. Eu segurava, obviamente, apenas um pedaço de papel sulfite com marcas de tinta preta, coisas que valem muito pouco ou quase nada. Tratei os papéis como documentos históricos e guardei-os em minha gaveta. O conteúdo, claro, tinha maior significado, no entanto, ele tampouco era único. Eu havia assistido pessoalmente sua fala, que havia sido gravada em vídeo e seria posteriormente disponibilizada on-line. Para mim, no entanto, aquelas folhas de papel eram de extremo valor, pois elas eram a representação física do esforço mental e emocional empregado por Neuma Aguiar para organizar fatos institucionais imbuídos de sentimentos e memórias em um texto narrativo. Aqueles parágrafos representavam a maneira que Aguiar escolheu para contar a intersecção que a sua história fazia com a da instituição, esta sim, que estava sendo celebrada. De certa maneira, o que aquilo queria dizer era que um evento acadêmico sobre as mulheres era um ponto importante de sua autoidentificação quando se tratava do período que passou na instituição onde se sedimentou como a referência para a sociologia brasileira que Neuma é hoje.

Figura 9 – Foto do roteiro da apresentação de Neuma Aguiar no Seminário de 50 anos da pós-graduação do IESP-UERJ com anotação à caneta.

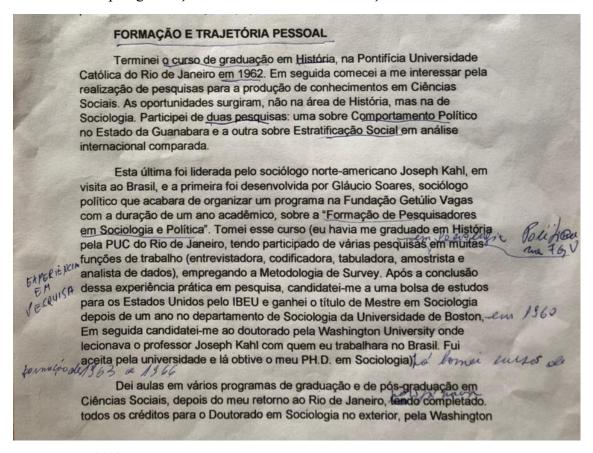


Fonte: A autora, 2019.

E foi, de certa maneira uma surpresa para mim, que dentre todas as memórias do Instituto, ela tivesse escolhido enfatizar justamente este seminário, que é pouco comentado na

literatura sobre os EMGF no Brasil, apesar de constantemente aparecer mencionado como evento importante em sua inauguração. As marcas de caneta no papel também revelavam uma revisão daquela narrativa, complementada por detalhes, como datas, nomes, correções, complementações e destaques. Os ajustes à caneta acrescentam ainda mais uma camada de reflexividade e deixam rastros da leitura da pessoa que os fez, o que nos dá acesso a mais elementos sobre ela e sobre o texto que deseja construir. Aqui destaco a forte identificação de Aguiar como pesquisadora que vimos no capítulo anterior. O dado central de sua formação e trajetória pessoal é seu interesse pela pesquisa, sublinhadas os nomes das duas pesquisas que participou. Aguiar também sublinhou o Curso de Formação de Pesquisadores em Sociologia e Política, também definidor da sua trajetória acadêmica. Ao lado da lista de funções que desempenhou nas pesquisas em que participou Aguiar escreve "experiência em pesquisa", que como vimos no capítulo anterior era o que a distinguia dos seus companheiros de mestrado nos Estados Unidos.

Figura 10 – Foto do roteiro da apresentação de Neuma Aguiar no Seminário de 50 anos da pós-graduação do IESP-UERJ com anotação à caneta.



Fonte: Autora, 2019.

A centralidade dada por Aguiar para aquele seminário em sua trajetória no IUPERJ é colocada de maneira curiosa. O momento não foi escolhido por ser reconhecidamente um marco no IUPERJ, mas porque a havia marcado pessoalmente. O sublinhado destaca ainda mais a importância do evento em sua trajetória:

Figura 11 – Foto do roteiro da apresentação de Neuma Aguiar no Seminário de 50 anos da pós-graduação do IESP-UERJ com anotação à caneta

Pessoalmente, o momento mais marcante, para mim desse período de construção da pós-graduação no luperj, foi o da organização de um seminário internacional denominado "A Mulher na Força de Trabalho na América Latina" no final de 1978. O seminário foi por mim conduzido no Hotel Glória no Rio de Janeiro e contou com o apoio fundamental do Ministério da Educação através do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação que era então gerido pela Dra. Ecilda Ramos de Souza a quem fui apresentada por Rose Marie Muraro, da Editora Vozes (que publicou os principais resultados do Seminário).

Fonte: Autora, 2019.

Em sua fala, Neuma colocou-se assim:

Então, pra mim houve um momento muito especial nessa participação do IUPERJ, no início da minha participação. Isso consistiu na organização de um seminário internacional, denominado 'A mulher na força de trabalho na América Latina'. Isso ocorreu no final de 78, nós estávamos considerando que havia dificuldade nos desdobramentos dos censos que apresentassem pra sociedade então um retrato da participação das mulheres. E achávamos também que podíamos enfatizar mais a pesquisa incorporando a participação da mulher. Eu mesma, quando estava obtendo a minha formação na Fundação Getulio Vargas fui participar de uma pesquisa sobre comportamento político e a instrução era pra fazer amostra, mas as perguntas eram orientadas pro chefe do domicílio. E assim desconhecíamos a participação política da mulher se olhássemos apenas pra aquela pesquisa (AGUIAR, 2019).

Quando entrevistei Neuma Aguiar, ambas estávamos sentadas em seu pequeno quarto, em sua residência, e eu a indaguei como ela havia se voltado aos estudos de mulheres, já que até então ela tinha desenvolvido pesquisas mais voltadas estritamente a sociologia do trabalho. Eu tinha muito interesse em saber mais detalhes daquele evento de 1978. Ela me disse:

É, aí tinha essa ausência assim dentro da sociologia do trabalho, uma ausência de mulheres. Tinha aquelas explicações gerais, mas nós sabíamos que havia um comportamento diferente de homens e mulheres, que ainda existia muitas dificuldades de ascensão ao mercado de trabalho e por aí então que eu também fui a alguns seminários internacionais, com mulheres que estavam interessadas nos estudos das mulheres e eu comecei a ver também aqui no Brasil essa ausência, um silêncio. Então aí foi que eu organizei aquele seminário (AGUIAR, 2020b).

Convidadas por June Nash e Hellen Safa, Neuma Aguiar e Heleith Saffioti haviam ido a um seminário em Buenos Aires em 1974:

Foi em Buenos Aires, é. Então eu fui e a Heleieth foi, aqui do Brasil, mas eram... Aí tinham pessoas, a Madalena Leal de León [sic.], da Colômbia²³, se tinha, a Ruth Sautu, da Argentina, você tinha... As pesquisadoras da época todas participaram. Então, a Helen Safa e a June Nash, elas tinham recurso do Social Science Resource Council, chamava naquela época e era uma organização muito prestigiosa que patrocinava seminários na América Latina e elas conseguiram apoio, conseguiram recursos e aí elas organizaram esse seminário em Buenos Aires. Elas tomaram essa iniciativa e elas fizeram um trabalho muito cuidadoso também de citar os países, identificaram pessoas.

G: Foi aí que você foi convidada ou você já conhecia elas?

N: Foi. Não, eu não conhecia. Elas marcaram hora lá no IESP, no IUPERJ naquela época, foram me entrevistar.

G: Mas você já tinha alguns trabalhos já inserindo essa questão.

N: Eu tinha, eu tinha pesquisas e nas minhas pesquisas eu sempre tinha informação sobre as mulheres e elas foram, fizeram perguntas, descobriram que eu tinha dados e tal. Aí pediram pra eu analisar e apresentar um trabalho lá. [...]Ah, foi bom. Muita gente depois que eu convidei pra cá também eu já tava conhecendo e também eu fiz contatos, eu já tinha ido a outros seminários também foi muito importante esse contato com elas (AGUIAR, 2020b).

Podemos ver que, em diferentes momentos, Neuma recupera o evento de Buenos Aires e o contato com as antropólogas estadunidenses como um momento importante de sua entrada nos EMGF. Isso recoloca para nós a importância do transnacional da existência dos EMGF no Brasil, com o financiamento internacional, com redes de intelectuais mulheres e este cenário é indissociável das discussões sobre desenvolvimento e a incorporação das mulheres neste processo. Sobre o evento, June Nash recorda:

A distância entre as feministas do terceiro mundo e aquelas que foram socializadas no primeiro mundo cresceu a partir de premissas distintas que surgiram em meados do século XX. Tomei consciência disso quando Helen Safa e eu coorganizamos a primeira conferência sobre perspectivas femininas para o Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais em 1974. Depois de viajar durante um mês pela América Latina, visitando universidades e centros de pesquisa para encontrar pessoas fazendo pesquisas sobre gênero, sentimos que havíamos conseguido um grupo representativo. Mas quando chegamos ao local da conferência em Buenos Aires, nos deparamos com um piquete de mulheres nos acusando de mais um novo investimento imperialista, desta vez por feministas norte-americanas. Quando pudemos entrar em um diálogo com as piqueteiras, todas elas pesquisadoras ativistas dedicadas, reconhecemos a base para a diferença: enquanto estávamos desafiando as portas de entrada da academia e a visão limitada que isso prenuncia, essas mulheres estavam lutando pelo controle das práticas reprodutivas, pelas questões de bem-estar da família, nas bases, contra a militarização da sociedade. O ex-presidente argentino Juan Perón acabava de voltar do exílio na Espanha com sua nova consorte, Isabella, e a disputa pelo poder no país exacerbou as tensões que as mulheres argentinas nos desafiavam a enfrentar. Convidamos as manifestantes a participar de nossas sessões e a levantar essas questões nas reuniões plenárias.

_

²³ O nome correto é Madalena León De Leal

Embora eu tenha sido pessoalmente transformada pela experiência, a tensão entre ciência social teórica e ativista permanece, e os compromissos distintos dos feminismos do primeiro e do terceiro mundo persistem. O movimento feminista tem dado destaque às mulheres e àquelas que compartilham seus interesses, como mediadoras entre preocupações teóricas e aplicação ativista em suas organizações não-governamentais (ONGs) e organizações de base (NASH, 2005, tradução nossa²⁴).

Neste longo trecho, June Nash coloca o evento de Buenos Aires como representação material das diferenças práticas e teóricas que deram origem aos feminismos produzidos nos então chamados terceiro e primeiro-mundo. Enquanto Nash pensava na inclusão das mulheres na academia, as argentinas estavam profundamente mobilizadas com suas questões políticas, sociais e econômicas, com suas demandas voltadas ao Estado. É esta diferença que informa também por que a sociologia do trabalho se tornou uma das áreas onde os EMGF vieram a se desenvolver no Brasil.

Na ocasião do falecimento de Helen Safa, em 2012, uma nota disponível no site da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) compartilha as palavras de June Nash, também recordando evento.

Estava decidida a compensar a falta de estudos sobre e por mulheres. Apresentei uma proposta de conferência, que chamei de Perspectivas Femininas nas Ciências Sociais. Feminista teria sido chocante na época, pensei. Quando recebi uma bolsa de 25.000 dólares para realizar o convite a cerca de quarenta acadêmicos, sabia que precisaria de ajuda. Uma amiga da Universidade de Columbia me incentivou a ligar para Helen Safa, que eu conhecia apenas por sua publicação sobre pobreza urbana em Porto Rico. Liguei para ela e almoçamos juntas, começando imediatamente a fazer nossa lista de acadêmicas e tópicos. Elsa Chaney se juntou a nós na fase de planejamento para encontrar estudiosas que fizeram estudos empíricos de gênero na América do Sul e no Caribe. Inicialmente, consideramos Santiago, Chile, como nosso lugar, mas antes de enviarmos os convites, ocorreu o golpe de 11 de setembro de 1973 arquitetado por Henry Kissinger. Mudamos o local para Buenos Aires, escolhendo janeiro nas férias acadêmicas de inverno para nosso encontro de cinco dias. Como poucas mulheres haviam sido convidadas para conferências internacionais e não eram muito

-

the plenary meetings.

²⁴ No original, em inglês: "The distance between third-world feminists and whose who were socialized in the first world grew from distinct premisas that were doentinf in the mid-twentieth century. I became aware of this when Helen Safa and I co-organized the first conference on feminine perspectives for the Social Science Research Council in 1974. After traveling for a month throughout Latin America, visiting universities and research centers to find people doing research on gender, we felt we had succeeded in getting a representative group. But when we arrived at the conference site in Buenos Aires, we found ourselves confronted with a picket line of women charging us with yet another imperialista takeover, this time by U.S. feminists. When we were able to enter into a dialogue with the picketers, all of whom were dedicates activisits researchers, we recognizes the basis for the difference: whereas we hag been challenging the gated entrance to academis and the limited vision this portends, these women were fighting for control over reproductive practices, for Family welfare issues at the grass roots, and agains the militarization of society. Former Argentinean presidente Juan Perón had just returned from exile in Spain with his new consorte, Isabella, and the contest for power in the nation exacerberted the tensions that Argentinean women were challenging us to address. We invited the picketers to participate in our sessions and to raise these issues in

[&]quot;Althought I was personally transformed by the experience, the tension between theoretical and activist social science remains, and the distinct commitments of first and third-world feminisms persist. The feminist movement has given prominence to women and to those who share their concearns as mediators between theoretical concerns and activists application in their nongovernmental organizations (NGOs) and grassroots organizations".

conhecidas, visitamos as principais cidades em busca de estudiosas que haviam feito pesquisas sobre mulheres na maioria das grandes capitais [...] nos anos seguintes à conferência, teríamos muitos outros encontros com nossos participantes. Nossa antologia baseada nos artigos apresentados na conferência foi publicada primeiro em espanhol, La Mujer en America Latina (1975 Mexico D.F., Sep Setenta) e depois em inglês, Sex and Class in Latin America (1976, New York: Praeger Publishers). Alguns de nossos colaboradores, como Neuma Aguiar e Heleietha [sic.] Saffioti, vieram aos EUA para dar palestras e ensinar. Ximena Bunster ministrou cursos na Clark University durante anos, quando foi para o exílio após o golpe chileno²⁵ (NASH, 2013, tradução nossa).

Tanto no relato de Aguiar quanto no de Nash aparecem referências às redes que teriam se formado e perdurado. O político aparece como novamente determinante. A previsão de realização de um evento é alterada por um golpe militar e um piquete anti-imperialista de feministas intelectuais militantes em Buenos Aires mostram o clima político da América Latina e sua estreita relação e suspeita com os produtores de saber. Outro elemento interessante no relato de Nash é a referência à grande e inesperada quantidade de financiamento de uma instituição internacional, o que demonstra o crescente interesse no mundo sobre a temática da mulher, em especial nos países em desenvolvimento. Outra marca também seria a orientação metodológica empírica, expressa na procura por mulheres who had done empirical studies of gender [que haviam realizado estudos empíricos de gênero, em tradução livre].

Quando perguntei à Neuma se àquela época ela se identificava como feminista, ela me respondeu:

O termo nem existia. Inclusive, quando eu fui no primeiro seminário que eu fui, eu acho que eu falei, não sei se eu falei, tinham duas antropólogas americanas, a Helen Safa e a June Nash, e elas organizaram o seminário era Perspectivas Femininas, chamava assim, Perspectivas Femininas nas Ciências Sociais na América Latina, [...] mas aí era assim, Perspectivas Femininas, embora fosse um seminário também revolucionário porque ninguém tinha reunido pessoas pra debater a condição feminina (AGUIAR, 2020b).

_

²⁵ No original, em inglês: "I was determined to make up for the lack of studies about and by women. I submitted a proposal for a conference, which I called Feminine Perspectives in the Social Sciences. Feminist would have been to shocking at the time, I thought. When I received a grant of \$25,000. dollars to carry out the invitation to about forty scholars, I knew I would need help. A friend at Columbia University urged me to call Helen Safa, whom I knew only by her publication of the urban poor of Puerto Rico. I called her and we had lunch together, immediately beginning to draw up our list of scholars and topics. Elsa Chaney joined us in the planning phase to find scholars who had done empirical studies of gender in South America and the Caribbean. We first considered Santiago, Chile as our venue, but before we had sent out the invitations, the September II, 1973 coup engineered by Henry Kissinger took place. We moved the site to Buenos Aires, choosing January in the winter academic holidays for our five day meeting. Since few women had been been invited to international conferences and were not well known, we visited the major cities looking for scholars who had done research on women in most of the major capitals[...] In the years following the conference we were to have many other encounters with our participants. Our anthology based on the papers delivered at the conference was published first in Spanish, La Mujer en America Latina (1975 Mexico D.F., Sep Setenta) and then in English, Sex and Class in Latin America (1976, New York: Praeger Publishers). Some of our contributors, like Neuma Aguiar and Heleietha [sic.] Saffioti came to the U.S. to lecture and teach. Ximena Bunster taught courses in Clark University for years when she went into exile after the Chilean coup."

Eu queria saber mais sobre a circulação internacional e as redes que Neuma Aguiar tinha constituído e ela me relatou:

Nos Estados Unidos é claro, eles tinham recursos, eu fui num seminário lá [...] eu me lembro até uma, a Marie-Angélique Savané, uma socióloga do Senegal e a Devaki Jain, que era uma economista da Índia, então nós começamos a nos encontrar nesses lugares, comecei a conhecer pessoas. [...] É, dos países em desenvolvimento, mas nós nos encontramos nos Estados Unidos, nos conhecemos lá. E aí, quando eu organizei o seminário aqui, eu comecei a descobrir pesquisadoras da América Latina e convidei essas duas pesquisadoras também, a Devaki Jain e a Marie-Angélique Savané pra virem também, elas vieram, porque elas podiam organizar seminários semelhantes nos países delas, continentes delas (AGUIAR, 2020b).

Fica clara a importância de uma rede internacional que se constitui e que ajuda a imprimir credibilidade à empreitada, são trocas acadêmicas transnacionais mediadas por centros de excelência de produção de conhecimento e pesquisadoras nos Estados Unidos. O que eu gosto desta fala de Aguiar é que, ainda que os Estados Unidos sejam um centro de referência, trânsito, encontro, estudo, são as relações lá estabelecidas entre mulheres de países em desenvolvimento que aparecem mais frequentemente. Algo semelhante acontece no caso francês, como vimos. Apesar da centralidade da França, os grupos de mulheres que se formaram tinham identidades latino-americanas ou nacionais no caso do círculo de brasileiras.

Figura 12 – Foto da conferência "Common Differences: Third World Women and Feminist Perspectives" em 1983 na Universidade de Illnois, EUA.

Legenda: Na foto, da esquerda para a direita: Ines Reider (Áustria), Neuma Aguiar (Brasil), Soraya Paknazar (Irã), Chandra Talpade Mohanty (Índia), e Ann Russo (USA).
Fonte: Arquivo pessoal de Chandra Talpade Mohanty, 1983.

Organizado pelo IUPERJ sob a coordenação de Neuma Aguiar o seminário *A mulher na força de trabalho na América Latina* reuniu, em 1978, no Rio de Janeiro, pesquisadoras de toda a América Latina dispostas a debater o tema do trabalho feminino. Segundo Bruschini (1994), a proposta era discutir duas questões candentes, a primeira, de ordem mais teórica, sobre as formas de atividade econômica predominantemente desempenhadas por mulheres que não eram adequadamente percebidas dentro do marco teórico do marxismo, que imperava nas universidades latino-americanas nos anos 1970. A segunda, de cunho mais metodológico, alertava para a inadequação dos instrumentos de levantamento de dados para captar informações sobre o trabalho feminino.

Aguiar conta da reação à organização dos seminários:

Isso provocou um interesse muito grande. E também o IBGE ficou muito interessado nisso, porque nós tínhamos uma crítica que a publicação dos dados, nunca mostrava a situação diferenciada das mulheres e nós, a primeira coisa que nós pleiteamos, foi que as estatísticas, elas fossem dissociadas por gênero, que dizer. G: Não eram né?

N: Não eram. Elas eram publicadas de modo agregado e nós queríamos saber especificamente a condição das mulheres e pra isso nós precisávamos de informações. E eu sempre tive essa crença muito forte na pesquisa e aí os dados das pesquisas, das PNADs, elas eram, elas colhiam informações para homens e para mulheres, mas não apresentavam essas informações de modo dissociado para que você pudesse fazer uma avaliação da situação da mulher no Brasil. A primeira demanda, que não era uma demanda difícil de ser contemplada, era de que as estatísticas fossem dissociadas por gênero e fossem apresentadas de tal maneira que você pudesse fazer uma análise comparada (AGUIAR, 2020b).

O interessante é que neste evento, para Neuma, tudo parece transcorrer dentro da ideia de uma demanda acadêmica fundamental para a interpretação da sociedade brasileira.

Era assim, os dados existiam, mas não eram... Acho que também porque não tinha tanto pesquisador, a pesquisa estava começando a despertar interesse e tudo, aí nós começamos a efetuar demandas sobre as estatísticas existentes e como elas deveriam ser apresentadas para que nós pudéssemos então oferecer um retrato (AGUIAR, 2020b).

Eu perguntei o que, pessoalmente, a havia motivado a tomar essa iniciativa, ao que ela replicou:

Eu tinha uma questão de pesquisa, eu tinha uma demanda mesmo, uma intuição que as informações não eram suficientes pra você oferecer um retrato da situação da mulher aqui no Brasil. Então assim por identificação mesmo né, por quê? Porque os dados são sempre agregados, você não pode ver, você sabe que há diferenças gritantes e, se os dados existem, então nós queríamos que eles fossem apresentados. Aí as demandas, uma das grandes recomendações era exatamente sobre como os dados deviam ser apresentados: de tal forma que nós pudéssemos apreciar a condição feminina no Brasil (AGUIAR, 2020b).

Quando eu questionei se ela havia encontrado alguma dificuldade para realizar o evento ela me respondeu:

Não. Tinha o interesse! No começo houve até uma ciumeira das mulheres que estavam na militância porque, muitas que estavam na militância, elas eram pesquisadoras também, elas eram professoras, pesquisadoras, cientistas sociais tinham muitas, mas nunca tinha havido assim um encontro específico pra debater essa questão, mas houve assim uma certa ciumeira, era assim "as mulheres acadêmicas estão tomando as bandeiras" que elas achavam que eram delas, eram bandeiras. [...] É, mas não era a militância toda que era assim não, uma parte da militância ficou toda enciumada com isso e tudo, mas de qualquer maneira foi assim, foi uma sacudida na sociedade, eu acho que escrevi isso, deu um *tchan* [sic.] assim, aqui no Rio de Janeiro todo mundo queria participar e tal, foi até difícil de conter (AGUIAR, 2020).

Aparecem novamente menções aos desencontros entre acadêmicas e militantes. É curioso também que Aguiar se refira aos sinais de tensões nas disputas pelo campo emergente como "ciumeiras". Como relata Costa (2004), o encontro promovido pelo IUPERJ foi o cenário

de um rumoroso confronto entre acadêmicas e militantes feministas, característico das relações de disputa e tensões que marcam a inauguração de novos espaços de poder e enunciação. Não consegui mais informações sobre o que teria sido esse confronto. Curioso é que Costa faz uma ressalva, alegando que se tratava de episódio praticamente isolado, levando em conta a história da relação no Brasil, pautada por uma suposta cooperação harmoniosa. Costa (2004) enfatiza o peso que o IUPERJ, sendo uma instituição de renome, teve na legitimação do assunto, uma vez que vinha se afirmando como centro de excelência no panorama das Ciências Sociais.

Sobre esta questão, das tensões militância e academia, um trecho da entrevista de Rosenberg e Unbehaum para o CPDOC ajuda a esclarecer. Nele, Fúlvia responde a provocação de Lúcia Lippi sobre o aparente equilíbrio entre pesquisa e intervenção e coloca como o contexto brasileiro informou, como viemos salientando, uma tendência a estratégias de integração por meio de aliançar largas e ocupação dos espaços acadêmicos já consagrados:

Então, não é fácil, não é? Porque as militantes achavam a gente muito acadêmica e as acadêmicas, por seu lado, achavam a nossa produção, também, um tanto ou quanto heterodoxa ou, digamos, militante. Mas sempre teve atrito. E na instituição, também. Não é que foi uma... [...]Uma lua de mel perene, sem tensões, não é? Mas essas tensões, eu acho, eram inevitáveis, por conta da novidade, eu acho, e desta diversidade de abordagem que me referi há pouco. E eu acho que estas tensões foram importantes também para fortalecer a nossa própria prática, eu acho, de ambas as instituições. A gente ousou, mas ousou...Fomos cobradas por muitas... Eu digo por uma literatura de viajante contemporânea. Fomos cobradas que não fomos tão ousadas quanto às norteamericanas ou as europeias, mas eu acho que a gente... Não dá para transpor contextos, não é isso? Não dá para transpor contextos. E a gente foi tocando as inovações, evitando ter atritos que rompessem. Eu acho que foi uma estratégia não totalmente consciente, não totalmente reflexiva (ROSENBERG, 2019, p.5).

De qualquer maneira, o grande sucesso do evento pareceu superar as expectativas de Neuma Aguiar naquele ano de 1978, que ficou surpresa com o interesse gerado:

Foi no Hotel Glória, então causou realmente um reboliço muito grande. Até eu não podia, o interesse foi tão grande que eu não podia acomodar. [...] Inclusive, eu até fiquei admirada, porque até os colegas lá do IUPERJ que eu pensei que não iam dar bola pra aquilo que era sobre a mulher, mas eles queriam que as esposas fossem, porque tem uns que eram casados com cientistas sociais também, e aí foram me cobrar. Eu não podia acomodar todo mundo. Não dava. Foi assim, foi aquela sacudida aqui na sociedade. Que ia ter essa repercussão eu não tinha ideia, porque foi... Era de todos os lados eu me lembro até de um... Eu recebi um telefonema que era assim, era da direita e da esquerda, eu fiquei admirada com isso, as mulheres a favor do presidente Geisel, as mulheres da direita telefonaram.

G: Querendo participar?

N: É. E tinha esse título, eu fiquei assim, sabe. Eu tava [sic.] conhecendo coisas também que eu nem sabia que existiam. Então era da esquerda e da direita aquela pressão. Até no mundo também teve o embaixador, embaixador não, cônsul dos Estados Unidos, marcou hora e foi lá falar comigo oferecer dinheiro, nunca vi isso assim.[...] então eu também não queria que o seminário ficasse identificado como uma iniciativa americana, mas eu aceitei que eles pagassem a passagem de duas

antropólogas americanas que tinham organizado um seminário internacional na Argentina e até eu fui convidada, a Heleieth Saffioti também foi convidada pra esse seminário. Aí eu falei pro cônsul pra pagar a passagem dessas duas pesquisadoras norte-americanas para participarem do seminário aqui também. Então tinha assim, era uma, foi aqui, eu lembro que eu não imaginava que o seminário ia ter essa repercussão toda, mas acho que é porque tinha ditadura, poucas iniciativas assim de encontros acadêmicos nas áreas de Ciências Sociais e aí tinha essa novidade, a gente tava [sic.] levantando essa questão da mulher, então foi uma sacudida assim na sociedade aqui e apareceram essas demandas todas e foi assim uma coisa que na época era dificil de acomodar tudo e a gente foi fazendo o que era possível. [...] Teve também a consulesa da Bulgária. [...] Chegou assim, a consulesa da Bulgária, imagina, me telefonou. Tinha a embaixatriz do Canadá. Teve um monte de internacional também tava [sic.] de olho nisso e de alguma forma querendo participar, incentivar, contribuir (AGUIAR, 2020b).

Esse enorme interesse em participar e contribuir com o evento, mostra como havia um clima nacional e internacional propício para a discussão dessas questões. Aqui se manifesta a preocupação do evento ser identificado com uma iniciativa norte-americana, o que nos remete ao que discutimos no capítulo anterior, sobre temor e acusação do feminismo como imperialismo americano, principalmente no campo da esquerda organizada. A estratégia foi utilizar os recursos no deslocamento de pesquisadoras. No que se refere ao contexto internacional, isso proporcionava uma maior disposição de financiamento de pesquisa por meio de agentes internacionais:

E também havia muitas fontes de financiamento oferecendo recursos. Além da contribuição substantiva do Fundo Nacional do Desenvolvimento Educacional, eu recebi aqui nessa casa visitas de representantes dos consulados do Estados Unidos e do Canadá e queriam oferecer patrocínio, ouviram falar do seminário, acharam interessante, queriam patrocinar (AGUIAR, 2019).

Aguiar sinaliza o tempo todo a "novidade" que era aquele tema e o interesse que despertava. De maneira sutil aparece referência à questão política e social do país, era ditadura e eram parcos os encontros acadêmicos nas áreas de Ciências Sociais. No evento dos 50 anos do IESP-UERJ Aguiar colocou assim:

Devo dizer também que quando eu organizei esse seminário, havia, assim, era uma vontade de abertura. Não era uma abertura ainda, mas era uma vontade de abertura política aqui no Rio de Janeiro. E o seminário "A mulher na força de trabalho" capturou a imaginação das pessoas, então muita gente queria participar (AGUIAR, 2019).

Isso confirma algumas coisas que vimos no capítulo anterior, como a questão da mulher servindo de atalho para discussões mais abrangentes sobre direitos, democracia e cidadania. As próprias mulheres enquadravam assim suas demandas: como nacionais. Então perguntei a Neuma o que havia de disponível antes sobre a literatura nesse tema dos EMGF:

Muita [sic.] pouca coisa. Eu sentia assim que era muita [sic.] pouca coisa. [...] Não destacava mulher, então essa iniciativa realmente iniciou. [...] Tinha basicamente era a Heleieth aqui, mas tinha Carlos Chagas também, e a Carmen Barroso, a Maria Cristina Bruschini. [...] Algumas. Nós. Também tinha a Zahidé Machado Neto, na Bahia (AGUIAR, 2020b).

Para se ter noção da importância e da extensão das redes de relações que Neuma construiu, vale mencionar que o evento contou com representantes de organismos oficiais nacionais e internacionais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), e a Comissão Econômica para América Latina e Caribe da ONU (CEPAL), em uma tentativa de reformular conceitos e analisar as metodologias predominantes de levantamento de dados, a fim de visibilizar a participação social das mulheres (BRUSCHINI, 1994). Eu queria saber mais sobre as redes, tanto nacionais, quanto internacionais, que Aguiar tanto menciona.

Mas era porque, até no próprio seminário eu convidei a Devaki Jain e a Marie-Angélique Savané, então era uma presença, a gente entendia assim, do Terceiro Mundo que ia num Seminário. Então esse grupo aí que também já tinha se reunido lá junto com Helen Safa e a June Nash, aí de alguma forma nós começamos a interagir e aí eu fui convidada para outros eventos e tal, então foi uma, foi parte de alguma coisa que tava [sic.] surgindo internacionalmente naquela época. [...] nós achávamos assim, faltam informações, precisamos de mais pesquisas e aí se nós tomássemos a iniciativa, nós poderíamos de alguma maneira conduzir as pesquisas, conduzir a demanda por informações. Não que tivéssemos nada contra, mas também assim, porque eu, a minha interação maior que foi com a Helen Safa e a June Nash, elas eram pessoas que tavam [sic.] mais voltadas pra nós do que lá dentro dos Estados Unidos, então elas estavam voltadas aqui pra América Latina. E nós, o que nós avançamos, foi de ter esses contatos em outros continentes, trazer esses contatos pra cá. Então foi a novidade (AGUIAR, 2020b).

No que diz respeito aos contatos nacionais, Neuma Aguiar relembra do interesse no evento:

Eu não sei se era porque era acadêmico ou se era por causa da novidade do assunto. Eu acho que tinha esse lado, uma novidade. Agora, é claro que nós éramos pesquisadoras que estávamos levantando essa questão e isso aí teve. Eu tinha uma grande amiga que era a Rose Marie Muraro, minha amiga de muito tempo, então a Rose participou de tudo. Ela, mesmo que ela não fosse uma mulher acadêmica, ela era uma pessoa influente na Editora Vozes [...], ela era uma intelectual e era muito minha amiga. Então ela me apoiou muito e isso causou até uma certa ciumeira dentro do meio feminista, mas foi importante contar com a Rose. A Rose esteve lá firmemente, me deu muitas ideias então. Aí foi esse evento. Começou, teve a sua repercussão, teve as ciumeiras que levantou, mas teve, foi uma iniciativa importante, depois a gente publicou um livro. [...] Eu era muito amiga da Carmen Barroso então a Carmen foi um apoio muito grande também na organização do seminário, tudo isso. No começo houve uma disputa também, a Carlos Chagas queria sediar o seminário mas quem tomou a iniciativa fomos nós, nós organizamos tudo, fizemos o projeto, fizemos tudo, conseguimos. Então elas nos ajudaram. A Carmen foi um apoio muito bom e o pessoal que trabalhava lá também, a Maria Cristina Bruschini. [...] Então foram excelentes apoiadores, apoiadoras. [...] Mas eles eram ainda muito incipientes,

tudo tava [sic.] começando. Nós e eles também. Então cada um puxava. [...] É, eu sempre fui convidada lá pra participar dos eventos que eles organizavam também aqui nós sempre convidamos (AGUIAR, 2020b).

Nessa passagem temos uma ideia desse cenário de emergência. Fica clara a importância dos laços pessoais de afinidade e dos laços profissionais de Aguiar e de Carmen Barroso, por exemplo, na construção de uma rede articulada de acadêmicas interessadas nos EMGF. De 1978 até 1985, Neuma desenvolveu relações institucionais e acadêmicas com núcleos da Fundação Carlos Chagas, uma das instituições marcadas pela produção e financiamento de pesquisa em mulheres. Aguiar menciona um princípio de disputa na intenção da Carlos Chagas em sediar o seminário, mas finaliza ressaltando o apoio da FCC nas figuras de Carmen Barroso, de quem era amiga, e de Maria Cristina Bruschini.

Rose Marie Muraro já tinha prestígio como intelectual, principalmente como alguém que tratava das questões da mulher. À época, já era referência no assunto, sendo umas das pioneiras ao tratar da mulher desde pelo menos a década de 1960. Seu papel na Editora Vozes é fundamental e constantemente mencionado por Neuma, cujos resultados do seminário foram publicados em texto no livro "Mulheres na força de trabalho na América Latina – análises qualitativas", em 1984. Neste trecho, as "ciumeiras" estão relacionadas ao apoio de Muraro à realização do seminário. Seu apoio, como mulher já identificada como pioneira na discussão da temática, é, portanto, definidor no sucesso de um empreendimento deste tipo, já que intelectuais referência, além de contatos e inserção em instituições, dispõem de legitimidade, que podem transmitir aos projetos e pessoas que apoiam. Um exemplo da importância de Muraro nesse processo pode ser vista na fala de Neuma Aguiar na ocasião do evento em comemoração aos 50 anos do IESP/UERJ. Além de mencionar novamente a importância de Muraro e sua atuação na Editora Vozes para a publicação dos resultados, sinaliza que foi ela quem lhe apresentou a diretora do Fundo Nacional do Desenvolvimento Educacional, simplesmente o maior financiador do evento:

[...] conseguimos apoio fundamental do Ministério da Educação, através da Dr. Ecilda Ramos de Souza, que dirigia o Fundo Nacional do Desenvolvimento Educacional, e eu fui apresentada a ela por Rose Marie Muraro, da Editora Vozes, que subsequentemente publicou os resultados do seminário num livrinho que tem aqui na biblioteca "A mulher na força de trabalho na América Latina" (AGUIAR, 2019).

Mais uma vez vemos como Aguiar menciona a publicação resultante do seminário e comenta como isso ajudou-a a intensificar suas redes intelectuais para fora do país:

Bom, os resultados do seminário tendo sido publicados, então isso também atraiu interesse internacional e eu fui convidada pra oferecer um curso que se denominou *Women And The Labour Force In Latin America* na Universidade do Wisconsin que, naquela época, ela sediava o programa de sociologia que era melhor avaliado nos EUA. E esse programa foi repetido três vezes com formato de curso de verão, formato norte-americano de cursos de verão, [...] nós conseguimos bolsas também para participantes, estudantes em universidade norte-americanas que estivessem trabalhando com o tema *a mulher na força de trabalho* em diferentes países da América Latina. Mas também estendemos para quem tivesse trabalhando o mesmo tema na Ásia e na África e conseguimos até levar uma estudante daqui, a Geni Vaistman, que foi participar lá também, conseguimos essa abertura pra incluir também pessoas que estavam vinculadas em programas brasileiros (AGUIAR, 2019).

Aqui novamente aparece o potencial das redes constituídas por Neuma, tendo sido central para circulação internacional de intelectuais dedicados aos estudos da mulher na força de trabalho na América Latina. Quando, pensando nas influências das trajetórias que vimos no capítulo anterior, perguntei a Aguiar sobre a influência dos *Women Studies* [estudos de mulheres, em tradução livre] nos Estados Unidos, ela disse:

O Women's Studies foi um campo que se criou nas universidades, então, nas universidades foram criados esses programas. Aí, ao lado de várias disciplinas, tinha o Women's Studies, aí o Women's Studies era um campo interdisciplinar. Eu até dei aula no Women's Studies do Wisconsin, eu dei aula na sociologia de lá também, mas no outro ano eu estive lá, e quando eu estive lá eu fui procurar as mulheres, aqui o Women's Studies e tal, então eu estudo mas, eu fiz o seminário, contei, fiz contato com elas e elas subsequentemente me convidaram, fui, fiz um programa internacional também chamando mulheres de vários países, não só mulheres, tinham homens também que participavam e aí organizamos vários seminários de treinamento para melhorar as pesquisas sobre a mulher, vários países no mundo. Então foi. Aí elas nos apoiaram. E porque eu era de um país em desenvolvimento também, aí deu outra visibilidade pra aquele programa, eu chamei muita gente também, aí foi que eu levei gente daqui (AGUIAR, 2020b).

Outro aspecto muito importante foi o contato estabelecido com o IBGE, uma vez que a demanda era direcionada à apresentação das estatísticas.

G: De fato teve uma mudança no IBGE depois disso, não foi?

N: É.

G: A demanda foi atendida, de certa forma.

N: Foi atendida. E também... é porque quando nós começamos a levar essas questões, tinhas as pesquisadoras do IBGE adoraram e elas também foram um apoio importante porque nós formulamos a demanda e elas faziam eco lá né, elas conduziram internamente aquela demanda, quer dizer, a gente tava [sic.] fazendo a proposta na sociedade mais ampla, mas isso repercutiu nelas e elas continuaram a pressionar lá dentro pra que, de alguma maneira, aquelas demandas fossem contempladas, em termos das informações serem produzidas. Isso foi bom também, foi um lado muito positivo de contar com esse apoio. [...]Eu queria muito, assim, que o IBGE nos escutasse porque boa parte do esforço era fazer com que a produção de informações fosse publicada apresentando os dados para homens e para mulheres, então eu tinha que saber falar pra aquele público. A estratégia nossa foi através do pessoal que trabalhava lá, então tinham muitas pessoas que inclusive eram nossos alunos, aí nós. então formulamos propostas, então tinha sempre que ter aquele cuidado. Tem um

público aqui que é burocrático, que não é tão sensível assim e nós queríamos que colaborassem conosco, queríamos antagonizar, que esse grupo nos ouvisse e isso foi possível por causa das pesquisadoras do IBGE, ficaram muito sacudidas com a proposta, então elas eram uma pressão interna, era aquela pressão interna que nós sabíamos que podíamos contar com aquela demanda que nós convidamos essas pessoas, elas participaram do seminário e aí elas continuaram, então essa foi uma estratégia que nós utilizamos (AGUIAR, 2020b).

Neste trecho aparecem, em relação ao IBGE, duas estratégias interessantes, uma em relação aos ouvintes e outra que adiciona a dimensão dos multiplicadores. A primeira é a adaptação da linguagem a um público burocrático não sensibilizado com o tema, a segunda é voltar-se para as mulheres do Instituto como agentes internos de pressão. Para isso, era essencial não só que o IBGE contasse com mulheres em seus quadros, mas também que os institutos estivessem conectados. Aguiar menciona que alguns dos funcionários dos quadros do IBGE eram alunos do IUPERJ.

Ao mesmo tempo em que a produção de excelência e atuação de Neuma com suas redes de intelectuais e acadêmicas contribuía para a legitimidade que o IUPERJ construía em torno de si, a sigla do IUPERJ junto ao nome de Neuma era de extrema importância para a legitimação e institucionalização dos Estudos de Mulheres como uma área de pesquisa séria e relevante. No evento de 50 anos, sobre o grande e inusitado interesse de diversos grupos em patrocinar o seminário, ela comenta:

Então, podemos reunir assim, grande conjunto de pesquisadoras e pesquisadores importantes que contribuíram para o seminário e deram muita visibilidade ao nosso programa de pós-graduação aqui do IUPERJ, do IESP (AGUIAR, 2019)

Nessa via de mão-dupla, tanto o IUPERJ contribui legitimando o tema do EMGF na academia, a partir do evento de Aguiar, como o evento de Aguiar, pela dimensão e por reunir diversas pesquisadoras internacionais, ajudou a sedimentar o IUPERJ como programa de excelência que ele vinha se tornando. Vale lembrar, a Fundação Ford foi fundamental em termos de aportes para a fundação do programa de pós em Ciência Política no IUPERJ. O Instituto recebeu da Fundação uma dotação para comprar uma sede e equipá-la com uma infraestrutura necessária, que seguia o formato norte-americano de cursos regulares com créditos acoplados a um modelo de pesquisa metódica e sistemática, com ênfase quantitativa (Canêdo, 2017).

Outra segurança que Neuma tinha era com relação à sua demanda. Quando eu a perguntei se ela já havia sido acusada de fazer militância no lugar de ciência, ela me respondeu:

Não foi, porque era uma... Nós fazíamos uma acusação, mas era uma acusação *legítima*. [...]É, a ausência era óbvia, eles constataram, então. [...] Nós estávamos levantando uma dificuldade *legítima*, quer dizer, tinha pouca informação e as informações de alguma maneira existiam e nós queríamos que elas fossem apresentadas pra que nós pudéssemos então ter uma certa *objetividade* a partir dos dados. Então, isso era uma *reivindicação que qualquer pessoa na academia* que tivesse interesse no assunto podia levantar. Existem os dados, os dados são levantados, por que eles não são publicados? Por que, quando eles são publicados, você não apresenta pra homens e para mulheres? Como depois veio (AGUIAR, 2020b, grifos nossos).

Neste pequeno trecho, observamos a construção da narrativa da reivindicação que motivava o evento. A acusação e a dificuldade são legítimas, porque visam uma maior objetividade, que é uma reivindicação que qualquer pessoa na academia poderia fazer. É apresentada inclusive como uma reivindicação metodológica. Falando sobre o evento no seminário dos 50 anos do IESP, Aguiar também faz uma pequena distinção ao mencionar o já tratado intenso interesse das pessoas no evento:

Foi até uma dificuldade por causa disso, que nós queríamos um seminário acadêmico com contribuição de pesquisas, mas havia muita gente que queria estar ali pra ouvir, pra aprender, muito mais do que nós podíamos realmente acolher em termos de espaço (AGUIAR, 2019).

A marca da universidade, associada principalmente à atividade de pesquisa, é a característica principal do evento e fica evidente o interesse dos mais variados setores da sociedade em aprender. Ou seja, havia enorme demanda social por aquele tipo de pesquisa. Outro elemento que também foi importante é a questão da mulher como uma questão nacional enquanto estratégia. Quando quis saber mais sobre o financiamento do evento Aguiar me disse:

O principal pra mim, o mais importante, foi quando esse Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação resolveu dar o patrocínio. Porque eu queria que o seminário fosse compreendido como sendo uma questão nacional, você tinha uma demanda, uma questão nacional. As mulheres querem saber quantas, né, quantas somos, quantas participamos da força de trabalho. [...] Então aí isso aí foi, nós conseguimos catalisar o interesse sobre esse tema então foi uma iniciativa bemsucedida, que deu aquela sacudida na sociedade. Com uma sacudida, as pessoas tiveram que se mexer de alguma forma. Houve reações também, mas, no final foi uma coisa positiva, que contribuiu para o conhecimento (AGUIAR, 2020b).

Quando eu lhe perguntei se havia tido reações negativas ela me respondeu:

Olha, assim, reação negativa mesmo eu não posso dizer que houve. Houve o interesse, claro que todo o campo intelectual, quando você começa alguma coisa, às vezes você tem um certo ciúme, mas de modo geral, eu acho que nós todas nos conhecíamos de tal maneira que não deixamos ninguém de fora. As principais, grupos e pessoas (AGUIAR, 2020b).

Com um forte investimento em metodologia, o encontro gerou impactos que foram sentidos muito além dos muros da academia. O primeiro impacto é na sua demanda quantitativa, a partir da qual suas recomendações sobre o conceito de chefia da família foram discutidas e reformuladas pelo IBGE. O segundo foi que o seminário motivou a criação do grupo de trabalho *A mulher na força de trabalho*, na ANPOCS (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), associação que também estava se constituindo na época. "Então você tinha, assim, como se a gente tivesse dado um soco na sociedade assim ó [sic.], 'estamos aqui. Olhem para nós'" (AGUIAR, 2020b).

O Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), maior congresso nacional da área, contou desde muito cedo com um Grupo de Trabalho intitulado *Mulher na força de trabalho*, iniciado em 1979 e tendo perdurado por ao menos uma década. No trecho a seguir podemos ver claramente como a posição de Aguiar enquanto pesquisadora respeitada, sua vinculação a uma instituição de referência e as redes que teceu para si foram fundamentais para a entrada dos EMGF na academia:

Depois do seminário, também o lugar que eu usei que foi importante pra nós, foi a ANPOCS, porque nós também no IUPERJ, nós criamos a ANPOCS, a ANPOCS nasceu lá, então nós ajudamos esse. Antes do IUPERJ, tinha o Museu Nacional, também tinha o Roberto Cardoso de Oliveira, ele queria criar a ANPOCS, mas não com esse nome, mas queria criar uma associação dos pesquisadores. Aí o IUPERJ teve um papel central nisso. Então o IUPERJ teve muita importância nas Ciências Sociais e então nesse embalo nós também aproveitamos e demos esse recado sobre a participação da mulher (AGUIAR, 2020b).

O grupo *A mulher na força de trabalho* da ANPOCS, tido como um dos marcos dos EMGF no Brasil, é inclusive resultado dessa combinação de Aguiar, como pesquisadora consolidada em uma instituição prestigiada:

O seminário, ele foi uma força e essa força... e também a ANPOCS era situada lá no IUPERJ. [...] E aí, o Olavo Brasil que dirigiu a ANPOCS por um tempo era muito meu amigo e tal, ele deu força então aí o IUPERJ era um lugar muito central nas Ciências Sociais, sempre foi, né. Mas ali, naquela época, essas iniciativas eram poucas e eu achava aquele lugar importante, isso porque tinha o Cândido [Mendes], o Cândido era uma figura internacional então era uma... um traço distinto entre o IUPERJ no mundo das Ciências Sociais, porque tinha isso. Eu achava o Cândido uma pessoa interessante e importante. Ele também era bom porque ele não apitava muito lá no IUPERJ mas dava força. [...] Ele tinha contatos também. Ia lá, de vez em quando, falar as coisas que a gente tava [sic.] fazendo e dava uma força. Então isso tudo. Mas ele não ajudou muito em termos de, por exemplo, dar dinheiro ou uma coisa assim, não. [...] Mais contato. Mas nós conseguimos muitos recursos por causa do tema, por causa da iniciativa, por causa da ocasião (AGUIAR, 2020b).

O seminário funcionou como um ponto de ignição, proporcionando uma troca mais sistemática entre acadêmicas e grupos interessados, o que possibilitou a criação de outras instâncias como o próprio grupo na ANPOCS.

É, o seminário você junta pessoas e começa a trocar, então eu saí, esse intercâmbio que é o importante, porque fica maior do que... [...] você constrói laços, você começa a trocar informações, experiências e tal. Começa a produzir aí um puxa o outro, então. Mas sem intercâmbio não dá (AGUIAR, 2020b).

O encontro também ampliou o alcance das trocas acadêmicas no Brasil. Quando a perguntei sobre iniciativas fora do eixo Rio-São Paulo como o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) na UFBA:

Foi um pouco depois. Inclusive elas, nós criamos um grupo de estudo na ANPOCS. [...] o NEIM participou. Porque aí foi, a ANPOCS nesse caso, foi importante pra continuar, depois do seminário, pra continuar com as pesquisadoras se reunindo ali, discutindo (AGUIAR, 2020b).

Vemos que Aguiar entende o seminário como esse ponto original, do qual o GT *Mulher* na força de trabalho se constituía como uma continuidade, o que teria impulsionado a organização das acadêmicas dos EMGF, seja em núcleos ou em novos grupos de trabalho nas associações profissionais. A continuidade, periódica, por anos, do trabalho organizado por essas acadêmicas foi o que permitiu que os EMGF constituíssem uma base de temas, metodologias e referências que orientavam aquela produção. Quando perguntei como foi a dinâmica de organizar o grupo de estudo, Aguiar deu mais pistas sobre o que antes vimos com "ciumeira":

Foi tranquilo. Tinha uma certa... Porque antes tinha a Heleieth Saffioti, era a dona do assunto, publicou um livro sobre o tema, ela era a dona do assunto, aí nós aparecemos, então criou uma certa tensão mas ela sempre foi convidada pra tudo, inclusive pro seminário aqui. E ela tinha uma, ela era muito amiga da Branca Moreira Alves que era lá do IUPERJ e a Branca ficou meio enciumada (AGUIAR, 2020b).

Saffioti, como a pioneira no Brasil, era considerada a "dona" do assunto. Isso indica como o tema colou-se à identidade acadêmica da pesquisadora, que embora, sem dúvida alguma, seja uma forte expressão criativa do marxismo brasileiro, é considerada principalmente como referência nos estudos da mulher. A "ciumeira" é a maneira como Aguiar se refere às disputas que começavam a se formar na emergência dos EMGF, ainda que, como fica evidente, esses grupos tenham cooperado inúmeras vezes em iniciativas conjuntas. Essa disputa, em respeito e reconhecimento mútuo, é também uma estratégia por parte das acadêmicas, que deviam assegurar sua presença. No trecho a seguir podemos perceber a clareza que Aguiar tinha

quanto à necessidade de estabelecer redes e criar espaços institucionais, tornando a iniciativa legítima:

Como nós criamos o grupo de estudos, aí você tinha um lugar legítimo, então esse lugar, ele despertava interesse, ele teve muita participação. Então tinha a própria Heleieth, como ela era a única antes, ela ficou um pouquinho enciumada, mas ela, mas nós convidamos a Heleieth, nós sempre fizemos questão de ter a participação dela, porque se ela ficasse contra ia ser horrível, arruinar a iniciativa. Então ela sempre foi convidada. O grupo da Mulher na força de trabalho também, nós convidamos a Heleieth e depois eu fiquei cinco anos coordenando esse grupo, depois eu passei o grupo pra Heleieth, a Heleieth que ficou coordenando depois. E ela conduziu mais durante muitos anos. [...] É, mais uns cinco anos. Então ela foi importante também pro grupo, pro tema. Aí foi assim, tinha aquela ciumeira e tudo, mas nós estávamos no mesmo barco (AGUIAR, 2020b).

Neste trecho fica claro como o grupo de trabalho criado na ANPOCS, como continuidade ao trabalho iniciado no seminário, constituía um lugar de legitimidade. A ANPOCS, como associação nacional, torna-se a representante mais prestigiosa da produção brasileira em Ciências Sociais e, portanto, a existência de um grupo de trabalho com a temática dos EMGF representava o reconhecimento por parte dos pares acadêmicos do lugar legítimo do campo, ainda que saibamos que existem outras hierarquias temáticas internas à ANPOCS e mesmo aos EMGF.

Como vimos, o IUPERJ foi parte importante do esforço de criação da ANPOCS e a presença de Aguiar no Instituto – como uma acadêmica com vasta experiência de pesquisa, nacional e internacional, tendo organizado substancioso evento internacional com destaque na imprensa – foi definidora na inserção do Grupo de Trabalho e da consequente legitimidade adquirida.

Figura 13 – Matéria no jornal O Globo, publicada no caderno de economia, em 24 nov. 1978, sobre o seminário.

Seminário discute baixa remuneração das mulheres

A coordenadora do Seminário sobre a força de trabalho da mulher na América Latina, Neuma Aguiar, disse ontem quo a mulher, em todo o continente, trabalha com baixo nivel de remuneração. Acentuou que a participação da mulher é muito mais importante do que mostrem as estatisticas, porque grande parte do trabalho feminipo, feito no lar, não entra ose theos sobre produção de cada país.

nos dados sobre produção de cada pais.
Tento a coordenadora Neuma Aguisticomo outras participantes de encontro consideram que o próximo censo a ser felto no País precisa computar os serviços de artesanato, costura é atividade rural das mulheres, para mostrar a verdadeira presença feminina no mercado de trabalho. Comentou ainda que setores mais sofisticados de trabalho discriminam fortemente a mulher.

SUECIA

O Seminário é organizado pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperi) e a sessão inaugural foi presidida por Rose Marie Muraro. Muraro, Stan d'Souza, representante da India, em nome das presentes, criticou os critérios dos censos latino-americanos em relação so trabalho das mulheres, por omitir o valor produtivo do trabalho baseiro. Ann Stodberg, que velo como observadora da Suúcia, disse que, em sou pais, em geral a mulher ganha 80 por cento do salário do homem:

- Em 1972 aproyaram uma lei pela qual'o salário do homem e da mulher deveria ser igual, para e mesmo trabalho. Entretanto, a partir dai foram mudadas as designações dos serviços, de forma a prejudicar as mulheres. Sei que, se isso é assim na Suécia, no Brasil e em outros países de contintente latigo-americano a discriminação deve ser mais aguda.

Disse Ann Stotherg que a evolução do capitalismo fez com que houyesse certaliberação do trabalho na Suécia, e que isso afetou mais os jovens e as mulheres.
Por essa razão, há uma tendência para que a mulher trabalhe em meio-horário na Suécia, ou então apenas alguns dias por semany.

SAIDA DO CAMPO

Em seu trabalho sobre a transformação do trabalho femínino, Maria Helena Henriques Lerda afirma:

— Em nosso estudo partimos da hipótese de Boserup de que a amergência de formas capitalistas do produção no campo alijaram a mulher de uma alividade econômica, relegando a tarefas doméstioas. Embora Boserup encontre, alguns
dados para apoio à sua tese no contexto
mexicano, pretendemos mostrar que a
situação no Brasil carece dessa simplicidade. Indicamos as formas especificas
de que o trabalho femisino se coveste nomelo rural, assim como os niveis de exploração associados a elas. Discutimos
também a saida da mulher do campo para a cidade, que se coloca para ela como
estratégia de sobrevivência.

No estudo sobre a mulher negra, diz. Lelfa de Almeida Gonzalez:

— A falta de informação em termos racíais da população brasileira tem como
pano de fundo ideológico a questão da
discriminação. O que se opera no Brasil
não é apenas uma discriminação eletiva,
mas também o fato de as representações
mentals sociais possuirem muito pouco
impulso de renovação, Constata-se a tendência de se considerar que a mulher, sobretudo á mulher negra, deve ocupar lugares sociais mais baixos. Trata-se de
um racísmo cuitural que leva, tanto vitimas como algozes, mediante o processo
de socialização, a considerarem como
natural o fato de a mulher negra ocupar
as posições mais desvalorizadas.

Fonte: Acervo O Globo online, 1978.

Figura 14 – Matéria do jornal O Globo, em 24 de dezembro de 1978, sobre censo e trabalho feminino, baseado nos resultados do seminário *A mulher na força de trabalho*, com comentários de Neuma Aguiar e Carmen Barroso.

Arti 1962, o Godino Civil Invasileiro establicarea a malhar carada "incapas de courser persoalmento es atos de vide elvil", de mestre modo, que el malere, de breus, o acuréo, muitar e es ladice, federareixel establicarea, en partir chequita e establicarea, en partir chequita e en melitarea de apartir chequita en en muitarea de apartir chequita en en muitarea de apartir chequita en muitarea de mentione de mentio

ele Oddiga stani, o casula de chart, representante de pai de familia, administrador de bene contante april de de la contante de malhor, e a ele colle e a contante de malhor, e a ele contante e mobre, premendra e casilare dina charte de malhor de malhor de contante de mobre, premendra e que las filia. A nevo del fración de maneira parte e Plane Silvates de America por Lounistian, en misrere codo ser male de fina de formal a responsabilização contra de la contra de malhor de contra de malhor de contra de contra de contra de contante de malhor de contra de contante de contante de contra de contante de contante de concalidad de concal

Scritches or mail scompanhatis — Miss or sown chells do Taudia six authores que estão six ne mai scomsonitivites, requisite delimição do palobless social Cormens Burroso, da Puadoção Carles Chagas, Ela abordos estte testa ao notente semisanto estretura do notente semisanto estre-"A staliser os força de trabalho na America, realizado no Rodo Gástia.

O Plano Nucleosi, de Arecetragon. Demición (1980a), so democatrus a sociolocia de um grado espere, de proberos chefes de familia po Brasil, relo collectar um dade divelados pola DNU, septembro o una setre ES a lo per cento de todos os descluídos de mundo dio chefindos per unifleres.

Bitte confinence and cubic cube capciovier nos choices, porone mercialmenta sempria se considerate o homese chefts, marine con a responsabilidade malire pola mazatençida estimente con a cundane. Una artificiria estilatare de provocepcione, que se quer ceritar pos charcos censos. Albajo, optimiqual sixyatires de seminario de articultura as sistemas de continua de calle articultura as sistemas de continua de calle articultura as

No verdado, os bonas demografia con tanta filavam sedio labella i tranlitar. Quando disces, per elempla, que ab lusirio per entre de molheren anosocio cistente altras no país, sedio as referindo sometas liquidas que esascam uma stridiado resumendo forocam uma stridiado resumendo forotam. No consideram en trivistido discredido, e consequencia del consecuencia sea importante acquicularem se sea importante acquicularem se sea importante acqui-

O mais grans, portim, é que as pris prim midispres austin larrie seus granatistic de que "trebarho deminido de que trabalho deminido Apriler, del appris, organizaria de seministic "Prima sina, se suo suo per manundas pessos tribublicos que asnazian, sida esta trabalhando". El mismo despedad esta comegana simismo applicado en compana sicuira — contravirsa, bandadaliras, de critas — contravirsa, bandadaliras, de critas — contravirsa, bandadaliras, de critas — contravirsa, bandadaliras, de

Un tema peuce estedado — Carmen Barreso cocidica e tema para apresentas es seministro perque o minero de malheres shefes de fauilla está numeriando cada voz mais, sem que as tenha estadada adequadamento.

Os mirmenos registrados pelo PNA são alada infertores à realidade pe Deput que noraminam a citefia de mas farellas por incopocidade o riaminalitação eccalmãos do marido. Prosume-se que havesdo homos em casa, resimo que colose, soja ele-

Gerriem Barroon sapere que a cutravistados decida celtre guam a o citade de latilità, com base pas julios mecho que obtirer o ou que padernobnerrar. Casse ericetoglio garaldiversitade encejdenza Casto de fumilia, austuda Mary Castre, de Pundoplas 1868, "a piciach, hamaero ou svalher, que geralmonto formaco a principal fortio de reada paga a usalla.

O PNAD transfers also as expensed, including manufacture man records, including provinciance of the section and date of the section of the se

** Margination of requirement — United ** Margination of requirement — United ** Margination of the Margination of the ** Consideration of the Margination of the ** On a distance of the Consideration of ** On a distance of the Consideration of ** On a distance of the Consideration of ** On the Consideration of the Consideration of *** On the Consideration of the Consideration of ** On the Consideration of the Consideration of ** On the Consideration of the Consideration of ** On t

No Rio de Jamelo, eman 13 per con 10 em 10 Nr. 11 de em 10 Nr a 14 15 e 10 em 10 Nr. 11 de em 10 Nr a 14 15 e Criscilas e Rio Oración de Reo, 2 de Em 10 Nr. 10 e em 10 Nr. 11 de em 10

◆ Um fato urbaes — Cuira conclosi resultaria des deles de PNAD: a che la de tamifas per archares è un de toloreso predominantemente urbaes, querinde que no estap e mois difea solveriràmia de familias also che fadas per homens.

Em carine regillos a proporcilo de matheres na "chella de franciarcompo é quate empresado à metada de propueda concelherada se estada for recombio con Belletina de Albaria por recombio con Belletina de Albaria carray. Na Benjão Sal, año 34,87 am carray. Na Benjão Sal, año 34,87 am cárray. Na Benjão Sal, año 34,87 am cárray. Na Benjão Sal, año 34,87 am desde, a 7,57 an sona arbaña, contra 19. Adon mora areal.

A maiher participa do trabalha sprincia em modeloles de extrema esploração. Esta desempea membro quicommercado do funcida da proprietaria, do parceiro, do manterioda sprincia. O perceiro, emarquade esperios o perceiro, emarquade es-

CASALS

Mulher amplia sua influência na família



is advictable dumidation tillo inconde que a delifer emplie pues response advisações

ishentendone que az filhos e a Malher trubalharão como aindustos. Mas em geral ao os unecares e as maheras año são pagos.

For subrollado, e tipo de relación solar no costito no costito non terror visibiliza formilian chella eleis per molarero. Per quan fini per Penera Aquiler, este familian no condition de Carieri, de la milian no condition de Carieri, de la milian no condition de Carieri, de la milian no condition de Carieri, della constato, que quando e trobaco la milian de la formación de la compresa cedida por esta moradía de accupira cedida que producida de la compresa cedida por condition de la compresa cedida de la condition de la compresa cedida de la compresa de la compresa cedida de la compresa co

maiber e co filhas pordam o diveito ; casa. Reta altanção não é caracteristi ca apenas da Fardeno, sem do Granti socialo eleccidada ticachien, por apenaplo ses mines de catanho da Bo Robeis.

• As trailberan o assat dependentes — Coma se ou replete as familia chefeix and par salisment for most or an elementaria de la compania del la compania de la compania de la compania de la compania de la compania del la

bisoctos, aves, ties, primos e sebrinice, Culcula-se — pela idade da majoria das authores — que predominara os seige e sobrinhos, frances dos

Curionam unta, so mailiare a compside des femilies chellettes por un bieros tido se registra, can menham que, a prescopa de electrages. Suprembso que sera todas estas malhores a tem rifores, separadas ou desquistdas, por que cala registrar en marche que, centrar presentes, rate "che l'acces".

• Ace St again ou main — Quage a meladir dat melheren que chefilme invollate fen 9 ezzo de tidago en main. Frede ser, dit Cuernam Europea, que para a melher trada fueva seja mais difect denfar ema fracilia, e multam exter de maio de para o maio des recites de acados dels para o maio des recites de acados del para o maio des externamentos de melho, como de melho, para de viduación, ou recite, asimentos a versua acres prefix.

Mes é tembira considerável o ralnero de matheras com manos de de local. Ella repassedan 31 per cento. Estas, trojentimentes, se viena na cilcultura, e nom se filhos majories essus lluda que que ante potent homar a lluda que que ante potent homar a lluda que que ante potent desarrecionisticamentes en manda de la consideración en manda que de consideración e

Non outroe faitnes de felido, escret trames di per ando sobre sei de sono, elli can di sono agrati, il app de con del can di sono agrati, il app na di ratio del sono agrati, il app na trapi controlo dello militare con la per controlo dello militare qui del controlo dello, code se chierrati qui del controlo dello controlo dello dello del per controlo dello dello per dello per controlo dello dello dello per controlo dello dello sono, seppando metta mesma (1619 161 del sono dello dello sono dello dello sono so

• Menus instruçto e megas suerinsidades — Nos e so mercudo de trabulho que se appara na cidiqui dades de melhar de la legislado dem mais a melhar de la companio de la companio de la companio de la meso atraverso. Tretta e dela gor costa das defensas de la companio del la companio de la companio del la companio del

No entre ou horavina. Ul por cento silla idea instrução e 35 curramem pelo mocos acto primário. Ou de atres nativersitário, entre 12 a 15 anos de estudios, silla couse alto nos conto.

Mais de 41 per cents des motheres chefins de formilla são consideradas to de consideradas de la considerada to la ligar como figurar en electronico doministra de como podere estas moporere socientarem sem formilla respetado se compara de siministra concencionentes 19 Protenta cer mais um lemporidade de contre en returbar en retultadas de protenças depretadas en retultadas de protenças depretadas en retultadas de protenças depretadas de lacidas, decesas delo per cento vive da rendos.

◆Desquitadas, separadas s vitras

vicinas

A probabilidade de uma mulher ne
inner chele de familia è multe mater
pera uma mulher desagnitade es sepecafa de que para uma vitra.
Carment Barresco mapos trite hipe-

Carmen Barraso majere três tique beses para esplicar esta diferenca propose para esplicar esta diferenca propose especial especial especial propose especial especial especial cudos referirmentos à reporcação propose da vidra têm Aprena ello per esto das vidras têm propose por esto da vidras têm propose por esto da propose propose por esto da vidras têm propose por esto da vidras propose propose propose por esto da vidras propose propose propose propose por esto da vidras propose pr press de 40 mes. On tella, quandos andient se forta vilvar, quandos andient se forta vilvar, quandos andient se forta vilvar, quando de forta de fo

Quanto la desquitada e de seguradas, em geral não são bem recebblas de velta i, casa dos pois. Elec allo se sestem obrigadas a sestiba-las, parser e desquita, tusto quanto a sepúntocito, cesa como los de seguinos.

Sabendo, portunto o que a roqueza, e despreparadas para elimendo e mercento de trada los. resultas codoren fasces quantidas codos como presenta de la codo de la como repenienta una pecalididade de previencia escalecta, embera rais nels progicis à sobrevisiva aperiça sendonal. Res parters palarres, quante a resilher a lo produce todar pata que esta parter a la como que esta parter a la como gire de bostera, quanto de la como do creatamenta oleme donte de resintationia.

Com um salária minim

— Nilla di sovidada qua e salario des Sudheres estapre doi, e è ainda, inderitor ao des homens. Blas essu desgualdade se torna mais cruel quando e molhere nual pagas sel sa respesavois peta sobrenhitoria de seno dihesia desaltana aucenda.

Quise mitade — 60 per cento — due micheria chicin dei familia sen Salo-Parda risottoria un salbria minimo, en consos, Quartio noi terretto, genera der per cento entre contra condicita. Numa perquisir mutarita a Biol Harinoste, concernosso 115 de deminifica michiato per milheres. Depte, 41 per cento vitalem a a sivie de petrena, comprehen per so deminifica che finale per homes sirio contri a persa em 36 per contra des a sano.

Association on production — Illistration of the contraction design of the contraction design of the contraction design of the contraction of the c

Não o diffedi insuginar que a maioritectas emboras cota intendo quas con Indio de massi forças para munieseas Ribos. E, specie diso, se cenço a considera reactas vesas lastivacaminario decela. Lastivas? Cormos Emerco põe esta posco do trenda na situación, se consentar que o cidado cuateritario activa molberas do maiomaio aditidatórios quando as escursas monte inglicia proportiospara de que comon singles reportiospara de que co-

On conser deven ever a mélorfor indo ino, a principal reconsendação do seculação nos imples escurragulas das establicas popular escurso postido de que nos proteínes conserto establica de que nos proteínes conserto el de superiorismo. Não las por que prividação e aboner so ceso formecondar de decido referentas se alividades de legalia, e aspecialmence de armider.

Fonte: Acervo O Globo, 1978.

Figura 15 – Matéria do jornal O Globo sobre o seminário Mulher Força de Trabalho publicada em 21 de novembro de 1978.

Debate no Rio: o trabalho da mulher na América Latina

Oltenta representantes de seis países latinoamericanos discutirão, a partir da próxima quintafeira, no Hotel Glória, a situação da mulher na força de trabalho da América Latina, em um seminário que objetiva reformular o nível da coleta de dados sobre o assunto nos últimos censos.

— A mulher brasileira, por exemplo, ainda é uma desconhecida em termos de dados sobre sua atuação profissional — afirma a socióloga Neuma Aguiar, do Instituto Universitário de Pesquisas do Río e uma das organizadoras do encontro. Ela acredita que, a partir de uma definição precisa da situação feminina neste as pecto, possibilitar-se-á a criação de uma legislação traba-

TEMAS

Nos quatro dias de trabalho do seminário, serão discutidos 22 temas específicos - a apresentação de cada um deverá ser felta em 15 minutos - e os principais tópicos abordados serão aspectos do trabalho feminino em áreas rurais da América Latina, trabalho de mulheres em presidios, o artesanato têxtil em regiões da Argentina, participação da mulher no mercado de trabalho uruguaio, além do trabalho da mulher na agricultura, em famílias de populações faveladas, diferenças salariais entre os trabalhos masculino e feminino e a situação feminina como mão-de-obra não remunerada no trabalho doméstiParticiparão do seminário homens e mulheres sociólogos, demógrafos, antropólogos, estatísticos,
psicólogos sociais, matemáticos e historiadores. O
encontro, que tem o apoio
do Ministério da Educação
e Cultura, Fundação Ford
e Fundação Rockefeller,
terá a assessoria técnica
da Organização Internacional do Trabalho.

Os debates se iniciarão as 9 horas da manha, prolongando-se até às 18 horas, com a participação exclusiva dos acadêmicos. A única sessão aberta ao público será às 20h30m do dia 24 de novembro, no auditório da Faculdade Cândido Mendes, em Ipanema, quando haverá troca de informações sobre experiências de trabalho femínino, sob a supervisão da soció-

Fonte: Acervo O Globo, 1978.

Em São Paulo, um grupo influente de acadêmicas puxadas por Carmen Barroso lograva financiamento da Fundação Ford para criar uma variedade de iniciativas que criavam e disputavam espaços institucionais em um instituto de pesquisa renomado como a Fundação Carlos Chagas. No Rio de Janeiro, Aguiar havia atraído e mobilizado investimentos nacionais e internacionais para discutir a mulher na força de trabalho, tendo sido responsável pela continuação dos reflexos e pela manutenção da rede de acadêmicas via grupo de trabalho na ANPOCS, em cuja criação o IUPERJ desempenhou papel fundamental. O fato de serem acadêmicas de renome, associadas a dois institutos de pesquisa notáveis, que encabeçaram as primeiras iniciativas de organização dos EMGF foi essencial para sua legitimação, levando a um rápido e rompante sucesso, marcado por uma relativamente harmônica aceitação (ainda que em alguma medida marginal) na academia.

Tanto a organização do primeiro concurso na FCC quanto a realização do seminário foram vividas como marcos importantes pelas acadêmicas que o tocaram (Costa, 1994). Elas partilhavam da sensação de que se inaugurava uma nova fase, e estavam certas. Hoje, ambos

os eventos são considerados marcos dos primeiros passos para a institucionalização dos EMGF, porque lograram desencadear processo cruciais para a formação do campo, como a formação de grupos de trabalho, de redes especializadas no interior das associações científicas e dos núcleos de estudo.

Os núcleos tiveram importantes funções em comum, apesar das diferentes formas de se organizar e agir. Esses se formaram com objetivo de criar um espaço de trabalho conjunto e cumpriam uma tríplice função de ensino, pesquisa e extensão, sendo responsáveis pela formação e treinamento de uma gama de pesquisadoras. Eram espaços de circulação de ideias entre professores de diferentes disciplinas e instituições.

4.4 A expansão e novas formas de legitimação

Os anos 1980 contaram com um crescimento continuado do interesse e produção nos EMGF. Isso se refletiu não só na construção de grupos acadêmicos organizados em núcleos de estudos e pesquisa ou em grupos de trabalho nas mais diversas associações científicas, como na diversificação dos temas abordados. A expansão vertiginosa do campo deixa em evidencia sua fragmentação e seu processo de institucionalização, que acabava formando o que Costa (1994) vai chamar de uma subárea isolada das Ciências Sociais. Em 1985, Costa, Barroso e Sarti, três intelectuais fundamentais dos EMGF no Brasil publicam o icônico *A pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto?*, um dos textos mais completos sobre os EMGF no Brasil. O artigo adianta preocupações que vão fundamentar uma reorientação do campo nos anos 1990. Com seu crescimento, as acadêmicas dos EMGF começam a apontar o parco aprofundamento teórico do campo, resultante de uma frouxa articulação em termos das definições do campo, suas referências fundamentais e seu objetivo.

O texto de Costa, Barroso e Sarti (1985) é uma crítica à guetificação dos EMGF no quadro geral de tendências a especializações das Ciências Sociais em seu processo de expansão. As Ciências Sociais passavam talvez pelo ápice do intenso questionamento dos seus próprios pressupostos de universalidade da modernidade ocidental, o que por um tempo influenciou uma produção de conhecimento científico extremamente empírica e descritiva. Parte desta crise geral das Ciências Sociais, os EMGF deparavam-se com mais questionamentos do que respostas (COSTA, BRUCHINI, 1991).

Como um campo relativamente isolado, interdisciplinar e extremamente diverso, as acadêmicas dos EMGF enfrentavam impasses teóricos e metodológicos. É neste sentido que na segunda metade da década de 1980 o campo começa a ser reavaliado e novas estratégias são

aventadas. O marco final deste processo é o seminário *Estudos sobre mulher no Brasil:* avaliação e perspectivas, organizado pela Fundação Carlos Chagas com apoio da Fundação Ford, realizado em novembro de 1990, em São Roque, SP.

Costa e Bruschini (1991), na apresentação da coletânea decorrente deste encontro. Indicam que a expansão da área durante a década de 80 colocava a necessidade de uma avaliação do campo. O encontro propiciou um balanço crítico dos avanços teóricos e metodológicos do "campo temático" (COSTA, BRUSCHINI, 1991) e das suas lacunas. Um dos problemas era justamente a composição do campo em torno de um tema, marcado pela ausência da construção sistemática de um corpo consistente de conceitos teóricos e pelo desenvolvimento do campo em um espaço específico.

Uma das maneiras propostas de atender as demandas que se apresentavam para as acadêmicas foi a adoção, por grande parte delas, do termo "gênero" em substituição a "mulher" como objeto definidor do campo. Este movimento já vinha acontecendo paulatinamente no decorrer da década de 80 (HEILBORN, SORJ, 1999), o que fica explícito, uma vez que a publicação resultante do encontro em São Roque, encontro voltado para discutir "estudos sobre a mulher no Brasil" chama-se "Uma questão de gênero" (COSTA, BRUSCHINI, 1991). É uma virada declarada, não apenas nominal, mas da própria concepção das pesquisadoras sobre o que constitui o campo e qual o seu papel. Com o conceito de gênero entram a reboque uma ampliação e valorização dos estudos das relações de gênero, e uma investidura teórica em conceitos mais abstratos, referentes à ordem do simbólico, em contraste com a dimensão mais empírica e descritiva da mulher como objeto temático, como característica que unifica o campo. Por outro lado, a orientação mais estritamente acadêmica, voltada para a pesquisa em si, e não para a pesquisa em sua capacidade de intervenção no social, poderia significar a perda de uma perspectiva politicamente transformadora característica dos estudos da mulher.

Lia Zanotta Machado, na introdução da mesma coletânea, deixa evidente a consciência desta virada, sinalizando a publicação como um marco na passagem dos estudos de mulher para os estudos de gênero (MACHADO, 1992). Interessante é a conclusão de Machado sobre o dilema dos EMGF, sobre autonomizar-se ou integrar-se, entre a guetização e a diluição. Machado afirma que não é necessário escolher e que as opções não são mutuamente excludentes. Pode-se fomentar, ao mesmo tempo, um maior aprofundamento disciplinar e interdisciplinar. Segundo a autora, a escolha da mulher como objeto empírico apenas, sem a construção de um objeto teórico, não é suficiente para consolidação do campo (MACHADO, 1992, p. 14).

Existem outros trabalhos que tratam especificamente da institucionalização dos EMGF no Brasil a partir da recepção do conceito de gênero no Brasil, como Marília Moschkovich (2018) e Ilze Zirbel (2007). Esta discussão está claramente fora do escopo desta tese, no entanto acho importante situar esta virada, na medida em que ela confirma nossas apostas. Como procurei demonstrar de diferentes formas, um certo tipo de saber só tem seu status epistêmico legitimado quando sua concepção e produção fazem sentido dentro das grandes demandas do debate político, científico, cultural, social, econômico e/ou intelectual, pela sua capacidade de endereçar os temas centrais do seu presente.

Nesse sentido, que essa passagem de "mulher" para "gênero" não pode ser vista apenas inteiramente como decorrente das questões internas do campo intelectual. A abertura política vivenciada nos anos 1980 implicou em uma série de oportunidades de intervenção na realidade, de maneira que a academia pôde voltar-se para si própria, uma vez que a via política se encontrava aberta as empreitadas civis, imbuídas pelo otimismo daquele cenário. Uma das maneiras encontradas por algumas dessas mulheres foi a via política, na Constituinte de 1988 ("lobby do batom") ou em partidos agora devidamente legalizados.

Com a abertura e democratização do Estado, as mulheres puderam atuar mais diretamente na demanda por políticas públicas para si próprias enquanto grupo, forçando espaços de atuação. As demandas não eram novas, já haviam sido gestadas na imprensa feminista, nos EMGF e nos movimentos de mulheres que, à sua maneira, já pressionavam por políticas. No entanto, a abertura do campo político as abriu a possibilidade de interferir diretamente nas instituições, em uma relação mais próxima a partidos e órgãos do Estado, inclusive como grupo de interesse no Congresso, como na experiência do Conselho Nacional dos Direitos Das Mulheres (CNDM).

O Conselho foi um lugar de atuação de grupos feministas, vinculado ao Ministério da Justiça e que respondia à Presidência da República, tendo como finalidade promover em âmbito nacional políticas para a eliminação da discriminação contra a mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos (BIROLI, 2018). O Conselho podia enviar projetos de lei à Presidência, fiscalizar o cumprimento da legislação, firmar convênios, analisar denúncias, sendo também o responsável por manter um canal direto com o movimento de mulheres, de maneira a apoiar o desenvolvimento das atividades dos grupos autônomos, sem interferir em seu conteúdo e orientação (BIROLI, 2018). Era composto também, se não principalmente, de mulheres intelectuais com histórico no movimento feminista e no movimento de mulheres e contou com nomes como Rose Marie Muraro, Lélia Gonzales, Ruth Escobar e Jacqueline Pitanguy.

Essa articulação do Conselhos Nacional dos Direitos da Mulher, do movimento feminista e bancada feminina, por meio do "lobby do batom" permitiu que o próprio movimento defendesse e articulasse seus interesses no espaço legislativo (COSTA, 2005). Essa atuação política direta levou as demandas que já vinham sendo organizadas em campanhas e protestos realizados por grupos organizados de mulheres desde os anos 1970 ao Poder Legislativo, desempenhando um papel fundamental na Constituinte, obtendo enorme sucesso em seu objetivo de garantir uma série de direitos das mulheres na Carta Constitucional. Neste novo cenário, a academia perde sua função como meio para a intervenção social, principalmente pelo fato de que parte dessas intelectuais com formação e atuação acadêmica passou a ocupar espaços nos órgãos governamentais. O espaço da ação e da pesquisa voltada para a ação social se desloca para os órgãos governamentais, agora em um regime democrático. É também nesse novo espaço onde vão ser colocadas e disputadas as demandas do movimento de mulheres e do movimento feminista. Este trecho do depoimento de Sandra Unbehaum para o CPDOC, sobre os 40 anos de relação da Ford com a FCC, parece indicar neste mesmo sentido:

Eu acho que, se a gente olha... Pensar esses 40 anos, começando com um período de absoluta ditadura; depois, com a abertura, você tem então todo um momento de redefinição ou de definição das políticas públicas, as políticas educacionais e as políticas... Naquele tempo, nem se falava de políticas de gênero e tal, mas essas questões estavam ali presentes, então, elas precisavam ser discutidas e colocadas. Quer dizer, você tem um período histórico aí em que... Acho que essa parceria justifica o apoio que foi sendo dado e os projetos que foram sendo desenvolvidos. E na medida que a democracia se estabelece, é natural ou é possível entender e compreender o afastamento das agências de fomento, as agências que apoiavam, a saída delas gradativamente ou o desligamento de determinados temas. O que não significa que nós tenhamos resolvido todas as questões. (UNBENHAUM, 2019, p.9)

Com a perda desta função, os EMGF podem rearticular o campo de maneira mais autocentrada. Perdendo um pouco da centralidade na produção de pesquisa empírica voltada para a intervenção social, sua maior fonte de legitimidade, o campo volta-se para fortalecer-se e se reorganizar, reformulando a autoconcepção que as participantes têm sobre o próprio campo, adaptando seus propósitos e seus objetos. É neste cenário que passa a se valorizar um aprofundamento teórico e a definição de um novo objeto, menos descritivo e mais conceitual, como gênero. De acordo com Heilborn e Sorj (1999) o conceito de gênero ajudou no processo de legitimação do campo e aceitação acadêmica na medida que desvinculava a problemática acadêmica da problemática política. É nesse sentido que as autoras afirmam que a construção de uma problemática sociológica diferente da questão política trazida pelo feminismo caracterizou os esforços de institucionalização dos EMGF no Brasil.

Apesar das conquistas, a década de 1990 levou a uma crescente fragilidade dos organismos de governo para mulheres, em decorrência do clima conservador dominante no Estado. Algumas feministas, muitas delas funcionárias desses organismos nos anos 1980, passaram a estruturar-se a partir de organizações não-governamentais feministas, como maneira de exercer pressão junto ao Estado, buscando influenciar nas políticas públicas. Quando entrevistei Maria Moraes em São Paulo, falamos um pouco dessas mudanças e dos avanços que o campo tinha feito. Ela comenta sobre o final dos anos 1980 e as mudanças que vinham se firmando no campo:

Porque as grandes conquistas tinham sido feitas e porque o feminismo, de alguma maneira, o feminismo ficou... que eu acho que é o grande problema, todas aquelas coisas de Comissão da Mulher e tal, o feminismo virou burocrático. [...] Por que você tem esse lapso entre essa fase gloriosa, que vai ter em 82, por quê? (MORAES, 2020).

No texto de 1985, Costa, Barroso e Sarti (1985) sinalizam que, ao buscar visibilizar as mulheres enquanto atrizes sociais – antes invisibilizadas pela produção cientifica tradicional – as acadêmicas construíram sua identidade a partir de sua condição comum enquanto grupo oprimido, o que as impelia a reivindicar o feminino. É neste movimento que as autoras caracterizam os EMGF como um gueto, um espaço demarcado onde se desenvolveram os EMGF, mas que, no entanto, não havia se institucionalizado. Ser gueto possibilitava a afirmação de uma identidade, espaço próprio, legitimidade e apoio institucional, também trazia consigo o isolamento e a excessiva autorreferência. As autoras se sentiam em um momento decisório, de transição, onde mudanças eram exigidas e elas deparavam-se com perguntas inerentes à construção de um campo de saber crítico. Deveriam reivindicar o reconhecimento institucional de um espaço próprio, ou atender a necessidade de se voltar para fora e expandir seu espaço restrito?

Este parco aprofundamento e coesão teórica do campo são, segundo Costa, Barroso e Sarti (1985), consequência de alguns fatores predominantes nos anos 1970. As autoras creditam essa deficiência teórica à conjugação de duas tendências opostas, mas complementares em seu efeito de dificultar a elaboração de um corpo teórico articulado (COSTA, BARROSO, SARTI, 1985). Por um lado, os EMGF compartilhariam com as Ciências Sociais um deslumbramento pelas grandes teorias e assim reiteravam os postulados básicos das referências clássicas da disciplina, o que deixaria pouco lugar para a criatividade na elaboração de conceitos. Por outro, aqueles críticos quanto à possibilidade de teorias gerais explicativas, enfatizaram a descrição densa do concreto, por meio da quantificação e da observação direta como alternativa para explicar a realidade social. Essas seriam as duas tendências mais gerais das Ciências Sociais que eram reproduzidas nos EMGF.

Essa interpretação de Costa, Barroso e Sarti (1985) ajuda a sustentar minha hipótese de que a profunda identificação com a pesquisa científica conduzida nas Ciências Sociais de forma mais ampla, e na sociologia de maneira mais localizada, são parte importante da construção da identidade e subjetividade das acadêmicas dos EMGF. E que esta subjetividade, produzida durante os anos de expansão da pós-graduação no Brasil, tornando-se parte da identidade das acadêmicas, funcionou para que os EMGF se concebessem sempre como um campo de estudos acadêmicos dentro de disciplinas tradicionais, atenuando tendências mais radicais de separação e crítica à produção científica hegemônica.

Segundo as autoras, outros fatores ainda contribuíram para o pequeno aprofundamento teórico. Em primeiro lugar, encontrava-se a própria dificuldade da tarefa em um contexto universitário onde estudantes e intelectuais raramente dispunham de condições para dedicação integral a suas tarefas, como vimos no capítulo anterior. Isto favorecia que a produção dos EMGF conjugasse o arcabouço teórico das Ciências Sociais com novos dados coletados.

O segundo fator seria a natureza das demandas da sociedade num país onde os saberes são concentrados. A ideia é que o espaço para a produção teórica é prejudicado quando o pesquisador é transformado em informante e adquire legitimidade somente na medida em que produz conhecimento facilmente assimilável pelo público mais amplo, interessado em "fatos" ou ideias de consumo imediato de pequeno nível de abstração (COSTA, BARROSO, SARTI, 1985). Novamente as autoras dão indícios que fortalecem a ideia de que a legitimidade adquirida pelos EMGF em sua emergência se deu em razão de sua capacidade de capturar as questões centrais do debate nacional e oferecer respostas e recomendações. De acordo com as autoras, a estreita ligação do campo com a militância e o interesse geral que se despertava sobre o tema teria acentuado ainda mais essas tendências.

O terceiro fator que contribui para o pequeno aprofundamento teórico é a questão da interdisciplinaridade, que eu considero mais difícil de colocar em prática em países como o Brasil, com uma forte tradição universitária disciplinar e não temática. Nos EMGF, as relações que transpassam as barreiras disciplinares são condição essencial do seu aprofundamento, no entanto, a articulação dessas relações é dificultada por uma série de impedimentos, tanto em razão de relativo isolamento e autonomia das disciplinas tradicionais, quanto a questões organizacionais, como a formalização nas instituições universitárias, a garantia de recursos e postos de trabalho, etc.

O quarto fator elencado pelas autoras é a divisão internacional do trabalho intelectual, onde as brasileiras encontram-se em relativa desvantagem na geopolítica do conhecimento. As intelectuais brasileiras sempre mantiveram intenso contato com pesquisadores ou centros de

pesquisa estrangeiros, como vimos no capítulo anterior, por meio de publicações, seminários ou congressos internacionais. No entanto, não ocupando uma posição hegemônica nesta divisão de trabalho, frequentemente a participação das brasileiras em seminários internacionais acabava resumida à apresentação da realidade local, desconhecida e exótica, sem status epistêmico o suficiente para uma efetiva troca em relação a sua contribuição teórica (COSTA, BARROSO, SARTI, 1985).

Fica evidente como as acadêmicas tinham plena consciência não só da profunda internacionalidade dos EMGF como também de um esclarecimento sobre sua posição intelectual em uma divisão internacional do trabalho. Esta clareza também nos ajuda a entender o caráter "terceiro-mundista" das acadêmicas, que faziam a ponte entre as teorias feministas advindas dos centros de influência e faziam sua adaptação à realidade e ao contexto local. Suas preocupações e prioridades eram as preocupações e prioridades da periferia do capitalismo e, portanto, guardavam semelhanças, mas principalmente diferenças, na maneira como o feminismo e os EMGF se constituíram.

No início da década de 90 várias iniciativas buscaram apontar caminhos possíveis para a superação desses entraves. Os anos de 1990, de maneira geral, são entendidos como o momento de consolidação da área. É quando são criadas as principais revistas acadêmicas nacionais (*Revista Estudos Feministas* e *Cadernos Pagu*), que contribuíram para uma institucionalização mais expressiva dos EMGF, trazendo maior legitimação para a área e abrindo espaço para a ampliação do escopo dos trabalhos produzidos. A expansão de temas trabalhados dentro dos EMGF e a progressiva articulação de redes feministas nos anos 1990 impulsionam a especialização dos estudos nesta área, que se refletirá nos anos 2000 e em diante com ganhos em diversificação, desenvolvimento e institucionalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sofro sua ausência, Mas prezo muito A presença da sua memória (BARROSO, 2014).

Ao longo dessas páginas discutimos a constituição de um campo de estudos, seu processo de institucionalização. Optei por realizar uma análise que mostrasse como tendências do contexto sociopolítico e intelectual, redes de circulação de intelectuais nacionais e internacionais, disposição de financiamento e a organização de projetos e eventos são fundamentais no processo de construção de legitimidade acadêmica, fundada no status epistêmico de um campo. No entanto, o fiz procurando demonstrar que esses fatores, embora desenhassem tendências e limitações próprias, só poderiam ser convertidos em elementos fundamentais para o surgimento do campo quando bem mobilizados por pessoas investidas em um projeto mais ou menos consciente de institucionalização do campo.

O caso dos EMGF no Brasil nos permite observar muito bem este processo, um tanto contingente, um tanto planejado, de institucionalização de um campo de estudos. O que procurei demonstrar é que os marcadores institucionais – por exemplo, o primeiro congresso, a primeira revista, a primeira associação científica, o primeiro curso – por si só não nos dizem muito sobre como surge um campo de estudos. O mundo está cheio de pioneiros sem legado. O que define o sucesso de um projeto de institucionalização de um campo não é um registro formal nos anais de uma instituição, ainda que este fato seja extremamente relevante. O que define um projeto bem-sucedido é como este constrói e reconstrói as bases do seu status epistêmico em relação ao contexto social mais geral, que pode apresentar, simultaneamente, movimentos de confirmação e contestação desta reivindicação por status epistêmico.

Aquilo que fundamenta o status epistêmico, como procurei demonstrar, é a própria concepção dominante que os participantes têm sobre o campo, como o concebem, o que o diferencia dos outros campos, o que justifica sua importância, e qual o seu papel. Essa autoconcepção sobre o campo só pode ser convertida de maneira exitosa à legitimidade epistêmica quando os pares acadêmicos, de maneira específica e a sociedade, de maneira geral, fazem sentido desta reivindicação. É neste sentido que procurei demonstrar a eficácia da estratégia de legitimação do enquadramento da questão da mulher como problemática nacional – principalmente nos campos da educação e do trabalho e relacionando-a a discussões sobre a desigualdade e mais à frente ao processo de democratização.

A construção desse status epistêmico, que permite a legitimidade acadêmica, não é só informada pela existência de pessoas prestigiadas em instituições de prestígio, ainda que este

seja um recurso extremamente valioso. O que eu gostaria de deixar como contribuição nesta tese é o entendimento de que o projeto de institucionalização dos EMGF na sociologia brasileira só se configurou como um sucesso graças à costura entre condicionantes macro e micro realizadas pelas e através das acadêmicas. Só podemos fazer sentido do que foi este processo se entendermos quais circunstâncias informaram essas mulheres e como, dentro deste cenário, elas elaboraram estratégias para erigir um campo de estudos.

Com isso quero dizer que os condicionantes poderiam estar presentes, mas só se manifestaram, pois, essas mulheres souberam mobilizar as diferentes oportunidades de maneira a criar condições de sustentação e manutenção da recém-construída legitimidade epistêmica que o contexto as havia alçado. São algumas pessoas, capazes de construir redes de colaboração intelectual e tomar iniciativas de organização coletiva, que transformam essas possibilidades em realidades.

No primeiro capítulo procurei situar as diferentes maneiras que entendemos o que estamos fazendo quando dizemos que estamos fazendo ciência e como nossa relação com a pesquisa científica é informada por vivências pessoais e contextos sociais – que influenciam o que e como estudamos – e também por nossos próprios entendimentos de objetividade e neutralidade neste fazer. Assim construí as primeiras pontes em relação ao tema da legitimidade científica, discutindo a produção de conhecimento científico como uma construção social marcada por relações de poder e as intensas relações entre ciência e feminismo. Com isso, pude começar a entender como nossa relação com nossos campos e com o entendimento do nosso ofício estabelece conexões com as estratégias que usamos, conscientemente ou não, para falar de um lugar autorizado e sobre narrativas que construímos sobre o que estamos fazendo quando fazemos pesquisa acadêmica.

Aproveitei também para introduzir as principais abordagens teóricas sobre a sociologia dos intelectuais, destacando como diferentes abordagens proporcionavam diferentes enfoques. Vimos abordagens que enfatizam pertencimentos socais mais amplos como influências determinantes da produção intelectual e outras que davam mais centralidade a abordagens mais locais em redes menores de interações. Nesta tese procurei conciliar diferentes pontos fortes de cada tendência, colocando a influência dos contextos sociais, da disponibilidade de financiamento, da capacidade de mobilização e construção de redes e também da própria identidade subjetiva dessas acadêmicas.

No segundo capítulo procurei discutir como são estudados os processos de institucionalização de um campo de estudos. Trabalhei com os enquadramentos trazidos por três exemplos de estudos sobre a institucionalização da sociologia, apontando os ganhos e os

limites de cada abordagem. O principal ganho foi a constatação de que a institucionalização de um campo de estudos depende fortemente de como este campo é concebido pelos seus praticantes e pela sociedade em sua concepção mais geral. Também foi proficuo entender como a institucionalização pode ser um processo fragmentado e que, tanto o contexto político mais amplo, quanto as redes e relações estabelecidas por acadêmicos bem posicionados são definidoras do sucesso dessas empreitadas. Vimos que os EMGF têm seus próprios desafios pra enfrentar, enquanto campo acadêmico, principalmente com relação convergências e divergências com o feminismo enquanto movimento social.

É neste capítulo também que situo como a bibliografia dedicada a pensar a institucionalização dos EMGF costumou analisar o problema, delineando as tendências gerais desses processos como articulação internacional, a relação com regimes políticos e os movimentos sociais, assim como o tipo de estrutura universitária. Apresentei ainda, em maiores detalhes, o conceito de status epistêmico, enfatizando seu constante processo de produção e manutenção e como este se relaciona com as estratégias narrativas utilizadas em sua constante negociação.

O capítulo terceiro foi destinado, a partir de uma lente macro, a traçar os contextos mais gerais que informaram este processo de institucionalização. Contextualizamos o cenário político, intelectual, educacional e social em que se deu o surgimento dos EMGF nos anos 1970. Procurei remontar as visões de mundo que informavam a leitura que estas intelectuais faziam dos acontecimentos e da sociedade brasileira e como essas informaram a construção de uma narrativa sobre a gênese do campo.

Ressalto tanto fatores contextuais e as vivências pessoais que informaram as principais estratégias lançadas pelas acadêmicas para legitimar o novo campo de estudos. Procurei demonstrar como os fatores que elenquei favoreceram estratégias de integração pouco conflituosas com o campo acadêmico, fortemente articuladas por uma concepção de pesquisa científica voltada para a intervenção social. Destaquei a modernização da sociedade brasileira, o regime militar e a reforma universitária como processos macronacionais que informaram as estratégias traçadas, assim como o clima internacional favorável, marcado pelo intenso transito intelectual, impulsionado pelo exílio político e pela busca por formação profissional em pesquisa, como sendo definidores das opções colocadas. Salientei como as trajetórias intelectuais, as vivências pessoais e a identidade dessas mulheres como pesquisadoras foram fatores influentes na maneira como elas pensaram e construíram o campo dos EMGF.

O último capítulo lança uma lente micro para dois processos considerados fundantes dos EMGF no Brasil, no final da década de 1970. Observei o lançamento da *Bibliografia*

anotada Mulher Brasileira pela Fundação Carlos Chagas (1979), em São Paulo, e a realização do seminário A mulher na força de trabalho no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, em 1978, como momentos chave para a constituição de um caldo comum de referências, métodos, temas, procedimentos e redes que desse forma aos EMGF. Meu olhar buscou destacar o trabalho e as estratégias das acadêmicas para erigir um campo de estudos, como elas mobilizaram suas vivências, conjugadas às oportunidades que lhes foram postas, para criar redes intelectuais e espaços institucionais onde os EMGF pudessem germinar e se expandir. Assim, localizei o momento e as maneiras de criação e construção da legitimidade dos EMGF em relação aos contextos apresentados. Essa tendência teria durado até meados dos anos 1980, acertando-se em novo arranjo na virada dos anos 1990, onde normalmente são fixados os marcos de institucionalização dos EMGF, com a criação das revistas científicas especializadas.

Procurei mostrar como é contingente e ao mesmo tempo articulado, este longo processo de construção da legitimação epistêmica, que deve ser mantido e reconfigurado de maneira constante, por meio das nossas interações, nossa produção acadêmica e nossa atividade administrativa. Que existe um trabalho de articulação desde muito antes dos primeiros marcos institucionais e que sua continuidade e representatividade, a manutenção do seu status epistêmico (e, portanto, seu sucesso), depende em grande medida das articulações que perduraram engajadas após o estabelecimento desses marcos. Quis também nos lembrar que essa legitimidade epistêmica nunca está garantida e sempre se deparará com contra investidas (sutis e/ou diretas) dos mais variados setores, internos ou externos à academia. Precisamos vigiar como os processos políticos, econômicos, sociais e intelectuais afetam não só a nossa produção, mas a percepção do valor da nossa produção para a sociedade.

Espero, ao fim, que as reflexões que trouxe para essa tese ajudem-nos a pensar em alguns pontos que talvez ainda foram pouco explorados nos EMGF no Brasil. Em primeiro lugar, seria ótimo que esta tese ajudasse a contextualizar os primórdios da produção brasileira nos EMGF, de maneira a visibilizar a importância daquela produção naquele momento. Gostaria que isso permitisse um olhar mais atento das gerações atuais sobre a nossa própria produção, e sobretudo de pensamento feminista, de maneira dialogar com a tradição desenvolvida no Brasil e assim aproximar seus temas e suas reflexões dos nossos próprios desafios como país localizado fora dos grandes centros do capitalismo e de produção e circulação de conhecimento científico.

Por outro lado, é necessário que essa retrospecção introspectiva mantenha o olhar crítico sobre as narrativas de institucionalização dos EMGF no Brasil. Assim, podemos pensar não só

como e porque elas foram construídas, mas que projetos alternativos foram sacrificados e que nomes não apareceram entre os personagens centrais dessa história. Isso nos permite lembrar que tanto o passado, quanto o presente e, certamente, nosso futuro, então em disputa pelos seus significados. Isso significa não só que temos que combater tendências conservadoras, mas que temos que nos empenhar em escrever e elaborar nossas versões da história, outras e múltiplas versões desta história.

Por último, para mim seria uma grande satisfação se esta tese despertasse no leitor uma curiosidade ativa sobre construir espaços de legitimidade dentro da academia, que o levasse a refletir criticamente sobre seu próprio projeto de academia, de fazer científico. Espero ter contribuído para colocar na ordem do dia um diálogo reflexivo e coletivo sobre o papel dos EMGF, um diálogo que deve ser contínuo e sistematicamente endereçado sobre qual tipo de EMGF queremos, quais projetos compartilhamos e que estratégias devemos empreender para atingir nossos objetivos.

Os desafios já estão lançados, a miríade de contextos políticos, econômicos, intelectuais, educacionais e sociais está sempre exigindo de nós. Os cortes no financiamento público de pesquisas já estão sendo feitos, já violaram os processos democráticos universitários. Enfrentamos uma galopante campanha contra a ciência, inclusive em seu aspecto mais tradicional e hegemônico. Veja se esta recente descredibilização da ciência não começou com acusações de que intelectuais, aparelhando universidades e órgãos do governo, queriam impor a "ideologia de gênero" ou com campanhas do *Escola Sem Partido*. Categorias como "esquerdismo", "comunismo" e "ideologia de gênero" servem para acusar a ciência de promover uma agenda política interessada, no seu sentido mais óbvio.

Se a tese procurou mostrar uma discussão aberta e sistemática do que se pretendia estabelecer com os EMGF, busca também incentivar que essa reflexão seja contínua, não só na própria área, mas na produção acadêmica em geral. Isso se mostra ainda mais necessário em momentos de ataque à credibilidade e legitimidade da academia. Por isso, não podemos nos furtar de discutir as relações entre ciência, política, feminismo e objetividade. Por isso, devemos estar sempre vigilantes, construindo e reconstruindo nossa legitimidade epistêmica, pensando criticamente sobre as bases em que ela repousa. Por isso, devemos discutir, aberta e sistematicamente o que queremos dos EMGF e como o faremos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, N. Caminhos - Ep. 5 - Neuma Aguiar. [Entrevista concedida ao IESP-UERJ], Caminhos: Programa de Memória Oral da Pós-Graduação do IESP-UERJ. Rio de Janeiro: IESP-UERJ, 2020. 30 min. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=OxyvPdNmAJw. Último acesso em: 01 jan. 2021.

AGUIAR, N. Entrevista concedida a Gabriela de Brito Caruso. Rio de Janeiro, 02 mar. 2020b.

AGUIAR, N. 50 anos da pós-graduação do IESP-UERJ: Mesa 2 - A primeira década (26/9/2019). Rio de Janeiro: IESP-UERJ, 2019 (publicação em 2020). 98 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PYqCSI0cNtE. Último acesso em: 01 jan. 2021.

AHMED, S. Introduction: sexism - a problem with a name. *New Formations*, n. 86, p. 5-13, dez. 2015.

AHMED, S. Living a feminist life. Durham: Duke University Press, 2017.

ALMEIDA, A. W. B. Apresentação: A "Turma do Brasil Central" e a "Antropologia da Amazônia". *In*: VELHO, Otávio. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*: estudo do processo de penetração numa área da Trânsamazônica. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

ALMEIDA, A. M; et al.. Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

ALVAREZ, S. E. *Engendering democracy in Brazil*: women's movements in transition politics. Princeton: Princeton University Press, 1990.

ALVES, M. F.; OLIVEIRA, J. F. Pós-Graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 30, n. 2, maio/ago. 2014. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/53680/33095. Acesso em: 24 abr. 2019.

APOIO masculino garante o I Conselho de Mulheres. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 out. 1972, p. 11. Disponível em: https://oglobo.globo.com/acervo/. Último acesso em: 15 fev. 2021.

ARAÚJO, C. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. *Critica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 65-70.

ARMITAGE, F.; PEDWELL, C. Putting Gender on the Map: The LSE Gender Institute's First Fifteen Years. *Gender Institute New Working Paper Series*, n. 16, Londres, Gender Institute, The London School of Economics and Political Science, set. 2005.

AS FEMINISTAS brasileiras. *O Globo*, 09 mar. 1980, p. 10. Disponível em: https://oglobo.globo.com/acervo/ . Último acesso em: 15 fev. 2021.

- BAERT, P. Positioning theory and intellectual interventions. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, v. 42. n. 3, p. 304-324, abr. 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1111/j.1468-5914.2012.00492.x. Último acesso em 15 ago. 2021.
- BARAZZETTI, D; et al. Italy. In: GRIFFIN G. (ed.). Women's Employment, Women's Studies and Equal Opportunities 1945 2001: Reports from Nine European Countries. Hull: University of Hull, 2002.
- BARAZZATTI, D.; LEONE, M. The Institutionalisation of Women's Studies Training in Europe. *Report 2 project Employment and Women's Studies*: The Impact of Women's Studies Training on Women's Employment in Europe. 2003. Disponível em: http://www.hull.ac.uk/ewsi/. Acesso em: 26 abr. 2019.
- BARRETO, E. S. S. Educação. *In:* FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Mulher brasileira*: bibliografia anotada 2. São Paulo: FCC, Brasiliense, 1981.
- BARROSO, C.; MELLO, G. N. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, n. 15, 1975. Disponível em: http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1813. Última acesso em 15 ago. 2021.
- BARROSO, C. Cristina Bruschini. *Cadernos de Pesquisa*, v. 42, n. 145, p. 284–297, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0100-15742012000100016. Último acesso em: 15 ago. 2021.
- BARROSO, C. Fúlvia Rosenberg (1942-2014). *Cadernos de Pesquisa*, v. 44, n. 153, p.760-775 jul./set. 2014. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/3069. Acesso em: 15 fev. 2021.
- BERG, A. M.; CHRISTENSEN, A. GRACE Report: Women's Studies and Feminist Research in Denmark, 1988. *In*: BRAIDOTTI, R.; VAN BAREN A. (eds.). *The Making of European Women's Studies* (Vol. VI). Utrecht: ATHENA/Universiteit Utrecht, 2005.
- BIRD, E. National Report: Training and Education in Europe Women's Studies in the United Kingdom. In: BRAIDOTTI, R.; LAZAROMS, I.; VONK, E. (eds.). *The Making of European Women's Studies* (Vol. III). Utrecht: ATHENA/Universiteit Utrecht, 2001.
- BIROLI, F. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. *Cadernos Pagu*, n. 34, p. 269-299, jan./jun. 2010.
- BLANCO, A.. *Razón y modernidad*: Gino Germani y la sociología en la Argentina. 1 ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2006.
- BLAY, E. A.; CONCEIÇÃO, R. R. A mulher como tema nas disciplinas da USP. *Cadernos de Pesquisa*, n. 76, 1991. Disponível em: http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1054. Último acesso em: 15 ago. 2021.
- BLAY, E. Eva Blay Entrevista. *In*: GROSSI, M. P.; MINELLA, L. S.; PORTO, R. *Depoimentos*: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006. Entrevista concedida a Juliana Cavilha Mandes e Simone Becker.

BLOIS, J. P.. La institucionalización y profesionalización de la sociología en Brasil y Argentina. Formación, organización e intervención de los sociólogos. *Estudios sociológicos*, Cidade do México, v. 33, n. 99, p. 633-658, dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2448-64422015000300633&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 23 dez. 2020.

BOMENY, H. A reforma universitária de 1968: 25 anos depois. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 9, n. 26, out. 1994.

BORDERIAS, C. Feminist Studies and Research in Spain, 1989. *In*: BRAIDOTTI, R.; NIEBOER, J.; HIRS, S. (eds.). *The Making of European Women's Studies* (Vol. IV). Utrecht: ATHENA/Universiteit Utrecht, 2002.

BOURDIEU, P. Homo academicus. Stanford: Stanford University Press, 1988.

BOURDIEU, P. *Le sens pratique* (traduzido por R. Nice como *The logic of practice*) (1980). Stanford: Stanford University Press, 1990.

BOURDIEU, P. The specificity of the scientific field and the social conditions of the progress of reason. *Social Science Information*, n. 14, p. 19-47, 1975.

BOXER, M. J. For and about women: the theory and practice of women's studies in the United States. *In*: MINNICG, E.; O'BARR, J.; ROSENFELD, R. (eds.). *Reconstructing The Academy*: Women's Education and Women's Studies. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

BOXER, M. J. *When women ask the questions*: creating women's studies in America. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001.

BRAIDOTTI, R.; DE DREU, E.; RAMMRATH, C. (eds.). *National Reports for the SIGMA European Subject Area Evaluation of Women's Studies*. Brussels: European Commission (DG XXII), 1995.

BRAIDOTTI, R.; DELHEZ, E.; RAMMRATH, C. *Institutionalisation of Gender Studies/Women's Studies in Europe*. Berne: Swiss Science Council, 1998.

BRASIL JR., A. O imigrante e seus irmãos: as pesquisas empíricas de Florestan Fernandes e Gino Germani. *Lua Nova*, São Paulo, n. 81, p. 175-213, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452010000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 dez. 2020.

BRINGEL, B.; DOMINGUES, M. Teoria social, extroversão e autonomia: impasses e horizontes da sociologia (semi)periférica contemporânea. *Caderno CRH*, v. 28, n. 73, 2015.

CADERNOS DE PESQUISA, Cristina Bruschini. *Cadernos de Pesquisa*, v. 42, n. 145, p. 284-297, jan./abr. 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0100-15742012000100016. Último acesso em: 15 ago. 2021.

CAMIC, C.; GROSS, N. The New Sociology of Ideas. *In*: BLAU, J. R. (ed.). *The Blackwell companion to sociology*. Malden; Oxford; Carlton: Blackwell, 2004, p. 236–249.

- CAMPOS, M. M. Cristina Bruschini. *Cadernos de Pesquisa*, v. 42, n.145, p. 284–297, jan./abr. 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0100-15742012000100016. Último acesso em: 15 ago. 2021.
- CAMPOS, M. M. Fúlvia Rosenberg (1942-2014). *Cadernos de Pesquisa*, v. 44, n. 153, p.760-775, jul./set. 2014. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/58. Acesso em: 15 ago. 2021.
- CANEDO, L. B. Conhecimentos de Estado e elites internacionais: a Fundação Ford no Brasil e seus beneficiários. *In: Encontro Anual da ANPOCS, 41*, GT10 Elites e Formas de dominação, 2017, Caxambu. Anais eletrônicos. Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2017. Disponível em: https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt10-24/10685-conhecimentos-de-estado-e-elites-internacionais-a-fundacao-ford-no-brasil-e-seus-beneficiarios/file. Último acesso: 19 fev. 2021.
- CARVALHO, L. C. *Projeto, conhecimento e reflexividade*: estudos rurais e questão agrária no Brasil dos anos 1970. [s.l.] Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, 2015.
- CASTRO, M. G. Entre escutas, encontros e pesquisas: a trajetória política e intelectual de Mary Garcia Castro. *ODEERE: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade*, v. 4, n. 7, jan./jun. 2019. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/4978/4021. Último acesso: 06 jan. 2021. Entrevista concedida a Eva Fonseca Silva Spínola e Maria Cristina Nascimento de Souza.
- CODE, L. Rhetorical spaces: essays on gendered locations. New York: Routledge, 1995.
- COLLINS, P. H. Aprendendo com a *outsider within**: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016 [1990]. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006. Acesso em: 04 abr. 2020.
- COLLINS, R. *The sociology of philosophies*: a global theory of intellectual change. Cambridge; Londres: Belknap Press/Harvard University Press, 1998.
- CHEN, P. *Acting "otherwise"*: the institutionalization of women's/gender studies in Taiwan Universities. London: Routledge, Falmer, 2004.
- CORRÊA, M. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *Cadernos Pagu*, n. 16, p. 13–30, 2001. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100002. Acesso em: 15 ago. 2021.
- CORRÊA, M. A antropologia no Brasil (1960-1980). *In*: MICELI, Sergio (organizador). *História das ciências sociais no Brasil*, volume 2. São Paulo: Editora Sumaré; Fapesp, 1995.
- COSTA, A. A. Movimento feminista no brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Gênero*, v. 5, n. 2, 2005. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31137. Último acesso em: 15 ago. 2021.

COSTA, A. A.; SARDENBERG, C. M. B. Teoria e práxis feministas na academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, n.e., p. 387–400, 1994. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16171. Último acesso em: 15 ago. 2021.

COSTA, A. A.; SARDENBERG, C. M. B. (org.). *O feminismo no Brasil*: reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

COSTA, A. de O. et al.. Memórias de mulheres no exílio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COSTA, A. de O. É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação. *Cadernos de Pesquisa*, n. 66, p. 63–69, 1988. Disponível em: http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1206. Último acesso em: 15 ago. 2021.

COSTA, A. de O. Os estudos da mulher no Brasil ou a estratégia da corda bamba. *Revista de Estudos Feministas*, n.e., p. 93–100, 1994. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16172. Último acesso em: 15 ago. 2021.

COSTA, A. de O.; BARROSO, C.; SARTI, C. A pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto? *Cadernos de Pesquisa*, n. 5, p. 5-15, ago. 1985. Disponível em: http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1389/1389. Acesso em: 21 fevereiro 2021.

COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. (org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, São Paulo: Rosa dos Tempos, Fundação Carlos Chagas, 1992.

CURY, C. R. J. Qualificação pós-graduada no exterior. In: ALMEIRDA, A. M. et al, *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

DAFLON, V. T.; CAMPOS, L. R. Gênero e conhecimento: um diálogo entre o pensamento de Flora Tristan e Harriet Martineau. Em: *Revista Estudos Históricos*, v. 33, n. 70, p. 424-443, Maio-Agosto 2020.

DEBATE no Rio: o trabalho da mulher na América Latina. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 14, 21 nov. 1978. Disponível em: https://oglobo.globo.com/acervo/. Último acesso em: 15 fev. 2021

DELICH, F. *Crítica y autocrítica de la razón extraviada*: veintecienco años de Sociologia, Caracas: El Cid Editor, 1977.

DIAS, M. O. L. da S. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, v. 26, n. 52, p. 249–272, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-01882006000200011. Último acesso em: 15 ago. 2021. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro.

DOMINGUES, J. M. *Sociological theory and collective subjectivity*. Nova York: Macmillan Press, 1995.

DUHAČEK, D. The Belgrade Women's Studies Centre: the next stage? *In*: BRAIDOTTI, R.; JUST, E.; MENSINK, M. (eds.). *The Making of European Women's Studies* (Vol. V). Utrecht: ATHENA/Universiteit Utrecht, 2004.

FAUSTO-STERLING, A. *Myths of gender*: biological theories about women and men. New York: Basic Books, 1992.

FAUSTO-STERLING, A. *Sexing the body*: gender politics and the construction of sexuality. New York: Basic Books, 2000.

FAUSTO-STERLING, A. The five sexes: why male and female are not enough. *The Sciences*, v. 33, n. 2, p. 20-24, mar./abr. 1993.

FERNANDES, F. B. M.; DANTAS, M. M.; PEREIRA, M. D. A. Zahidé Machado Neto: uma Pioneira dos Estudos sobre a Mulher na Bahia. *ACENO*, v. 3, n. 5, p. 108-124, jan.-jul. 2016.

FRICKEL, S.; GROSS, N. A General Theory of Scientific/Intellectual Movements. *American Sociological Review*, v. 70, n. 2, p. 204-232, abr. 2005.

FOCKE, K. O ano internacional da mulher. *O Globo*, Rio de Janeiro, 09 jul. 1975, p. 36. Disponível em: https://oglobo.globo.com/acervo/. Último acesso em: 15 fev. 2021

FONSECA, C. Entrevista. In: GROSSI, M. P., MINELLA, L. S.; PORTO, R. (eds.). *Depoimentos*: trinta anos de pesquisa feministas brasileiras sobre violência. Série Gênero e Violência. Florianópolis, SC: Editora Mulheres, 2006. Entrevista concedida a Flávia Motta, Rozeli Porto e Analba Brazão Teixeira.

FOUCAULT, M. L'Archeologie du savoir [1969] (traduzido por. A. M. Sheridan Smith como *The Archaeology of Knowledge*). New York: Pantheon, 1972.

FOUCAULT, M. *Society must be defended*: lectures at the Collège de France, 1975-76 [1976]. New York: Picador, 2003.

FOUCAULT, M. The archaeology of knowledge [1969]. Oxon: Routledge, 2006.

FOUCAULT, M. The Confession of the Flesh [1977]. In: GORDON, C. (ed.). *Power-knowledge*: selected interviews and other writings, 1972 - 1977. Brighton: Harvester Press, 1980.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Mulher brasileira*: bibliografia anotada. São Paulo: FCC; Brasiliense, 1979.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Mulher brasileira*: bibliografia anotada, 2 ed. São Paulo: FCC; Brasiliense, 1981.

GARCIA, A. O exílio político dos estudantes brasileiros e a criação das universidades na África (1964-1985). *In*: ALMEIDA, A. M. F. et al. *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

- GARCIA JR, A. Fundamentos empíricos da razão antropológica: a criação do PPGAS e a seleção das espécies científicas. *Mana*, v. 15, n. 2, p. 411–447, out. 2009.
- GIERYN, T. F. *Cultural boundaries of science*: credibility on the line. Chicago: University of Chicago Press, 1999.
- GRASMCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GRIFFIN, G.; HANMER, J. The UK. *In*: GRIFFIN, G. (ed.). *Women's employment, women's studies, and equal opportunities 1945-2001*: Reports from Nine European Countries. Hull: University of Hull, 2002.
- GRIFFIN, G.; HANMER, J. The institutionalization of women's studies in Europe. *In*: GRIFFIN, G. (ed.). *Doing women's studies*: employment opportunities, personal impacts and social consequences. London: Zed Books, 2005.
- GÓNGORA, J. G. Contradictions in the institutionalisation process of women's and gender studies in Chile. In: BRAIDOTTI, R.; NIEBOER, J.; HIRS, S. (eds.). *The Making of European Women's Studies* (Vol. IV). Utrecht: ATHENA/Universiteit Utrecht, 2002.
- GOLDBERG, A. *Le dire et le faire feministes*: une approch e socioculturelle du Brésil Contemporain. 1991. 228 f. Tese (Doutorado em História e Civilização) Universidade de Paris VII, Paris, 1991.
- GROSSI, M. P.; MINELLA, L. S.; PORTO, R. (Ed.). *Depoimentos*: trinta anos de pesquisa feministas brasileiras sobre violência. Série Gênero e Violência. Florianópolis, SC: Editora Mulheres. 2006.
- GUSMÃO, L. de. A crítica da epistemologia na sociologia do conhecimento de Karl Mannheim. *Sociedade e Estado*, v. 26, n. 1, p. 221-239, abr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922011000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 abr. 2020.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-41, 2009[1988]. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773. Acesso em: 04 abr. 2020.
- HARDING, S. "Strong objectivity": a response to the new objectivity question. *Synthese*, n. 104, p. 331–349, 1995. Disponível em: https://doi.org/10.1007/BF01064504. Acesso em: 30 maio 2020.
- HEILBORN, M. L.; SORJ, B. Estudos de gênero no Brasil. *In*: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.
- HEILBRON, J. The rise of social theory, Cambridge: Polity Press, 1995.
- HEILBRON, J. French Sociology, Ithaca: Cornell University Press, 2015.

- LEITE, R. de S. C. *A imprensa feminista no pós-luta-armada*: os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.
- LE FEUVRE, N. Women's Studies in France: up-date 2000. *In*: BRAIDOTTI, R., VONK, E.; V. WICHELEN, S. (eds.). *The Making of European Women's Studies* (Vol. II). Utrecht: ATHENA/Universiteit Utrecht, 2000.
- LYNCH, C. E. C. Por que pensamento e não teoria?: a imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). *Dados*, v. 56, n. 4, nov. 2013, p. 727-767. Disponível em: https://www.scielo.br/j/dados/a/R457fqP9L4TkD9KpYtT8bnm/?lang=pt. Último acesso em: 15 ago. 2021.
- MACHADO, L. Z. Introdução. In: COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. (org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.
- MAIO, M. C. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*., São Paulo, v. 14, n. 41, p. 141-158, out. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091999000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 dez. 2020.
- MANNHEIM, K. Ideologia e utopia. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- MARQUES, T. C. S. Esquerda Brasileira Exilada e o Feminismo: A Atuação Política Das Brasileiras No Chile E Na França (1968-1979). *Projeto História*, São Paulo, n. 52, pp. 112-139, ago. 2015.
- MARTINS, M. F. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. *Pro-Posições*, v. 22, n. 3, p. 131-148, dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072011000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 abr. 2020.
- MARSAL, J. F. La sociologia en la Argentina. Buenos Aires: Fabril Editora, 1963.
- MAZZA, D. Intercâmbios acadêmicos internacionais: bolsas Capes, CNPq e Fapesp. *Cadernos de Pesquisa.*, São Paulo, v. 39, n. 137, p. 521-547, ago. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742009000200010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 dez. 2020.
- MENDÉZ, N. P. *Intelectuais feministas no Brasil dos anos 1960*: Carmen da Silva, Heleieth Saffioti e Rose Marie Muraro. Jundiaí: Paco editora, 2017.
- MERTON, R. K. Insiders and outsiders: a chapter in the sociology of knowledge. *American Journal of Sociology*, n. 78, p. 9-47, 1972.
- MERTON, R. K. Role of the intellectual in public bureaucracy. *Social Forces*, v. 23, n. 4, p. 405-415, 1945. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2571834. Acesso em: 19 abr. 2020.
- MERTON, R. K. The Matthew Effect in Science, Science, v. 159, n. 3810, p. 56-63, 05 jan. 1968.

MERTON, R. K. The Thomas Theorem and the Matthews Effect. *Social Forces*, v. 74, n. 2, p. 379-422, 1995.

MERTON, R. K. The Matthew Effect in Science, II: Cumulative advantage and the symbolism of intellectual property. *Isis*, v. 79, n. 4, p. 606-623, dez. 1988.

MICELI, S. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil: 1930-1964. *Revista. Brasileira de Ciências Sociais - RBCS*, v. 2, n. 5, out. 1987.

MICELI, S. *História das Ciências Sociais no Brasil*, v. 1. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais; IDESP, 1989.

MICELI, S. História das Ciências Sociais no Brasil, v. 2. São Paulo: Sumaré/Fapesp, 1995.

MICELI, S. A Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil, 1962-1992. In: MICELI, S. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré; Fapesp, 1995.

MILLS, S. Gender and Colonial Space. *Gender, Space and Culture*, v. 3, n. 2, p. 125-47, 1996.

MOHANTY, C. Under Western eyes: feminist scholarship and colonial discourses. *Feminist Review*, n. 30, p. 61–88, 1988. Disponível em: https://doi.org/10.1057/fr.1988.42. Acesso em: 30 maio 2020.

MOSCHKOVICH, M. B. F. G. *Feminist gender wars*: the reception of the concept of gender in Brazil (1980s-1990s) and the global dynamics of production and circulation of knowledge. 2018. 202 f. Tese (Doutorado em educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas. 2018. Disponível em:

http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/333932/1/Moschkovich_MariliaBarba raFernandesG._D.pdf. Último acesso em: 15 ago. 2021.

MORAES, M. L. Q. de. *Entrevista concedida a Gabriela de Brito Caruso*. São Paulo, 27 fev., 2020.

MORAES, M. L. Q. de. Trabalho. In: FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Mulher brasileira*: bibliografia anotada - 2. São Paulo: FCC; Brasiliense, 1981.

MORAES, M. L. Q. de. *Vinte anos de feminismo*. Campinas, Tese de Livre-docência, Departamento de Sociologia, IFCH/Unicamp, 1996.

MOTT, M. L. de B. Artes e Meios de Comunicação. *In*: FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Mulher brasileira*: bibliografía anotada - 2. São Paulo: FCC; Brasiliense, 1981.

MULHER amplia sua influência na família. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 dez. 1978. Casais. Disponível em: https://oglobo.globo.com/acervo/. Último acesso em: 15 fev. 2021.

MURARO, R. M. A mulher na construção do mundo futuro. Rio de Janeiro: Vozes, 1966.

NASH, J. Women in Between: Globalization and the New Enlightenment. *Signs – Journal of Women in Culture and Society*, v. 31, n. 1, 2005.

- NASH, J. Falecimento de Helen Safa (04/11/13): Remembering Helen Safa. *Portal Associação Brasileira de Antropologia*. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/2013/11/14/falecimento-de-helen-safa-04-11-13/. Último acesso 11 jan. 2021.
- OLIVEIRA, N. da S.; MAIO, M. C. Estudos de Comunidade e ciências sociais no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, v. 26, n. 3. set./dez. 2011.
- OLIVEIRA, L. L. Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América Latina. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 14, p. 110-129, dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222005000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 dez. 2020.
- KROPF, S. P.; LIMA, N. T. Os valores e a prática institucional da ciência: as concepções de Robert Merton e Thomas Kuhn. *História Ciência. Saúde-Manguinhos*, v. 5, n. 3, p. 565-581, fev. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701999000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 abr. 2020.
- KUHN, T. S. Estrutura das revoluções científicas. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- PEDRO, J. M. Feminismo e gênero na universidade: trajetórias e tensões. *História Unisinos*, v. 9, n. 3, p. 170–176, set./dez. 2005. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/6426. Último acesso em: 15 ago. 2021.
- PEDRO, J. M. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, v. 26, n. 52, p. 249–272. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-01882006000200011. Último acesso em: 15 ago. 2021.
- PEDRO, J. M.; WOLFF, C. S.; VEIGA, A. M. (org.). Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.
- PEREIRA, M. do M. *Pushing the boundaries of knowledge*: an ethnography of negotiations of the epistemic status of Women's, Gender, Feminist Studies in Portugal. Londres: London School of Economics and Political Science, 2010.
- PINTO, C. R. J. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. *In*: COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. (org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.
- PINTO, C. R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PRATT, M. L. Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.
- RAMALHO, M. I. SIGMA Project. Scientific Committee on Women's Studies in Higher Education. National Report: Portugal, 1995. In: WAALDIJK, B.; VAN DER TUIN, E. (eds.). *The Making of European Women's Studies* (Vol. IX). Utrecht: ATHENA/Universiteit Utrecht, 2009.

RAMOS, G. *A redução sociológica*: introdução ao estudo da razão sociológica. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1958.

RATTS, A.; RIOS, F. Lélia Gonzalez. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RICH, A. Women's studies: renaissance or revolution?. *Women's Studies*, v. 3, n. 2, 1976, p. 121-126.

REZENDE, C. C. de. *Suicídio revolucionário*: a luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/113723. Último acesso em: 15 ago. 2021.

REZENDE, C. Weintraub: "Não quero sociólogo, antropólogo e filósofo com o meu dinheiro". *UOL*, 14 jun. 2020. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/constanca-rezende/2020/06/14/weintraub-nao-quero-sociologo-antropologo-e-filosofo-com-meu-dinheiro.htm>. Acesso em: 20 fev. 2021.

ROSENBERG, F. Sandra Unbehaum e Fulvia Rosemberg (depoimento, 2012). Memória de um Office na periferia: o Escritório da Fundação Ford no Brasil. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), 2019. Entrevista concedida a Helena de Moura Aragão e Lúcia Lippi Oliveira.

SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes*: mito e realidade. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, H. Heleieth Saffioti In: GROSSI, M. P.; MINELLA, L. S.; PORTO, R. *Depoimentos*: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006. Entrevista concedida a Juliana Cavilha Mendes e Simone Becker.

SAFFIOTI, H. Entrevista. *In:* MENDÉZ, N. P. *Intelectuais feministas no Brasil dos anos 1960*: Carmen da Silva, Heleieth Saffioti e Rose Marie Muraro. Jundiaí: Paco editora, 2017. Entrevista concedida a Natalia Pietra Méndez.

SALCEDO, M. B. SIGMA Women's Studies Report: Spain, 1995. *In*: BRAIDOTTI, R.; NIEBOER, J.; HIRS, S. (eds.). *The Making of European Women's Studies* (Vol. IV). Utrecht: ATHENA/Universiteit Utrecht, 2002.

SANTOS, R. M. A. dos. *O outro lado da Rua Maria Antonia*: a atuação das juventudes de direita em 1960. 2015. 199 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015. Disponível em: https://www.historia.uff.br/academico/media/aluno/1932/projeto/Dissert-rafaela-mateus-antunes-dos-santos-freiberger.pdf. Último acesso em: 06 jan. 2021.

SARTI, C. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. *Cadernos de Pesquisa*, n. 64, p. 38–47, 1988. Disponível em: http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1182. Último acesso em: 15 ago. 2021.

SARTI, C. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *Cadernos Pagu*, n. 16, p. 31–48, 2001. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100003. Último acesso em: 15 ago. 2021.

SAVIANI, D. O Legado Educacional do Regime Miliar. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Kj7QjG4BcwRBsLvF4Yh9mHw/?lang=pt&format=pdf. Último acesso em: 15 ago. 2021.

SARMENTO, R. Estereótipos de mulheres políticas na mídia: quadros de análise com base em entrevista de Dilma Rousseff a Patrícia Poeta. *Cadernos da Escola do Legislativo*, v. 15, n. 23, p. 41-49, fev. 2013. Disponível em:

https://cadernosdolegislativo.almg.gov.br/seer/index.php/cadernos-ele/article/view/176. Acesso em: 10 out. 2019.

SCAVONE, L. Ciência e Militância: os estudos de Gênero no Brasil. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35., 2011, Caxambu. Anais eletrônicos. Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2011. Disponível em: http://anpocs.org/index.php/encontros/papers/35-encontro-anual-da-anpocs/gt-29/gt15-25/992-ciencia-e-militancia-os-estudos-de-genero-no-brasil/file. Último acesso em: 03 jan. 2021.

SCHMINK, M. Women in the Brazilian "abertura" politics. *Signs*, v. 7, n. 1, p. 115-134, 1981.

SCHUCK, E. de O.. Feminismos em trânsito internacional: a circulação do conhecimento feminista entre Brasil e França. *Monções – Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Dourados, v. 6, n. 11, p. 89-120, set. 2017. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/6912/3851. Acesso em: 27 set. 2020.

SCHUTZ, A The stranger: an essay in social psychology. *American Journal of Sociology*, n. 49, p. 499-507, 1944.

SEMINÁRIO discute baixa remuneração das mulheres. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 nov. 1978. Caderno de Economia. Disponível em: https://oglobo.globo.com/acervo/. Último acesso em: 15 fev. 2021.

SHILS, E. Tradition, ecology and institution in the history of sociology. *Daedalus*, v. 99, n. 4, 1970.

SILIUS, H. Comparative summary. *In*: GRIFFIN, G. (ed.). *Women's employment, women's studies, and equal opportunities 1945-2001*: Reports from Nine European Countries. Hull: University of Hull, 2002.

SILIUS, H. The professionalization of women's studies students in Europe: expectations and experiences. *In*: GRIFFIN, G. (ed.). *Doing women's studies*: employment opportunities, personal impacts and social consequences. Londres: Zed Books, 2005.

SILVA, S. V. da. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. *Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*, Barcelona, n. 262, 2000. Disponível em: https://doi.org/10.1360/zd-2013-43-6-1064. Último acesso em: 15 ago. 2021.

SKEGGS, B. Women's Studies in Britain in the 1990s: Entitlement Cultures and Institutional Constraints. *Women's Studies International Forum*, v. 18, n. 4, p. 475-485, 1995.

- SKINNER, Q. Meaning and understanding in the history of ideas. *History and Theory*, n. 8, p. 3-53, 1969.
- SKINNER, Q. *Reason and rhetoric in the philosophy of Hobbes*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- SMITH, D. E. *The everyday world as problematic*: a feminist sociology. Milton Keynes: Open University Press, 1988.
- SOARES DE LIMA, M. R. 50 anos da pós-graduação do IESP-UERJ: Mesa 2 A primeira década (26/9/2019). Rio de Janeiro: IESP-UERJ, 2020. 98 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PYqCSI0cNtE. Último acesso em: 01 jan. 2021.
- SORJ, B. Cristina Bruschini. *Cadernos de Pesquisa*, v. 42, n.145, p. 284–297, jan./abr. 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0100-15742012000100016. Último acesso em: 15 ago. 2021.
- SORJ, B. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 43, junho/2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/944Cbknp3bTQ3v3tkvfVQ5h/abstract/?lang=pt. Último acesso em: 15 ago. 2021.
- STONE, L. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000200009&lng=en&nrm=isso. Acesso em: 03 mar. 2020.
- TALMUD, I. Review. *European Sociological Review*, v. 15, n. 3, p. 342-45, 1999. Disponível em: www.jstor.org/stable/522736. Acesso em: 30 maio 2020.
- TRINDADE, H. Institucionalização e internacionalização das Ciências Sociais na América Latina em questão. *In*: ALMEIDA, Ana Maria F. *et al.* (orgs.). *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. São Paulo: Unicamp, 2004, p. 144-167.
- UNBEHAUM, S.; ROSENBERG, F. Sandra Unbehaum e Fulvia Rosemberg (depoimento, 2012). *Memória de um Office na periferia*: o Escritório da Fundação Ford no Brasil. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), 2019. Entrevista concedida a Helena de Moura Aragão e Lúcia Lippi Oliveira.
- UNBEHAUM, S.; ROSENBERG, F. Cristina Bruschini. *Cadernos de Pesquisa*, v. 42, n.145, p. 284–297, jan./abr. 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0100-15742012000100016. Último acesso em: 15 ago. 2021.
- VERÓN, E. *Imperialismo, lucha de classes y conocimiento*: veinticinco años de sociología en Argentina. Buenos Aires: Tiempo Contemporaneo, 1974.
- WACQUANT, L. J. D. Sociology as socioanalysis: tales of "homo academicus" [Pierre Bourdieu]. *Sociological Forum*, v. 5, n. 4, p. 677-89, 1990. Disponível em: <www.jstor.org/stable/684693>. Acesso em: 30 maio 2020.

WESTKOTT, M. Institutional success and political vulnerability: a lesson in the importance of allies. *In*: WIEGMAN, R. (ed.). *Women's studies on its own*: a next wave reader in institutional change. Durham: Duke University Press, 2003.

ZIRBEL, I. *Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil*: um debate. 2007. 212 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2007. Disponível em:

https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/90380. Acesso em: 21 fev. 2021.

ANEXO A - Tabelas

Tabela 1 – Material coletado para exame, textos referentes aos EMGF no Brasil

Textos sob	e EMGF no Brasil	
Título Autora	Ano Publicado em Citação	
Mulher brasileira: bibliografia anotada FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS.	1979 FUNDAÇÃO CARLOS CHAGA: FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Mulher bra	sileira
Perspectivas antropológicas da mulhe FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M. L.;		
Mulher brasileira: bibliografia anotada FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS.	1981 FUNDAÇÃO CARLOS CHAGA: FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Mulher bra	
A pesquisa sobre mulher no Brasil: do COSTA, Albertina de Oliveira; BARROS	1985 Cadernos de Pesquisa COSTA, Albertina de Oliveira; BARROSO,	Carme
Do feminino ao gênero. LAVINAS, Lana. Mary Garcia CASTRO	1990 ANPOCS LAVINAS, Lana. Mary Garcia CASTRO. Do	
A mulher como tema nas disciplinas d: BLAY, E.A., CONCEIÇÃO, R. R.	1991 Cadernos de Pesquisa BLAY, E.A., CONCEIÇÃO, R. R. A mulher co	
Uma questão de gênero. COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina	1992 Fundação Carlos Chagas COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (orgs.) l
Fazendo gênero? A antropologia da m HEILBORN, Maria Luiza.	1992 Uma Questão de Genero HEILBORN, Maria Luiza. Fazendo gênero	A anti
OS ESTUDOS DA MULHER NO BRASIL (COSTA, Albertina de Oliveira.	1994 Estudos Feministas COSTA, Albertina de Oliveira. OS ESTUDO	S DA N
O estranho horizonte da crítica femini de Hollanda, H. B.	1994 Nuevo texto critico de Hollanda, H. B. (1994). O estranho hoi	rizonte
Women and Labor In Brazil The Histor BRUSCHINI, C.	1994 Estudos Feministas BRUSCHINI, C. (1994), "Women and Labo	r In Br
TEORIZANDO SOBRE GÊNERO E RELAÇAZERÊDO, S.	1994 Estudos Feministas AZERÊDO, S. (1994). TEORIZANDO SOBRE	GÊNE
Trabalho feminino: Trajetória de um T BRUSCHINI, C.	1994 Estudos Feministas BRUSCHINI, C. (1994). Trabalho feminino	: Trajet
Estudos de gênero no Brasil 1975-199 HEILBRON M.L e SORJ, Bila	1999 Sérgio (org.) O que ler na cié HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. "Esto	udos de
OS ESTUDOS DE GÊNERO NO BRASIL: /SILVA, Susana Veleda da.	2000 Revista Bibliográfica de Geo SILVA, Susana Veleda da. OS ESTUDOS DE	GÊNE
Fronteiras da diferença: raça e mulher Caldwell, K. L.	2000 Estudos Feministas Caldwell, K. L. (2000). Fronteiras da difer	ença: r
Do feminismo aos estudos de gênero ¡Corrêa, M.	2001 Cadernos Pagu Corrêa, M. (2001). Do feminismo aos est	tudos d
CADERNOS PAGU: CONTRIBUINDO PA PISCITELLI, Adriana. BELELI, Iara. & LOI	2003 Estudos Feministas PISCITELLI, Adriana. BELELI, Iara. & LOPES	S, Mari
Publicando nas ONGs feministas: entri Miguel, S. M.	2003 Estudos Feministas Miguel, S. M. (2003). Publicando nas ON	3s femi
Publicações feministas brasileiras : cor Luzinete Simões Minella;, & Grossi, M.		(2003)
DAS MARGENS AO CENTRO?: REFLETI! Adelman, M.	2003 Estudos Feministas Adelman, M. (2003). DAS MARGENS AO (CENTR(
A Revista Estudos Feministas faz 10 an GROSSI, Miriam Pillar.	2004 Estudos Feministas GROSSI, Miriam Pillar. (2004). A Revista E	
REVISTAS CIENTÍFICAS E A CONSTITUIÇLOPES, Maria Margaret. & PISCITELLI,		
OS DOSSIÊS DA REF : ALÉM DAS FRONMALUF, Sonia	2004 Estudos Feministas MALUF, Sonia. OS DOSSIES DA REF : ALÉN	
Revista Estudos Feministas: primeira f COSTA, A. de O.	2004 Estudos Feministas COSTA, A. de O (2004), "Revista Estudos	
ESTUDOS FEMINISTAS: UM ESBOÇO CICecília M. B. Sardenberg.	2004 Teoria e Praxis dos Enfoque: Cecília M. B. Sardenberg. (2004). ESTUDO	
Gênero E Feminismo No Brasil. Diniz, D., & Foltran, P.	2004 Estudos Feministas Diniz, D., & Foltran, P. (2004). Gênero E F	
Feminismo e gênero na universidade: PEDRO, J. M.	2005 História Unisinos PEDRO, J. M. (2005). Feminismo e gênero	
Sobre avanços e obstáculos TABAK, Fanny	2006 Presidencia da Rep. Pensando gênero e ciência. Encontro Nac	
Núcleos de Estudos da Mulher X Acadi BLAY, E.A.	2006 Presidencia da Rep. Pensando gênero e ciência. Encontro Na	
Revista Estudos Feministas : estratégia PEDRO, J. M.	2006 Presidencia da Rep. Pensando gênero e ciência. Encontro Na	
A Institucionalização do Feminismo no MASOS Martiseos de estudos de relaçõ		
Recomendações do Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pe		
Estudos Feministas e Estudos de Gêne Zirbel, I.	2007 Zirbel, I. (2007). Estudos Feministas e Est	
Teorias de gênero ou teorias e gênero MATOS, Marlise	2008 Estudos Feministas Matos, M. (2008). Teorias de gênero ou t	
MILITÂNCIA FEMINISTA E ACADEMIA : PEDRO, J. M.	2008 Estudos Feministas Pedro, J. M. (2008). MILITÂNCIA FEMINIS	
A contribuição da crítica feminista à c Bandeira, L.	2008 Estudos Feministas Bandeira, L. (2008). A contribuição da crít	
O campo de estudos de gênero e suas Costa, A. de O.	2008 Estudos Feministas Costa, A. de O. (2008). O campo de estud	
Interdisciplinaridade: história das mull Soihet, R., & Gomes Costa, S.	2008 Niterói Soihet, R., & Gomes Costa, S. (2008). Inte	
Revista Estudos Feministas, Brasil, 16 . LAGO, M. C. DE S	2009 ex æquo LAGO, M. C. DE S. Revista Estudos Femini	
Sem pão e sem rosas: do feminismo m GONÇALVES, R. A institucionalização de estudos sobre CALDWELL, K. L.	2009 Lutas Sociais Gonçalves, R. (2009). Sem pão e sem rosi 2010 Revista ABPN CALDWELL. K. L. (2010). A institucionaliza	
A Institucionalização de estudos sobreCALDWELL, K. L. Ciência e Militância: os estudos de GêiSCAVONE. Lucila.	2010 Revista ABPN CALDWELL, K. L. (2010). A institucionaliza 2011 ANPOCS SCAVONE. Lucila. Ciência e Militância: os	_
A Revista Gênero/UFF: fazendo "ciênc MELO, Hildete Pereira de	,,,	
Estudos de gênero no Brasil: 20 anos cFRANÇA, I. L.; FACCHINI, R.	2013 Estudos Feministas Melo, H. P. de. (2013). A Revista Gênero/ 2017 Sociologia Brasileira Hoje FRANÇA, I. L.; FACCHINI, R. Estudos de gê	
Feminist Gender Wars: A recepção do MOSCHKOVICH, M.	2018 doutorado unicamp MOSCHKOVICH, M. (2018). Feminist Gen	
Estudos sobre Mulher e Relações de GROZEMBERG, Fulvia	1993 In MICELLI, Sérgio (org.). A F ROZEMBERG, Fulvia, (1993) "Estudos sol	
Estudos sobre ividifier e nelações de ONOZEIVIDENO, FUIVIA	1993 III IVIIGEELI, SEI BIO (OI B.). A F NOZEIVIDENO, FUIVIA, (1993) "ESTUDOS SOI	ne wit

Fonte: A autora, 2020.

Tabela 2 – Material coletado para exame, textos sobre feminismo no Brasil que mencionem iniciativas acadêmicas

	Texto sobre Femi	nismo	no Brasil	
Título	Autora A	no	Publicado em	Citação
É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos d	e COSTA, Albertina de Oliveira.	1988	Cadernos Pagu	COSTA, Albertina de Oliveira. É viável o femini
Feminismo no Brasil: uma trajetoria particular	. SARTI, Cynthia.	1988	Cadernos de Pesquisa	SARTI, C. (1988). Feminismo no Brasil: uma tra
Le dire et le faire feministes: une approch e so	c GOLDBERG, Anette.	1991	Tese Doutorado	GOLDBERG, Anette. Le dire et le faire feminist
TEORIA E PRÁXIS FEMINISTAS NA ACADEMIA O	COSTA, A. A. A., & SARDENBERG, C	1994	Estudos Feministas	COSTA, A. A. A., & SARDENBERG, C. M. B. (199
O estranho horizonte da crítica feminista no B	r de Hollanda, H. B.	1994	Nuevo texto critico	de Hollanda, H. B. (1994). O estranho horizont
Vinte anos de feminismo.	MORAES, Maria Lygia Quartim de.	1996	Tese livre docencia	MORAES, Maria Lygia Quartim de. Vinte anos
A crítica feminista à modernidade e o projeto	f Manini, D.	1996	Cadernos AEL	Manini, D. (1996). A crítica feminista à modern
Feminismo e contexto: lições do caso brasileir	c SARTI, Cynthia.	2001	Cadernos Pagu	SARTI, Cynthia. Feminismo e contexto: lições o
Do feminismo aos estudos de gênero no Brasi	: Corrêa, M.	2001	Cadernos Pagu	Corrêa, M. (2001). Do feminismo aos estudos
Uma história do feminismo no Brasil	PINTO, Céli Regina Jardim.	2003	Fundação Perseu Abramo	PINTO, Céli Regina Jardim.Uma história do fen
Mulheres em Movimento.	CARNEIRO, Sueli	2003	Estudos Avançados	Sueli Carneiro. (2003). Mulheres em Movimer
A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma		2004	Estudos Feministas	GROSSI, Miriam Pillar. (2004). A Revista Estud
OS DOSSIÊS DA REF : ALÉM DAS FRONTEIRAS	E MALUF, Sonia	2004	Estudos Feministas	MALUF, Sonia. OS DOSSIÊS DA REF : ALÉM DA
O Feminismo Brasileiro desde os Anos 1970.		2004	Estudos Feministas	SARTI, C. (2004). O Feminismo Brasileiro desd
O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL: DINÂN	I Costa, A. A. A.	2005	Revista Genero	O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL: DINÂN
Narrativas fundadoras do feminismo: poderes	•	2006	Revista Brasileira de História	PEDRO, J. M. (2006). Narrativas fundadoras do
O FEMINISMO NO BRASIL: REFLEXÕES TEÓRIC	A COSTA, A. A. A., & SARDENBERG, C	2008	Salvador: UFBA / Núcleo de E	COSTA, A. A. A., & SARDENBERG, C. M. B. (200
Sem pão e sem rosas: do feminismo marxista	ir GONÇALVES, R.	2009	Lutas Sociais	Gonçalves, R. (2009). Sem pão e sem rosas: do
Resistências, Gênero e Feminismos contra as o	i PEDRO, J. M., WOLFF, C. S., & VEIG	2011	Editora Mulheres.	PEDRO, J. M., WOLFF, C. S., & VEIGA, A. M. (20
Feminismo negro: raça, identidade e saúde re	p Damasco, M. S., Maio, M. C., & Mc	2012	Estudos Feministas	Damasco, M. S., Maio, M. C., & Monteiro, S. (2
Esquerda Brasileira Exilada e o Feminismo: A A	MARQUES, Teresa Cristina Schneid	2015	Projeto História	MARQUES, Teresa Cristina Schneider. Esquerd
Feminismos em trânsito internacional: a circul	a SCHUCK, Elena de Oliveira.	2017	Monções: Revista de Relaçõe	SCHUCK, Elena de Oliveira. Feminismos em tra

Fonte: A autora, 2020.

TABELA 3 – Material coletado para exame, textos mais gerais sobre Mulheres Brasileiras

Texto sobre Mulheres Brasileiras						
Título	Autora	Ano	Publicado em	Citação		
O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro	. BARROSO, Carmen e MELLO, Gu	1975	Cadernos de pesquisa	BARROSO, Carmen e MELLO, Guimar N de. O acesso da r		
A Mulher na Sociedade de Classe: Mito e Realid	ac SAFFIOTI, Heleieth.	1976	Vozes,	SAFFIOTI, Heleieth. A Mulher na Sociedade de Classe: Mi		
Trabalho domesticado: a mulher na indústria pa	u BLAY, Eva Alterman.	1978	3	BLAY, Eva Alterman. Trabalho domesticado: a mulher na		
Mulher brasileira: bibliografia anotada. Vol1	FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS.	1979	FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS.	FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Mulher brasileira: bibliogra		
Memórias de mulheres no exílio.	COSTA, Albertina de O., et al.	1980) Paz e Terra	COSTA, Albertina de O., et al. Memórias de mulheres no		
Women in the Brazilian "abertura" politics.	SCHMINK, Marianne.	1981	L Sings	SCHMINK, Marianne. Women in the Brazilian "abertura"		
Mulher brasileira: bibliografia anotada. Vol2	FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS.	1981	L FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS.	FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Mulher brasileira: bibliogra		
Mulheres na força de trabalho na América Latina	a: AGUIAR, N.	1984	Vozes,	AGUIAR, N. (coord). (1984), Mulheres na força de trabali		
Engendering democracy in Brazil: women's move	en ALVAREZ, Sonia E.	1990)	ALVAREZ, Sonia E. Engendering democracy in Brazil: won		
"Movimentos sociais: espaços privilegiados da m	nu PINTO, Céli Regina Jardim	1992	Rosa dos Tempos/Fundação Ca	rl PINTO, Céli Regina Jardim "Movimentos sociais: espaços		

Fonte: A autora, 2020.

Tabela 4 – Material coletado para exame, textos sobre autoras dos EMGF

Texto sobre Autoras				
Título	Autora	Ano	Publicado em	Citação
REGINA PAHIM PINTO IN MEMORIAM	Cadernos de Pesquisa	201	Cadernos de Pesquisa	Cadernos de Pesquisa, REGINA PA
CRISTINA BRUSCHINI	Cadernos de Pesquisa	201	2 Cadernos de Pesquisa	CRISTINA BRUSCHINI. (2012). Cade
O feminismo bem-comportado de HeleiethSaffioti	(prPINTO, Céli Regina Jardim.	201	4 Estudos Feministas	PINTO, Céli Regina Jardim.O femin
Inteletuais feministas no Brasil dos anos 1960: Carr	ne MENDÉZ, Natalia Pietra.	201	7 Paco editora	MENDÉZ, Natalia Pietra. Inteletua
Dois Olhares sobre Heleieth Saffioti O feminismo a	de SORJ, Bila.	199	Estudos Feministas	SORG, Bila. O feminismo adentra a
Fulvia Rosenberg: memórias do lugar do afeto	ZUCCO,LUCIANA e LISBOA, TERES	A 201	4 Estudos Feministas	ZUCCO,LUCIANA e LISBOA, TERESA
FÚLVIA ROSENBERG	Cadernos de Pesquisa	201	4 Cadernos de Pesquisa	Fúlvia Rosenberg. Em: Cadernos de

Fonte: A autora, 2020.

Tabela 5 – Material coletado para exame, entrevistas com autoras centrais dos EMGF

Entrevistas Entrevistas					
Entrevistadas	Realização	Ano	Publicado em	Localização	
Céli Pinto	Luciana Ballestrini	2020	Projeto Mulheres na Ciência Política	In Projeto Mulheres na Ciência Polít	
Eva Blay	GROSSI, M. P, MINELLA, L.S., PORTO, I	2006	Depoimentos: trinta anos de pesquisa	1 MENDES, Juliana Cavilha; BECKER, S	
Heleieth Saffioti	GROSSI, M. P, MINELLA, L.S., PORTO, I	2006	Depoimentos: trinta anos de pesquisa	1GROSSI, M. P, MINELLA, L.S., PORTO,	
Maria Ligia Quartim de Moares	CARUSO GABRIELA	2020)		
Maria Lygia Quartim Moraes	Memória das Ciências Sociais no Brasi	ı	CPDOC	https://cpdoc.fgv.br/cientistassocia	
Marlise Matos	BRENO CYPRIANO_ Almeida, Carla; Bi	2020	Projeto Mulheres na Ciência Política	In Projeto Mulheres na Ciência Polít	
Mary Garcia Castro	SPINOLA, Eva Fonseca Silva; SOUZA, M	1aria Cr	i ENTRE ESCUTAS, ENCONTROS E PESQ	L SPINOLA, Eva Fonseca Silva; SOUZA,	
Miriam Pillar Grossi	Memória das Ciências Sociais no Brasi	1	CPDOC	https://cpdoc.fgv.br/cientistassociai	
Mirian Goldenberg	Memória das Ciências Sociais no Brasi	I	CPDOC	https://cpdoc.fgv.br/cientistassociai	
Neuma Aguiar	IESP-UERJ	2020	Programa de Memória Oral da Pós-Gr	a IESP-UERJ, Caminhos: Programa de l	
Neuma Aguiar	CARUSO GABRIELA	2020)		
Neuma Aguiar	IESP-UERJ	2019	Mesa 2. 50 anos do iesp-uerj		
Sandra Unbehaum e Fulvia Rosem	be Memória de um Office na periferia: ol	2/2019	CPDOC	Helena de Moura Aragão; Lúcia Lipp	
Claudia Fonseca	GROSSI, M. P, MINELLA, L.S., PORTO, I	2006	Depoimentos: trinta anos de pesquisa	feministas brasileiras sobre violência.	

Fonte: A autora, 2020.

Tabela 6 – Tabela com nome de mulheres que apareceram como referência na área dos EMGF

Sobrenome, Nome	Estado	Universidade/Principal Instituição	Disciplina Principal de atuação (MM)
Aguiar, Neuma	RJ	IUPERJ	Sociologia
Barroso, Carmen			
Blay, Eva	SP	USP	Sociologia
Corrêa, Mariza	SP	Unicamp	Antropologia
Costa, Albertina Gordo de Oliveira	SP	Fundação Carlos Chagas	Sociologia
Dias, Maria Odila Leite da Silva	SP	USP	História
Hollanda, Heliosa Buarque de	RJ	UFRJ	Letras
Machado, Lia Zanotta	DF	UnB	Sociologia
Moraes, Maria Lygia Quartim de	SP	Unicamp	Sociologia
Rodrigues, Arakcy Martins			Sociologia
Rosemberg, Fulvia	SP	Fundação Carlos Chagas	Psicologia
Saffioti, Heleieth	SP	PUC	Sociologia
Soihet, Rachel	RJ	UFF	História
Tabak, Fanny	RJ	PUC	Sociologia
Bruschini, Cristina	SP	Fundação Carlos Chagas	Sociologia
Azeredo, Sandra	MG	UFMG	Psicologia
Castro, Mary Garcia	SP	Fundação Carlos Chagas	Sociologia
Costa, Ana Alice Alcantara	BA	UFBA	Sociologia
Fonseca, Claudia	RS	UFRGS	Antropologia
Franchetto, Bruna	RJ	UFRJ	Antropologia
Grossi, Miriam Pillar	SC	UFSC	Antropologia
Kofes, Suely	SP	Unicamp	Antropologia
Lavinas, Lena	RJ	UFRJ	Economia
Neves, Magda de Almeida	MG	UFMG	Sociologia
Pedro, Joana Maria	SC	UFSC	História
Pinto, Céli Regina Jardim	RS	UFRGS	História
Sorj, Bila	RJ	UFRJ	Sociologia
Cavalcanti, Maria Laura Viveiros de Cas	st(RJ	UFRJ	Antropologia
Heilborn, Maria Luiza	RJ	UERJ	Antropologia
Souza-Lobo, Elizabeth			Sociologia
Costa, Claudia Junqueira de Lima	SC	UFSC	Letras
Gregori, Maria Filomena	SP	Unicamp	Antropologia
Piscitelli, Adriana	SP	Unicamp	Antropologia
Sardenberg, Celília	BA	UFBA	Antropologia
Sarti, Cynthia	SP	Fundação Carlos Chagas	Antropologia
Castro, Barbara	SP	Unicamp	Sociologia
Guedes, Moema	RJ	UFRRRJ	Ciencias Sociais
Neto, Zahidé Machado	BA	UFBA	Antropologia

Fonte: A autora, 2020. Coluna DISCIPLINA PRINCIPAL são da tabela elaborada por MOSCHKOVICH (2018).